



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIGI MAURI BELLEI

**AQUISIÇÃO DE HABILIDADES CÍVICAS E AS RELIGIÕES BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE ACERCA DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE DEPUTADOS
FEDERAIS**

BRASÍLIA
2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIGI MAURI BELLEI

**AQUISIÇÃO DE HABILIDADES CÍVICAS E AS RELIGIÕES BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE ACERCA DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE DEPUTADOS
FEDERAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Política e instituições.

Linha de Pesquisa: Estado, economia e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Du Pin Calmon

BRASÍLIA
2024

LUIGI MAURI BELLEI

AQUISIÇÃO DE HABILIDADES CÍVICAS E AS RELIGIÕES BRASILEIRAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Aprovado em 04 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: Paulo Du Pin Calmon
Universidade de Brasília – IPol/UnB
Presidente

Prof. Dr.: Arnaldo Mauerberg
Universidade de Brasília – Ipol/UnB

Prof. Dr.: André Bello
Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação – INCT/IDDC

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Universidade de Brasília e ao Instituto de Ciência Política, o IPOL, pois sempre foi um sonho ser estudante desta instituição. A conclusão da presente etapa é um passo importante nas minhas trajetórias acadêmica, profissional e pessoal.

Agradeço a todos os professores de que fui aluno, especialmente ao meu orientador, professor dr. Paulo Calmon, cuja orientação marcou positivamente a minha passagem pelo IPOL. Sou muito grato por ter sido seu orientando! Em especial, agradeço também aos professores doutores que aceitaram o convite de fazer parte da minha banca: dr. André Bello e dr. Arnaldo Mauerberg.

Igualmente, agradeço à Konrad Adenauer Stiftung Brasil, por terem sido impecáveis com cada bolsista. Sem seu suporte, este mestrado não teria se realizado na sua melhor forma e tenho certeza de que os frutos do nosso trabalho em conjunto serão colhidos.

Às assessorias e aos parlamentares da Câmara dos Deputados que me acolheram com a minha curiosidade científica por suas trajetórias políticas e que foram tão generosos em nossas interações para as entrevistas, as quais tornaram-se conversas longas e agradáveis.

Por fim, agradeço a todas e todos os demais que contribuíram com a minha pesquisa, de alguma maneira. Esses tantos seriam incontáveis, pois descobri que todo trabalho bem-feito é fruto de uma coletividade que participa dele de maneira ativa. E neste processo, sobretudo há muitos diálogos. Há também o aprender a dialogar - para assim o trabalho existir e se sustentar em pé. E os caminhos da pesquisa podem ser surpreendentes quanto ao seu número de colaboradores. Muito obrigado a vocês!

RESUMO

Habilidades cívicas consistem em competências desde falar em público e organizar reuniões, a características psicológicas e interpessoais, como “escuta ativa” e capacidade para se atingir objetivos pessoais. Habilidades cívicas podem ser adquiridas e desenvolvidas de acordo com ambientes socioeconômicos e instituições secundárias em que se está inserido, como as denominações religiosas. Em vista da pouca literatura já produzida especificamente acerca da realidade brasileira quanto ao tema, este trabalho tem como pergunta de pesquisa principal compreender se as habilidades cívicas adquiridas em denominações religiosas contribuem para uma vida cívica ativa, seja em carreiras parlamentares ou através de atividades de impacto social comunitário. Como metodologia, utilizou-se uma amostra de parlamentares da Câmara dos Deputados para a realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, a fim de analisar se suas atuações em denominações religiosas contribuem para suas trajetórias de participação cívica ativa. Os dados gerados foram codificados com o auxílio de software para análise crítica.

Palavras chaves: Habilidades cívicas. Participação religiosa. Entrevistas qualitativas.

ABSTRACT

Civic skills consist of skills from public speaking and organizing meetings, psychological and interpersonal characteristics, such as “active listening” and ability to achieve personal goals. Civic skills can be acquired and developed in accordance with socioeconomic environments and secondary institutions in which it is inserted, such as religious denominations. In view of the low literature already produced specifically about the Brazilian reality about the theme, this dissertation has as its main research question to understand whether the civic skills acquired in religious denominations contribute to an active civic life, whether in parliamentary careers or through activities of social impact. As a methodology, a sample of parliamentarians from the House of Representatives was used to conduct semi-structured qualitative interviews, in order to analyze whether their performances in religious denominations contribute to their active civic participation trajectories. The data generated were coded with the aid of software for critical analysis.

Keywords: Civic skills. Religious participation. Qualitative interviews.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Habilidades cívicas definidas pela literatura em ordem cronológica	13
Tabela 2 – Resumo das principais contribuições das pesquisas utilizadas na revisão de literatura	63
Tabela 3 – Total de parlamentares por religião e participação relativa	66
Tabela 4 – Modelo 1: Aquisição de habilidades cívicas. Referência às variáveis dependentes do modelo 1	67
Tabela 5 – Modelo 1: Aquisição de habilidades cívicas. Referências às variáveis independentes do modelo 1	67
Tabela 6 – Modelo 2: Vida cívica ativa. Referência às variáveis dependentes do modelo 2	68
Tabela 7 – Modelo 2: Vida cívica ativa. Referência às variáveis independentes do modelo 2	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama, com os códigos dos entrevistados com religião e dos sem religião.....	81
Figura 2 – Nuvem de palavras, na sequência, de católicos, evangélicos, espiritualistas e umbandistas, acerca de consciência política e participação religiosa	93
Figura 3 – Cluster por similaridade de palavras. Da esquerda para direita: cluster católicos e evangélicos.....	115
Figura 4 – Cluster “outras religiões”, por similaridade de palavras.....	117
Figura 5 – Nuvem de palavras dos principais ambientes para a formação política do grupo de controle.....	119

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. JUSTIFICATIVA	15
1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO.....	18
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1. O ESTUDO DE VERBA.....	23
<i>2.1.1 Eliminação de viés de endogeneidade e variáveis omitidas</i>	<i>27</i>
2.2. AQUISIÇÃO DE HABILIDADES CÍVICAS: PARA ALÉM DO MODELO SES	31
2.3. ATUALIZAÇÕES RECENTES ACERCA DOS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO	37
<i>2.3.1 Djupe e Gilbert: As habilidades cívicas em igrejas episcopais e luteranas</i>	<i>37</i>
<i>2.3.2 McClendon e Riedl: Prática cívica e experiência de Nairobi, Quênia.....</i>	<i>43</i>
2.4. AMÉRICA LATINA: RELIGIÃO E POLÍTICA	48
<i>2.4.1 Religião, aquisição de habilidades cívicas e participação na América Latina</i>	<i>50</i>
<i>2.4.2 Participação religiosa e a aquisição de habilidades cívicas no Brasil</i>	<i>56</i>
3. METODOLOGIA.....	65
3.1. DESIGN QUALITATIVO DE PESQUISA.....	72
3.2. ACERCA DA DETERMINAÇÃO DO DESIGN DE PESQUISA	75
3.3. PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	78
4. RESULTADOS DE PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS PRIMÁRIOS COLETADOS	80
4.1. SE RELIGIÃO RENDEU MAIOR CONEXÃO POLÍTICA, COM OS PROBLEMAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, COM NECESSIDADE DOS ELEITORES E DA SUA COMUNIDADE	86
4.2. QUAIS HABILIDADES CONSIDERA DESENVOLVER EM DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS	94

4.2.1	<i>Autoconhecimento e Autodidatismo</i>	94
4.2.2	<i>Trabalho Coletivo e Estratégias Ancestrais</i>	96
4.2.3	<i>Comunicação e Expressão Pública</i>	96
4.2.4	<i>Empatia e Serviço ao Próximo</i>	97
4.2.5	<i>Liderança e Organização Comunitária</i>	97
4.2.6	<i>Pensamento Crítico e Reflexão</i>	99
4.3.	ATIVIDADES DA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	99
4.3.1	<i>Oratória</i>	100
4.3.2	<i>Habilidade para trabalhar com outras pessoas</i>	101
4.3.3	<i>Enfrentamento</i>	102
4.3.4	<i>Expressão Corporal e Emocional</i>	102
4.4.	DESENVOLVIMENTO DE ATRIBUTOS PSICOLÓGICOS RELEVANTES	103
4.4.1	<i>Capacidade de respeitar a visão de outras pessoas</i>	106
4.4.2	<i>Capacidade de escuta ativa</i>	106
4.4.3	<i>Comprometimento</i>	107
4.5.	PERCEPÇÃO DA VIVÊNCIA CÍVICA SENDO ESTIMULADA EM FIÉIS DE SUA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	107
4.6.	SE CONSIDERA QUE A RELIGIÃO MELHOROU A CAPACIDADE DE DIÁLOGO ENTRE INDIVÍDUOS DE DIFERENTES CRENÇAS E CAPACIDADE DE LIDAR COM A CRÍTICA.....	110
4.7.	OUTROS AMBIENTES QUE INFLUENCIARAM AS TRAJETÓRIAS DOS ENTREVISTADOS RELIGIOSOS	113
4.8.	CONTRASTES E SEMELHANÇAS COM AS TRAJETÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SEM RELIGIÃO	114
5.	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	122

5.1.	A RELIGIÃO COMO ESCOLA DE CIDADANIA.....	128
5.2.	DIVERSIDADE DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS	128
5.3.	A INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA POLÍTICA.....	129
5.4.	LIMITAÇÕES E REFLEXÕES METODOLÓGICAS	129
5.5.	O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO POLÍTICA	130
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
7.	ANEXO I - PERGUNTAS PARA OS PARLAMENTARES ENTREVISTADOS (COM RELIGIÃO)	140
8.	ANEXO II - PERGUNTAS PARA OS PARLAMENTARES ENTREVISTADOS (SEM RELIGIÃO)	143
9.	ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO E DE AUTORIZAÇÃO DE SOM DE VOZ DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	145
10.	ANEXO IV: ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema analisar a relação de inferência existente entre adquirir habilidades cívicas em atividades religiosas e, posteriormente, utilizar estas habilidades em uma vida cívica ativa, fora das igrejas.

Adota-se que engajamento cívico ativo compreende atividades comunitárias externas às igrejas e com impacto social, ou atividades relacionadas diretamente à política partidária. Visa-se testar se as instituições religiosas contribuem, de fato, para o engajamento cívico, a partir da sua provisão de habilidades cívicas.

Esta hipótese será testada mediante entrevistas qualitativas a serem realizadas com uma amostra de parlamentares na Câmara dos Deputados do Brasil, a fim de se verificar a ocorrência (ou não) da influência de suas vivências religiosas sobre suas trajetórias cívicas ativas como parlamentares.

Primeiramente, é importante que se compreenda o conceito de habilidades cívicas e engajamento. Segundo Ata (2019), nas ciências sociais, há uma certa dificuldade na definição do que seriam, de maneira precisa, as habilidades cívicas. Há pouco consenso na literatura e uma série de possíveis definições. Porém, habilidades cívicas podem ser sintetizadas como uma variável multidimensional acerca de uma série de competências individuais que sejam úteis à vida em sociedade.

Alguns autores discutem as habilidades cívicas como as competências necessárias para ser cidadão ativo na participação política. Outras vezes, estas habilidades são reduzidas ao voto, o qual, não raro sozinho, é equiparado à existência de uma vida cívica ativa (ATA, 2019, p. 76).

Certamente, apenas votar não é capaz de resumir as habilidades cívicas, ainda que esse possa se integrar a elas. Outrossim, a literatura é capaz de identificar dois componentes principais das habilidades cívicas: escuta ativa e respeito pela diversidade. Competências cívicas também incluem habilidades intelectuais e participativas, como analisar, interagir e observar (ATA, 2019, p. 76).

Vê-se que há uma miríade de definições acerca de habilidades cívicas, a depender dos autores analisados. Entretanto, há um denominador comum entre eles todos que segue por três conceitos-chave principais: “criticar”, “colaborar” e “comunicar” (ATA, 2019, p. 76 - 77).

As habilidades referentes a uma esfera “crítica” podem assumir inúmeras faces, assim como nos demais termos-chave principais para que se compreendam as habilidades cívicas. Ser “crítico” se refere a avaliar situações e pessoas de uma maneira detalhada e

analítica, além de se saber lidar com decisões difíceis para as quais não há respostas certas ou erradas. Pensar de uma maneira criativa acerca da resolução de problemas públicos também faz parte da criticidade (ATA, 2019, p. 76).

Colaborar é referente a trabalhar em equipe, organizar, interagir com outros cidadãos para promover interesses pessoais e comuns, deliberar e realizar decisões, de modo a tornar uma pessoa participativa em processos democráticos, sendo não apenas uma mera observadora (ATA, 2019, p.76).

Habilidades referentes à comunicação podem se referir a capacidades interpessoais de ouvir às outras pessoas e entender a seus interesses em uma comunidade, atingir compromissos estabelecidos e resolver problemas quando conflitos acontecem. Além delas, ter proficiência, vocabulário e escrever bem no idioma em que se comunica (ATA, 2019, p.76).

A aquisição de habilidades cívicas é uma variável difusa, isto é, há múltiplas definições do que seriam habilidades cívicas, a depender da literatura. Conforme a tabela abaixo, produzida por Ata (2019), é possível compreender as múltiplas definições sobre habilidades cívicas, conforme os seguintes autores:

Tabela 1 – Habilidades cívicas definidas pela literatura em ordem cronológica.

Autor	Habilidades definidas pelo autor	Grupo de classificação das habilidades
Morse (1993)	“Lidar com decisões difíceis para as quais não há respostas certas ou erradas”.	Crítica
Verba, Schlozman e Brady (1995)	Proficiência no idioma, vocabulário, redigir demandas a autoridades de maneira escrita, realizar um discurso ou apresentação; Atender a reuniões nas quais decisões são realizadas.	Comunicação, colaboração
Battistoni (1997)	Habilidade de “escuta ativa”, compreensão do lugar do outro e interesses em uma comunidade, comprometimento e resolução de conflitos; Pensar de maneira criativa sobre problemas públicos.	Comunicação, crítica
Boyte (2000)	Falar em público, redigir demandas a autoridades de maneira escrita; Planejar estratégias; Trabalhar em equipe.	Comunicação, colaboração
Morgan e Streb (2001)	Realizar decisões importantes.	Crítica
Torney-Purta (2002)	Habilidade de interpretação acerca da comunicação política (panfletos e desenhos animados) de adolescentes de 14 anos de idade	Crítica
Schwadel (2002)	Escrita, habilidades de oratória; Organização.	Comunicação, colaboração
Hurtado, Engberg, Ponjuan e Landreman (2002)	Habilidade de compreensão para além de seu próprio ponto de vista, considerando como alguma outra pessoa possa pensar ou sentir acerca de algo.	Crítica
Patrick (2003)	Monitorar eventos públicos, influenciar e implementar decisões de políticas públicas, tomar atitudes para melhorar a vida cívica e política; Interagir com outros cidadãos para promover interesses pessoais e comuns, deliberar e realizar decisões sobre políticas públicas.	Crítica, comunicação, colaboração
Kirlin (2005)	“Habilidades cívicas são competências que permitem se tornar participante em processos democráticos, ao invés de meramente observador”.	Colaboração
Llewellyn, Cook e Molina (2010)	Dar suporte para a campanha de candidatos políticos, organizar um protesto e desenvolvimento de políticas.	Crítica, colaboração

Johnson (2011)	Monitorar eventos e compreender um contexto, deliberar e apreciar outros pontos de vista, seguindo um plano para atingir um objetivo. Conhecimento acerca de quem são os tomadores de decisão e de como trabalhar com outras pessoas.	Crítica, colaboração
Burchett-Gauna e Paul (2016)	Pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas e habilidades de debate de estudantes.	Crítica, comunicação

Fonte: Ata (2019).

São potenciais ambientes para a geração de habilidades cívicas a família, a escola, o ambiente de trabalho e, também, as instituições religiosas. Igrejas e denominações religiosas de maneira ampla representam instituições que geram habilidades cívicas (como aquelas listadas acima) a quem as frequenta (AMMERMAN, 2016).

Denominações religiosas são compreendidas como subgrupos dentro de grandes troncos religiosos. Por exemplo, dentro do cristianismo há a igreja católica apostólica romana e a ortodoxa, anglicanos, protestantes e suas inúmeras vertentes. Fazem parte das religiões de matrizes africanas (ou afro-brasileiras), denominações religiosas referentes ao candomblé, ou à Umbanda. Denominações budistas incluem o Zen e o budismo tibetano, por exemplo (AMMERMAN, 2016).

Segundo Yuen e Leung (2022), o engajamento religioso promove a aquisição de habilidades cívicas e pode resultar no chamado engajamento cívico. Adquirir habilidades cívicas favorece engajar-se civicamente em atividades externas às organizações religiosas.

É possível identificar que a filiação religiosa possa se constituir em uma importante fonte de contatos pessoais, ou seja capital social, que aumente participação e inclusão social. Este cenário pode ser mais proeminente ainda em se tratar de populações em desvantagens sociais, cuja rede de contatos adquirida nas igrejas é importante para se atingir maiores níveis de participação cívica (YUEN; LEUNG, 2022, p. 98).

Além das redes de contatos, que são uma possível ótica de entrada a uma vida cívica ativa, as próprias atividades desenvolvidas dentro das igrejas e denominações religiosas têm potencial para desenvolvimento social e intelectual de seus fiéis. A participação em grupos de oração, escolas dominicais de estudos bíblicos, realização de atividade voluntária e uma série de outras atividades apontam para a aquisição de habilidades cívicas, para além de uma potencial integração em uma rede de contatos que

promova a inclusão social. É importante se dizer que envolvimento em culto religioso apenas não é uma condição suficiente para a aquisição de habilidades cívicas, as quais, via de regra, ocorrem mediante maior envolvimento de participantes em atividades externas às rotinas de culto apenas.

As habilidades cívicas adquiridas dentro de denominações religiosas são úteis em esferas da vida social, fora de um âmbito estritamente religioso. Nesta dissertação, compreende-se que as habilidades cívicas, úteis a uma vida cívica ativa, podem se traduzir em dois ramos de atividades principais fora das denominações religiosas: engajamento comunitário de impacto social, não raro juntamente a instituições ligadas ao terceiro setor, e à participação relacionada a atividades político-partidárias.

Esta se constitui na pergunta principal desta pesquisa a ser investigada em uma amostra de parlamentares da Câmara dos Deputados brasileira: as habilidades cívicas adquiridas dentro das instituições religiosas favoreceram a atuação cívica dos parlamentares, seja em suas carreiras políticas, ou em suas atuações de impacto social em suas comunidades de origem?

Esta dissertação propõe que sejam realizadas entrevistas com 20 parlamentares. As entrevistas permitirão analisar a hipótese principal de pesquisa. Esta análise será facilitada por meio de software específico que contribua para a análise de palavras e codificação das entrevistas em subtemas. Toda a revisão de literatura realizada colabora para que se possa realizar a etapa prática metodológica de entrevistas, calcada em pesquisas já realizadas anteriormente.

1.1. JUSTIFICATIVA

Dentro da Ciência Política, uma possível ótica de análise do engajamento cívico refere-se à participação ativa e consciente dos cidadãos nas questões políticas e na vida pública. O engajamento cívico busca, de modo geral, promover a democracia, a representatividade e a *accountability*¹ dos governantes (ERLICH, 2000).

¹ *Accountability* é um termo em língua inglesa que se refere à prestação de contas de governantes à sociedade. A presença de “*accountability*” na gestão pública é defendida por especialistas que também prezam pelo controle, fiscalização, compromisso, proatividade e transparência das suas instituições (PETERS, 2018).

Como mencionado anteriormente, por um lado, engajamento cívico pode se referir à participação em atividades comunitárias e não necessariamente relacionadas à política parlamentar. Por exemplo, a realização de trabalhos voluntários, associar-se em uma liga de moradores de seu bairro, a participação em atividades comunitárias que a própria igreja promova ou engajar-se em qualquer outra associação de classe também são maneiras de participar civicamente (ERLICH, 2000).

Por outro lado, o engajamento cívico pode resultar no envolvimento dos indivíduos no processo político em si, exercendo-se direitos e deveres cívicos, como votar, participar de manifestações e influenciar a formulação de políticas públicas, de maneira indireta. Além destes elementos, também está a alternativa de tornar-se uma liderança política, eleita a partir do voto democrático. Não raro, lideranças políticas podem ser formadas a partir da vivência estabelecida em denominações religiosas (ERLICH, 2000; WALD; CALHOUN-BROWN, 2014).

Em ambas as modalidades, engajamento cívico é fundamental para a democracia e a governança democrática, pois permite que os cidadãos tenham uma voz ativa na tomada de decisões e exerçam influência sobre os assuntos públicos. Inclusive, o engajamento cívico fortalece a representatividade política, a prestação de contas dos governantes e a transparência nas ações do governo (ERLICH, 2000).

É também importante esclarecer que habilidades cívicas, participação política e liderança não devem ser tomadas como sinônimos. Ainda que, na própria literatura consolidada, não raro, estes termos parecem ser tomados como equivalentes.

Na prática, habilidades cívicas incluem as capacidades cognitivas mencionadas anteriormente (ATA, 2019) e se exercem desde atividades como falar em público e capacidade de organizar reuniões, até competências interpessoais, como capacidade de ouvir o outro (“escuta ativa”) e atingir objetivos. Estas habilidades podem ser úteis para a vida cívica e se traduzir em participação política efetivamente. Por sua vez, da participação política podem emergir lideranças políticas. Todos estes conceitos, ainda que extremamente interligados, são diferentes entre si.

O estudo do engajamento cívico abrange várias áreas de pesquisa da ciência política, como teoria política, comportamento político, movimentos sociais, participação política e, até mesmo, políticas públicas. Os cientistas políticos investigam os fatores que motivam ou inibem o engajamento cívico, os efeitos do engajamento cívico na

governança e as formas pelas quais os cidadãos podem influenciar as decisões políticas (ERLICH, 2000).

Dessa maneira, pode-se dizer que a temática de aquisição de habilidades cívicas na ciência política pode abordar inúmeras vertentes de pesquisa, como movimentos sociais e políticas públicas. Essas não são as vertentes abordadas na presente pesquisa e maior ênfase será fornecida à teoria política e ao comportamento político que expliquem engajamento cívico, a partir da clivagem de participação em denominações religiosas.

Além disso, é crucial reconhecer que o estudo e a ênfase no engajamento cívico não se limitam apenas à ciência política. Outras disciplinas, como sociologia, administração pública e até educação, também dedicam atenção a esse assunto. Em outros países, como nos Estados Unidos, há uma disciplina chamada de “desenvolvimento comunitário” que, assim como as demais supracitadas, integram as áreas acadêmicas dedicadas a estudar participação cívica. Cada disciplina traz sua perspectiva distinta para o exame do engajamento cívico, contribuindo assim para uma compreensão abrangente do tema (ERLICH, 2000).

Na ciência política brasileira existe escassa literatura acerca da participação cívica advinda da aquisição de habilidades em denominações religiosas. Na verdade, não somente para a realidade da ciência política brasileira, mas para a América Latina, grande parte da literatura foca sobremaneira em temas como a participação política resultante da exposição evidente a mensagens políticas nas igrejas e templos. Porém, pouco se fala da possibilidade de, por exemplo, engajar-se na política ou em atividades comunitárias, em associações do terceiro setor, por via das habilidades que são adquiridas, desenvolvidas e aprimoradas no seio das igrejas e em todas as demais instituições religiosas.

A importância de pesquisas científicas nesta área se torna ainda mais eminente quando a aquisição de habilidades cívicas é compreendida como um indicador da qualidade de uma democracia (SKOCPOL; FIORINA, 1999). A dimensão participativa da democracia envolve a tomada de decisão coletiva, desde comunidades nas quais os indivíduos participam, como em associações de bairro, até as decisões coletivas que podem ser expressas através do voto em parlamentares que devem representar as preferências coletivas do eleitorado. A participação indireta dos indivíduos na política parlamentar expressa a capacidade de influência do público sobre a tomada de decisões políticas.

Esta dissertação está organizada na presente introdução (capítulo 1), que é finalizada com os objetivos geral e específicos a seguir, revisão de literatura (capítulo 2), que cobre as principais pesquisas já realizadas sobre atividade cívica e as denominações religiosas, metodologia (capítulo 3), além de resultados de pesquisa (capítulo 4) e conclusões e considerações finais (capítulo 5). Após estes, estão as referências bibliográficas e anexos de pesquisa.

1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

Objetiva-se verificar a hipótese da inferência de causa entre adquirir as chamadas competências cívicas (ou habilidades cívicas), em diferentes religiões brasileiras e engajar-se civicamente fora das igrejas, isto é, em atividades comunitárias de impacto social ou ligadas à política parlamentar.

A pesquisa permite refletir como a presença das religiões brasileiras contribui para a aquisição das habilidades cívicas e seu posterior aproveitamento em atividades sociais e políticas. Uma vez que engajar-se civicamente pode ser lido como uma variável central para as democracias, de uma forma ampla, pode-se pensar como que a presença das variáveis religiosas contribui para a formação do engajamento cívico, em primeiro lugar, e, em segundo momento, seu aproveitamento em esferas não-religiosas.

De modo geral, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: A participação em atividades religiosas afeta de maneira importante o desenvolvimento de habilidades cívicas e seu posterior aproveitamento em atividades sociais e políticas?

Tem-se como objetivos específicos testar a pergunta principal desta pesquisa de maneira empírica. Para isto, utiliza-se um *design* qualitativo de entrevistas com parlamentares da Câmara dos Deputados no Brasil, ligados às denominações religiosas católica, evangélica, espírita, espiritualista indígena e afrorreligiões. Além dessas, haverá a presença de um pequeno grupo de controle com parlamentares que não são formalmente ligados à religião alguma, a fim de que se possa analisar os impactos de participar religiosamente para a vida cívica ativa na política parlamentar comparativamente à ausência desta atividade.

Por isso, opta-se pela realização de coleta de dados primários de entrevistas qualitativa que contemplem, devidamente, tanto a variável independente da pesquisa (aquisição de habilidade cívica nas denominações religiosas), quanto a variável dependente principal que comporá o modelo: participação cívica ativa. Além disso, será

possível também verificar o engajamento comunitário ativo dos parlamentares ao longo da entrevista semiestruturada, cujo roteiro se encontra no Anexo I.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura a seguir é parte integral da dissertação a ser desenvolvida e se inicia com as contribuições de Verba e colaboradores (1993). Do artigo realizado pelos autores, pela primeira vez na literatura pode-se constatar um marco referencial importante em relação à presença das igrejas na aquisição de habilidades cívicas. Este se constitui no objeto a ser investigado pela literatura: como a participação religiosa influencia na aquisição de habilidades cívicas, e que se traduz em uma vida cívica ativa. O *paper* foi publicado em período relevante para a ciência política, o *British Journal of Political Science*.

Pode-se dizer que ocorre pesquisa acerca de engajamento cívico marcadamente desde que Tocqueville (2019), no século XIX, visitou os Estados Unidos e observou os altos níveis de participação naquela sociedade.

Porém, a ligação entre participar civicamente, a partir da participação religiosa, permanecia escassa e decidiu-se, nesta pesquisa, adotar o artigo de 1993 de Verba e colaboradores como principal primeira pesquisa científica recente já realizada acerca deste tema. Por isso decidiu-se revisar a literatura a partir desta pesquisa, que é um marco temporal inicial para a dissertação. Nesta dissertação, foi a partir da literatura de Verba *et al* (1993), pela primeira vez, que se descobriu a presença de demais pesquisas acerca da temática investigada.

Inicia-se a revisão de literatura por este trabalho, que traz uma perspectiva da sociedade estadunidense acerca da ligação entre participar das igrejas e participar civicamente. A revisão de literatura segue com uma atualização do trabalho de Verba e colaboradores com um artigo realizado em 1995 e que traz contribuições ao primeiro, realizado em 1993.

Os demais trabalhos que fazem parte da revisão de literatura também são artigos científicos - as principais fontes para esta dissertação. Para seleção destes artigos, utilizaram-se, como critérios, o número de citações deles e os impactos alcançados na comunidade científica, nas principais revistas da área de ciência política e de estudos de religião também. A literatura existente acerca da aquisição de habilidades cívicas em denominações religiosas é relativamente escassa e as principais pesquisas publicadas em periódicos internacionalmente reconhecidos da ciência política são visíveis.

Dessa maneira, a revisão que se inicia com o seu marco temporal adotado em Verba (1993; 1995), nos Estados Unidos, segue por outras pesquisas já realizadas neste país e em outras partes do mundo. Até se chegar na América Latina e, depois, no Brasil

especificamente. No Brasil e, até mesmo na América Latina como um todo, há uma escassez de literatura realizada acerca da aquisição de habilidades cívicas nas igrejas. Por esta razão é que a pesquisa se encaixa em um cenário escasso desta natureza de literatura para o nosso país. Assim, pretende-se contribuir com ela.

Na sequência da revisão de literatura, opta-se por continuá-la com a contribuição de Djupe e Gilbert (2006) no *Journal of Politics*, acerca da aquisição de habilidades cívicas em igrejas episcopais e luteranas nos Estados Unidos. A inovação deste trabalho é considerar as igrejas não apenas “uma caixa preta”, como os autores indicam, mas investigar o que ocorre de maneira específica dentro de cada uma, a partir de suas estruturas e dinâmicas, que são únicas. Por isso, seus estudos de caso acerca, de maneira específicas, de duas igrejas evangélicas.

Depois, segue a revisão de literatura com o que ocorre sobre este tema em outros países, que não os Estados Unidos apenas. Outros trabalhos foram realizados ao redor do mundo sobre este tema. McClendon e Riedl (2015), no *Journal of Politics*, trazem uma importante contribuição acerca desta temática para a realidade de Nairobi, no Quênia, onde se realizou um experimento acerca do engajamento cívico a partir de igrejas pentecostais e católicas carismáticas. O experimento, ainda que percorra a realidade específica de duas igrejas bastante diferentes, tem como objetivo principal destacar não as diferenças entre elas e suas estruturas internas, mas sim o efeito das mensagens religiosas que são difundidas dentro de cada uma delas.

A revisão de literatura segue e finaliza com o que há de pesquisas sobre este tema para a América Latina, de maneira ampla, e para o Brasil, especificamente. Vale destacar que nesta região, diferente do que ocorre nos Estados Unidos, a tradição na ciência política sobre a agenda cívica é consideravelmente menor.

Os Estados Unidos - país em que se iniciou o levantamento bibliográfico sobre este tema - têm, inclusive, uma disciplina de “*civics*”. Esta disciplina, que envolve a compreensão de engajar-se civicamente e de maneira ativa na sociedade, é pouco estudada, de maneira formal, na literatura brasileira e latino-americana na ciência política. Por esta razão é que, para que se pudesse compreender qual a contribuição que a presente pesquisa tem para a literatura, identificou-se que na América Latina há apenas um trabalho relevante em número de citações sobre este tema.

Antes de realizada a revisão de literatura sobre a América Latina, realizou-se um pequeno preâmbulo acerca da importância religiosa para a região, onde a sua fé e presença

de inúmeras denominações religiosas já foram objetos de estudos anteriormente. Neste contexto, também está a presença da mistura não-laica entre religião e política, mesmo em Estados modernos. Esta característica é capaz de diferenciar a região de outros países em um mesmo período da história.

O preâmbulo para a América Latina serviu para contextualizar, ainda que pontualmente, a necessidade de se cobrir o tema de religião para o continente. Em continuidade, após o texto inicial da seção, o trabalho já realizado na América Latina sobre participação cívica ativa e igrejas é de Audette, Brockway e Cornejo (2020), no *Journal for the Scientific Study of Religion*. Os autores buscaram testar se a hipótese de Verba e colaboradores (1993) - acerca de igrejas protestantes possibilitarem maior aquisição de habilidades cívicas, em vista de suas estruturas internas mais horizontalizadas - de fato se confirmaria, ou não, para a realidade da América Latina.

Por fim, para a realidade brasileira, revisou-se a literatura de Ribeiro e Walter (2017) acerca desta hipótese, presente na revista Debates. Para eles, assim como para o estudo elaborado para a realidade da América Latina, de maneira mais ampla, compreendeu-se a importância da realização de pesquisas específicas para a região. No caso do Brasil, por exemplo, há uma grande participação de denominações religiosas de origem africana, como o candomblé, para a influência sobre a aquisição de habilidades cívicas e engajamento comunitário. A pesquisa de Ribeiro e Walter (2017) reforça a necessidade de investigação de realidades específicas de países latino-americanos, já que neles não há apenas uma diferença marcada entre católicos e protestantes.

Este elemento aponta para que a própria metodologia desenvolvida nesta dissertação contemple não apenas católicos e evangélicos, mas a miríade de diversidade religiosa brasileira, o que inclui, por exemplo, espíritas, espiritualistas indígenas e matrizes afrorreligiosas.

A diferença entre igrejas católicas e protestantes foi o ponto de partida de revisão de literatura desta pesquisa, a partir de Verba e colaboradores (1993). Entretanto, principalmente as pesquisas realizadas por Brockway, Audette e Cornejo (2020) e Ribeiro e Walter (2017) revelam a necessidade de pesquisas sobre engajamento cívico e religião para esta parte do mundo da América Latina, já que as particularidades se revelam intensas nela. É neste contexto de particularidades sobre a realidade brasileira e de escassez de pesquisas anteriores realizadas sobre este tema para a região que se insere a pesquisa da presente dissertação.

2.1. O ESTUDO DE VERBA

O artigo original de Verba *et al* (1993) investiga os níveis de participação de três grupos de interesse: latino-americanos, negros e população branca, ambas nos Estados Unidos. Há um especial enfoque para o grupo dos Latinos e dos Afro-americanos, que, apesar de apresentarem semelhantes desvantagens sociais na América do Norte, detêm distintos níveis de participação e engajamento. A pesquisa busca investigar as causas das diferenças da participação cívica, a partir da geração de recursos em cada grupo de análise.

A importância da presença religiosa para a participação cívica se torna evidente quando os autores se propõem a realizar uma investigação sobre o engajamento a partir da perspectiva étnica. Dentre as variáveis socioeconômicas analisadas para compreender qual explicaria a diferença participativa entre os grupos étnicos, destacou-se uma variável inesperada para a pesquisa, que era a participação religiosa. A partir dela, seria possível compreender as diferenças participativas e o artigo se tornou uma referência para a agenda cívica.

Na pesquisa se constatou que a população afro-americana era um pouco menos participativa civicamente que a população branca nos Estados Unidos. Porém, essa diferença era severamente marcante para a população latina, a qual era muito menos participativa que as demais. É claro que a vantagem que a população branca levava em relação às maiores participações cívicas se devia a recursos materiais serem mais bem distribuídos entre eles. Recursos materiais favorecem a participação cívica e por eles é possível se compreender variáveis como níveis educacionais, renda e tempo livre. A população anglo-americana é sócio-estruturalmente mais favorecida por estas variáveis (VERBA *et al*, 1993).

De forma mais ampla, na ciência política, os "recursos" referem-se aos vários ativos, capacidades ou vantagens que indivíduos ou grupos possuem e podem utilizar para influenciar processos políticos, tomadas de decisão e resultados. Esses recursos podem desempenhar um papel crucial na formação da dinâmica do poder e na determinação dos resultados políticos. Portanto, estes recursos influenciam, inclusive, as dinâmicas de poder (JANOSKI *et al*, 2005).

Acerca da diferença de participação entre latino-americanos e negros, à época do estudo realizado, o número médio de atos políticos realizados por latino-americanos era

de 1,17, afro-americanos 1,9 e anglo-americanos 2,22. Comparativamente aos brancos, a taxa de atividades políticas da população afro-americana costumava ser menor, por exemplo, na década de 1950. Devido à diminuição de barreiras tanto *de jure*, quanto *de facto* à atividade, junto com mobilização dos movimentos civis e o dramático aumento da proporção de afro-americanos com maiores níveis de educação e ocupações de maior status é que houve diminuição deste *gap* (VERBA *et al*, 1993, p. 461).

Já para o grupo dos latino-americanos, foi esperado além de menor participação que brancos, menor participação que negros. A população latina enfrenta, assim como outros grupos de migrantes, obstáculos com relação à comunicação na língua inglesa e ao seu status legal no país. Movimentos sociais relacionados a eles são muito mais recentes do que o movimento negro por direitos civis, por exemplo (*Ibidem*, 1993, p. 459).

Mas, é importante destacar que, ao se controlar para as diferenças nos recursos politicamente relevantes de cada grupo, é como se não houvesse diferença significativa entre eles para a participação política. Este fator favorece o argumento da importância de habilidades cívicas adquiridas em instituições secundárias para a aquisição de recursos materiais e imateriais para a participação política. Estas chamadas instituições secundárias podem incluir igrejas (*Ibidem*, 1993, p. 459 - 461).

Em relação à participação em organizações não-políticas, o que inclui igrejas, os grupos apresentam diferenças. 48% dos anglo-americanos compareciam a serviços religiosos mais de uma vez ao mês em comparação aos 54% dos Latinos e 61% dos afro-americanos (*Ibidem.*, p. 473).

No ambiente das organizações não-políticas, os autores constataram mais estratificação acerca de renda e educação do que no mercado de trabalho. Esta informação surpreende ao compará-la com o senso comum de que igrejas, por exemplo, seriam ambientes de pouca estratificação de renda e educação, e vários grupos sociais diferentes dialogariam entre si (*Ibidem.*, p. 473).

Os grupos mais prováveis de estarem associados com congregações locais são os afro-americanos. Porém, esta filiação às igrejas não significa automaticamente politizar ou engajar-se civicamente. Trabalhos diferem e igrejas também, de forma que tenham implicação diferente para a distribuição de recursos relevantes para participação cívica entre grupos étnicos e raciais (*Ibidem.*, p. 459).

Os autores destacam a relação entre participação cívica e democracia, com especial foco em como instituições religiosas provêm capital social para aqueles que não

são dotados de recursos. Além de religião, outros fatores intrínsecos e culturalmente relacionados à etnia, como o uso do idioma, são também importantes para determinar níveis de participação. Latino-americanos têm uma imigração recente para os Estados Unidos e isto afeta como manejam o idioma e, conseqüentemente, como participam de atividades (*Ibidem.*, p. 476).

Desta forma que aplicaram um modelo de recurso para a análise das diferenças étnicas na atividade cívica, considerando o papel de outras instituições, como voluntárias e religiosas, as quais podem prover recursos que facilitem a participação para grupos em desvantagem social, já que características intimamente associadas com etnicidade exercem seu papel na geração de recursos de participação. Obviamente que, indivíduos letrados, que vieram de ambientes que proporcionam boa educação, são mais inclinados a fazerem parte de uma vida cívica ativa, como na política institucional (*Ibidem.*, p. 492).

Em sua metodologia, desenvolveram um modelo e, além das instituições não associadas com posição econômica e os recursos derivados delas, consideraram alguns outros tipos de recursos para a participação cívica. Fazem parte deste modelo escolaridade, renda, tempo livre disponível para exercer atividades e comando do inglês como língua estrangeira. Além destas, os recursos derivados do envolvimento em instituições não-políticas, como o ambiente de trabalho, associações não políticas voluntárias e, claro, as igrejas. Algumas variáveis são evidentes que importam, como o tempo livre necessário para exercer atividades fora do ambiente de trabalho e que, portanto, favoreçam a participação (*Ibidem.*, p. 492).

Igualmente, sem renda é impossível realizar campanhas ou dar suporte a causas políticas. É claro que o comando do inglês é determinante para a boa comunicação destes grupos, com exceção, talvez, com relação a fazer parte de protestos – o que não demanda um alto nível de língua inglesa. À parte desta atividade, é provavelmente uma necessidade dominar a língua inglesa para realizar grande parte das atividades relacionadas com a capacidade de voluntariar-se e de entrar em contato com autoridades (*Ibidem.*, p. 467).

Existe um aspecto também daqueles que estiverem dentro das organizações religiosas ou outras instituições secundárias estarem expostos a mensagens políticas e desenvolverem redes interpessoais que podem servir para trazê-los à mobilização política. Os autores acreditam que é através largamente da criação destes recursos que a maior parte das instituições não políticas influenciam o envolvimento político dos cidadãos. A

criação de uma rede de contatos é uma ótica possível de se analisar como entrada às atividades políticas, pelo capital social (*Ibidem.*, p. 483).

Porém, a aquisição de capital social para a participação política não é o ponto de partida desta pesquisa. Esta pesquisa se limita a analisar como a aquisição de habilidades cívicas em instituições religiosas favorece a participação em uma vida cívica ativa, sem necessariamente percorrer como que uma rede de contatos sólida pode conduzir a participar politicamente (*Ibidem.*, p. 484).

Nesta estrutura de aquisição de habilidades cívicas, há usualmente favorecimento desigual de uns em relação a outros, sobretudo de recursos proveniente essencialmente do mercado de trabalho. O mercado de trabalho pode ser uma fonte de habilidades cívicas. Porém, pode ser visível que mais ricos de recursos e com mais vantagens em termos educacionais conquistam as melhores posições de poder e conseqüentemente adquiram mais habilidades úteis a uma vida cívica ativa (*Ibidem.*, p. 477).

Enquanto muitas instituições sociais funcionam desta maneira (como o mercado de trabalho), as instituições religiosas podem funcionar de maneira distinta, fornecendo justamente recursos àqueles que não são naturalmente favorecidos. Isto porque o tratamento fornecido dentro das instituições religiosas visa pela igualdade participativa, em que não necessariamente participa mais das atividades aquele ou aquela que tenham mais renda *per capita* (*Ibidem.*, p. 457).

Como mencionado, os principais recursos para participação se constituem em educação, renda e tempo disponível, domínio da língua inglesa e recursos derivados de instituições. O artigo original foca na disparidade entre estes aspectos, além de diferenças em interesse político e motivação para verificar o quanto os indivíduos participam. Estes recursos podem favorecer a participação em instituições secundárias, o que inclui igrejas (*Ibidem.*, p. 471).

Acadêmicos de ciência política sempre estiveram atentos ao link entre atividade cívica e afiliação com organizações e ao fato de que, mesmo que países não tenham necessariamente uma religião oficial, as instituições religiosas, não raro, envolvem-se em questões políticas, sobretudo em questões culturais. Quando a moral invade temas da política, não raro a presença das igrejas acontece no debate de alguma maneira (*Ibidem.*, 1993).

Ganhar recursos em um contexto não político pode depender de muitos fatores, além das variáveis supracitadas de educação, tempo livre e renda. Além delas, conta estar

conectado à instituição, seja ela secular ou religiosa; da natureza do trabalho realizado e se ele proporciona maior ou menor envolvimento na política. Finalmente, existem variações entre as instituições, porque existem recortes de classe social e de raça, dentro das instituições, que favorecem mais a alguns grupos em detrimento de outros e reforça a tese da possível desigualdade de recursos que exista em instituições secundárias (*Ibidem*, 1993).

2.1.1 Eliminação de vies de endogeneidade e variáveis omitidas

A pesquisa realizada por Sidney Verba e colaboradores (1993) contou com a possível ocorrência de vies de endogeneidade e de variáveis omitidas em seus modelos. É importante que seja dada atenção a estes problemas durante uma pesquisa. O problema de vies de variáveis omitidas ocorre pela correlação de uma ou mais variável tanto explicativa, quanto a explicada do modelo com uma variável que ficou omitida.

Com um número pequeno de observações, é muito provável que uma variável esteja correlacionada com uma variável omitida relevante e isto cause o problema de vies. Portanto, deve-se evitar amostras pequenas. Variáveis de controle (matriz), em um caso de estudo quantitativo, também ajudarão para a redução de um possível vies deste tipo, mas haverá sempre a chance do vies de variável omitida (KING et al, 1994).

Ainda que esse tipo de design possa vir a controlar para evitar vies de variável omitida, pode-se ter um custo alto: quando o controle adicional de variável não tem efeito sobre a variável dependente, mas é correlacionada com uma variável explicativa, o número de observações em cada categoria é reduzido e o efeito causal é estimado muito menos eficientemente (*Ibidem*, 1994).

Dessa maneira, pode haver diminuição da eficiência do coeficiente estimado. A melhor solução para isto, então, seria coletar mais observações ou, se isso não for possível, simplesmente identificar variáveis irrelevantes e não controlar para elas (*Ibidem*, 1994).

Já o problema da endogeneidade é muito mais simples e intuitivo de ser visualizado: não se sabe se fazer parte de atividades religiosas é causa ou consequência da participação cívica. É muito possível que pessoas ativas civicamente se engajem em comunidades religiosas posteriormente às suas atuações cívicas. Ou seja, que as suas habilidades previamente adquiridas (e por outros fatores, como nível de educação), sirvam ao trabalho comunitário junto a estas denominações (*Ibidem*, 1994).

Para Verba *et al* (1993), a chance de adquirir habilidades cívicas está relacionada a ser católico ou protestante, ao invés de latino, anglo ou afro-americano. A partir deste achado empírico é que se pode traçar uma característica importante acerca de habilidades adquiridas dentro das igrejas, as quais podem levar a uma vida cívica ativa. Dessa maneira, para reduzir vieses de endogeneidade e variável omitida, os autores escolheram utilizar em seus modelos a participação efetiva nas atividades religiosas, para além da frequência em cultos e missas. A frequência de participação em atividades das igrejas pode reduzir o resíduo existente em utilizar a mera participação religiosa e a razão das diferenças entre protestantes e católicos é explicada a seguir.

Cada igreja possui uma estrutura interna, ora mais verticalizada, ora mais horizontalizada. Esta estrutura administrativa das igrejas é capaz de envolver mais ou menos seus fiéis em suas atividades internas. Igrejas mais horizontalizadas proporcionam maiores chances de participação dos fiéis em atividades, com mais liberdade. Estruturas mais hierárquicas/verticalizadas proporcionam menos engajamento dos fiéis em atividades, devido a uma estrutura mais rígida e isto impacta na aquisição de habilidades cívicas.

Na verdade, no caso do artigo apresentado por Verba *et al* (1993), as diferenças de participação diziam muito mais respeito às religiões de cada grupo do que às categorias étnicas em si e as características socioeconômicas relacionadas a elas. A maior aquisição de habilidades cívicas demonstrada pela população branca e afro-americana, comparativamente aos latinos, ocorria não pelas diferenças socioeconômicas apenas. Essas diferenças, quando tratadas nos modelos, eram praticamente irrisórias diante do fato de que a população branca e afro-americana é protestante e a latino-americana, católica.

Principalmente nos Estados Unidos, igrejas católicas são mais hierárquicas que as protestantes. E seria esta a diferença principal do estudo, pois latino-americanos são católicos e a população afro-americana e branca, protestante, em grande medida. Este resultado foi compreendido pelos autores ao longo de sua pesquisa (*Ibidem*, 1993, p. 487).

Neste contexto, vale também dizer que, quando a vida cívica ativa resulta em maior participação político-parlamentar, há um fator de protestantes estarem mais expostos a potenciais mensagens políticas dentro de suas igrejas. Há um possível meio de entrada na política a partir de exposições a mensagens como estas. Isto pode explicar a

alta formação política da presença negra advinda de igrejas protestantes (*Ibidem*, 1993, p. 487).

As igrejas protestantes, além de formarem lideranças políticas indiretamente, através do exercício das habilidades cívicas, ainda são ambientes bastante politizados. No caso da realidade das igrejas estadunidenses frequentadas pela população de ascendência africana, a politização, para além de meras atividades cívicas, explica o papel que estas denominações indiretamente puderam ter na história estadunidense. Sobretudo, acerca da consolidação dos direitos civis da população afroamericana (*Ibidem l*, 1993, p. 487).

É possível observar inclusive um resultado curioso da pesquisa realizada. Há indicativos que igrejas fomentem mais habilidades cívicas a quem delas participa do que sindicatos. Foi possível observar esta característica, graças a uma comparação realizada pelos autores entre adquirir habilidades cívicas nas igrejas e nos sindicatos. Ainda que as medidas de habilidades cívicas exercitadas em igrejas e em sindicatos não sejam completamente comparáveis, os membros de igrejas são mais inclinados que membros de sindicatos a reportarem participar ativamente de atividades que lhes exigem habilidades interpessoais e de liderança (*Ibidem*, 1993, p. 490-491).

Anglo e afro-americanos que participem de igrejas são mais prováveis de reportarem exercitarem habilidades cívicas do que os mesmos grupos étnicos e raciais que sejam ativamente participantes de sindicatos. Já latino-americanos reportaram mais exercitarem habilidades cívicas quando membros de sindicatos latinos do que membros da sua igreja, no caso católica romana. Isto reforça a ideia da disposição hierárquica da igreja católica que impede a plena aquisição de habilidades cívicas. A evidência quanto a esta comparação é ainda mais proeminente quando se trata de exposição a mensagens políticas nestes ambientes que, curiosamente, é mais explícita dentro das igrejas do que dentro dos sindicatos, para todos os três grupos étnicos, segundo os autores (*Ibidem*, 1993, p. 490-491).

A forma de se adquirir habilidades cívicas nas instituições através de aprendizado é largamente um componente exógeno à participação cívica, enquanto estar exposto a estímulos políticos dentro das instituições é, pelo menos em parte, endógeno à participação cívico-política (*Ibidem*, 1993).

Assim, para eliminar problemas de endogeneidade, os autores conduziram um estudo auxiliar para avaliar hipóteses sobre componentes exógenos e endógenos de participação em serviços religiosos. Neste momento é que eles começaram a perceber que

a probabilidade que um indivíduo adquira “habilidades cívicas” em uma igreja depende da estrutura administrativa da igreja. Uma igreja muito hierarquizada não oferece oportunidades de desenvolvimento de habilidades e muitos afro-americanos pertencem a igrejas protestantes organizadas em uma base congregacional, enquanto latinos à igreja católica, portanto organizados em uma base muito mais hierárquica.

Os autores mostraram que é esta a diferença estrutural das igrejas que explica as diferentes probabilidades de aquisição de habilidades cívicas, isolando o componente exógeno do mero comparecimento às igrejas, o que pode conter a endogeneidade. Assim que eles mostraram que, para ambos os grupos (e, também, para anglo-americanos) é a natureza da denominação que afeta a aquisição de *civic skills*, não a etnia, outras características sociais e, especialmente, não é a participação cívica prévia que determina o grau de participação e aquisição de *civic skills*.

Como apresentado anteriormente, é esta a principal característica que resulta em diferença entre eles. Esta possível conclusão leva ao método de separação de partes exógenas e endógenas na pesquisa, para este caso, em que os autores se convenceram que a aquisição das habilidades cívicas era realmente exógena à participação cívica. Ou seja, não era participar de atividades cívicas fora das igrejas que se levava a praticar habilidades cívicas dentro das denominações religiosas - o que também poderia ser um caminho possível (*Ibidem*, 1993).

Convencidos de que a aquisição de habilidades cívicas era realmente exógena à participação política, Verba *et. al* mensurou a aquisição de habilidades cívicas em serviços religiosos e usou esta variável como variável explicativa, ao invés de mero comparecimento em serviços religiosos. Dentro do todo, que seria participação religiosa, como o comparecimento a serviços religiosos, eliminaram componentes exógenos, ao delimitar somente habilidades cívicas adquiridas dentro das igrejas (*Ibidem*, 1993).

Ou seja, utilizaram o componente exógeno somente e esta abordagem resolveu o problema de endogeneidade, que se relaciona a quem gera o que: se habilidades cívicas geram participação cívico-política ou se a participação cívico-política favoreça a aquisição de habilidades cívicas, que são aproveitáveis às igrejas. Agora, incluíram somente a componente exógena da variável na análise, o que demonstra a efetividade deste método para a resolução do problema da endogeneidade, eliminando seus potenciais vieses (*Ibidem*, 1993).

Incluir somente a componente exógena da variável participação religiosa significa não somente utilizar uma variável “participação em cultos e missas”. Mais do que isso, utilizar a componente exógena da participação religiosa é mensurar, precisamente, as atividades em que o indivíduo participa, externas ao mero comparecimento em atividades de culto. Comparecer em cultos e missas não equivale a adquirir habilidades cívicas, que são conquistadas em atividades externas (*Ibidem*, 1993).

As atividades externas podem incluir trabalhos voluntários nas comunidades das igrejas, participação em escolas dominicais, estudos bíblicos e atividades diversas. São elas que geram um pertencimento de grupo e comunidade, para além de um sentido meramente ritualístico das atividades religiosas. E nelas, portanto, a aquisição das referidas habilidades.

2.2. AQUISIÇÃO DE HABILIDADES CÍVICAS: PARA ALÉM DO MODELO SES

A agenda de pesquisa dos autores continua em 1995, ao considerarem um modelo de recursos e que se difere de um modelo de status socioeconômico para a participação cívica, chamado de SES. O modelo chamado “SES” é tradicionalmente mensurado por variáveis como educação, renda e ocupação. Na verdade, tanto um modelo SES, quanto um modelo de recursos, explicitam variáveis que são necessárias para a participação cívico-política. Em um modelo de recursos, serão consideradas as variáveis de capacidade de doação de tempo livre, de dinheiro e de exercício das próprias habilidades cívicas como importantes para a participação cívico-política.

Quanto mais tempo livre disponível, maior é a disponibilidade para se participar de atividades cívicas ligadas à política. Disponibilidade financeira também é importante, para a doação financeira em campanhas, por exemplo. E as próprias habilidades cívicas adquiridas compõem as três variáveis mais importantes que irão determinar a participação cívica.

Brady, Verba e Schlozman (1995), no artigo intitulado “*Beyond SES: A Resource Model of Political Participation*”, propõem, como sugere o título do artigo, em português, “Para além do modelo SES: Um Modelo de Recursos para a Participação Política”.

Os modelos de recursos de participação cívica se firmam em duas grandes tradições: A sociológica, e a da escolha individual, que provém de uma perspectiva das ciências econômicas. O modelo referente a status socioeconômico segue uma tradição

sociológica, o que sugere que classe social e status hierárquicos são fundamentais para determinar a participação política.

A tradição sociológica realiza um excelente trabalho de prever participação cívica, ainda que falhe na capacidade de relacionar exatamente qual o mecanismo de causa que liga o status social à participação. Por outro lado, as teorias de escolha racional especificam exatamente como e porque indivíduos decidem participar da política, em virtude de seus interesses individuais. Porém, estes modelos falham na previsão desta participação, uma vez que todos os indivíduos materialmente abastados participam civicamente? Certamente não e existem, assim, outros fatores de causas pessoais que devem explicar a vida cívica ativa (BRADY; VERBA; SCHLOZMAN, 1995, p. 271).

Para os autores, a ausência de participação cívica pode ser mais facilmente explicada do que a presença dela, a partir de três vertentes diferentes. A primeira delas indica a ausência de participação em decorrência da escassez de recursos necessários para ela, ou seja, os indivíduos não podem participar civicamente por questões materiais. Senão pelas suas vontades, por questões estruturais que os impedem de participar (*Ibidem*, 1995, p. 271).

Neste caso, não há recursos disponíveis de tempo, dinheiro, tampouco habilidades cívicas adquiridas para exercitar a vida cívica. Há também uma segunda vertente que indica a falta de engajamento psicológico para participar de atividades, ou seja, pouco interesse pela vida cívica na política, por exemplo, e pelas questões públicas comunitárias, falta de senso de pertencimento a uma comunidade, concepção de que atividades políticas não fazem a diferença etc. Por fim, pode-se citar uma terceira fonte de ausência de participação em atividades cívicas que é a exclusão de redes de contatos que permitam mais diretamente participação ativa (BRADY; VERBA; SCHLOZMAN, 1995, p. 271).

Pela análise estatística, os autores puderam constatar que os recursos tempo livre, dinheiro e habilidades cívicas têm efeitos significativos sobre a participação. Isto indica que o modelo de recursos pode prever participação. Os autores consideram três tipos de atividades para esta análise: doação individual de tempo ao se participar de atividades cívicas, doação financeira e votar (*Ibidem*, 1995, p. 271).

Para desenvolver o modelo de recursos, “para além do modelo SES”, os autores levaram em consideração quatro etapas. Primeiro, definiram recursos e explicaram como mensurá-los. Depois, mostraram como os recursos são distribuídos na população e como eles se relacionam com o modelo de status socioeconômico (*Ibidem*, 1995, p. 272).

Em seguida, verificaram como os recursos necessários para as habilidades cívicas se desenvolvem em instituições formais que não pertencem, por exemplo, à política parlamentar. Por fim, uma quarta etapa foi mostrar que os recursos explicam participação e que diferentes recursos são relacionados com diferentes atividades (*Ibidem*, 1995, p. 272).

Os recursos considerados não são igualmente distribuídos e alguns grupos socioeconômicos são mais bem providos do que outros, o que faz um modelo de recursos útil para explicar diferenças individuais. No ponto de vista dos autores, recursos variam conforme eles são estratificados por status socioeconômico, ou seja, conforme eles estejam mais concentrados, de forma desproporcional, em escalas maiores de status socioeconômico. É possível perceber que há um diálogo entre o modelo de recursos e modelo de status socioeconômico, que foi o ponto de partida de explicação dos autores sobre seus modelos.

Pode-se mencionar que o terceiro recurso considerado, de habilidades cívicas, contém uma clara tendência a acompanhar o nível educacional dos indivíduos. O nível educacional é responsável por gerar grandes desigualdades na distribuição de habilidades cívicas, no sentido de que, geralmente, pessoas mais bem qualificadas recebem melhores posições em ambientes como de trabalho. Nestas melhores posições, reproduzem, aperfeiçoam e ganham mais habilidades ainda (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 275).

Entretanto, se no ambiente de trabalho aqueles considerados mais aptos às suas atividades laborais se destacam mais e, por consequência, acumulam mais habilidades cívicas, no ambiente das igrejas, a dinâmica pode ser diferente. As igrejas são consideradas ambientes mais igualitários com relação à distribuição de habilidades cívicas e à variável de educação entre os indivíduos que participam delas. No artigo de 1995, os autores enfatizaram este achado de menor estratificação social nas igrejas, o que contraria pré-concepções sobre este tema, como ressaltado anteriormente no artigo de 1993.

Entre os indivíduos que participam de uma mesma igreja e de suas atividades, não há grande discrepância de aquisição e reprodução de habilidades cívicas, sobretudo quando as igrejas possibilitam que todos participem de suas atividades. A participação de todos em suas atividades pode ser mais assegurada, de maneira igualitária, quando a estrutura interna da igreja é mais descentralizada. Dentro das igrejas, segundo os autores, há a mesma probabilidade daqueles que têm menor educação atenderem às atividades de

culto e aqueles com maior escolaridade. Esta característica possibilita a observação de maior igualdade na participação de atividades (BRADY; VERBA; SCHLOZMAN, 1995, p. 275).

Também, existe relativamente pouca estratificação entre aqueles que realizam atividades como discursos nas igrejas e outras atividades voluntárias. As diferenças entre os três espaços não-políticos levados em consideração (igrejas, ambiente de trabalho e organizações não políticas) se mostram significativas para a participação cívica estadunidense. O ambiente de trabalho reforça vantagens socioeconômicas iniciais, uma vez que os mais educados fazem vantagem ao desenvolverem habilidades no trabalho. E uma vez que pessoas mais educadas fazem parte de mais organizações não-governamentais, fazer parte de trabalhos voluntários também reforça esta vantagem prévia (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 275).

A depender de vários fatores, um indivíduo tem a oportunidade de praticar habilidades cívicas no trabalho, em uma organização não política ou em uma igreja. Além dos fatores de educação, renda e tempo livre, há dependência também do envolvimento institucional que ele possui em cada organização. Ou seja, há uma dependência de ter um trabalho, estar filiado em uma organização voluntária ou uma instituição religiosa (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 278).

Também, é importante distinguir a natureza de cada trabalho. Uma pessoa que trabalha em uma firma sofisticada, do ponto de vista do conhecimento que é produzido e gerado é diferente daquela que trabalha, por exemplo, em serviços manuais. Assim como participar de organizações de naturezas distintas interfere na aquisição de habilidades cívicas, como entre participar de uma fraternidade ou de uma liga esportiva (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 278).

Com relação às igrejas, faz diferença para a aquisição das habilidades cívicas participar ou de uma igreja que é organizada de forma congregacional, isto é, com a sua estrutura interna menos hierárquica e mais horizontalizada, ou de uma igreja que é organizada de forma hierárquica, onde nela não será possível o exercício das habilidades cívicas da mesma maneira (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 278).

O chamado modelo de recursos (chamado *resource model*) utilizado pelos autores, “para além do modelo SES”, funciona bem para uma medida geral de participação cívica. Por exemplo, se considerada a dimensão do envolvimento nas igrejas: uma pessoa que não tem envolvimento nas igrejas e começa a frequentá-las

semanalmente passa a pontuar mais habilidades cívicas, além de um aumento marginal na participação cívica. Este resultado foi possível de ser observado graças ao *survey* aplicado, que continha uma escala de devoção de três horas adicionais na semana para estas atividades religiosas (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 285).

O modelo de recursos pode sugerir que a mera motivação para uma vida cívica ativa não é suficiente quando se trata das chances de entrada para a participação efetiva. Tempo livre, renda e habilidades cívicas são bons preditores da participação e um modelo que inclua recursos tem muitas vantagens (*Ibidem*, 2006), 1995, p. 285).

Recursos são mais mensuráveis do que formas subjetivas de motivação e eles são prévios à participação, tendo sido desenvolvidos em ambientes como família e escola, emprego, organizações não políticas e igrejas. Isto evita o problema de a endogeneidade de indivíduos participarem destes ambientes por, previamente, se interessarem por política - no caso em que a vida cívica ativa ocorra em vista da política ((*Ibidem*, 2006), 1995, p. 285).

Na verdade, os ambientes não políticos e os recursos formam os indivíduos (ou têm potencial para formá-los) para a participação cívica. É neste sentido que as instituições mencionadas operam “como escolas da democracia”. Há um extenso debate na ciência política acerca de participação e democracia. Porém, esta participação não deve ser confundida como uma condição necessária e suficiente para a democracia, uma vez que regimes autoritários também podem contar com participação cívica (BRADY; VERBA; SCHLOZMAN, 1995, p. 285; SKOCPOL, FIORINA, 1999).

O modelo de recursos permite ir além do modelo padrão de *status* socioeconômico (“SES”), pois vai na direção de especificar os recursos que podem ser úteis à participação cívica. Ele permite uma visualização mais clara entre a ligação do status socioeconômico e a vida cívica ativa.

Diferentes recursos estão alocados de maneira não homogênea a diferentes grupos relevantes. Assim, o modelo de recursos proposto não aponta exatamente para uma direção oposta ao SES, mas, na verdade, utiliza alguns elementos dele e os especifica. Além disso, há uma enorme correlação de previsão participativa entre o modelo de recurso e o SES.

Mas o modelo de recursos vai além do anterior no sentido de trazer também para a análise o papel das instituições não políticas. A inclusão de instituições permite compreender as disparidades participativas entre clivagens sociais relevantes (como é o

caso das etnias). Essa análise se potencializa quando alinhada à compreensão das estruturas internas dessas instituições (BRADY; VERBA; SCHLOZMAN, 1995, p. 285).

Os autores não se propõem a explorar a “caixa preta das instituições” e as especificam de uma maneira um pouco generalista. Esta é uma extensa pesquisa e não parece ter havido espaço para analisar diferenças institucionais significativas. Por exemplo, ao se tratar de denominações religiosas, uma sinagoga é diferente de uma mesquita, que é diferente de uma denominação cristã. Mesmo denominações cristãs guardam inúmeras características particulares: igrejas católicas são diferentes de igrejas evangélicas.

Dentro das igrejas evangélicas, há diferenças entre batistas e metodistas, pentecostais e luteranos, e assim por diante. Porém, ainda que não haja diferenciação entre instituições neste sentido, o que seria importante para a pesquisa, foram realizadas algumas observações. Dentre elas que as denominações religiosas são um ambiente no qual se pode pensar em maior acesso igualitário a oportunidades para desenvolvimento das habilidades cívicas. Este desenvolvimento é independente do acesso prévio a recursos como a educação e a renda familiar.

Existem mais disparidades significativas entre grupos demográficos no ambiente de trabalho e dentro de domínios seculares do que em igrejas. Esta ideia é aprofundada por Djupe e Gilbert (2006), a seguir. Para eles, igrejas promovem a aquisição de habilidades cívicas de diversas maneiras.

Em síntese, em Verba *et al* (1995) é possível identificar a importância do modelo SES (“*socioeconomic status*”) e do modelo de recursos para a agenda cívica e compreensão do que pode influenciar a aquisição de habilidades. Naturalmente, a ênfase maior ocorre sobre o modelo de recurso, que foi desenvolvido pelos autores. Porém, esses dois modelos são importantes e expoentes para esta agenda de pesquisa. A partir deles, é possível situar também onde se encontra a participação institucional religiosa para a realização de uma vida cívica ativa. Instituições são parte do modelo de recursos.

Reitera-se que a realização de uma vida cívica ativa, nesta pesquisa, perpassa por dois momentos: adquirir as habilidades cívicas e aplicá-las em atividades comunitárias de impacto social ou em atividades relacionadas à política-parlamentar, de maneira mais direta.

2.3. ATUALIZAÇÕES RECENTES ACERCA DOS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 *Djupe e Gilbert: As habilidades cívicas em igrejas episcopais e luteranas*

Djupe e Gilbert (2006) realizam uma investigação em duas denominações específicas, a fim de se verificar o que ocorre no interior delas. Investigam as condições sob as quais ocorre a prática de habilidades cívicas em duas linhas protestantes, que são as igrejas episcopais (neste contexto, utilizado como sinônimo para anglicanas) e evangélicas luteranas nos Estados Unidos. Para eles, pesquisas realizadas anteriormente consideram as igrejas como “caixas-pretas”, ou seja, sem a devida descrição das peculiaridades do que ocorre internamente dentro de cada uma.

Os autores consideram que na literatura existente até aquele momento (2006) era curioso que a relação desenvolvida pelas igrejas fosse sub-teorizada e sub-investigada. Seria importante que a estrutura interna de cada igreja fosse levada em consideração para os seus outputs relacionados à formação de habilidades cívicas, sem considerá-las “caixas pretas”, como outras empresas ou firmas quaisquer (DJUPE; GILBERT, 2006).

Diferente desta abordagem, os autores consideram importante “abrir esta caixa-preta”, conceitualizar as igrejas e as peculiaridades que ocorrem dentro de cada uma delas, no tangente às suas dinâmicas para aquisição de habilidades cívicas. Por isso realizam a pesquisa especificamente nas duas denominações supracitadas.

As igrejas podem ser vistas como instrumentos para a redistribuição de habilidades cívicas na sociedade. No ponto de vista de Djupe e Gilbert (2006), existe um quase universal consentimento de que a sociedade possa subsidiar por ela mesma déficits de participação política, e as igrejas podem ser importantes atores nesse sentido. Elas são protagonistas para responder uma das principais perguntas da pesquisa, em relação aos meios disponíveis da sociedade para corrigir o desequilíbrio de representação quando algumas pessoas são socialmente marginalizadas. As igrejas podem subsidiar habilidades a uma diversidade de pessoas, sem que estas necessariamente tenham a mesma escolaridade extensiva ou ocupação profissional.

A contra-hipótese da pesquisa é se igrejas geram mais desigualdade na distribuição de recursos, garantindo o desenvolvimento de habilidades cívicas para uma já habilidosa e socioeconomicamente homogênea e altamente qualificada amostra. E, assim, o fato de uma diversidade de pessoas praticar suas habilidades nas igrejas pode

apenas significar que fazer parte de igrejas é menos demograficamente estratificado nos Estados Unidos (DJUPE; GILBERT, 2006).

Pode não significar, necessariamente, que cada igreja ofereça acesso igualitário às suas práticas. Assim, entre hipótese e contra-hipótese, conforme a proposta de “abrir esta caixa preta”, sugerem olhar para cada congregação específica para entender como elas alocam oportunidades de aquisição de habilidades cívicas (DJUPE; GILBERT, 2006). Cidadãos desenvolvem habilidades nas igrejas através de pequenos grupos e atividades em que eles se sintam bem-vindos, especialmente quando esta comunidade oferece oportunidades de cunho social para se participar.

Oportunidades de envolvimento existem em todas as igrejas. Mas como é possível que tantos membros construam habilidades politicamente relevantes através dos seus envolvimento com as igrejas? É curioso que os exemplos de atividades que mais promovem o desenvolvimento de habilidades cívicas na sociedade estadunidense (onde o artigo está localizado) fossem escrever uma carta com finalidades políticas (seja ela para um parlamentar ou para algum outro ator político), planejar encontros de grupo e estudar uma causa política. Somente depois destas atividades, o que mais promove a geração de habilidades cívicas é participar de um grupo secular e, somente em terceiro lugar, está participar de atividades religiosas (*Ibidem*, 2006).

Esta observação contrasta com resultados de pesquisas acerca de habilidades cívicas. Enquanto Verba e colaboradores (1993, 1995) chegam a afirmar categoricamente que as igrejas são um domínio de mais igual acesso para praticar atividades cívicas, Djupe e Gilbert (2006) mantêm uma posição mais cética quando afirmam que as igrejas sejam apenas menos socioeconomicamente estratificadas, quando comparadas a outros ambientes seculares. É possível que a prática das chamadas habilidades cívicas exercidas dentro das igrejas por aqueles que as frequentam tenham sido adquiridas em outros ambientes institucionais (DJUPE; GILBERT, 2006).

Pode ser de grande centralidade a interação social sobre a qual os indivíduos desenvolvem habilidades cívicas nas igrejas. Maior será a participação individual em uma igreja quanto maior for a percepção deste indivíduo de inadequação social ou falta de pertencimento e percepção de integração na sociedade, fora do ambiente religioso. Esta percepção de inadequação é um grande motivador para participar de atividades de culto. Por sua vez, a composição social de pequenos grupos dentro da igreja dita quem terá mais acesso à aquisição de habilidades cívicas (*Ibidem*, 2006, p. 117).

A despeito da menor estratificação social nas igrejas, quanto mais socialmente homogêneo for o grupo de atividades, mais eficaz se pretende a aquisição de habilidades cívicas. Espera-se que os cidadãos desenvolvessem mais habilidades cívicas nas igrejas perante grupos pequenos, preferencialmente homogêneos e em atividades em que eles se sintam bem-vindos. Mais à frente, nos resultados de pesquisa, confirmou-se que a diversidade de grupos pode afastar a participação em atividades e que a homogeneidade favorece engajar-se (*Ibidem*, 2006, p. 117).

Entretanto, a participação realmente aumenta principalmente quando as suas comunidades seculares de origem, externas ao ambiente das igrejas, proporcionem poucas oportunidades de participação. Somado a isso, pode estar o fato de as comunidades externas proporcionarem a sensação de inadequação social ou baixa integração comunitária, o que favorece o engajamento em atividades religiosas (*Ibidem*, 2006, p. 117).

A homogeneidade social de grupos permite acessar mais facilmente o desenvolvimento destas habilidades, ao passo que diversidade nos grupos pudesse induzir a um processo de dificuldades. Este processo seria, inclusive, análogo aos impasses que acontecem quando uma variedade de interesses é representada em uma legislatura política, o que pode incluir tensão, competitividade, conflito, falta de entendimento, etc. Assim, os autores representam que haverá maiores probabilidades na aquisição de habilidades cívicas em pequenos grupos de maior homogeneidade cultural (*Ibidem*, 2006, p. 118).

Acerca da homogeneidade ou diversidade dos grupos, aspectos considerados são etnia, classe social, idade, crenças religiosas, identificação partidária e ideologia política. Com base nestes aspectos, os autores criaram um índice de similaridade com os grupos, em que maior pontuação sugere maior similaridade. A similaridade entre os seus membros é mensurada a partir dos aspectos considerados e que convergem ou divergem a partir da semelhança identitária, background e vivências (DJUPE; GILBERT, 2006, p. 118).

Outro exemplo de índice criado reporta a satisfação com a igreja e engloba aspectos de experiências vividas nela, como educação religiosa para adultos, desenvolvimento espiritual e experiências vivenciadas socialmente, como trabalhos sociais desenvolvidos nas comunidades geograficamente próximas às igrejas. A satisfação com estes elementos afeta a aquisição de habilidades cívicas, assim como os

discursos com tom político de autoridades eclesiásticas podem afetar a participação dos membros no envolvimento político (*Ibidem*, 2006, p. 119).

Portanto, a importância destes dois índices analisados. As medidas construídas contribuem para a sustentação teórica promovida pelos autores. Como os dois índices supracitados auxiliam na mensuração de elementos que podem motivar a participação política, mais um índice foi construído a fim de trazer elementos estatísticos para a observação teórica de que indivíduos mais isolados socialmente em suas comunidades de origem constroem laços mais fortes dentro das igrejas, onde também adquirem mais habilidades cívicas (*Ibidem*, 2006, p. 119).

Para captar estatisticamente este conceito, foi utilizado um índice de “isolamento de crenças”. Quanto maior a percepção de diferença de crenças em uma comunidade e o consequente isolamento social dos vizinhos (na comunidade de origem, não no grupo religioso), maiores serão as construções de habilidade cívica dentro das igrejas, uma vez que estes indivíduos direcionarão maior energia a um contexto mais socialmente congruente, como é o caso das igrejas onde decidiram participar (*Ibidem*, 2006, p. 119).

Através da *survey ELCA and Episcopal Church Congregational Study*, para os anos de 1999 e 2000, foi possível compreender que apenas 1/6 dos entrevistados praticavam pelo menos uma habilidade na igreja, enquanto 46% exclusivamente praticavam alguma habilidade fora das igrejas. 30% eram ativos dentro e fora das igrejas e estes resultados indicam que a igreja não é uma grande ofertante de habilidades cívicas, a menos para a amostra selecionada de participantes das igrejas anglicanas (episcopais) e luteranas nos Estados Unidos (*Ibidem*, 2006, p. 121).

Assim, também para esta amostra estatisticamente significativa de estadunidenses que participam das igrejas anglicanas (episcopais) e luteranas, não foi possível concluir que a igreja subsidie déficits de habilidades. Ao invés disso, para Djupe e Gilbert (2006), a igreja depende de indivíduos providos de recursos previamente para sustentar as próprias atividades dentro delas.

Este é um dos principais resultados da pesquisa e contraste com o que anteriormente havia sido encontrado por Verba *et al* (1993). Até então, havia alguma evidência nas pesquisas científicas de que igrejas poderiam “redistribuir” habilidades socialmente concentradas em estratos mais ricos e educados. Porém, é possível que este resultado divirja, a depender da igreja. Por isso da importância de se “abrir a caixa preta” de cada estrutura religiosa.

Porém, vale destacar que nesta pesquisa realizada, os pesquisadores focaram exclusivamente (e utilizaram dados provenientes destes ambientes) nas igrejas anglicanas norte-americanas e luteranas também. Assim, a base de dados é marcada por uma característica de as amostras coletadas serem especialmente providas de recursos materiais, o que não significa que, se tivessem realizado coleta de dados para outras amostras, de outras denominações, não obteriam resultados diferentes. Experimentos em outras igrejas podem corroborar a ideia de que igrejas distribuam habilidades cívicas que são desiguais (DJUPE; GILBERT, 2006).

Ainda assim, os autores argumentam que, embora haja pouca oportunidade única de desenvolvimento de habilidades nas igrejas, a oportunidade de praticar estas habilidades é importante. Marginalmente, incrementa a habilidade do cidadão de participar da política e em outros projetos que envolvam habilidades cívicas. As igrejas têm um papel de poder conectar cidadãos bem providos de recursos com outros semelhantes e, a partir daí, criar uma dinâmica que os direcionem para causas em particular. Esta dinâmica é facilitada pelo ambiente social da igreja, incluindo os pequenos grupos e outras conexões sociais (*Ibidem*, 2006, p. 122).

Como metodologia, utilizaram uma regressão de mínimos quadrados ordinários para responder quantas habilidades os respondentes praticam nas igrejas e um modelo multivariado, com base em regressão logística, para compreender se os respondentes praticam ou não habilidade cívica nas igrejas. Os fatores explicativos da participação são agrupados em quatro categorias.

A primeira, de contexto social da igreja inclui atividades em que está envolvido, discussão em pequenos grupos e similaridade da congregação. A segunda é de ambiente da igreja e inclui satisfação com a igreja. A terceira é de “forças orientadoras”: diferença de religiosidade para os seus vizinhos, isolamento da crença da comunidade e isolamento da atividade da comunidade. A última se refere a atributos pessoais, como educação, gênero, interesse político e habilidade cívica adquirida fora da igreja (*Ibidem*, 2006, p. 123).

Algumas características que merecem ser ressaltadas é que se sentir similar a outros membros do grupo da igreja é positivamente relacionado a praticar habilidades cívicas. Semelhança social aumenta a probabilidade de praticar uma habilidade em 10% (*Ibidem*, 2006, p. 123).

O isolamento da comunidade baseado na sub-representação das crenças dos congregantes também é um preditor para a prática de habilidades cívicas nas instituições. Indivíduos irão participar mais quando os seus vizinhos e a comunidade ao seu entorno não adequadamente refletem os ideais que eles abraçam. Se a comunidade externa é acolhedora e condizente com as crenças individuais daquela pessoa, não há tantas razões para se participar ativamente em atividades de caráter da religião e, por consequência, estes indivíduos acabam por exercitar menos as suas habilidades cívicas (DJUPE; GILBERT, 2006, p. 124).

Também, a educação e a prática de habilidades cívicas fora das igrejas é um grande determinante tanto no modelo *logit* quanto no modelo de mínimos quadrados ordinários para determinar a participação dentro das igrejas. Quanto às características pessoais no tangente à demografia, encontraram que mulheres e membros mais velhos desenvolveram menos habilidades cívicas nas igrejas. Isto foi uma surpresa considerando a característica de maior tempo dedicado às atividades congregacionais que tanto as observações de mulheres, quanto de pessoas mais velhas de idade exerciam. Havia maior participação destes grupos se comparados com outras observações da mesma amostra, como homens e pessoas mais jovens (*Ibidem*, 2006, p. 125).

Encontraram também o importante resultado de que não há relação entre exercer atividade política a partir de recrutamentos internos às igrejas para esta finalidade. Por exemplo, se um membro que participa das igrejas também participar da política institucional e, a partir desta hipótese, recrutar membros internos das igrejas para a política parlamentar e atividades vinculadas a ela. Não foram encontrados indícios de que haja esta realidade e esta hipótese não se confirma para as igrejas anglicanas e luteranas estadunidenses (*Ibidem*, 2006, p. 125).

Mas, por outro lado, encontraram um importante resultado estatístico de que um forte determinante de participação nas estruturas internas de atividades congregacionais é a rede social que é desenvolvida. Se por um lado não há recrutamento interno direto dos membros das igrejas para participar da política, encontraram que, por outro lado, quando há a participação política, ela ocorre em decorrência também das redes sociais que foram construídas dentro das próprias igrejas (*Ibidem*, 2006, p. 125).

O artigo ajuda a entender, empiricamente, como congregações locais ajudam a formar as habilidades cívicas, a partir de adentrar à complexidade organizacional e social das igrejas. Certamente, nem todos os membros das igrejas ganham recursos

politicamente relevantes nelas e muitas pessoas envolvidas politicamente, por óbvio, construíram suas bases políticas nos mais diversos ambientes institucionais. Mas, para aqueles que escolheram as igrejas e, depois, vieram a desenvolver suas habilidades políticas a partir delas, o estudo visa ressaltar a importância de relações sociais dentro das igrejas para a construção da participação que se converte em atuação cívica (DJUPE; GILBERT, 2006, p. 126).

2.3.2 McClendon e Riedl: Prática cívica e experiência de Nairobi, Quênia

O artigo destaca uma abordagem mais “psicológica” acerca da aquisição de habilidades cívicas. Isto é, participantes do experimento foram convidados a irem a cabines individuais e ouvir a mensagens gravadas de pastores (para a igreja evangélica) e padres (para a igreja católica) e, em seguida, participarem de atividades de baixo custo de entrada para engajarem-se civicamente.

O resultado foi que as mensagens positivas ouvidas pelos participantes promovem um “senso de auto-eficácia interna”, elevam a auto-estima dos participantes e suas percepções de si próprios. Dessa maneira, este artigo visa investigar o impacto da mensagem ouvida nas igrejas, pois elas têm a capacidade de mover ações dos seus fiéis. As mensagens ouvidas pelos participantes eram comparadas com as de um grupo de controle com mensagens seculares ou mensagens religiosas, mas que não promovessem um senso de “auto-eficácia interna”. Ou seja, que não fossem tão positivas para os participantes, assim como as demais. Ainda que o conteúdo fosse o mesmo, a forma de abordar determinado tema diferiria.

A presença da pesquisa de McClendon e Riedl (2015) é importante para a revisão de literatura, pois permite comparar uma abordagem psicológica, de motivação de mensagens ouvidas e compreendidas pelos fiéis com uma abordagem estritamente da aquisição de habilidades cívicas a partir da participação em atividades das igrejas, como é o caso dos artigos anteriores destacados. Estas diferenças ficam claras ao longo da revisão de literatura, pois McClendon e Riedl (2015) trazem uma abordagem concorrente à estrita aquisição de habilidades cívicas, ao tratarem de um outro meio de motivação cívica, que são as mensagens escutadas pelos fiéis. Há também um destaque dos autores pela questão dos laços sociais desenvolvidos nas igrejas que motivam civicamente.

Metodologicamente, McClendon e Riedl (2015) utilizaram uma experiência de Nairobi, no Quênia, para testar a hipótese da religião como estímulo para participação

cívica. Confirmaram que, para o design experimental testado no Quênia, as mensagens positivas utilizadas tipicamente acerca da autoimagem e autopercepção psicológica dos fiéis quanto a si próprios nas igrejas pentecostais e católicas carismáticas motivaram a participação em uma campanha cívica. Realizam este teste utilizando, de um lado, estas mensagens de autoafirmação positiva sobre as capacidades individuais e a potência de cada indivíduo para atingir estes objetivos e, de outro lado, mensagens religiosas que não exatamente promovem esta mesma motivação (MCCLENDON; RIEDL, 2015).

Algumas denominações e congregações enfatizam mais uma ideia de autoimagem positiva dos seus fiéis do que outras. Enquanto a ênfase na capacidade individual e potencial podem incentivar a participação cívica, a falta desta ênfase pode resultar em abstenção política e os pesquisadores discutem a implicação desta hipótese para a política na África-Subsaariana, no Quênia, cidade de Nairobi, e de uma forma mais ampla os impactos na vida cívica em geral (*Ibidem*, 2015, p. 1045).

A escolha de Nairobi como cidade para ser conduzido o experimento se deve por uma série de razões. Esta cidade é a capital do Quênia, que é um país que possui um sistema multipartidário competitivo e, muitas vezes, volátil, o que se traduz em janelas de oportunidade para engajamento. Devido aos altos níveis de corrupção e desigualdade, a participação cívica para o caso da política pode intimidar o cidadão médio, o que se reflete na baixa confiança deste cidadão no governo, bem como baixo interesse por política partidária e, até mesmo, atividades que possam ser importantes ao exercício da cidadania (*Ibidem*, 2015, p. 1048-1049).

Assim, expor este cidadão a um contexto de estímulos externos de mensagens psicologicamente motivadoras faz com que, de fato, capte-se o potencial desta mensagem para engajar-se civicamente. Na média, este cidadão está afastado de questões públicas e sem incentivos para participação. As motivações para a escolha da cidade de Nairobi ocorrem por ela representar aquela com maior tendência de conversão pentecostal e carismática da África-Subsaariana. Além disso, o alto nível de religiosidade do local representa uma amostra típica do continente africano, marcado pela religiosidade (*Ibidem*, 2015, p. 1048-1049).

O experimento realizado consistia em expor os cidadãos de Nairobi em um grupo que recebia mensagens de sermão e outro grupo que recebia mensagens seculares e, então, mensuraram a participação em uma campanha ativista. São conhecidos, da literatura de psicologia, os efeitos da autoafirmação sobre o engajamento nas igrejas e,

particularmente, o efeito de mensagens emocionalmente positivas que indiretamente produzem um senso de “eficácia” interna a quem as escuta.

Diferentemente de Brady, Schlozman e Verba (1995) e de Djupe e Gilbert (2009) que enfatizam o link entre religiosidade e participação, a partir de recursos organizacionais providos, laços sociais e as habilidades cívicas, McClendon e Riedl (2015) focaram no papel das ideias religiosas sobre a atuação de quem participa das igrejas.

As mensagens de autoafirmação psicológica não precisam ser religiosas para terem este efeito, mas as referências religiosas podem servir para aumentar a influência da mensagem, uma vez que elas seriam advindas de uma fonte de maior autoridade do que aquelas seculares, para aqueles que creem em alguma deidade. Em contraste, mensagens que sejam seculares ou religiosas e que não transmitam ou explicitem a capacidade de ação individual possuem menos probabilidade de serem motivadoras no engajamento de indivíduos em atividades internas às igrejas ou em campanhas políticas, como foi o caso do experimento testado (MCCLENDON; RIEDL, 2015, p. 1046 - 1047).

Na pesquisa, o experimento consistiu em selecionar aleatoriamente participantes para ouvir diferentes mensagens religiosas baseadas em sermões reais que foram realizados em Nairobi (cidade onde o experimento foi baseado) e focando no efeito de exposição do experimento sobre os cristãos da cidade. Cerca de 380 cristãos adultos residentes em Nairobi participaram do estudo. As duas mensagens religiosas utilizadas, do chamado gospel da prosperidade² e do gospel social³, retratam a tentativa de explicitar o contraste entre o teor de mensagem positiva explicada acima (*Ibidem*, 2015, p. 1048).

A mensagem gospel da prosperidade tende a retratar exatamente as mensagens positivas de autoafirmação mencionadas enquanto a vertente social não a explicita desta

² Um tipo de mensagem religiosa mais frequentemente associada às igrejas pentecostais contemporâneas e igrejas católicas carismáticas, cujo foco pode ser a prosperidade material na vida, a partir da fé e daqueles que creem mais em Deus alcançarem maiores recompensas materiais (MCCLENDON; RIEDL, 2015, p. 1046).

³ Vertente mais comum em protestantes históricos e católicos, tradicionalmente. A mensagem do gospel social trata de um Deus benevolente, mas também encoraja os fiéis a minimizarem/diminuírem as suas vontades passageiras e materiais terrenas e a lidarem com seus próprios sofrimentos. De certa forma, esta abordagem promove uma visão menos “empoderada” de si, quanto à capacidade individual de prosperar financeiramente etc. Esta abordagem é mais pró-social do que pró-pessoal e envolve generosidade em torno dos menos materialmente abastados (MCCLENDON; RIEDL, 2015, p.1047).

maneira. Assim, há uma tentativa de testar o contraste entre as mensagens para verificar qual resulta em maiores níveis de participação política. Além disso, foi utilizado um terceiro grupo exposto à mesma mensagem, só que exposto a mensagens seculares ao invés de religiosas. Então, durante o estudo, os participantes foram alocados em cabines individuais e fizeram a escolha de quais as mensagens ouvir (*Ibidem*, 2015, p. 1048).

As mensagens religiosas foram gravadas tanto na língua inglesa, quanto no idioma local, chamado suaíli. Localmente, os habitantes de Nairobi costumam usar um outro idioma ou mesmo mesclar o inglês com o suaíli para a comunicação. Entretanto, no experimento, foi possível o participante escolher ouvir a mensagem para motivá-lo. Ou em inglês, em suaíli, ou nas duas versões, já que era possível ouvir em um idioma primeiramente e, depois, repeti-lo se necessário (*Ibidem*, 2015, p. 1050).

Os detalhes do texto que foi lido para os participantes podem ser encontrados na íntegra no artigo, tanto para as versões do texto em formato de mensagem secular, quanto de mensagem do gospel social ou da prosperidade. As mensagens, na verdade, foram gravadas por um assistente de pesquisa residente de Nairobi, em ambas com a mesma cadência e tom de voz, totalizando a duração de 1 minuto e 30 segundos para cada mensagem. O assistente de pesquisa que narrou em sua voz as gravações não foi apresentado para nenhum participante da pesquisa, a fim de minimizar os efeitos de os demais o reconhecerem, o que permite inferir somente o efeito do teor das mensagens sobre o engajamento político (*Ibidem*, 2015, p. 1050).

Para mensurar a vontade de participar civicamente, selecionaram duas organizações não-governamentais em Nairobi que promovem atividades ativistas. Um grupo é chamado Youth Agenda e trabalha com pessoas abaixo de 40 anos envolvidas na política, com temáticas de governança limpa e engajamento cívico. O outro grupo é a *Community Focus Group* que trabalha com temas relacionados a direitos humanos e democracia, sendo que nenhuma das duas organizações são afiliadas a nenhuma denominação religiosa (*Ibidem*, 2015, p. 1051).

Assim, a mensuração da vontade de expressão cívica foi realizada da seguinte maneira: os participantes do experimento foram avisados acerca de cada organização cívica e suas respectivas atividades e ambas as organizações possuem lista de números de telefone das pessoas que querem participar como membros. Então, aos participantes do experimento foi feita a pergunta se querem fazer parte destas listas. Também, panfletos da *Community Focus Group* foram colocados na mesa de cada participante no laboratório,

onde eles estavam posicionados neste momento da dinâmica e, se tivessem interesse, poderiam guardar para si o folheto de informações (*Ibidem*, 2015, p. 1051).

Também, a Youth Agenda possui uma campanha, como parte das suas atividades, em que as pessoas podem, anonimamente, através de SMS, manifestar suas visões acerca do governo de Nairobi e as prioridades políticas. Os participantes no experimento foram informados acerca desta campanha e, no final do experimento, cada participante foi individualmente convidado a uma sala privada (*Ibidem*, 2015, p. 1051).

Nesta sala, um membro do staff da experiência relembraria o participante sobre a campanha política e que teria um tempo para enviar a mensagem, se quisesse. O staff então parava antes da entrada na sala privada e, depois do experimento, coletava os dados da Youth Agenda, a fim de verificar todos os números de telefone que chegaram a enviar mensagens políticas. Esta forma de participar civicamente certamente é menos custosa, em termos do experimento, do que outras formas, como participar de protestos. Mas, de qualquer forma, é uma maneira não-supervisionada de participar civicamente e requer certo tempo e esforços também (*Ibidem*, 2015, p. 1051).

Juntos, 38% dos indivíduos expostos a mensagens positivas e afirmativas, sejam elas religiosas ou seculares, enviaram uma mensagem de texto articulando suas prioridades para o governo, enquanto apenas 29% dos indivíduos não expostos a mensagens positivas o fizeram. Esta diferença é robusta em termos de estatística (diff = 9,0 pontos percentuais e $\rho = 0,079$) (*Ibidem*, 2015, p. 1052).

Esta diferença permanece robusta também ao se adicionar as variáveis de controle ao modelo, relativas às características demográficas das amostras. Mais especificamente, a mensagem de autoafirmação psicológica advinda do grupo testado com as mensagens de prosperidade gospel foi a que mais pode produzir resultados estimulantes civicamente (*Ibidem*, 2015, p. 1052).

Estes resultados e outros são importantes para a presente pesquisa à luz de que, por exemplo, para Verba *et al* (1993; 1995) e para Djupe e Gilbert (2006), a religiosidade/espiritualidade promove engajamento cívico através do aprofundamento das habilidades cívicas e de demais recursos que são gerados e reproduzidos nas igrejas, como laços sociais. No caso do artigo acima, há uma abordagem psicológica e, portanto, concorrente às demais.

Os achados de McClendon e Riedl (2015) apresentam uma direção, senão contrária, nova, na medida que trata de motivar-se psicologicamente para atividades. As

ideias geradas na esfera religiosa e a forma com que elas são dispostas nas palavras e discursos pelas lideranças religiosas e todas as possíveis autoridades religiosas motivam fiéis. Assim como, é importante que a forma com que psicologicamente são compreendidas as mensagens pelos fiéis seja positiva e com potencial para engajar na vida cívica. Dessa maneira, o engajamento na vida cívica ocorre por um prisma de compreensão da capacidade individual para tal.

No caso do experimento, há uma participação controlada, mas que, em grande medida, pode representar maiores participações e capacidade para alavancar a vida cívica. A partir de falas que estimulem a fé e despertem uma capacidade psicológica interna a cada um de agir na direção da crença da igreja e de sua própria, foi possível estimular psicologicamente os indivíduos, de modo eficaz a participarem das atividades propostas.

2.4. AMÉRICA LATINA: RELIGIÃO E POLÍTICA

Historicamente, a América Latina é um continente onde a religião exerce grande influência sobre a vida civil. Com ou sem a presença do ecletismo religioso, é possível considerá-la majoritariamente católica. Porém, hoje, há uma tendência de se tornar mais evangélica. Em um contexto em que muitas denominações evangélicas são ativamente atuantes na política e no terceiro setor, esta tendência demográfica reflete-se na participação cívica. Em um contexto de ativismo da religião, uma população mais evangélica pode se traduzir em mais parlamentares eleitos com motivações pouco seculares e que tragam pautas relacionadas a estes ambientes.

Ainda que a atuação evangélica seja proeminente atualmente na política e no terceiro setor, é importante ressaltar que a igreja católica também sempre atuou como um agente político, por sobretudo, estar próxima ao poder político e à própria formação dos Estados, em uma época em que religião e política se misturavam em uma perspectiva de ausência de laicidade (SCHWALLER, 2011).

Se, de um lado, há um cenário em que a igreja católica sempre esteve próxima do poder estatal e, de outro, um ativismo recente evangélico explícito, seria contraditório afirmar que evangelicalismo ou catolicismo fossem mais ou menos favoráveis à participação democrática em si.

Da literatura proveniente de Verba *et al* (1993) e do link existente entre participação cívica e democracia (SKOCPOL; FIORINA, 1999), é comum a inferência de que igrejas protestantes promovam mais oportunidades em suas denominações, que

são mais horizontalizadas. A maior participação em igrejas protestantes, comparada à participação católica, levaria a uma atuação cívica mais acentuada fora das igrejas. Uma vez que atuação cívica aponta na direção de democracias, que requerem a participação popular, haveria uma ligação indireta entre as igrejas protestantes e as democracias, como aponta a literatura e algumas pesquisas científicas, como Woodberry (2012).

Todavia, se de maneira geral há um consenso como este, principalmente ao se comparar igrejas tradicionais protestantes nos Estados Unidos com igrejas católicas neste país (hierárquicas e com pouco ou menor espaço para a participação de seus fiéis), a realidade religiosa na América Latina pode ser mais complexa que aquela. Em primeiro lugar, a igreja católica consolidada em muitos países latino-americanos pode se apresentar mais progressista e distante de uma igreja antiquada e hierárquica, como pode ter sido a igreja consolidada nos Estados Unidos, por razões históricas e sociais.

Há, por exemplo, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, a teologia da libertação, liderada por Leonardo Boff e que representa uma igreja católica progressista e passível de conceder liberdades individuais a seus fiéis para que participem amplamente de suas atividades e, assim, desenvolverem-se civicamente (SOFIATI, 2012).

Por outro lado, existem vertentes neopentecostais na região que são extremamente hierárquicas e possibilitem pouco a ação individual de quem delas participa (WOODBERRY, 2012). As Igrejas Pentecostais e Neopentecostais podem possuir uma estrutura hierárquica bastante grande e, até mesmo, semelhante àquela hierarquia católica antiquada a que se refere Blanshard (1949), outrora contrária ao formato organizacional das igrejas Protestantes históricas horizontalizadas. É importante que se delimite de qual protestantismo se trata ao se inferir uma possível influência sobre participação e, em última instância, sobre a democracia.

Desta maneira, faz-se necessária a investigação para a realidade da América Latina, como um todo, e do Brasil para a compreensão da relação existente entre adquirir habilidades cívicas nas denominações religiosas e engajar-se na política parlamentar ou em atividades comunitárias apenas. Destaca-se a escassez desta discussão para a realidade brasileira e dos países vizinhos latino-americanos. Por esta razão, a necessidade da realização de pesquisas nesta localidade se faz latente. Para que ela ocorra, é necessário delinear o que já se foi pesquisado para estes países.

2.4.1 *Religião, aquisição de habilidades cívicas e participação na América Latina*

Sidney Verba e colaboradores (1993, 1995) escreveram acerca de igrejas protestantes possibilitarem um maior fomento de habilidades cívicas em seus fiéis nos Estados Unidos, em detrimento da igreja católica, que é mais hierarquizada. Audette, Brockway e Cornejo (2020) testam esta mesma hipótese para a realidade da América Latina.

Adicionalmente, buscam responder à questão de se o crescimento do evangelicalismo contribuiu também para a participação cívica ao longo da região. Para isto, utilizaram países latino-americanos e o *survey da Pew Research Center* (2014) para a América Latina e encontraram que, nesta região, há também um maior fomento de habilidades cívicas a partir das igrejas protestantes em detrimento de outras religiões. Porém, quando há participação católica no processo de fomento de habilidades cívicas, estas habilidades adquiridas são mais prováveis de se tornarem parte de ações cívicas.

Então, os autores ressaltam que os cientistas políticos devem estar mais atentos ao especificarem o papel organizacional da religião na promoção de engajamento político ao redor do mundo (AUDETTE; BROCKWAY; CORNEJO, 2020).

Fora da agenda de pesquisa estadunidense, não se costuma avaliar em igual intensidade a participação cívica a partir do contexto religioso. Costuma-se avaliar mais o engajamento direto entre participar das religiões e, posteriormente, engajar-se, de maneira explícita, com temas políticos e na própria política parlamentar. As pesquisas tradicionalmente costumam focar na exposição de fiéis a mensagens políticas nas igrejas e o impacto, por exemplo, sobre variáveis como o voto.

Este *paper* se propõe a avaliar a aquisição de habilidades cívicas na América Latina, distanciando-se das tradicionais pesquisas acadêmicas na região que focam na participação direta política parlamentar e temas relacionados. O artigo traz uma importante contribuição à agenda de pesquisa cívica para a América Latina.

Neste artigo, focaram na participação de fiéis em atividades das igrejas fora do mero comparecimento ao culto. Estas atividades têm mais chance de engajarem civicamente em momentos posteriores a elas e a partir das habilidades cívicas adquiridas. Por atividades externas ao culto compreende-se engajar-se em atividades que as igrejas promovem juntos às suas comunidades e outras internas, como estudos bíblicos por exemplo. Elas se diferem do mero comparecimento de cunho formal a cultos e missas e

são significativamente mais promotoras de habilidades cívicas. Consequentemente, engajam os participantes em atividades extra-eclesiásticas.

Foram encontradas diferenças significativas entre católicos e protestantes na América Latina em termos de participação, o que leva os autores a trazerem recomendações para as igrejas. Recomendaram que as igrejas católicas aumentem o número de oportunidades que provêm para os seus adeptos para a promoção de atividades que fomentem habilidades cívicas. Para as igrejas protestantes observaram que as habilidades cívicas adquiridas pelos seus participantes são de fato maiores que na igreja católica. Recomendaram às igrejas protestantes a que estivessem atentos a esta conversão de habilidade adquiridas em uma vida cívica ativa verdadeiramente (*Ibidem*, 2020, p. 2).

As igrejas possuem as características de serem relativamente abertas ao público externo, acessíveis e comuns de serem encontradas. Elas podem prover oportunidades para trazer novos indivíduos e grupos para o sistema político. Enquanto tal efetividade da geração de habilidades cívicas para a participação política e/ou comunitária é amplamente testada nos Estados Unidos, ela deve ser testada para outros lugares, com o mesmo rigor, como é o caso de testá-lo na América Latina. Esta parte do continente americano é pertinente na influência da religião sobre a política parlamentar e sobre atividades comunitárias (*Ibidem*, 2020, p. 4).

Enquanto a igreja católica ainda possui uma presença predominante em grande parte dos países da América Latina, muitos cidadãos pouco a pouco se identificam mais com as igrejas evangélicas, com especial destaque para os países da América Central. O fenômeno de crescimento das igrejas evangélicas, na América Latina, é ainda mais proeminente que no restante do continente americano. Também, em países como o Brasil e a Colômbia, as igrejas evangélicas são politicamente bastante ativas e são parte de um movimento único, em perspectiva histórica, de influência sobre o processo político (*Ibidem*, 2020, p. 4).

Destaca-se a presença evangélica, pois católicos e evangélicos não necessariamente têm padrões consistentes em variáveis como voto e estas diferenças tendem a variar de acordo com países e tempo considerado. Há diferenças mesmo dentro de uma mesma religião. A igreja católica é mais progressista em países como o Brasil e em alguns outros da América Central. Porém, mais conservadora em países como México e Colômbia. Isto significa que os católicos votantes recebem diferentes *inputs* das igrejas e de suas lideranças religiosas (*Ibidem*, 2020, p. 4).

Também, enquanto partidos cristãos democratas continuam a exercer um papel historicamente central em países como o Chile, em outros países esta influência partidária cristã-católica diminuiu ou se tornou irrelevante, até mesmo. No caso das igrejas evangélicas, as variações das amplitudes relacionadas ao espectro político dos seus representantes podem ser ainda maiores que das igrejas católicas, as quais, tradicionalmente, têm os seus interesses mais representados por partidos democratas cristãos (*Ibidem*, 2020, p. 4).

No caso das igrejas evangélicas, pode haver apoio a candidatos ligados desde a esquerda, à direita e à extrema-direita, com pautas morais bem definidas. Temas sensíveis socialmente como aborto, casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e divórcio unem a direita evangélica. Entretanto, é válido destacar que, diferentemente das previsões de Sidney Verba e colaboradores (1993, 1995), a participação cívica católicas tendem a ser altas na região da América Latina. Mais a frente esta hipótese será testada (*Ibidem*, 2020, p. 4).

Outro aspecto que diverge do trabalho de Verba e colaboradores, mas que está na direção de Djupe e Gilbert (2006) é que as habilidades cívicas podem ser as precursoras no envolvimento em atividades da igreja, ao invés do resultado destas atividades. Quem já é civicamente mais engajado, geralmente, tem mais probabilidade de fazer parte de grupos de igrejas, o que pode levar à superestimação do efeito de participar de grupos de igrejas sobre a aquisição de habilidades cívicas. Entretanto, a possível relação endógena entre participar de igrejas e adquirir habilidades cívicas pode ser parcialmente superada com o foco na diferença organizacional entre as denominações (*Ibidem*, 2020, p. 6).

Ainda que os autores chamem a atenção para as diferenças de estruturas administrativas das igrejas para a aquisição de habilidades, o padrão de envolvimento daqueles mais altamente engajados civicamente tende a não variar entre as denominações religiosas. Ou seja, pode-se ter a mesma probabilidade de encontrar um católico, bem-dotado de habilidades cívicas e que participe das atividades da sua igreja, assim como um protestante, com as mesmas características e altamente engajado em suas atividades religiosas. Este resultado não envolve a posterior atuação cívica na sociedade (*Ibidem*, 2020, p. 6).

É possível que a amostra de que se trata como engajada civicamente, a partir da participação religiosa, já seja uma amostra “pré-disposta” ao engajamento cívico. Entretanto, este padrão tende a não variar entre as denominações. Para captar da melhor

maneira a aquisição das habilidades cívicas, os autores propuseram uma análise *cross-regional* de países da América Latina, em agregado, com medidas detalhadas das atividades religiosas e análise acerca das denominações (*Ibidem*, 2020, p. 6).

Na metodologia, foi testada a hipótese de Verba *et al* (1993) de que haja maior engajamento cívico entre protestantes, em detrimento de católicos, e que este engajamento seja traduzido em maior participação política por estes grupos. Este foi o primeiro trabalho a testar esta hipótese, nos moldes apresentados por Verba *et al* (1993, 1995) para o agregado de países da América Latina. Somado a isto, esta análise contribui para o entendimento de como o crescimento do evangelicalismo nesta região do mundo pode afetar a participação cívica (*Ibidem*, 2020, p. 7).

Os dados analisados são provenientes do *survey* para a região da América Latina da *Pew Research Center* (2014). O formulário de entrevistas não incluiu medidas tradicionais como comparecimento dos entrevistados às eleições, mas permitiu testar outras formas de participação da religião sobre a aquisição de habilidades cívicas e participação. Isto ocorre no caso do registro das variáveis de participação em trabalho comunitário para resolver os problemas da comunidade, engajamento em atividades de protesto e realização de contato com oficiais públicos, como políticos (*Ibidem*, 2020, p. 7).

De modo que a aquisição de habilidades cívicas ocorre quando indivíduos fazem parte de estruturas participativas da igreja e nela exercem suas atividades, para além do mero comparecimento em cultos apenas. Os autores incluíram as medidas das variáveis independentes para a aquisição de habilidades cívicas que são as *dummies* ser membro de um conselho da igreja, líder de um pequeno grupo ou dos chamados ministérios eclesiais ou se é professor ou professora de uma escola dominical ou se ministra aulas de educação religiosa (*Ibidem*, 2020, p. 8-9).

Como uma medida adicional, adicionaram o efeito de participar em um pequeno grupo de oração ou de estudos das escrituras, mas sem que seja uma liderança formal, o que também pode contribuir adicionalmente para a aquisição de habilidades cívicas, sobretudo em grupos mais informais, onde os participantes possam assumir responsabilidades com mais autonomia e múltiplas pessoas são responsáveis pela condução das atividades (*Ibidem*, 2020, p. 8-9).

Efetivamente, testou-se a hipótese de se protestantes são mais participativos nestas atividades do que católicos. Além disso, foram consideradas variáveis de controle

demográficas, como gênero, idade, se casado ou solteiro, etnia ou raça, renda e educação, além de variáveis de controle para os países e o percentual de influência política da religião, incluindo o percentual do país que se identifica como católico. Esta medida era calculada pelo próprio *survey* (*Ibidem*, 2020, p. 8-9).

Finalmente, os modelos também contêm as restrições do governo sobre liberdade de expressão da religião, hostilidade social em torno da religião e o número de políticos de partidos democráticos cristãos. Dado o grande número de variáveis de controle e os resultados estatisticamente significativos, os autores consideraram confiáveis os resultados dos modelos (*Ibidem*, 2020, p. 8-9).

Como resultados para a América Latina, de fato, encontraram que católicos e protestantes participam diferentemente das atividades de grupos de suas igrejas. Protestantes são mais prováveis de participarem tanto nas atividades formais das igrejas, quanto de atividades de pequenos grupos de oração e, realizando estas atividades, eles são também mais inclinados a estarem mais consistentemente envolvidos nelas (*Ibidem*, 2020, p. 10).

Os chamados participantes do protestantismo histórico são 5 pontos percentuais mais prováveis do que católicos a estarem envolvidos em atividades de liderança dentro de uma igreja, enquanto os protestantes evangélicos são 11 pontos percentuais mais prováveis de estarem envolvidos na liderança das igrejas. Comparativamente aos católicos, este gap é ainda maior para a participação de grupos de oração, excedendo-os em, pelo menos, 10 pontos percentuais (*Ibidem*, 2020, p. 10).

Também, encontraram que aqueles que participam mais das igrejas são mais prováveis de fazerem parte de papéis de lideranças, uma vez que são indivíduos, no geral, mais prováveis de estarem casados e com maior educação. Sabe-se que educação e casamento são variáveis que contribuem positivamente para a formação de lideranças. Isto reforça a evidência apresentada por Verba e colaboradores (2018) de que as oportunidades de liderança nas igrejas dizem a respeito, também, às desigualdades culturais e de recursos, em que maior o status do indivíduo, maior a chance de se participar ativamente (*Ibidem*, 2020, p. 10).

Para a verificação de se a aquisição de habilidades cívicas dentro das igrejas se traduz em uma vida cívica ativa, os autores constataram que os resultados reportados de três tipos de participação cívica (melhorar condições sócio-estruturais em uma comunidade, organizar e participar de um protesto e contatar políticos eleitos) se mostram

estatisticamente significantes para ambas as religiões, reforçando que as habilidades cívicas adquiridas fazem parte de um repertório cívico a ser desenvolvido fora do ambiente religioso (*Ibidem*, 2020, p. 11).

Aqueles que são envolvidos na liderança de suas igrejas são 5 pontos percentuais mais prováveis de serem envolvidos em trabalhos comunitários, 12.5 por cento mais prováveis de participarem de protestos e 14 por cento mais prováveis de entrarem em contato com políticos, do que comparativamente àqueles que não são envolvidos nas atividades das igrejas (*Ibidem*, 2020, p. 11-13).

Isto oferece evidências convincentes acerca do modelo de participação de habilidades cívicas. Um resultado, entretanto, foi que católicos são significativamente mais prováveis de terem uma vida cívica ativa do que outras religiões protestantes, no caso da América Latina e utilizando o *survey* da *Pew Research Center* (*Ibidem*, 2020, p. 11-13).

A partir dos modelos econométricos, observou-se que os católicos foram 7% mais prováveis de trabalharem na comunidade, 4% mais prováveis de participarem de protestos e 2 a 3% mais prováveis de contatarem políticos. No caso da América Latina é importante ressaltar este resultado, pois ele pode ser devido ao longo trajeto do continente com a forte ligação entre Estado e religião (*Ibidem*, 2020, p. 11-13).

Mais especificamente, a igreja católica era a religião oficial dos países latino-americanos antes de se tornarem Repúblicas laicas. Mesmo depois da laicidade de Estado promulgada, a religião católica continuou fazendo parte indiretamente da política, da formulação de políticas públicas e da cultura da população, o que pode explicar o resultado dos modelos para o continente. Mesmo deixando de ser uma religião oficial de Estado, ao longo do tempo a igreja católica desenvolveu uma estrutura de atividades que favorece participação em atividades cívicas na América Latina (*Ibidem*, 2020, p. 11-13).

Seria realidade que as igrejas protestantes nesta região possibilitariam maior liberdade e autonomia para os seus participantes para o envolvimento em atividades? Esta pergunta foi parcialmente negada e entenderam que, para a realidade latino-americana, é importante olhar para nuances entre as igrejas, uma vez que a diferença estrutural entre protestantes e católicos pode não ser tão marcante assim, como nos Estados Unidos. Este é um traço importante e que revela profundas diferenças culturais para os Estados Unidos: a diversidade religiosa latino-americana.

Entretanto, aponta-se que para a pesquisa da América Latina, algo importante foi desconsiderado que é a particularidade de cada país. A diversidade de expressão religiosa latino-americana é enorme e desconsiderar a realidade de cada país pode ser uma ideia equivocada. Audette, Brockway e Cornejo (2020) realizaram estimativas estatísticas para todos os países da região, conjuntamente, e não especificamente para cada realidade local. Isto revela perda de detalhes culturais importantes acerca de cada país. Por outro lado, um ponto forte desta pesquisa é o fato de ela ser recente e publicada em um importante periódico, intitulado *Journal for the Scientific Study of Religion*⁴.

2.4.2 Participação religiosa e a aquisição de habilidades cívicas no Brasil

No caso específico do Brasil, o fato de existir intensa atuação da religião sobre a esfera pública e política, chama a atenção de pesquisadores brasileiros, sobretudo no tangente ao impacto da religião sobre a decisão individual do voto político. Entretanto, sendo que o voto não é a única forma de expressão política, tampouco de atuação cívica, Ribeiro e Walter (2017) consideraram em sua análise, para o caso brasileiro, além das formas convencionais, também as expressões políticas não convencionais ou de protestos, a partir dos dados disponíveis no survey do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP), de 2012, e os resultados indicam que o ativismo religioso exerce um efeito positivo sobre a geração de habilidades cívicas entre os brasileiros (RIBEIRO; WALTER, 2017).

É amplamente reconhecido que toda a história nacional dialogou com a presença da religião na esfera pública, desde o tempo de Brasil colônia. O processo laico de separação entre a Igreja e o Estado, com a instauração da República, não foi suficiente para o afastamento da presença da igreja sobre o setor público, estabelecendo-se novas formas de atuação do religioso sobre a tomada de decisão, a formulação de políticas públicas e o assistencialismo social (*Ibidem*, 2017, p. 138-139).

Nesse sentido, no que tange a atuação da religião sobre a esfera pública, é importante que haja uma compreensão que não seja apenas institucional, da influência da Igreja sobre o Estado, mas também da sua influência sobre os cidadãos. São escassas as pesquisas que se concentrem, porém, sobre uma atuação cívico religiosa sobre o indivíduo

⁴ Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/journal/14685906>. Acesso em 04 de julho de 2023.

e, não necessariamente, ao favorecimento de suas preferências partidárias e influência sobre o voto, favorecendo partidos ligados a denominações religiosas (*Ibidem*, 2017, p. 138-139).

O artigo se propõe a fazer uma análise do comportamento político dos cidadãos e da atuação religiosa fora dos limites eleitorais do Brasil, em diferentes modalidades de participação. Para isto, os autores dividiram o artigo em quatro partes, o que inclui uma revisão de literatura, com destaque ao modelo de voluntarismo cívico de Verba *et al* (1993), métodos, resultados e conclusões (RIBEIRO; WALTER, 2017, p. 138-139).

Como parte da revisão de literatura, para além do trabalho de Verba *et al* (1993), os autores também consideraram os achados empíricos de Djupe e Grant (2002), os quais utilizaram, em *Religious Institutions and Political Participation*, as mesmas bases de dados de Verba *et al* (1993), que são da *Citizen Participation Study*. Neste *survey*, é possível levar em consideração como variáveis dependentes de processo político, o comparecimento às urnas, trabalho em campanhas de políticos, contato com autoridades governamentais, participação em protestos e em políticas comunitárias como variáveis dependentes da participação religiosa, para além do comparecimento a meras atividades formais de culto. De fato, há um viés mais ligado à participação cívico-política dos autores (*Ibidem*, 2017, p. 142).

Estes autores considerados também concordam que recursos tradicionais, como empregado no modelo SES (e.g. educação, renda, etc.), para a participação cívica. Mas, quando tratados nos modelos que utilizam como variáveis independentes principais a participação nas atividades religiosas, são espúrios. Deste modo, Ribeiro e Walter (2017) também concordam com os resultados de Verba *et al* (1993) de que a vivência nas igrejas é de maior importância para a geração de habilidades cívicas, divergindo de Djupe e Gilbert (2006). Esses últimos autores observaram nas suas pesquisas a influência de aquisição prévia de habilidades cívicas para a participação religiosa - a menos em igrejas anglicanas e protestantes.

No tangente a uma possível captação política, Ribeiro e Walter (2017) consideram que igrejas tem capacidade de influenciar quando fiéis são recrutados para participar da política por correligionários (o que aumenta a probabilidade de eles, de fato, participarem). Além disso, quando os membros da igreja percebem a inclinação político-ideológica daquele ambiente, tornando-se mais inclinados a participarem da política.

Outros elementos apontados por Ribeiro e Walter (2017) é a participação cívica que as igrejas promovem resultarem em atuação política, além da observação de que membros entendem que as atividades promovidas pela igreja se estendem à toda sociedade. Esta extensão seria política quando um participante visualiza as atividades da igreja não como religiosas somente, mas, ao contrário, como potencialmente políticas (*Ibidem*, 2017, p. 142).

Realizam um levantamento de literatura e mencionam que é possível esperar muito mais ações cívicas dos evangélicos (seja na política ou em atividades comunitárias) quando eles percebem seus valores morais ameaçados. Além disso, mencionam a ausência de evidência para que na América Latina católicos possam ser menos politicamente ativos, quando comparados a protestantes latino-americanos. Este é um importante elemento que diferencia sociedades latinas do ativismo tradicional protestante no hemisfério norte. Ainda que haja a participação cívica protestante, a igreja católica na América Latina é historicamente atuante (*Ibidem*, 2017, p. 143).

No artigo, para avaliar se existe uma relação significativa entre a participação em instituições e organizações religiosas e o comportamento cívico dos indivíduos brasileiros, testou-se a hipótese de que, entre as pessoas religiosas, o status de praticante eleva o envolvimento em modalidades tradicionais de participação cívica, mas não interfere no envolvimento em modalidades não tradicionais de participação, ou como chamaram, “contestatórias” de participação (*Ibidem*, 2017, p. 144-145).

Por modalidade contestatória, os autores entendem a participação, por exemplo, em protestos. As religiões, por promoverem a “ordem” da sociedade, poderiam estar mais ligadas às formas tradicionais de participação cívica, como envolvimento de um indivíduo em sua comunidade, do que em modalidades “contestatórias”, como em protestos, na nomenclatura adotada por Ribeiro e Walter (2017).

Por isso, no método adotado pelos autores, a primeira hipótese foi a de que a participação religiosa interfere na participação convencional política, enquanto a segunda hipótese foi de desconsiderar que participar de religiões possa estar relacionado com o ímpeto de manifestar-se publicamente em protestos. Para isso, os autores utilizaram a base de dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina, para o ano de 2012, para o norte, nordeste, sudeste e sul brasileiro. Uma vez que a análise se baseia na relação entre ativismo religioso e participação política, a variável religião foi tratada como independente e, a participação cívica, dependente (*Ibidem*, 2017, p. 144-145).

Com relação às variáveis independentes, mensuraram o ativismo religioso a partir da frequência com que se participa de atividades de missa ou culto religioso, sendo considerado ativo religiosamente aquele que frequenta as atividades de culto nas categorias de “mais de uma vez por semana” ou “uma vez por semana” e, os não ativos, o restante das categorias. Consideraram as religiões católicas, protestante tradicional ou evangélico não pentecostal, evangélico pentecostal e religiões tradicionais ou nativas (*Ibidem*, 2017, p. 146).

Dentre as variáveis utilizadas para a participação cívica considerada convencional está a presença nas eleições presidenciais, se compareceu a alguma audiência pública na Câmara de Vereadores da sua cidade nos últimos doze meses, se assiste às reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias de uma comunidade e, finalmente, se assiste às reuniões de um partido ou movimento político. Portanto, as variáveis cívicas adotadas têm um viés mais político, especificamente (*Ibidem*, 2017, p. 146).

Com relação ao teste de hipóteses sobre uma participação cívica não convencional, consideraram as variáveis dependentes de participar de manifestação pública ou protesto nos últimos doze meses, se no último ano participou de algum bloqueio de rua ou espaço público como forma de protesto, se nos últimos doze meses assinou alguma petição e, finalmente, se nos últimos doze meses deixou de comprar algum produto, alimento ou qualquer outro por motivos políticos. Para tanto, utilizaram os testes de Qui-Quadrado, para saber se as variáveis selecionadas estão correlacionadas a ponto de se realizar a inferência causal desejada (*Ibidem*, 2017, p. 146).

Depois de observadas as primeiras associações, foram utilizados modelos multivariados com a inserção de variáveis de controle, como gênero, escolaridade e idade. O modelo multivariado escolhido foi de regressão logística ou binária, para o cálculo de razões de possibilidade de o ativismo religioso influenciar a participação política. Como resultados, encontraram pela análise bivariada que o cruzamento entre frequentar cultos e missas e modalidades de participação cívica convencionais não demonstram associação com a participação eleitoral para nenhum grupo religioso (*Ibidem*, 2017, p. 148).

O resultado chamou a atenção, pois, à nível de Brasil, onde o experimento foi testado, há uma influência religiosa sobre o eleitor, de modo a influenciar preferência sobre alguns candidatos. Uma possível explicação para este fenômeno é que, como o voto é obrigatório no Brasil, não é possível separar aqueles que votam por engajamento cívico, daqueles que o fazem por obrigação. O resultado não coloca em xeque a hipótese, pois

ser ativo religiosamente, por outro lado, está associado com participação em audiência pública na Câmara dos Vereadores, participação em associações de bairro ou juntas de melhoria e participação em reuniões de partido ou movimento político. Entretanto, este resultado não ocorre para todas as denominações religiosas. Para as três categorias acima mencionadas estão os resultados estatisticamente significantes de, respectivamente, evangélicos pentecostais e religiões nativas; católicos; e, novamente, religiões nativas (*Ibidem*, 2017, p. 148).

Com as variáveis demográficas de controle nos modelos multivariados, os resultados continuaram favoráveis à hipótese da religião sobre o ativismo. Ser ativo religiosamente aumenta em 69,5% as chances de um evangélico pentecostal participar de audiência pública na Câmara de Vereadores; em 100,2% as chances de um indivíduo pertencente a religiões nativas participar desta modalidade; e em 74,9% a probabilidade de participarem de reuniões de partidos ou movimentos políticos. No caso de participação em associação de bairros e juntas de melhorias, o teste Qui-Quadrado mostra a existência de uma relação entre católicos religiosamente ativos e esta modalidade de participação, mas, ao se inserir variáveis de controle demográficas, este preditor deixa de ser estatisticamente significativo (*Ibidem*, 2017, p. 150).

O mesmo ocorre, após a inserção de variáveis de controle, com a relação entre as variáveis participação eleitoral e o comparecimento em atividades de igrejas evangélicas (históricas e pentecostais) e entre audiência pública na Câmara de Vereadores e ser católico. Isto não diminui a relevância das organizações religiosas, pois os resultados também revelam que participar delas aumenta em 60,2% as chances de um evangélico pentecostal participar de audiências públicas, e em 57,5% a sua probabilidade de participar em uma associação de bairro ou junta de melhoria. Entretanto, a única correlação positiva e estatisticamente significativa para os protestantes históricos no Brasil está entre aqueles que frequentam significativamente esta religião e sua participação em associação de bairro e juntas de melhoria. Participar de igrejas protestantes históricas aumenta em 55,7% a probabilidade para esta categoria (*Ibidem*, 2017, p. 151).

Com relação às modalidades não convencionais de participação cívica, os autores obtiveram dados estatisticamente significativos de participação em manifestação ou protestos públicos para católicos religiosamente ativos, contrariamente à sua hipótese

inicial que a frequência religiosa não estaria correlacionada positivamente com a presença em manifestações cívicas não tradicionais (*Ibidem*, 2017, p. 151-152).

A assinatura de petição e participação em boicote estão associadas a indivíduos de religiões nativas que frequentem cultos e missas regularmente. Então, a única categoria que não se apresentou estatisticamente significativa com o ativismo religioso foi a participação em bloqueio de rua ou espaço público. Dentro dos grupos religiosos, os protestantes tradicionais (históricos) e pentecostais não se mostraram correlacionados com formas de ação cívica não convencionais e que possa indicar, por exemplo, enfrentamentos à ordem da sociedade (*Ibidem*, 2017, p. 151-152).

Tal como frequentar cultos e missas está associada com as participações cívicas acima mencionadas, o mesmo ocorre com a participação em grupos de organizações religiosas. Os católicos que participam da sua religião desta maneira, envolvendo-se ativamente em grupos da igreja, estão também associados, de maneira estatisticamente significativa, às participações em manifestação ou protesto público, em bloqueio de rua ou espaço público, bem como os indivíduos de religiões nativas apresentam valores significativos para assinatura de petição e para boicotes (*Ibidem*, 2017, p. 151-152).

Quando utilizados os controles demográficos, a característica preditora do ativismo religioso se mantém entre os indivíduos das religiões nativas que frequentam regularmente cultos e missas, e apenas para a participação em assinaturas de petição, com 45,9% de chances a mais deste grupo fazer parte desta categoria de participação política (*Ibidem* 2017, p. 153).

Com os controles demográficos, para as demais variáveis as associações não se confirmam, o que significa que, nestes casos, a característica de praticante religioso não é um bom preditor para participações políticas não convencionais. Aqui, porém, os testes demonstraram que, com a participação nos grupos das organizações religiosas, ou invés do mero comparecimento às atividades de culto, no caso de bloqueio de rua ou espaço público. Ser católico diminui em 32% a chance de fazer parte desta categoria de participação cívica. Já frequentar instituições de religiões nativas aumenta em 51,8% a probabilidade de assinar abaixo-assinado e em 155,3% a chance de deixar de comprar produto e realizar boicotes de consumo neste sentido (*Ibidem*, 2017, p. 153).

Para o caso do Brasil, nota-se que o tipo de organização religiosa importa para a participação cívica convencional ou não-convencional, pois alguns grupos mostram associações com um número maior de modalidades de participação do que outros. Este é

um dos únicos artigos que trata da participação cívica, a partir da presença religiosa, para a realidade brasileira.

Entretanto, é importante destacar um resultado peculiar para o caso brasileiro: o maior número de associações com participação cívica é decorrente da participação em religiões nativas, o que demanda um aprofundamento da análise sobre o tema para a realidade brasileira (*Ibidem*, 2017, p. 154 - 155).

Esta pode se distinguir profundamente do que fora observado anteriormente nas pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre protestantes históricos, que são os mais civicamente atuantes para aquela realidade. A riqueza e complexidade religiosa brasileira lança luz sobre a necessidade de aprofundamento de estudos como este, que destaquem a diversidade religiosa do Brasil. A atuação de diversas matrizes religiosas aponta que diferentes dinâmicas têm o potencial de influenciar de maneira distinta como engajar-se civicamente fora das igrejas.

A pesquisa realizada por Ribeiro e Walter (2017) destaca um pouco desta complexidade brasileira, mas falha em reduzir a participação cívica em, praticamente, participação política. É necessária a presença de mais pesquisas nesta área e que destaquem tanto a realidade brasileira, quanto a possibilidade de atuação cívica não somente na política partidária, mas em ações ativas relacionadas à comunidade pertencente.

A seguir encontra-se um quadro comparativo que resume as principais contribuições acerca de cada autor abordado na revisão de literatura:

Tabela 2 – Resumo das principais contribuições das pesquisas utilizadas na revisão de literatura.

Principais contribuições das pesquisas	
Verba <i>et al.</i> (1993)	<ul style="list-style-type: none"> - Marco referencial importante em relação à presença das igrejas na aquisição de habilidades cívicas. Este é o primeiro artigo de relevância internacional, publicado em um importante periódico (<i>British Journal of Political Science</i>) a investigar o impacto da participação religiosa na aquisição de habilidades cívicas e posterior aproveitamento em atividades políticas e sociais; - Dentre as variáveis socioeconômicas analisadas para compreender qual explicaria a diferença participativa entre os grupos étnicos, destacou-se uma variável inesperada para a pesquisa, que era a participação religiosa. Há um efeito significativo da participação ativa religiosa sobre a atuação cívica da população branca, afro-americana e latino-americana nos Estados Unidos; - Utilização de um modelo de recursos, com variáveis como escolaridade, renda, tempo livre disponível para exercer atividades e comando do inglês como língua estrangeira. Além destas, os recursos derivados do envolvimento em instituições não-políticas, como o ambiente de trabalho, associações não políticas voluntárias e as igrejas. Os autores utilizam metodologia quantitativa, através da aplicação de <i>surveys</i>.
Verba <i>et al.</i> (1995)	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação formal de um modelo de recursos, que considera capacidade de doação de tempo livre, de dinheiro e de exercício das próprias habilidades cívicas como importantes para a participação cívico-política; - Síntese de três fatores que explicam a participação política: recursos necessários para ela, vontade individual (pouco interesse pela vida cívica) ou questões estruturais, como a ausência de contatos que viabilizem a participação na política; - Consideraram a aplicação de <i>survey</i> para um modelo quantitativo, com a presença de três variáveis principais: doação individual de tempo ao se participar de atividades cívicas, doação financeira e participação como eleitor; - Verificaram, pelas análises estatísticas, que as variáveis consideradas são significativas para explicar a participação cívica; - Realização de comparação entre modelo de recursos e o SES.
Djupe e Gilbert (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa acerca de duas denominações religiosas específicas nos Estados Unidos, que são as igrejas episcopais e luteranas. Autores enfatizam a importância de “se abrir a caixa preta das igrejas” e não apenas tratá-las como unidades equivalentes. Portanto, realizam a pesquisa nas duas denominações específicas, o que os diferencia de trabalhos anteriores realizados por Verba <i>et al.</i> (1993, 1995), cuja abordagem foi mais generalista; - Utilização de dados quantitativos: regressão de mínimos quadrados ordinários para responder quantas habilidades os respondentes praticam nas igrejas e um modelo multivariado, com base em regressão logística, para compreender se os respondentes praticam ou não habilidade cívica nas igrejas. Os fatores explicativos da participação são agrupados em quatro categorias distintas; - Em comparação com Verba, uma conclusão interessante é de que as igrejas não são grandes ofertantes de habilidades cívicas (anglicanas e protestantes) e o exercício ativo de funções dentro delas depende do ingresso prévio com estas habilidades. Este aspecto contraria resultados esperados e difere o estudo das pesquisas anteriores; - Quanto mais isolado na vida em sociedade fora das igrejas, mais se tende a buscar o acolhimento nas atividades nas igrejas.
McCledon e Riedl (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de uma abordagem concorrente ao modelo de recursos e ao modelo SES para a participação cívica, que é a abordagem psicológica. Esta nova abordagem contribui para a apresentação de outras formas de engajamento, que não se baseiam em variáveis materiais;

	<ul style="list-style-type: none"> - Destacam a importância de analisar dinâmicas dentro de igrejas específicas, em uma abordagem de “abertura da caixa preta das igrejas”. Esta particularização os aproxima da abordagem de Djupe e Gilbert (2006); - O teste empírico foi realizado na cidade de Nairobi, no Quênia, onde se realizou um experimento acerca do engajamento cívico a partir de igrejas pentecostais e católicas carismáticas. Houve a exposição de participantes a mensagens religiosas e seculares e posterior teste de engajamento em atividades; - Da pesquisa puderam inferir que a motivação psicológica é uma das abordagens individuais possivelmente válidas para engajar-se civicamente.
Audette, Brockway, Cornejo (2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Teste da hipótese de Sidney Verba <i>et al</i> (1993) na América Latina, acerca de se as igrejas protestantes, por suas estruturas horizontalizadas, têm mais probabilidade de traduzir participação em engajamento cívico. E encontraram o contrário para a região: habilidades adquiridas na Igreja Católica têm mais probabilidade de se traduzirem em atuação política. Os autores chamam a atenção para estudar as peculiaridades de cada região geográfica; - Metodologia quantitativa a partir de <i>survey</i> da <i>Pew Research Center</i> (2014). Apesar dos resultados da pesquisa chamarem a atenção para a importância da particularização geográfica, os autores realizam uma generalização dos dados em considerarem a América Latina como uma região geográfica única, sem analisar o que acontece em cada país especificamente; - Um aspecto que diverge do trabalho de Verba e colaboradores, mas que está na direção de Djupe e Gilbert (2006) é que as habilidades cívicas podem ser as precursoras no envolvimento em atividades da igreja, ao invés do resultado destas atividades. Posição mais cética dos autores em relação a adquirir habilidades cívicas nas igrejas. Isto os distingue de Verba <i>et al</i> (1993, 1995); - Contribuição para a agenda de pesquisa entre agenda cívica e religião, que é escassa para a América Latina.
Ribeiro e Walter (2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Para a realidade brasileira, este é o principal estudo publicado até então. A pesquisa de Ribeiro e Walter (2017) reforça a necessidade de analisar para cada realidade de maneira particularizada, neste caso, para o Brasil; - Os resultados de pesquisa apontaram que para o país as igrejas de matriz africana exercem significativa contribuição para a atuação cívica de seus fiéis, o que destaca que a realidade brasileira merece ser mais bem compreendida e a diversidade religiosa ressaltada. Outros estudos internacionais, como o de Verba <i>et al</i> (1993, 1995) enfatizam as diferenças entre igrejas católicas e evangélicas. Esta diferença, além de não ser tão precisa para a realidade brasileira, pode pouco ofuscar o papel desempenhado por outras matrizes religiosas, cujas contribuições podem ser ainda mais significativas para a vida cívica.

Fonte: Elaboração própria (2023).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa mobiliza, amplamente, a teoria do modelo de recursos utilizada por Verba et al. (1993). Sobretudo, naquilo que tange a abordagem de comparação entre denominações religiosas para a aquisição de habilidades cívicas de seus fiéis. Nesta dissertação, há igualmente o objetivo de compreender a influência de denominações religiosas sobre a vida cívica ativa. Porém, esta hipótese será testada para a realidade brasileira e com base em mais denominações religiosas, não apenas evangélica e católica - as quais são a base de Verba et al. (1993).

Para isto, realizou-se um recorte de pesquisa acerca de indivíduos que exercem uma vida cívica ativa como parlamentares na Câmara dos Deputados. A coleta de dados foi fundamentada em entrevistas com parlamentares ligados a diferentes religiões brasileiras. A partir das entrevistas foi possível captar como suas denominações religiosas de origem influenciam na aquisição de habilidades cívicas, as quais, por sua vez, levaram-nos (ou não) a trabalhos sociais que realizam e/ou à política parlamentar.

As hipóteses da pesquisa são divididas em duas partes. A primeira trata da relação entre a experiência religiosa e a participação na vida cívica ativa, considerando a possibilidade de que as atividades religiosas possam ou não ter um impacto significativo nesse aspecto.

A segunda hipótese examina a influência da denominação religiosa e sua estrutura no desenvolvimento de atividades cívicas, sendo aplicada apenas aos parlamentares cuja experiência religiosa tem ou teve impacto em sua atuação cívica. Essa hipótese investiga se a afiliação a uma denominação específica pode ser um fator determinante para a participação cívica ativa.

O primeiro modelo analisa a aquisição de habilidades cívicas como variável dependente da participação em atividades ligadas a denominações religiosas. Essas atividades são consideradas variáveis independentes, acompanhadas de variáveis de controle, como gênero, idade, etnia, espectro político e partido do entrevistado. Além destas, é de grande importância a presença de variáveis como quantas vezes por semana ou por mês o parlamentar participa (ou participava, ao longo de sua vida) de atividades religiosas e quais são estas atividades. Somente através destas variáveis foi possível compreender a presença da participação ativa em atividades religiosas.

Em seguida, o segundo modelo necessário à pesquisa considerou, desta vez, as variáveis de habilidades cívicas adquiridas nas denominações religiosas como variáveis independentes à variável dependente principal, de exercício ativo da vida cívica. Esse,

por sua vez, pode ser subdividido em mais dois modelos secundários, que considerem a vida cívica ativa, seja na realização de carreiras políticas, seja na atuação em atividades de impacto social na comunidade em que se está inserido.

De maneira esquemática, os modelos 1 e 2 podem ser organizados conforme as tabelas a seguir, as quais contemplam as variáveis dependentes e independentes de cada modelo. As variáveis são relacionadas às perguntas do questionário desenvolvido, o qual se encontra no Anexo I desta pesquisa.

Tabela 3 – Modelo 1: Aquisição de habilidades cívicas. Referência às variáveis dependentes do modelo 1.

Variável dependente: Habilidades cívicas adquiridas nas denominações religiosas	Perguntas do questionário
Habilidades que o parlamentar considera que desenvolveu em denominações religiosas	4.
Habilidades relacionadas à capacidade de colaboração e diálogo	8.
Habilidades relacionadas à convivência com a crítica	9.
Desenvolvimento de habilidades relacionadas à competência psicológica	6, 6.a.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Tabela 4 – Modelo 1: Aquisição de habilidades cívicas. Referência às variáveis independentes do modelo 1.

Variáveis independentes: participar de atividades nas denominações religiosas	Perguntas do questionário
Denominação religiosa a que pertence	1.
Outras denominações religiosas de que já fez parte	2.d.
Se participa da religião, bem como de atividades extra-culto religioso e frequência desta participação	2, 2.a, 2.b, 2.c.
Atividades realizadas nas igrejas que permitiram o parlamentar desenvolver oratória e habilidades interpessoais	5.a, 5.b.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Tabela 5 – Modelo 2: Vida cívica ativa. Referência às variáveis dependentes do modelo 2.

Variáveis dependentes: participação político-parlamentar e realização de atividades de impacto social	Perguntas do questionário
Consciência política	3.
Conexão com os problemas da sua comunidade de origem e compreensão de demandas do eleitorado do parlamentar	3.a, 3.b, 3.c.
Carreira parlamentar	7, 7a
Atuação comunitária	7, 7.b
Orientação moral para a carreira política	10

Fonte: Elaboração própria (2023).

Tabela 6 – Modelo 2: Vida cívica ativa. Referência às variáveis independente do modelo 2.

Variáveis independentes: habilidades cívicas adquiridas nas denominações religiosas	Perguntas do questionário
Habilidades que o parlamentar considera que desenvolveu em denominações religiosas	4.
Habilidades relacionadas à capacidade de colaboração e diálogo	8.
Habilidades relacionadas à convivência com a crítica	9.
Desenvolvimento de habilidades relacionadas à competência psicológica	6, 6.a.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesta presente pesquisa, com base no quadro-síntese de Ata (2019), elaboram-se as habilidades cívicas que possam ser consistentemente mensuradas. Entre elas, destacam-se: Respeitar a visão de outras pessoas, capacidade de “escuta ativa” em conversas, comprometimento, efetividade em atingir objetivos, pensar sobre o futuro, altruísmo, capacidade de impactar positivamente e na resolução de problemas, discutir

questões sociais, habilidades para trabalhar com outras pessoas, habilidades de escrita e habilidades de oratória.

Todas as possibilidades mencionadas acima acerca das habilidades cívicas foram investigadas nas entrevistas realizadas com os parlamentares. Além disso, acrescentou-se que toda nova habilidade trazida pela amostra entrevistada, que não esteja na lista supracitada, foi devidamente registrada para comparação com o que já havia sido listado previamente. Portanto, a variável de habilidades cívicas pode ser desdobrada em todos os itens supracitados e, também, em novos possíveis itens que os parlamentares trouxeram ao longo da entrevista.

Para a atual legislatura da Câmara dos Deputados, referente ao quadriênio de 2023 a 2027, foi concedida prioridade de entrevistas aos parlamentares mais influentes da bancada evangélica, para o caso dos evangélicos. Para o caso de parlamentares ligados à igreja católica e que compõem a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, foram realizadas entrevistas de acordo com a disponibilidade de agenda de cada parlamentar, observando a atuação ativa do(a) parlamentar dentro da instituição religiosa.

Na verdade, para todas as denominações religiosas foi fornecida prioridade àqueles parlamentares que sejam ativos dentro delas e, de preferência, que possuam algum vínculo formal, seja como pastores, padres ou quaisquer outros títulos relacionados à respectiva instituição. A atuação ativa dentro das instituições facilitou o andamento das entrevistas e a possibilidade de maior quantidade e qualidade das informações coletadas. Além disso, houve maior interesse dos parlamentares e conhecimento para a entrevista a partir do momento que eles eram vinculados à denominação.

Para todas as religiões, foram observados os mesmos critérios. Outras religiões como espíritas, espiritualistas indígenas e afroreligiosos compõem, juntos, apenas seis parlamentares. Dos seis parlamentares, foram entrevistados quatro deles. Com relação aos cinco parlamentares que não possuem religião e que fizeram parte do grupo de controle das entrevistas, foram observadas suas disponibilidades para a entrevista.

Para a realidade brasileira, mais do que a mera comparação entre evangélicos e católicos (a qual pode ser mais facilmente empregada a outros países, como os Estados Unidos), é necessário comparar a influência da miríade de religiões que existem no país e que possam contribuir para a presença de uma vida cívica ativa, conforme as hipóteses realizadas.

Porém, é verdade que grande parte dos parlamentares no Brasil são católicos ou evangélicos. A ocorrência de parlamentares de outras siglas religiosas é escassa e poucos são, por exemplo, de outras denominações religiosas, como as afrobrasileiras. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião, ISER (2023), dos 513 deputados eleitos, 45% são católicos, 15% evangélicos, e pouco mais de 1% (ou o total de 6 parlamentares) são espíritas, espiritualistas indígenas ou afrorreligioso. Todas estas são marcadamente brasileiras e são imprescindíveis a serem observadas nas entrevistas, ainda que presentes de maneira escassa no Congresso.

Abaixo, encontra-se a distribuição de parlamentares na Câmara dos Deputados, por religião, para a 57ª legislatura:

Tabela 7 – Total de parlamentares por religião e participação relativa.

Denominação Religiosa	Total de parlamentares por religião	% de participação de cada religião
Católica	233	45,42%
Não identificada	102	19,88%
Cristã	84	16,37%
Evangélica	76	14,81%
Sem Religião	12	2,34%
Afrorreligioso	3	0,58%
Espírita	2	0,39%
Espiritualidades Indígenas	1	0,19%

Fonte: Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2023.

Ao todo, foram realizadas entrevistas com 20 parlamentares, sendo uma entrevista apenas a título de teste do questionário e sem fins de captação de dados para a pesquisa. 14 entrevistados pertencem às religiões supracitadas e 5 deles serviram para o grupo de controle da pesquisa, como parlamentares que não tem religião. Através dos relatos, é possível reunir evidências sobre a estrutura da igreja e as atividades que são realizadas sobre a prática de aquisição de habilidades cívicas.

Guardadas as proporções da religião dos parlamentares na Câmara dos Deputados, foram realizadas entrevistas com 4 parlamentares católicos, 6 parlamentares evangélicos e 4 parlamentares espíritas, espiritualistas ou afrorreligiosos. É válido mencionar que, para a entrevista teste, elegeu-se o primeiro parlamentar entrevistado, a fim de apenas se testar as formatações propostas de perguntas desenvolvidas e o formato de entrevista.

Essa entrevista prévia não tem como finalidade a geração de dados para análise na dissertação.

Os três grupos religiosos selecionados tiveram seus dados coletados comparados entre si e com um grupo de controle, que foi composto por 5 parlamentares autodenominados de ateus ou sem religião. A presença de um grupo de controle como este é importante para que se observe como a ausência de vivência religiosa para alguns parlamentares influenciou em suas trajetórias políticas e, assim, realizar um contraste frente ao grupo de parlamentares que possui religião e que são ativos nelas.

O grupo de controle também é importante para que se observe os principais ambientes de aquisição de habilidades cívicas para estes parlamentares. A entrevista para este grupo contou com uma adaptação do questionário de perguntas que foi aplicado aos demais deputados religiosos e se encontra no Anexo II desta dissertação.

Em um primeiro momento, foi observado nas entrevistas como as igrejas contribuíram para a aquisição de habilidades cívicas. Em um segundo momento, foi observado como a aquisição destas habilidades cívicas contribui para a trajetória e atuação cívico-política. Em um momento seguinte, vale ressaltar qual o papel de cada denominação religiosa específica sobre a trajetória cívica de cada parlamentar. Ao longo das entrevistas, a realização destas hipóteses inclui também a observação de como os parlamentares se organizam em torno de suas vidas cívicas ativas em suas comunidades, o que também está relacionado às suas próprias atividades parlamentares.

Contatos com as assessorias dos parlamentares foram realizados de maneira presencial, nos Anexos III e IV da Câmara dos Deputados, para que pudessem conhecer a pesquisa e os parlamentares assinassem o termo de consentimento, em caso de interesse de participação. Neste caso, havia a lista de parlamentares, por religião, e, priorizando aqueles que são conhecidamente mais ativos nas suas religiões, buscaram-se as agendas para as entrevistas, as quais foram executadas conforme disponibilidade e interesse dos gabinetes.

Para ambas as possíveis modalidades de entrevistas, virtual ou presencial, os parlamentares assinaram o termo de consentimento, conforme modelo disponibilizado no site do Comitê de Ética em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília. Mais detalhes acerca deste procedimento de assinatura do termo se encontram na seção que aborda procedimentos éticos da pesquisa. Este documento foi assinado previamente às entrevistas e seu modelo está disponível no Anexo III desta dissertação.

As entrevistas foram do tipo semiestruturada. Houve perguntas a serem feitas para os parlamentares e, portanto, um roteiro a ser seguido. Entretanto, houve também espaço para perguntas espontâneas a serem realizadas, conforme a condução da conversa. Como mencionado anteriormente, para os parlamentares do grupo de controle, o roteiro semiestruturado de entrevista foi readaptado para que pudessem fazer parte da coleta de dados qualitativa (Anexo II).

As conversas realizadas de maneira remota ocorreram através da plataforma Google Meet, gravadas e transcritas. Para as entrevistas realizadas de maneira presencial, houve também gravação com dispositivo de voz, para posterior transcrição. As transcrições viabilizaram as análises realizadas. Seguindo-se a classificação de Babbie (2021), percebe-se que a amostragem é do tipo não-probabilística, realizada de maneira intencional ou propositiva, conforme conveniência e disponibilidade dos parlamentares para as entrevistas. Mais à frente, discutem-se os eventuais problemas de vieses relacionados a uma amostragem não probabilística, bem como as soluções propostas para a resolução destes vieses.

A utilização das entrevistas nesta pesquisa a insere em um contexto de metodologia qualitativa, submetida à aplicação de códigos de análise documental, com apoio do software NVivo 14. As entrevistas foram imputadas neste software de análise de palavras, para a geração de outputs facilitadores à análise de conteúdo do pesquisador. Uma vez realizada a transcrição de áudio para texto, foi realizada a codificação no NVivo 14, com base nas perguntas de pesquisa, as quais serviram como códigos. Algumas ferramentas do software utilizadas foram nuvens de palavras e análise de cluster.

O NVivo 14 oferece recursos para organizar, codificar e interpretar grandes volumes de dados textuais, facilitando as análises posteriores. Nas entrevistas semiestruturadas, há excessos de informações, muitas vezes com temas complexos e respostas subjetivas que demandam uma análise vertical. O software otimiza essa tarefa com ferramentas para uma codificação sistemática, permitindo que os pesquisadores identifiquem padrões, temas emergentes e nuances nas respostas dos entrevistados (TEIXEIRA, 2015).

No software, o pesquisador importa diretamente as transcrições das entrevistas e organiza o material em códigos (antes denominados “nós”), que são categorias onde os dados relevantes são agrupados de acordo com temas ou subtemas identificados. Essa

codificação segue uma lógica dedutiva nesta dissertação, pois os códigos adotados foram as próprias perguntas dos formulários.

Mesmo assim, a nova versão do NVivo pode aprimorar essa codificação em uma organização mais intuitiva, com ferramentas de automação que aceleram o processo, como a identificação de padrões de palavras e frases. Isso permitiu que o pesquisador explorasse o conteúdo de forma mais aprofundada, com insights que poderiam passar despercebidos em uma análise manual (TEIXEIRA, 2015).

Outro ponto importante do NVivo 14 é a capacidade de visualização de dados qualitativos. Através de gráficos e nuvens de palavras, o software permitiu identificar visualmente temas recorrentes e relações entre eles, o que facilita a interpretação dos dados e a comunicação dos resultados. Além disso, a funcionalidade de análise comparativa entre grupos e a consulta por palavra-chave ajudam a segmentar as respostas e a observar como diferentes grupos respondem às mesmas perguntas, possibilitando uma análise mais detalhada em uma pesquisa com múltiplos entrevistados (TEIXEIRA, 2015).

3.1. DESIGN QUALITATIVO DE PESQUISA

O design qualitativo de entrevista é flexível e interativo. Isto significa que cada vez que se repete o processo básico de reunir informação, analisar, limpar e testar, através das entrevistas, chega-se mais perto de um modelo claro e convincente do fenômeno que se quer estudar. Para isto, existe uma natureza contínua da entrevista qualitativa, que é a necessidade de redesenhar as questões conforme as entrevistas avançarem (BABBIE, 2021, p. 314).

Dessa maneira, uma entrevista qualitativa se difere de um *survey*, por exemplo. Em um *survey*, todas as perguntas a serem realizadas devem ser estritamente cobertas, sem a possibilidade da não-realização de alguma delas. Este cenário muda em uma entrevista qualitativa aberta. Nas perguntas abertas, é importante que se extraia de maneira mais aprofundada o conhecimento dos entrevistados. É importante que haja um roteiro de tópicos a serem perpassados na entrevista aberta e que o entrevistador conheça profundamente as perguntas e os temas, de forma que o entrevistado proceda de maneira suave e natural em suas respostas (BABBIE, 2021, p. 314).

A entrevista é essencialmente uma conversação, em que o entrevistador fale menos que 5% do que o entrevistado e estabeleça direções gerais para a conversa a ser percorrida. Vale destacar que o processo de entrevistas abertas consiste em, mais do que

realizar as mesmas perguntas e gravá-las de maneira mecânica; realizar perguntas, escutá-las de maneira ativa e interpretar para qual questão seguinte se seguir. Deve-se evitar interrupções excessivas por parte do entrevistador e incentivar que o entrevistado siga uma linha de raciocínio de maneira completa. As transições de tópicos de perguntas devem ser lógicas e suaves. Uma transição abrupta entre tópicos faz parecer que o entrevistador tenha uma agenda a se finalizar, ao invés de se demonstrar intenção de escutar o que o outro tem a dizer (BABBIE, 2021, p. 315-316).

Apesar das semelhanças entre uma entrevista qualitativa e uma conversação como qualquer outra, o pesquisador/entrevistador precisará manter em mente que elas não consistem na mesma coisa. Em uma entrevista qualitativa, mais do que cada parte manifestar interesse acerca do tema, na intenção de parecer uma pessoa interessante acerca da conversa em vista, o entrevistador precisará deixar que o entrevistado se expresse em 90% da conversa. O restante será limitado às perguntas pontuais a serem feitas. O entrevistador terá a função de fazer a outra pessoa parecer interessante (BABBIE, 2021, p. 315-316).

O processo de entrevistar consiste em etapas como tematizar e desenhar a entrevista. Em seguida, é necessário realizar a entrevista propriamente, transcrever a entrevista, analisar, verificar a validade dos materiais produzidos e reportar para a comunidade científica o que foi possível coletar. A etapa de transcrição da entrevista pode ser feita de maneira manual ou através de softwares que ajudem com este processo. Na presente pesquisa, opta-se pela transcrição manual e literal das entrevistas (BABBIE, 2021, p. 316).

Para que haja a validação das perguntas propostas para uma entrevista semi-estruturada, o questionário foi submetido para a avaliação de dois juízes. Ambos são consultores legislativos da Câmara dos Deputados. O objetivo desta avaliação prévia das perguntas é que elas estejam adequadas do ponto de vista da ciência política para a posterior entrevista aos parlamentares.

Além de qualitativo, o design desta pesquisa se caracteriza como quase-experimental. Um quase-experimento é uma abordagem de pesquisa empírica voltada a investigar relações de causa e efeito entre variáveis, porém sem a aleatorização total dos grupos, como ocorre em experimentos considerados “verdadeiros”. Nesse tipo de estudo, ocorre a manipulação de uma variável independente para observar seu impacto sobre uma variável dependente, mas a alocação dos participantes nos grupos de controle e

experimental não é feita de forma aleatória, por razões de ordens práticas (BABBIE, 2021, p. 366).

Neste caso, a “manipulação” consiste em observar, especificamente, o efeito da participação religiosa sobre o engajamento cívico, em um universo de possibilidades de variáveis que possam levar a este engajamento. Neste universo de variáveis, opta-se por observar a participação religiosa. Além disso, como já explicado anteriormente, a pesquisa não passa por um processo cem por cento aleatório, já que contou com uma abordagem do pesquisador em gabinetes de deputados federais.

Somente se voluntariaram à pesquisa aqueles que, seja por decisão própria, seja por circunstâncias de agenda, optaram por participar da entrevista. Apesar da não aleatoriedade completa de abordagens, a amostra de entrevistados contou homens e mulheres de diferentes espectros políticos. Características, descritivas como essas, são descritas no capítulo 4, de análise de dados.

Na dissertação, o design de pesquisa quase-experimental é aplicado para comparar a influência das práticas religiosas entre parlamentares de diferentes grupos religiosos e um grupo de controle composto por ateus ou parlamentares sem religião formal. Este design visa avaliar o impacto das práticas religiosas na formação de habilidades cívicas e na trajetória política dos parlamentares.

Cada grupo religioso – católicos, evangélicos, espíritas, espiritualistas e afrorreligiosos – é analisado quanto ao desenvolvimento de habilidades específicas dentro de suas práticas religiosas e como isso influencia suas vidas políticas. A religião atua como a variável independente para diferenciar os grupos, facilitando uma análise sobre o papel de cada tradição na promoção de habilidades cívicas e engajamento social. Esse aspecto busca explorar como cada tradição religiosa influencia distintamente o engajamento cívico, especialmente no contexto de formação de lideranças e conexão com causas sociais.

Já o grupo de controle de ateus e parlamentares sem religião proporciona um contraste essencial para avaliar a ausência de práticas religiosas como fonte de habilidades cívicas. Esse grupo permite investigar se as habilidades são desenvolvidas em contextos seculares, como movimentos sociais e universidades, comparando com o desenvolvimento em ambientes religiosos. Esse enfoque ajuda a identificar se há uma diferença substancial na aquisição de habilidades cívicas por meio de práticas religiosas

versus experiências seculares, especialmente em relação ao ativismo e ao senso de dever cívico.

Esse método quase-experimental permite inferir se as práticas religiosas influenciam diretamente o desenvolvimento cívico, testando a hipótese central de que atividades religiosas facilitam a formação de habilidades que promovem a participação cívica ativa.

Para analisar as hipóteses, uma abordagem qualitativa foi essencial, dado que o objetivo era identificar padrões de influência das vivências religiosas na vida cívica e nas ações políticas dos parlamentares. Esse tipo de análise pode ser complementado com uma análise de conteúdo baseada nos temas identificados durante a codificação, onde as falas dos participantes são comparadas em relação aos diferentes grupos religiosos investigados.

A codificação foi totalmente baseada nas perguntas previamente determinadas no roteiro semiestruturado da entrevista e, portanto, realizada de maneira dedutiva. Através dessas comparações, identificaram-se diferenças e semelhanças na influência religiosa entre os grupos religiosos e entre os religiosos e ateus. O grupo de controle serviu para identificação, sobretudo, de outros ambientes institucionais que tenham sido relevantes para a trajetória dos entrevistados.

3.2. ACERCA DA DETERMINAÇÃO DO DESIGN DE PESQUISA

No caso de estudos quase-experimentais, existe uma alternativa viável e muitas vezes útil para pesquisas que exigem avaliação causal. Porém, eles se tornam mais vulneráveis a vieses em comparação com experimentos verdadeiros e, portanto, exigem técnicas de controle rigoroso para aumentar a validade dos resultados.

King et al (1994, p. 118) alertam acerca da disseminação de designs de pesquisa indeterminados, tanto na pesquisa quantitativa, quanto na pesquisa qualitativa. Por design indeterminado se compreende uma pesquisa em que nada possa ser inferido acerca de suas relações causais. Para os autores, um design de pesquisa determinado é a condição *sine qua non* da inferência causal.

No caso da pesquisa qualitativa, não se trabalha com programas computacionais que apontem para a indeterminação matemática de coeficientes. Porém, estar ciente acerca da possibilidade de problemas de viés na pesquisa torna mais simples a identificação de possíveis designs que sejam indeterminados (KING et al, 1994, p. 118).

É factível mapear algumas situações que gerem este tipo de problema. Exemplos disso são a maior presença de inferências na pesquisa do que observações, além da multicolinearidade, ou seja, quando as variáveis independentes afetam umas às outras (KING et al, 1994, p. 118, 119).

Acerca da existência de mais inferências do que observações na pesquisa, King et al (1994, p. 123) reforça para que se observe a maior quantidade possível de unidades para minimizar problemas de viés. Este aspecto está contemplado no presente trabalho, que apresenta a proposta de mais observações do que inferências. Entretanto, cabe mencionar que, em virtude de restrições de recursos financeiros e de tempo, a amostra se limitou a um número de parlamentares para que as entrevistas fossem exequíveis.

Com relação à multicolinearidade, das tabelas apresentadas com os modelos da pesquisa, é possível perceber o caráter descritivo das variáveis independentes, que não estão correlacionadas entre si, como a denominação religiosa a que pertence, frequência em culto e outras atividades. Ressalta-se também que a multicolinearidade tem uma incidência mais problemática, ruidosa e evidente na geração de coeficientes de modelos quantitativos, do que qualitativos.

Minimiza-se a chance de o presente design de pesquisa ser indeterminado, pois, como mesmo reitera King et al (1994), assim como um design de pesquisa feito para resumir detalhes históricos não pode ser indeterminado, a menos que colete nenhuma observação relevante; o mesmo acontece com os esforços de coletas de dados em entrevistas.

Ocorreria a indeterminação do design se não houvesse nenhuma pergunta de interesse para a pesquisa e se os dados coletados fossem irrelevantes - o que não é a situação dos questionários presentes nos Anexos I e II desta dissertação. O questionário passou, inclusive, pela validação de dois “juízes”, consultores do legislativo, que instruíram acerca de possíveis melhorias das perguntas.

King et al (1994, p. 123) especifica que uma pesquisa que explica muito e com muita informação observativa, na verdade, consiste em um design indeterminado. O excesso de unidades de observação impediria a análise das inferências.

Desta maneira, sem que se incorra no problema de variáveis omitidas, opta-se nesta pesquisa por perguntas que sejam estritamente necessárias para a análise do objeto de pesquisa, sem que extrapolem questões secundárias, demandantes de novas pesquisas.

Isto também ocorre com o número de entrevistados, que é condizente com recursos disponíveis e com um design de pesquisa bem delimitado.

Entretanto, a amostra proposta é não aleatória e não trabalhar com a aleatoriedade de seleção pode resultar em fontes de vieses. A mais comum problemática ocorre de forma a selecionar os casos que possam confirmar o que já se espera do resultado da pesquisa. Assim, é necessário selecionar tantas observações possíveis que não apenas deem suporte à opinião do pesquisador, mas sim que se comprometam com as diretrizes científicas de, muitas vezes, questionarem as concepções prévias de quem realiza a pesquisa (KING et al, 1994, p. 128, 129).

Uma vez que se afasta da seleção meramente aleatória, é necessário que haja algum critério de seleção. No caso da presente pesquisa, a seleção ocorrerá via variáveis independentes. O controle da amostra através da seleção de unidades por via da variável independente é uma maneira de evitar a introdução de vieses na pesquisa. Para King et al (1994), o melhor design intencional ocorre com base na variável explicativa (independente).

Neste caso, a variável independente (em relação à aquisição de habilidades cívicas) é a religião a que cada um pertence, a qual foi levada em consideração para a realização das amostragens. Com base nela, foram separados quatro grupos diferentes, entre católicos, evangélicos, espíritas/espiritualistas/afroreligiosos e um grupo de controle de parlamentares ateus ou sem denominação religiosa. Com isto, o objetivo consiste em comparar a influência de cada tradição religiosa sobre a trajetória política de cada parlamentar.

Vale ressaltar que os possíveis vieses de pesquisa também são minimizados com a introdução de variáveis de controle na pesquisa, que consistem em registrar os aspectos tangentes à etnia, gênero, idade, escolaridade, partido e espectro político de cada parlamentar entrevistado.

Estas variáveis de controle fornecem indicativos de observação de onde as habilidades cívicas adquiridas pelos parlamentares são provenientes. Se de ambientes estritamente religiosos ou de outros mais - o que aponta para uma compreensão necessária de parte do background econômico social dos parlamentares.

Segundo King et al (1994), os resultados da pesquisa e análise posterior dos dados devem levar em consideração que abandonar a aleatoriedade pode abrir portas para muitas fontes de vieses. O resultado mais óbvio é quando, sabendo o que se quer com o resultado

da pesquisa (confirmação de uma hipótese favorita), subitamente se selecionam observações na base de combinações de variáveis dependentes e independentes que suportam a conclusão desejada.

Para evitar problemas como este, propõe-se que se sigam algumas diretrizes explicadas acima, como um maior número de observações do que de inferências, a seleção de amostra através da variável independente e a introdução de variáveis de controle na pesquisa (King et al, 1994).

3.3. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para os dados primários, como a prática da coleta de dados através de entrevistas gravadas, demanda-se uma questão ética de preservação da identidade dos participantes. É importante que exista esta norma de confidencialidade, que indique o anonimato e que seja previamente assinada pelos parlamentares que consentiram em participar da entrevista.

Essa norma é particularmente importante e necessária para esta pesquisa científica, sendo um dos requisitos do Comitê de Ética da Universidade de Brasília. Na verdade, antes da realização da coleta de dados dos participantes, o roteiro desta entrevista foi devidamente encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, via Plataforma Brasil. O Comitê é responsável pela validação de pesquisas como esta, para que seja aplicada aos seus participantes e, somente depois da sua autorização, deu-se início à fase empírica da pesquisa.

Dentre a burocracia que envolve a aplicação prática desta pesquisa, está, em primeiro lugar, a necessidade de um consentimento dos participantes para realizá-la. Desta maneira, para cada participante foi coletado o consentimento de participação na entrevista através de um formulário enviado por e-mail, para os participantes que optaram por entrevista remota, ou presencialmente, para aqueles que preferiram entrevistas presenciais. O formulário se encontra no Anexo III desta pesquisa.

Além deste material, foram devidamente encaminhados ao comitê de ética da Universidade de Brasília, uma carta de encaminhamento, com os detalhes da pesquisa, uma “folha de rosto” que comprove que o trabalho foi submetido na Plataforma Brasil, o instrumento de pesquisa, o aceite institucional, uma carta de revisão ética (com os custos e benefícios da pesquisa) e um cronograma factível para execução da pesquisa. Para a

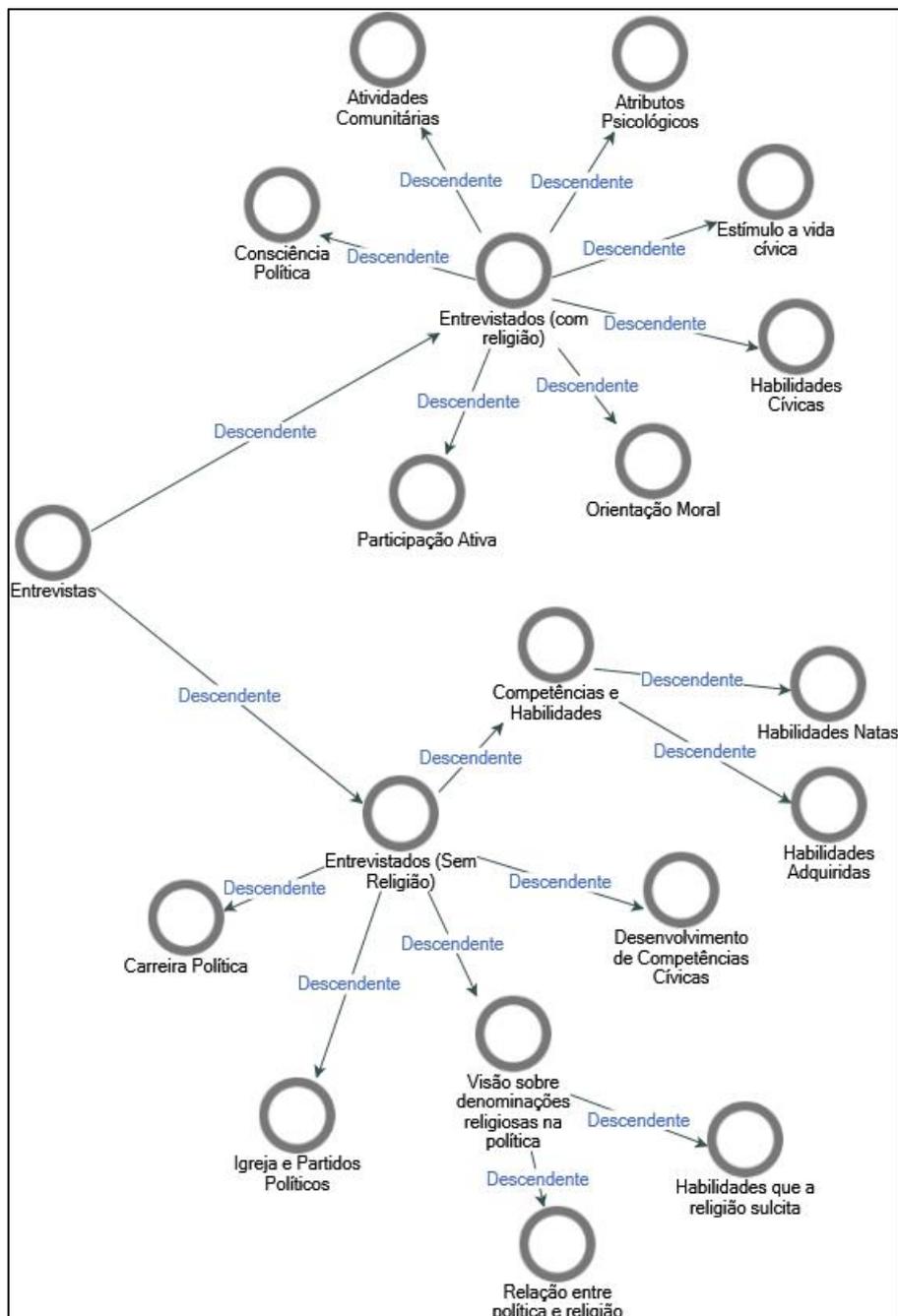
finalização do procedimento ético junto à Universidade, foi necessário o envio de relatório parcial e final, a respeito das entrevistas executadas.

4. RESULTADOS DE PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS PRIMÁRIOS COLETADOS

O presente capítulo realiza análises sobre os principais códigos de entrevista de interesse nesta dissertação: se religião rendeu maior conexão política, com os problemas da população brasileira, com necessidade dos eleitores e da sua comunidade (4.1), habilidades desenvolvidas em denominações religiosas (4.2), principais atividades realizadas nas denominações religiosas que contribuem para o desenvolvimento cívico (4.3), atributos psicológicos relevantes (4.4.), percepção da vida cívica sendo estimulada nas denominações religiosas (4.5), diálogo com indivíduos de opiniões distintas e capacidade de lidar com a crítica (4.6), demais ambientes que serviram à formação cívica do entrevistado (4.7) e, por fim, contrastes e semelhanças com as trajetórias dos entrevistados sem religião (4.8).

As subseções elencadas acima representam (de 4.1 a 4.7) os próprios códigos que foram estabelecidos pelo pesquisador, de maneira dedutiva. Ou seja, a partir do questionário de pesquisa, que foi previamente elaborado para a condução de entrevistas semiestruturadas, estabeleceram-se os códigos de análise, para o Nvivo 14. Neles, foram selecionados os respectivos trechos das entrevistas, correspondentes às categorias, para codificação e posterior análise. De maneira esquemática, os códigos para os entrevistados com religião e para aqueles sem religião pode ser ilustrado a seguir:

Figura 1: Diagrama, com os códigos dos entrevistados com religião e dos sem religião.



Fonte: Elaboração própria (2024), através do software NVivo 14.

Antes disso, a partir das entrevistas apresentadas, ilustram-se variáveis descritivas e as principais informações relacionadas às frequências e rotinas religiosas dos entrevistados, além de suas participações em diferentes denominações religiosas. Esta introdução do capítulo pretende compilar essas informações básicas e principais narrativas de relevância, além de oferecer uma perspectiva sobre como a frequência e a

rotina religiosa moldaram e continuam moldando a vida dos participantes. A seguir, abordam-se diferentes tradições religiosas (católicos, evangélicos e outras religiões), analisando o impacto de suas práticas e o significado de sua participação ativa ou esporádica ao longo do tempo.

É importante notar que a amostra conferiu pluralidade ideológica partidária dos entrevistados à pesquisa, bem como pluralidade regional. Porém, quesitos como gênero e raça ficaram bastante abaixo da paridade, o que pode refletir a própria baixa representatividade destes critérios na Câmara dos Deputados:

- 1) Entrevistado 1: Católico, homem, 57 anos, representante de Minas Gerais, Partido dos Trabalhadores, superior completo, padre, 4º mandato na Câmara dos Deputados;
- 2) Entrevistado 2: Católico, homem, 29 anos, representante de Pernambuco, Partido dos Trabalhadores, superior completo, engenheiro, 1º mandato na Câmara dos Deputados;
- 3) Entrevistado 3: Católico, homem, 49 anos, representante do Rio de Janeiro, Partido dos Trabalhadores, doutorado completo, historiador, 1º mandato na Câmara dos Deputados;
- 4) Entrevistado 4: Católico, homem, 79 anos, representante da Paraíba, Partido dos Trabalhadores, superior completo, padre, 5º mandato na Câmara dos Deputados;
- 5) Entrevistado 5: Assembleia de Deus, homem, 45 anos, representante de Rondônia, União Brasil, superior completo, médico, 1º mandato na Câmara dos Deputados;
- 6) Entrevistado 6: Assembleia de Deus, homem, 52 anos, representante de São Paulo, Partido Liberal, superior completo, pastor/empresário, 4º mandato na Câmara dos Deputados;
- 7) Entrevistado 7: Assembleia de Deus, homem, 62 anos, representante da Bahia, AVANTE, superior completo, militar, pastor e enfermeiro, 2º mandato na Câmara dos Deputados;
- 8) Entrevistado 8: Igreja Universal, homem, 67 anos, representante do Rio de Janeiro, REPUBLICANOS, superior completo, engenheiro civil e pastor, 1º mandato na Câmara dos Deputados;
- 9) Entrevistado 9: Assembleia de Deus, homem, 40 anos, representante de Mato Grosso, Partido Liberal, superior completo, arquiteto, 1º mandato na Câmara dos Deputados;

- 10) Entrevistado 10: Igreja Batista, homem, 37 anos, representante do Rio de Janeiro, Partido Socialismo e Liberdade, mestrado incompleto, ator e professor, 1º mandato na Câmara dos Deputados;
- 11) Entrevistado 11: Espiritualista, homem, 40 anos, representante de Minas Gerais, AVANTE, superior completo, advogado, 2º mandato como deputado;
- 12) Entrevistado 12: Umbandista, mulher, 30 anos, representante de Minas Gerais, Partido dos Trabalhadores, mestrado, pedagoga, 1º mandato como deputada;
- 13) Entrevistado 13: Espiritualista, mulher, 49 anos, representante do Amapá, Partido Liberal, mestrado, fisioterapeuta, militar, 1º mandato como deputada;
- 14) Entrevistado 14: Espiritualista, homem, 62 anos, representante de Santa Catarina, REPUBLICANOS, superior completo, empresário, 2º mandato como deputado;
- 15) Entrevistado 15: Sem religião, homem, 41 anos, representante do Paraná, Partido Progressistas, mestrado, agropecuarista, 2º mandato como deputado;
- 16) Entrevistado 16: Sem religião, homem, 49 anos, representante do Acre, REPUBLICANOS, pós-graduação completa, advogado, 1º mandato como deputado;
- 17) Entrevistado 17: Sem religião, mulher, 67 anos, representante do Distrito Federal, Partido dos Trabalhadores, superior completo, bancária, 4º mandato como deputada;
- 18) Entrevistado 18: Sem religião, homem, 51 anos, representante do Distrito Federal, Partido Verde, pós-graduação completa, professor, 1º mandato como deputado;
- 19) Entrevistado 19: Sem religião, homem, 40 anos, representante do Distrito Federal, Movimento Democrático Brasileira, superior completo, administrador, 1º mandato como deputado;
- 20) Entrevistado 20 (entrevista teste): Protestante, homem, 75 anos, representante do Mato Grosso do Sul, Partido Progressistas, superior completo, médico, 2º mandato como deputado.

Para a amostra dos entrevistados católicos, a participação está intimamente ligada a rituais formais e compromissos frequentes, conforme ilustrado pelos depoimentos. A tradição católica envolve práticas como missas, celebrações semanais e participação em pastorais sociais, que mantêm o fiel conectado à comunidade religiosa e às demandas sociais ao redor.

Para o entrevistado 01, como membro ativo da Igreja Católica, sua rotina religiosa envolve celebrações mensais e atividades pastorais. Ele menciona que participa de missas na Capela da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que, mesmo exercendo um cargo político, mantém sua atuação na comunidade católica, enquanto padre. Suas celebrações são menos frequentes atualmente, mas ele ainda cumpre seu papel, principalmente em celebrações que marcam ocasiões especiais, como a Festa da Colheita. A rotina é semelhante ao entrevistado 04, que também é padre.

O entrevistado 02 revela uma participação ativa em missas e eventos ligados à vida política, como celebrações de ação de graças e de padroeiros. Embora a frequência semanal tenha diminuído em comparação com sua juventude, ele continua participando regularmente de eventos católicos em função de sua atuação política. Em sua juventude, sua rotina envolvia grandes encontros e retiros religiosos, que, embora esporádicos, tinham uma grande importância para sua formação, segundo ele.

O entrevistado 03 revela uma intensa participação na Pastoral da Juventude, com reuniões semanais no grupo de base, além de coordenação diocesana e regional, que incluíam congressos, romarias e seminários. Sua rotina religiosa na juventude foi marcada por um envolvimento profundo com grupo de jovens católico, organizando eventos de grande porte e participando de encontros em nível nacional. Essa experiência moldou sua capacidade de oratória e liderança, habilidades que ele carrega até hoje.

Para a amostra de evangélicos, as rotinas e a frequência de participação variam significativamente, com alguns participantes profundamente envolvidos em atividades diárias e outros com uma presença menos constante. A prática religiosa evangélica, especialmente em igrejas pentecostais e neopentecostais, muitas vezes envolve culto e oração frequentes, seja em casa ou na igreja.

O entrevistado 05, da Assembleia de Deus, revela uma participação três vezes por semana nos cultos, com uma vida religiosa ativa, mesmo precisando equilibrar as responsabilidades de sua carreira política com os compromissos religiosos. Ele menciona a dificuldade de estar presente com mais frequência devido às viagens para Brasília, mas aproveita os finais de semana para participar ativamente na sua igreja.

Como pastor, o entrevistado 06, da Assembleia de Deus, possui uma rotina religiosa que é quase diária, com envolvimento em cultos, pregações e atividades pastorais. A frequência de sua participação aumentou ao longo dos anos, acompanhando sua evolução na hierarquia da igreja, desde fiel até pastor.

A vida religiosa do entrevistado 07, também da Assembleia de Deus, envolve a prática do culto diário, seja na igreja ou em casa, com ênfase na meditação e oração. Mesmo durante o trabalho na Câmara Federal, ele menciona realizar pregações e cultos informais nos corredores do congresso ou em seu gabinete, destacando a intensa presença da fé em sua rotina. O entrevistado 09, da mesma igreja, é neto de pastor e descreve que sua vida social sempre foi marcada pela sua presença, e de toda a família, na igreja, ainda que esteja presente, hoje, predominantemente nas atividades de culto apenas.

Embora atuando politicamente (assim como os demais) e com tempo livre reduzido, o entrevistado 08, da Igreja Universal, mantém uma rotina religiosa diária de leitura da Bíblia e oração em casa, além de participar dos cultos dominicais. Sua participação é marcada pela regularidade de atividades religiosas dentro da sua casa, na busca de equilibrar seu papel pastoral com sua atuação pública.

Já a rotina do deputado pastor entrevistado 10 é profundamente envolvida na organização e na condução da Igreja Batista do Caminho. Como fundador e líder da comunidade, ele participa ativamente das atividades dominicais, mesmo estando licenciado de suas funções de liderança por conta de seu mandato político. Sua vida religiosa é um reflexo de sua posição como pregador e pastor, revelando, para ele, um comprometimento contínuo com a pregação do evangelho.

Os praticantes de religiões não-cristãs, como o espiritualismo e a Umbanda, demonstram uma abordagem mais flexível quanto à frequência de sua participação religiosa. Essas tradições espirituais muitas vezes permitem maior autonomia, e a prática religiosa pode ser mais esporádica ou até sazonal, sem comprometer uma conexão deles com a sua espiritualidade e crenças.

O entrevistado 11, que, assim como os demais espiritualista, teve uma trajetória religiosa diversificada, passando por várias denominações, incluindo o catolicismo e o espiritismo. Sua participação na igreja foi frequente na juventude, mas, à medida que “amadureceu espiritualmente” (segundo ele), sua busca por Deus se tornou mais introspectiva. Embora ele tenha se afastado da frequência semanal na igreja, seu compromisso com a sua espiritualidade e fé permaneceu constante, mesmo sem a necessidade de uma rotina fixa de participação.

Os entrevistados 13 e 14 são também espiritualistas. Diferentemente dos demais, esses entrevistados não seguem qualquer frequência religiosa formal ou uma rotina semanal em nenhum templo específico. Embora tenham experimentado diversas

religiões, suas práticas atuais são mais flexíveis e independentes, sem uma necessidade formal de participar regularmente de rituais ou encontros religiosos. A trajetória do entrevistado 13 foi marcada pela experimentação em vários campos teológicos evangélicos e Wicca, enquanto o 14 oscila entre a filosofia indiana (com retiros no país), a lembranças de uma infância católica.

A rotina religiosa do entrevistado 12, da Umbanda, também é menos rígida, variando entre encontros semanais, quinzenais ou mensais, dependendo das circunstâncias. Ele destaca que a Umbanda envolve não apenas cultos espirituais, mas também atividades práticas e coletivas, como varrer o terreiro e preparar comida para festividades. Sua rotina é fortemente conectada à comunidade e à prática coletiva, com atividades que vão além dos rituais religiosos formais.

De modo geral, os depoimentos dos entrevistados oferecem uma visão ampla sobre a diversidade de frequências e rotinas religiosas. Para alguns, a religião está profundamente enraizada em suas rotinas diárias - especialmente aqueles com posições de liderança religiosa - enquanto para outros, a participação é mais esporádica e flexível. Independentemente da frequência, a espiritualidade e a fé continuam sendo elementos centrais nas vidas desses indivíduos, moldando suas identidades e influenciando suas ações em contextos sociais e políticos.

Além disso, é interessante notar a interação entre a vida religiosa e a vida política para alguns entrevistados. Aqueles que ocupam cargos públicos muitas vezes conciliam suas práticas religiosas com suas responsabilidades profissionais, mostrando que, para eles, a fé e a ação política estão intrinsecamente ligadas. A seguir, estão as análises facilitadas por códigos de pesquisa, estabelecidos previamente com base nas perguntas realizadas aos entrevistados.

4.1. SE RELIGIÃO RENDEU MAIOR CONEXÃO POLÍTICA, COM OS PROBLEMAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, COM NECESSIDADE DOS ELEITORES E DA SUA COMUNIDADE

A questão sobre se a religião contribui para uma maior consciência política revela uma intersecção entre fé, identidade e ativismo. As respostas dos entrevistados católicos, evangélicos de diferentes denominações, e adeptos de outras religiões espiritualistas,

oferecem uma visão abrangente e diversificada de como diferentes crenças influenciam a percepção política e social.

Os entrevistados católicos destacam uma profunda ligação entre sua fé e a ação social e política. O entrevistado 01, por exemplo, fala sobre a capacidade de detectar deficiências nas políticas públicas e como isso impulsiona uma maior participação política entre os leigos, enquanto o entrevistado 03 e o 04, influenciados pela Teologia da Libertação, veem sua fé como um chamado para lutar contra a pobreza e a opressão, enfatizando a necessidade de uma prática religiosa que seja verdadeiramente transformadora e comprometida com a justiça social.

Os entrevistados católicos observam contradições entre “igreja, mundo e reino”. A ideia do “reino” simboliza a utopia de condições ideais de vida. O “mundo”, as dificuldades do plano do real e a “igreja” um intermediário entre estes dois planos, que pode agir para a transformação da realidade, conforme a definição do entrevistado 03. Por isso, ele aplica - até hoje, enquanto deputado - a metodologia “ver, julgar e agir”, a qual aprendeu durante sua passagem pela pastoral da juventude. Define-o como:

“Entender e estar atento à realidade que está diante de você, avaliar essa realidade a partir dos marcos religiosos ou teóricos que você sustenta e produzir uma ação sobre essa realidade para transformá-la.” Este método o permite detectar injustiças e possíveis atitudes que podem ser tomadas sobre elas. Afirma ter feito um compromisso pela transformação da realidade e “uma opção pelos pobres”, após ter compreendido “a história da luta do povo de Deus, dos mártires e do povo brasileiro”.

Este compromisso é representado pelo entrevistado 03, de maneira simbólica, por um anel de tucum, que utiliza desde a sua juventude, em movimentos católicos. Além deste símbolo, afirma que a mística da igreja, cantos, orações e outros processos fortes de fé são combustível para sua caminhada. A sua frequência na igreja católica contribuiu para a decisão de que se tornasse professor de história e aprimorasse seu olhar crítico sobre a realidade. Foi neste contexto, e ainda na pastoral da juventude, que também se filiou a um partido político pela primeira vez, após ser “tocado” pela campanha pró-vida do Betinho (a qual contou com apoio religioso). A religião foi o início de uma jornada que seguiria pela militância política e o sindicalismo.

A mesma ideia é simbolicamente representada pelo entrevistado 04, padre, que, através da teologia da libertação, afirma a “necessidade de levar a boa nova de Jesus a todos, para que ‘tenham vida em abundância’, sendo da vontade de Deus Pai que todos

os Seus filhos sejam bem tratados e tenham trabalho”. Para ele, “quem queria ser cristão de verdade, tinha de entrar na luta de movimento sindical, a fim de que as comunidades pudessem trabalhar e prosperar, em um movimento que constituiu as comunidades eclesiais de base”.

Segundo ele, as comunidades eclesiais fomentavam ação, discussão e compromisso. Ele oferecia formações políticas no espaço da igreja e observava que, aos poucos, “a população ia tomando a palavra” e reivindicava, ao poder público, melhorias urbanas em suas comunidades, no que se constituiu em um “empoderamento social”. O entrevistado padre foi precursor na defesa do uso de preservativos para a saúde pública e controle de natalidade, além da defesa de movimentos minoritários.

Em período eleitoral, mesmo como sacerdote, debatia com a população as possibilidades dos candidatos, analisando-os, “de maneira social, política e econômica”. Entendia como uma missão a cada um dos eleitores o voto consciente e a ação coletiva perante a política. Como sacerdote, contribuiu para a realização de formações políticas e análise de conjuntura junto aos frequentadores da igreja. O entrevistado 02 também obteve conexões com a sua comunidade a partir de ações da igreja, ajudando a organizar eventos para crianças em datas comemorativas e distribuição de refeições para população em situação de rua.

Ao mesmo tempo, o entrevistado 02 considera que o fato de a sua igreja ser de classe média alta o colocava em pouco contato com a população e, para ele, sua igreja era apenas dedicada à oração. O entrevistado 01, também padre, compartilha de que “vê política em todo o lugar” e, daí, a necessidade de falar sobre e debater (apartidária), mesmo no âmbito da igreja católica. “Negar a política é a maior aberração do cidadão” - o que o faz destoar de vertentes religiosas que consideram a política como “impura” ou “inferior às questões da alma”, que são trazidas em diferentes matizes religiosas. À época, sem pretensões de candidatura, ele já ajudou a formar candidaturas de vereadores (as) e prefeitos (as) de sua cidade de origem.

Foi atuante na articulação com sociedade civil em uma época que, para ele, “a política ocorria de maneira restrita no gabinete do prefeito”. Enquanto sacerdote, participava da assembleia dos padres e dos leigos, e, se discutiam questões relacionadas às pastorais, a audiência era aberta a todos. Havia pastorais de temas que, anos à frente, comporiam a agenda de seu mandato: pastoral do batismo, pastoral da criança e pastoral

dos enfermos, que promovia a saúde primária. Segundo ele, todos os participantes podiam participar e falar ativamente nas reuniões.

Para ele, “todo padre deve fazer política, no sentido da política pública da educação, da política da assistência social, da política da criança e do adolescente, da política do idoso, da política específica para as mulheres e do cuidado com o meio ambiente”. “Todas são decisões políticas” - complementa. Além disso, já trabalhou especificamente para a luta de moradia e a agricultura urbana. De forma embrionária, suas pautas políticas se iniciaram dentro da igreja católica, mas, principalmente, o valor de colocar-se ao lado do mais frágil/pobre e enfrentar os “poderosos da lei”.

Os entrevistados evangélicos apresentam uma gama variada de perspectivas. O entrevistado 05 e o 10, por exemplo, veem a religião como uma força motriz para o envolvimento direto em questões sociais e políticas, como o combate ao aborto e a prestação de serviços comunitários. Em contraste, o entrevistado 07 e o 08 discutem o papel da igreja em fornecer apoio espiritual e físico, mas também destacam a importância de manter a política fora do espaço considerado sagrado da igreja, refletindo uma tensão e ambiguidades entre a vivência religiosa e a participação política direta.

Esta é a mesma visão defendida pelo entrevistado 06, evangélico da Assembleia de Deus, que (diferente do entrevistado 02) faz uma separação clássica e põe a religião em um patamar de “superioridade” em relação à política e “às coisas mundanas”. Relata que a única conexão que a igreja proporcionou foi com a fé da população brasileira, ao viajar mais de 4 mil municípios, segundo ele. Os entrevistados 06, 07 e 08 expõem suas necessidades de “vigiar e orar” para que não haja uma “contaminação” suas, a partir da política.

Segundo o entrevistado 07: “quando a política entra na igreja, o Espírito Santo sai pela janela”, o que revela uma diferença profunda de crença e opinião em relação aos entrevistados católicos, que veem a religião como inerentemente parte de processos políticos. O entrevistado 07 (também da Assembleia de Deus) narra, inclusive, decepções que viveu dentro da igreja, desde que passou a haver maior ativismo político nos púlpitos e no que definiu como “contaminações” de um ambiente sacro.

Entretanto, o mesmo entrevistado 07 tem uma clínica de reabilitação para dependentes químicos, a qual abriga 1.315 pessoas internadas, entre homens e mulheres. É neste lugar que, como pastor, prega o evangelho e está em contato com diferentes realidades socioeconômicas. O espírito comunitário também é ressaltado pelo

entrevistado 08, da Igreja Universal: “qualquer pessoa que tenha vivido ou ouvido os dramas das pessoas, com certeza, na hora de votar ou de fazer o seu trabalho legislativo, o fará com responsabilidade”. É isso que diz aprender, desde os seis anos de idade, na sua igreja: “repartir o pão, ajudar as pessoas e incentivá-las em seus talentos”. Ainda ressalta o trabalho das igrejas na distribuição de cestas básicas em comunidades carentes, além de assistência psicológica e jurídica.

Já para o entrevistado 05, da Assembleia de Deus, é inegável a relação da sua igreja com a realidade política, uma vez que, a partir dela, realiza atendimentos médicos na sua comunidade (incluindo ribeirinhas) e nos presídios. Frequenta lugares que não iria, se não fosse a sua igreja. Desta experiência, considera que “sua visão de mundo se expandiu” (inclusive, capacidade de atuação política) e que, portanto, não frequentadores de religiões podem ter uma capacidade de compreensão da realidade mais reduzida. A partir também da experiência, relata ter desenvolvido “mais compaixão e empatia”. Pela igreja, já fez palestras “antidrogas, motivacionais, antidepressivo e anti-suicídio”.

Esta é a mesma afirmação do entrevistado 10, evangélico batista: “a vida nas igrejas pentecostais da periferia é política e socialmente muito atuante”. É rápido quando questionado se há relação entre sua igreja e a política: “As práticas e crenças da minha religião me ajudaram a entender as necessidades e a realidade imediata dos meus eleitores, sim, com certeza.” Inclusive, ele prevê que igrejas evangélicas sejam as principais mobilizadoras políticas dos próximos anos, com perda de espaço católico, cuja igreja definiu como “excessivamente burocrática e intelectualizada”.

O entrevistado 09, da Assembleia de Deus, entende que houve um favorecimento político por ser neto de pastor, o que contribui para a sua visibilidade para o público. Ao mesmo tempo, revela que havia também uma rejeição maior sua, pelo mesmo motivo, em uma época que define não era comum ou explícita a relação entre religião e política. A postura que adota hoje é não mencionar política no púlpito religioso, apenas em palestras específicas para discutir política na igreja. Entretanto, o contrário não se verifica: para ele, é necessário levar os valores cristãos para o ambiente público e como uma resposta para o que classifica como “invasão dos domínios da legislação sobre a prática religiosa”, onde o Estado força a posturas contrárias ao seu grupo, enquanto cristão.

Os representantes de outras religiões espiritualistas, como o entrevistado 11, espiritualista, e o entrevistado 12, umbandista, oferecem uma perspectiva ainda mais ampla, enfatizando a espiritualidade como um guia para entender e intervir na realidade

política e social de maneiras que transcendem a política partidária. Eles veem sua prática religiosa como uma forma de conectar-se com uma história e lutas mais amplas, valorizando a ancestralidade e o poder transformador da espiritualidade na vida cotidiana.

O entrevistado 11 compreende que há algo de intangível no seu fazer político, para além de uma rotina de cumprimento de trabalho, no que ele define como uma espécie de “algo transcendental/espiritual que inclui uma missão divina”. Essa ideia foi adquirida por ele, ao longo dos anos, com o seu passar por diversas denominações religiosas, que lhe rendeu uma visão universalista sobre a fé. Sobre o seu trabalho enquanto político, a fé é descrita por ele como peça-chave para sair do plano meramente material do trabalho e imbuir de significado naquilo que executa em sua vida. Essa ideia o ajuda psicologicamente em momentos de dificuldade no trabalho.

Psicologicamente, a crença do entrevistado 12, da Umbanda, aproxima-se da supracitada. Ao definir o conceito de ancestralidade, afirma que “suas lutas não começam, nem terminam, em si”, mas são fruto de um longo processo geracional no qual se insere. No que chama de luta de séculos, inclui o trabalho que vem fazendo, em primeiro lugar, para a população negra, as mulheres marginalizadas, a classe trabalhadora, a juventude e os pobres.

Assenta-se no valor da construção de um futuro melhor para as próximas gerações, o que justifica para si a necessidade do valor do trabalho árduo e das dificuldades que enfrenta no parlamento. Esse constitui em um aspecto relevante psicológico observado. Ao mesmo tempo, a vivência religiosa permitiu entender mais profundamente as demandas do povo e pensar soluções, já que, através da Umbanda, insere-se em atividades comunitárias.

A prática espiritualista do entrevistado 13, que também resultou da experiência em várias denominações religiosas, diverge dos valores dos entrevistados anteriores, em vista de ser favorável ao conservadorismo, a partir de uma espécie de “controle social”, que privilegie a segurança da instituição familiar e das crianças - as mais vulneráveis. Para o entrevistado, esta crença foi adquirida através de sua frequência religiosa, da religião Wicca à Assembleia de Deus. Ainda que se defina, hoje, como espiritualista, seus valores o permitem “fluir” bem entre o público evangélico no Congresso Nacional.

Porém, uma boa conexão de opinião entre todos os entrevistados religiosos é bem resumida pelo entrevistado 14, espiritualista: “sempre tive a compreensão de que a boa política, a de servir, é uma maneira de agradar a Deus”. Ou seja, a forte subjetividade em

encontrar significância no próprio trabalho é um traço em comum aos religiosos. Para o entrevistado 04, há vários espaços que podem servir à finalidade religiosa da “prática do bem”, sendo a política o principal deles, citando Mario Bergoglio: “Para o Papa Francisco, a política é a forma mais elevada de caridade”.

Com esse exemplo, acredita na força de um mandato para a redução das desigualdades sociais brasileiras, expondo o vínculo entre crença religiosa e atuação política. Ao mesmo tempo, o entrevistado 14 enaltece, repetidamente, o papel de liderar suas empresas, com vistas a uma “gestão humanizada e seu profundo interesse pelos funcionários”, o que buscou trazer para o mandato e no tratamento com os seus eleitores. Ou seja, neste caso, há evidências de outros ambientes que não apenas o religioso para o caminho do deputado na política. O mesmo ocorre ao citar sua família, majoritariamente composta por políticos, os quais moldaram seus valores, acessos a espaços de poder e aquisição de competências necessárias para sua carreira.

Esquemáticamente, os principais termos de relevância das entrevistas com os religiosos podem ser percebidos através das nuvens de palavras abaixo, na sequência (da esquerda para direita; de cima para baixo): católicos, evangélicos, espiritualistas e umbandistas.

tensão que torna a participação religiosa na política vital, pois fornece uma moral e uma ética que muitas vezes faltam no espaço público.

Essas perspectivas destacam a diversidade de abordagens que os religiosos podem adotar quando confrontados com questões de justiça e equidade. Desde os mais conservadores, que buscam preservar determinados valores sociais e familiares, até os progressistas, que veem na religião uma ferramenta para o radicalismo social e a mudança, a religião oferece motivações e métodos para engajamento na vida pública.

Portanto, enquanto alguns podem ver a religião como uma força estabilizadora que impede a mudança, para muitos dos entrevistados, ela é um catalisador para a transformação social, um meio de questionar e reformar as estruturas de poder dentro de suas comunidades e sociedades em geral. A diferença entre a primeira nuvem de palavras, de católicos, e a segunda, ao lado, de evangélicos, é clara: na amostra, os católicos enfatizam muito mais um compromisso com uma luta política de transformação social, enquanto os evangélicos dão ênfase sobre a importância de “valores morais”.

4.2. QUAIS HABILIDADES CONSIDERA DESENVOLVER EM DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS

As habilidades que podem ser desenvolvidas no contexto das denominações religiosas envolvem não apenas a dimensão espiritual, mas também aspectos cognitivos, sociais e interpessoais. A partir dos depoimentos apresentados, é possível identificar um conjunto diversificado de habilidades desenvolvidas pelos entrevistados, que abrangem desde o autoconhecimento, até competências de liderança, comunicação e empatia. Esta seção visa analisar criticamente essas habilidades e refletir sobre como diferentes tradições religiosas contribuem para o desenvolvimento pessoal e social de seus fiéis.

4.2.1 Autoconhecimento e Autodidatismo

O autoconhecimento aparece como uma habilidade central desenvolvida no contexto de diversas tradições religiosas, em especial no depoimento do entrevistado 11, que se identifica como espiritualista. Ele menciona que sua experiência religiosa foi marcada por uma busca solitária e autodidata, enfatizando uma "centelha divina" dentro de si, que o fez mover - sozinho, segundo ele - ao longo da vida para espaços de poder, já que provém de uma família financeira humilde e não-letrada.

O processo de autodescoberta, reforçado por práticas de leitura e reflexão pessoal, é um ponto importante, pois destaca uma abordagem religiosa que valoriza o desenvolvimento individual em vez da dependência de ensinamentos externos. Este tipo de aprendizado solitário, baseado no autodidatismo, implicou, para ele, em uma “renúncia ao ego”. Este conceito de renúncia, que aparece em diversas tradições espirituais, reflete uma habilidade interna de introspecção e autoaperfeiçoamento, que não se limita ao aprendizado religioso, mas que afeta profundamente o comportamento e as escolhas de vida do indivíduo.

No caso do entrevistado 11, sua “renúncia ao mundo” e o autodidatismo afetaram desde a sua formação escolar, ao curso de direito que viria a realizar. A sua disciplina introspectiva e o fato de ter aprendido solitariamente a ler na igreja e a compreender os textos bíblicos, tornou mais desafiador aceitar a presença de uma “autoridade” que o ensinasse. Até hoje, ele se “deixa guiar pelo seu eu-interior” para processos de escolha, em uma sequência cognitiva que atribui a tudo que viveu anteriormente em instâncias religiosas.

O entrevistado 13, que se identifica como espiritualista, menciona o desenvolvimento de habilidades de comunicação, articulação e leitura, e destaca a independência que adquiriu ao se mudar sozinho para outra cidade. Embora esse crescimento tenha sido influenciado por fatores externos à igreja, como a superação de adversidades, ele reconhece que a prática religiosa contribuiu para sua desenvoltura. A independência, neste caso, pode ser vista como uma extensão do autoconhecimento mencionado anteriormente, mas aqui se relaciona não apenas ao desenvolvimento espiritual, mas também à superação de desafios pessoais e sociais.

Como implicação, a experiência religiosa, mesmo em contextos que não envolvem necessariamente práticas comunitárias intensas, pode proporcionar um espaço para o desenvolvimento de habilidades práticas, como a comunicação e a capacidade de enfrentar adversidades. Isso amplia o conceito de autoconhecimento abordado anteriormente, mostrando que ele não se limita à introspecção, mas também envolve uma interação ativa com o mundo exterior.

A ênfase no autoconhecimento e autodidatismo, embora positiva, pode ser vista sob uma perspectiva crítica como uma forma de isolamento. O desenvolvimento solitário pode limitar as oportunidades de aprendizado coletivo e de troca de experiências, algo que é amplamente valorizado em outras tradições religiosas.

4.2.2 Trabalho Coletivo e Estratégias Ancestrais

Por outro lado, a ideia de desenvolvimento coletivo é central no depoimento do entrevistado 12, que pratica a Umbanda. Ele menciona o valor do trabalho coletivo, destacando como a prática religiosa o ensinou a colaborar em equipe e a pensar em estratégias baseadas em sabedorias ancestrais. Utilizando uma metáfora da “ginga da capoeira”, afirma que ocorre uma batalha similar no parlamento brasileiro, entre um “recuar e avançar”. Para ele, algumas vezes, é necessário recuar na política, para contra-atacar com mais força, assim como ocorre na capoeira. Esse conceito, aprendido a partir de práticas culturais e espirituais da tradição afro-brasileira, ressalta a importância de habilidades táticas e estratégicas no âmbito tanto religioso quanto profissional.

Além disso, a Umbanda, com suas raízes comunitárias, oferece uma plataforma para o desenvolvimento de habilidades de articulação e liderança em grupo, que vão além do contexto religioso. O foco no coletivo e no aprendizado através da experiência comunitária, o qual é adotado pela estratégia do gabinete do entrevistado 12, pode ser visto como um contraste ao autodidatismo do entrevistado 11, mostrando que diferentes tradições religiosas enfatizam formas variadas de aprendizado e desenvolvimento.

4.2.3 Comunicação e Expressão Pública

A habilidade de falar em público é uma competência frequentemente mencionada por entrevistados de denominações evangélicas e católicas. O entrevistado 05, da Assembleia de Deus, e o entrevistado 10, da Igreja Batista, destacam como a participação em cultos e pregações os ajudou no desenvolvimento da oratória e na capacidade de liderar. A prática constante de falar diante de congregações parece ser uma habilidade amplamente cultivada em ambientes religiosos, e essa prática repetitiva se mostra eficaz no desenvolvimento da confiança e fluência no discurso público.

O depoimento do entrevistado 07 reforça essa ideia ao destacar que o aprendizado de falar em público não veio de cursos formais, mas da prática cotidiana dentro da igreja. Esse relato ilustra como a repetição e a exposição constante a situações de liderança pública contribuem para a formação de habilidades que são transferíveis para outros contextos, como o ambiente profissional (no caso da política) ou acadêmico, no momento em que precisou lecionar.

No entanto, a ênfase em habilidades de oratória dentro de denominações evangélicas e católicas pode ser criticada por deixar em segundo plano outras formas de

expressão e aprendizado, como a reflexão silenciosa ou o trabalho de bastidores. Enquanto a habilidade de falar em público é certamente valiosa, ela não deve ser supervalorizada em detrimento de outras competências igualmente importantes, como a escuta ativa ou a reflexão crítica, além da capacidade solitária de autorreflexão, as quais foram ressaltadas por entrevistados de outras religiões.

4.2.4 Empatia e Serviço ao Próximo

Outra habilidade frequentemente destacada pelos entrevistados é a empatia, particularmente entre os membros das denominações evangélicas, no caso da amostra utilizada na pesquisa. O entrevistado 05 menciona a capacidade de "escutar o próximo" e de entender o problema do outro como uma habilidade desenvolvida na igreja. Esse aspecto de empatia está intimamente ligado ao conceito de serviço ao próximo, que aparece com força nos depoimentos dos diversos integrantes entrevistados das tradições religiosas.

O entrevistado 08, da Igreja Universal, por exemplo, destaca o "espírito comunitário" e a ideia de que "todos compartilham a responsabilidade pelo sucesso e pelas tragédias da sociedade". Esse senso de responsabilidade coletiva e o desejo de ajudar o próximo são habilidades que transcendem o contexto religioso, refletindo um compromisso ético que pode ser aplicado em diversos campos, como o trabalho social e a política.

A crítica que se pode fazer aqui é que, embora a empatia e o serviço ao próximo sejam amplamente promovidos, nem sempre esses valores são acompanhados de uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais mais amplas que, por exemplo, perpetuam desigualdades e injustiças. O desenvolvimento de empatia individual é importante, mas ele precisa ser complementado por uma análise estrutural que questione as causas das desigualdades sociais e que permita que instituições coletivas ou de o governo/Estado, ajam em torno de soluções.

4.2.5 Liderança e Organização Comunitária

A liderança é uma habilidade recorrente nos depoimentos de vários entrevistados, seja em igrejas evangélicas, católicas ou em tradições espiritualistas. O entrevistado 10, da Igreja Batista, por exemplo, menciona que aprendeu a "organizar e liderar comunidades" dentro da sua tradição religiosa.

A igreja não apenas serviu como um espaço para o desenvolvimento de habilidades de liderança, mas também como um laboratório para a prática dessas habilidades em contextos sociais e comunitários, diante de distintas demandas que surgiam naquele contexto. O entrevistado 10 descreve a vida social na sua igreja como “agitada e suficiente”, tendo desde tocar instrumentos, a falar em público quando requisitado. Para ele, a igreja evangélica tem cumprido um papel importante de socialização e de educação socioemocional no Brasil, em ambientes em que, não raro, emergem lideranças.

O entrevistado 03 enaltece que a igreja católica o conectou com um grupo de teatro religioso, o que melhorou sistematicamente sua maneira de atuação enquanto liderança, ao destacar o quesito “comunicação”. A coragem de falar em público para uma plateia grande o deixou desinibido e melhorou seus relacionamentos interpessoais. Era nos grandes encontros de jovens da igreja em que também desenvolveu o senso de “servir”, ao ajudar na organização.

Já o entrevistado 01, padre, enfatiza a importância de conselhos e assembleias dentro da igreja como um modelo de organização que ele trouxe para a sua atuação política. A prática da vivência religiosa lhe rendeu “ausência de constrangimento para falar”. Assim como essa competência, a ideia de liderança compartilhada e de tomada de decisão coletiva (no seu caso, no conselho pastoral) é uma habilidade importante que se transfere do contexto religioso para outros âmbitos de atuação. Hoje, no seu gabinete, mantiveram a “Assembleia do Mandato”, de caráter deliberativo, para definir eixos de atuação, em moldes semelhantes à Assembleia Pastoral e Arquidiocesana que frequentava, enquanto padre.

Por outro lado, pode-se argumentar que essas estruturas organizacionais, embora valiosas, nem sempre promovem uma verdadeira democratização do poder dentro das instituições religiosas. Em muitas tradições, a liderança continua sendo dominada por figuras masculinas ou hierarquias rígidas, o que limita o potencial de participação plena e igualitária de todos os membros da comunidade. Se as estruturas e dinâmicas trazidas da religião para a vida pública podem facilitar o trânsito e o desenvolvimento político de alguns; essas mesmas podem colocar em desvantagem quem têm entraves para desenvolvimento de liderança religiosa. Por exemplo, este pode ser o caso de mulheres, cuja liberdade de atuação em algumas igrejas seja reduzida, quando comparada com seus pares homens.

4.2.6 Pensamento Crítico e Reflexão

Finalmente, uma habilidade que se destaca nos depoimentos dos entrevistados, especialmente entre os católicos e espiritualistas, é a capacidade de reflexão crítica. O entrevistado 10 menciona que sua tradição religiosa o ensinou a "pensar estruturalmente" e a desenvolver uma capacidade analítica. Da mesma forma, o entrevistado 03 reflete sobre a importância do método de ação "ver, julgar e agir", aprendido na Pastoral da Juventude, como um guia para a ação política e social.

Essas habilidades de pensamento crítico e análise estrutural são fundamentais não apenas no contexto religioso, mas também em esferas como a política e a atuação social. Elas permitem que os indivíduos questionem as condições existentes e proponham mudanças baseadas em uma compreensão profunda das causas e consequências dos problemas sociais.

Por outro lado, a crítica que se pode fazer é que, em algumas tradições, o pensamento crítico pode ser desencorajado quando entra em conflito com dogmas religiosos ou estruturas de poder estabelecidas. Embora o desenvolvimento do pensamento crítico seja uma habilidade valiosa, ele deve ser incentivado em todas as suas dimensões, sem restrições impostas por tradições ou autoridades religiosas.

4.3. ATIVIDADES DA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

A pergunta acerca das atividades religiosas que contribuíram para a aquisição de habilidades cívicas revelou como diferentes tradições e denominações religiosas ajudaram os entrevistados a desenvolver competências importantes, desde habilidades de comunicação e liderança até trabalho em equipe e resolução de conflitos. As atividades dentro dessas tradições variam em termos de estrutura, mas todas elas fornecem oportunidades de crescimento pessoal, social e comunitário.

Entre os espiritualistas, as atividades de pregação, obras de caridade e participação em cultos e reuniões são as mais citadas. A trajetória dos entrevistados de envolvimento com diferentes denominações, como católica, espírita, evangélica, e a participação em obras de caridade e palestras, proporcionaram o desenvolvimento de competências pessoais, e também uma forte conexão com valores comunitários e espirituais. A fala de um entrevistado espiritualista, por exemplo, mostra como a diversidade religiosa permitiu

uma visão ampliada sobre a fé e o respeito às diferentes culturas e tradições, evidenciando uma prática de tolerância e entendimento intercultural.

Já para os adeptos da Umbanda, as atividades como limpeza do terreiro e a participação em festividades como a de Cosme e Damião são vistas como formas de ensinar e praticar o trabalho coletivo, o que lhes serviu para a construção de estratégias de organização comunitária. Das entrevistas, as religiões de matriz africana são descritas com caráter matriarcal, promovendo desde cedo o exercício de liderança, com as mulheres frequentemente à frente dessas atividades. Além disso, os terreiros desempenham um papel crucial como mediadores de conflitos, atuando em situações familiares e sociais. Para um dos entrevistados, o poder dos sacerdotes e sacerdotisas não é imposto, mas conquistado, através de uma postura que procura adotar enquanto político.

Em termos de evangélicos, os entrevistados relataram a pregação, a gestão de fundações e ações de caridade como as principais atividades que contribuíram para a sua formação cívica. O trabalho em fundações que ajudam dependentes químicos, por exemplo, destaca o papel da igreja no suporte social e na recuperação de indivíduos marginalizados. Além disso, as igrejas evangélicas proporcionam uma ampla rede de assistência à comunidade, desde o suporte psicológico até atividades educacionais e esportivas.

Entre os católicos, os relatos indicam uma forte ênfase no trabalho pastoral e na participação ativa em assembleias de leigos. Através de movimentos juvenis e grupos de jovens, os católicos desenvolvem habilidades de liderança e oratória, além de participar de atividades que promovem o debate de temas éticos e espirituais. As experiências descritas também envolvem congressos, romarias e seminários, proporcionando um espaço para o desenvolvimento de capacidades de comunicação e engajamento político-social.

Abaixo, uma análise detalhada, organizada conforme os subitens do questionário relacionados à oratória, habilidade para trabalhar com outras pessoas, capacidade de enfrentamento e expressão corporal e emocional:

4.3.2 Oratória

A oratória se destacou como uma habilidade central adquirida por muitos entrevistados através de suas experiências religiosas, independentemente da denominação. Essa habilidade é essencial não só para o desenvolvimento religioso, mas

também para a vida cívica, uma vez que a comunicação eficaz é uma ferramenta na interação com a comunidade e na promoção de ideias.

O entrevistado 11 (hoje, espiritualista) mencionou que, desde jovem, palestrava em diferentes contextos religiosos, tanto no espiritismo quanto na igreja evangélica. A prática de falar em público durante cultos e reuniões ajudou-o a desenvolver uma habilidade sólida de comunicação.

O entrevistado 12 (Umbanda) destacou o papel de liderança das mulheres em religiões de matriz africana. Ao exercerem essa liderança, as mulheres desenvolvem habilidades de oratória, já que muitas vezes são responsáveis por dar as diretrizes e liderar rituais.

O entrevistado 13 (espiritualista) relatou suas experiências de pregação em aldeias indígenas e seminários. Essas oportunidades o ajudaram a praticar e aperfeiçoar sua capacidade de transmitir mensagens complexas para diferentes públicos.

No caso de apresentação de seminário, foi enquanto estudante de teologia em uma escola evangélica. Mais especificamente, em uma apresentação, teve que se dedicar a conhecer a realidade do candomblé, adventistas do sétimo dia e Testemunhas de Jeová, o que demandou articulação e abertura cultural para conhecimento dos grupos. Além disso, foi necessária inteligência em sua comunicação para que pudesse apresentar em um curso que se reconhecia avesso a estas tradições religiosas.

O entrevistado 08 (Igreja Universal) observou que o treinamento de oratória começou desde a infância, quando lia e interpretava a Bíblia em público. Enquanto pastor, a constante exposição a falar em público ajudou-o a desenvolver uma habilidade valiosa para sua vida política e social.

4.3.2 Habilidade para trabalhar com outras pessoas

O trabalho em equipe é outra habilidade cívica desenvolvida em contextos religiosos, onde a colaboração em projetos comunitários e caritativos fortalece as relações sociais e o senso de responsabilidade coletiva. Neste sentido, o entrevistado 12 (Umbanda) destacou como atividades como preparar alimentos para festas religiosas e a mediação de conflitos dentro da comunidade são fundamentais para a construção de habilidades sociais e organizacionais.

O entrevistado 13 (espiritualista) participou de atividades de assistência a moradores em situação de rua, oferecendo comida e prestando cuidados médicos. Essas

ações solidárias o ajudaram a desenvolver empatia e habilidades de trabalho em equipe, trabalhando junto a outros voluntários para ajudar o público-alvo das ações.

O entrevistado 01 (católico) descreveu a estrutura colaborativa de sua paróquia, onde decisões importantes eram tomadas em assembleias e conselhos com a participação dos leigos. Essa dinâmica de grupo ofereceu uma plataforma para o desenvolvimento de habilidades de liderança participativa e trabalho em equipe, que buscou trazer para o seu mandato.

Dos relatos, trabalhar com outras pessoas em projetos e missões religiosas não apenas fortalece laços comunitários, mas também prepara os indivíduos para enfrentar desafios sociais em contextos mais amplos, como o serviço público e atividades cívicas.

4.3.3 Enfrentamento

O enfrentamento de ideias desenvolvido consiste em questionar uma determinada visão de mundo vigente e pode ser desenvolvido através das experiências religiosas e reflexão de questões éticas. Muitas vezes inspirados pelos ensinamentos religiosos, indivíduos podem aprender a lidar com questões complexas de justiça e moralidade.

O entrevistado 01 (católico) mencionou o exemplo de Jesus Cristo “enfrentando os fariseus e doutores da lei, desafiando normas que impediam atos de bondade aos sábados”. Esse enfrentamento de injustiças serviu como base para a formação ética do entrevistado, que utilizou esses princípios em sua vida cívica e política, a fim de trazer à baila questionamentos que julgue importantes, em diferentes cenários de poder.

No caso do entrevistado, os estudos bíblicos promoveram o fortalecimento de seu senso de justiça e responsabilidade social. Essa capacidade de questionar e enfrentar normas que considera injustas, desenvolvida através do ensino religioso, preparou-o para lidar com dilemas morais em sua vida profissional e pessoal também.

4.3.4 Expressão Corporal e Emocional

A expressão corporal e emocional é uma dimensão frequentemente cultivada em tradições religiosas, especialmente em contextos de adoração coletiva e práticas rituais que envolvem o corpo.

O entrevistado 02 (católico) relatou sua experiência com o teatro durante eventos juvenis religiosos. O teatro, como forma de expressão corporal e emocional,

proporcionou-lhe uma oportunidade de explorar emoções, desenvolver habilidades interpessoais e melhorar sua presença de palco.

O entrevistado 13 (espiritualista) mencionou a participação em rituais enquanto parte da religião Wicca, onde danças e cânticos fazem parte das práticas de adoração. Essas experiências rituais não apenas fortaleceram sua conexão com a espiritualidade, mas também contribuíram para o desenvolvimento de sua expressão emocional e corporal.

As atividades, que envolvem tanto a expressão física quanto a emocional, ajudam os indivíduos a se tornarem mais conscientes de si mesmos e das dinâmicas sociais ao seu redor, o que é essencial para interações humanas eficazes e para o trabalho em contextos comunitários e políticos.

4.4. DESENVOLVIMENTO DE ATRIBUTOS PSICOLÓGICOS RELEVANTES

Os espiritualistas destacam atributos como a superação de adversidades e o desenvolvimento de uma espiritualidade forte que os ajuda a enfrentar desafios e manter a fé. O entrevistado 11, por exemplo, menciona a importância do que classifica como “compromisso com a verdade” e como isso se relaciona à sua tranquilidade para trabalhar, comparando conceitos religiosos com terapias psicológicas. Ele valoriza o presente e o foco no momento, uma prática que considera essencial para a saúde psicológica. Esse enfoque no “agora” contribui para um melhor controle emocional, afastando preocupações com o futuro ou o passado.

Para os adeptos da Umbanda, valores como paciência, humildade, sabedoria e discernimento são fundamentais. A religião oferece uma perspectiva de que o passado, o presente e o futuro estão interligados, o que proporciona uma visão mais ampla da vida e uma sensação de propósito. O entrevistado 12 descreve como o equilíbrio emocional e a resiliência são fortalecidos através da prática religiosa, principalmente em ambientes de alta tensão, como a política. Ele também faz referência à ancestralidade e às tradições como fontes de força e orientação.

No caso de outro espiritualista (entrevistado 13), a religião ajudou a desenvolver um entendimento mais profundo do que classifica como “cargas emocionais e energéticas subjetivas” que influenciam o comportamento humano. A numerologia é citada como uma ferramenta que permite calcular essas “energias”, o que, segundo o entrevistado,

influencia suas interações e decisões. Inclusive, narrou que a contratação dos servidores do seu gabinete passa por esta avaliação individual.

Ele também reflete sobre o impacto psicológico de prestar assistência a moradores em situação de rua, destacando como a prática da caridade reforça sua conexão emocional com o próximo e a sua capacidade de compaixão.

Outro espiritualista, o entrevistado 14, sublinha o inconformismo com a desigualdade social e a sua busca em contribuir positivamente para a sociedade brasileira - caminho que encontrou através da política. Ele enfatiza atributos como disciplina, humildade e o hábito de ouvir atentamente as pessoas como formas de aprendizado constante. Sua fé também é uma fonte de força psicológica, ajudando-o a tomar decisões e agir de acordo com seus princípios espirituais. Ele destaca a importância de uma gestão humanizada, pautada pela empatia e pelo cuidado com o outro, atributos psicológicos que orientam sua atuação profissional e pessoal.

Entre os evangélicos, o desenvolvimento de atributos como determinação, força de vontade e resiliência são recorrentes. O entrevistado 05, por exemplo, associa seu crescimento emocional à prática de altruísmo, seja em visitas a presídios ou no auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade. A perseverança também é citada como um traço essencial, enquanto o entrevistado 07 menciona a importância de ser tardio no falar e rápido no ouvir, reforçando a ideia de que a escuta ativa é um valor central no desenvolvimento emocional dentro da sua religião.

Para os católicos, a prática de atividades pastorais foi essencial no desenvolvimento de atributos psicológicos. O comprometimento e a empatia surgem como habilidades fundamentais, conforme descrito pelo entrevistado 01, que se dedicou a pastorais focadas no cuidado com presos e crianças vulneráveis. O desenvolvimento da escuta ativa e a capacidade de lidar com decisões em grupo também são mencionados como habilidades adquiridas através de reuniões e assembleias pastorais.

Acerca da capacidade de atingir objetivos, a fé e a determinação são características que a impulsionam. Para o entrevistado 13, espiritualista, a fé é a crença naquilo que ainda não pode ser visto, mas que certamente será conquistado. No contexto evangélico, o entrevistado 05, da Assembleia de Deus, ressalta que a perseverança e a dedicação ao trabalho são fundamentais para alcançar metas. O entrevistado 10, da Igreja Batista, relaciona sua efetividade à liderança e à consciência dos próprios limites existenciais, aprendidos ao longo de seu ministério.

O pensamento sobre o futuro é destacado pelo entrevistado 10 da Igreja Batista, que valoriza a alegria, a celebração e a resiliência diante das adversidades da vida. Já entre os católicos, o entrevistado 03 revela que sua decisão de se tornar professor de história foi influenciada pela lógica religiosa do "ver, julgar e agir", onde o engajamento com a transformação social é central. Ou seja, ele observa situações e as analisa, antes de propor alguma ação para ser executada.

O altruísmo é outro atributo central no desenvolvimento psicológico dos entrevistados. Nos evangélicos, o entrevistado 05 da Assembleia de Deus acredita que visitar presidiários é uma forma de praticar altruísmo. Na Igreja Batista, o entrevistado 10 menciona que a convivência com uma comunidade diversificada estimula a prática do altruísmo e o serviço ao próximo.

A humildade é evidenciada nas experiências católicas, em que o entrevistado 02 fala sobre trabalhar na cozinha e em outras atividades de suporte nos encontros religiosos, o que o ajudou a desenvolver uma visão de serviço e a praticar a humildade, escondendo sua própria vaidade para servir "à causa maior de Cristo" - como em suas palavras.

A sinceridade também aparece no relato do entrevistado 02, católico, que reflete sobre como o teatro pode trazer desafios relacionados ao ego e à vaidade. Trabalhar em funções menos visíveis durante os encontros religiosos o ajudou a praticar sinceridade consigo mesmo e com os outros, promovendo uma visão de serviço desinteressado. Apesar de isso ser o oposto da atividade teatral, em que o ator ou a atriz, enquanto no palco, podem sentir-se vaidosos com seus personagens, os encontros do teatro da igreja proporcionavam muita atuação "de bastidores", para que os eventos ocorressem. Era possível atuar nos palcos, e fora deles.

Em resumo, as diversas denominações religiosas frequentadas pelos entrevistados contribuíram significativamente para o desenvolvimento de atributos psicológicos como resiliência, equilíbrio emocional, empatia, disciplina, paciência, humildade e escuta ativa. Esses valores não apenas ajudaram os entrevistados a crescerem pessoalmente, mas também a se tornarem mais preparados para enfrentar os desafios profissionais e sociais, especialmente em contextos de alta pressão, como a política e o trabalho comunitário.

Por eixos temáticos, alguns atributos psicológicos podem ser agrupados, conforme abaixo:

4.4.1 Capacidade de respeitar a visão de outras pessoas

Na Umbanda, o respeito pela diversidade de opiniões é cultivado através da prática do diálogo em círculos e da roda de xirê (ritual para “evocação de divindades”). O entrevistado 12 destaca a importância do diálogo e da escuta ativa dentro do terreiro, onde as decisões são tomadas coletivamente e o aprendizado é compartilhado. Esse ambiente de troca fortalece o respeito pelas diferentes perspectivas dos participantes.

Nos evangélicos, o entrevistado 06 da Assembleia de Deus sublinha que a filosofia cristã, centrada no amor ao próximo, orienta o respeito às diferenças, promovendo a paz em diversos ambientes. O entrevistado 08 da Igreja Universal reforça essa ideia ao mencionar que, durante as atividades de evangelização, é comum encontrar resistência ou rejeição. Contudo, a prática de ouvir e respeitar a opinião dos outros é fundamental para seguir com o objetivo de “compartilhar ensinamentos de paz, amor e família”.

Entre os católicos, o entrevistado 01 aponta que as assembleias e conselhos pastorais ajudam a desenvolver a capacidade de aceitar e implementar decisões coletivas, mesmo quando há discordâncias. Já o entrevistado 02 menciona o aprendizado sobre outras religiões nas aulas de religião, o que amplia a visão e respeito por diferentes crenças. O entrevistado 03 reforça que a construção de vínculos e o diálogo são essenciais para desenvolver a habilidade de ouvir e respeitar outras visões.

4.4.2 Capacidade de escuta ativa

O desenvolvimento da escuta ativa é amplamente enfatizado por várias denominações religiosas. Para o entrevistado 14, um espiritualista, a prática de ouvir com empatia e atenção total é uma habilidade crucial que ele adota em todas as suas interações. Ele ressalta a importância de aprender com os outros, mesmo em conversas difíceis, e como a escuta ativa pode trazer reflexões valiosas para o crescimento pessoal.

Nos evangélicos, o entrevistado 06 da Assembleia de Deus destaca a importância dos gabinetes pastorais como espaços onde as pessoas sentem confiança para conversas sinceras e são ouvidas. Já o entrevistado 07 menciona que a Bíblia ensina a escutar antes de falar, e essa prática é aplicada na orientação e aconselhamento dentro da igreja. O entrevistado 08 da Igreja Universal enfatiza que o pastor deve ouvir ativamente os problemas de seus fiéis para oferecer consolo e palavras de esperança, muitas vezes inspiradas na Bíblia.

Entre os católicos, o entrevistado 02 relembra sua experiência como líder de encontros religiosos, onde a escuta ativa é essencial para entender as preocupações dos participantes. O entrevistado 03 também destaca a importância da escuta na construção de diálogos e vínculos, enquanto o entrevistado 04 associa a escuta à sabedoria popular, ressaltando que ouvir atentamente traz informações antes desconhecidas.

4.4.3 Comprometimento

O comprometimento é um atributo psicológico desenvolvido em várias denominações religiosas. Nos evangélicos, o entrevistado 06 menciona que a confissão pastoral cria um vínculo de confiança e comprometimento com os fiéis. O entrevistado 08 relembra suas visitas a hospitais desde jovem, onde o contato com pessoas doentes o ajudou a desenvolver um forte senso de comprometimento com aqueles em situação de sofrimento. Na Igreja Batista, o entrevistado 10 relaciona seu compromisso social com as ações missionárias e de solidariedade que a igreja promove em suas comunidades.

Entre os católicos, o entrevistado 02 destaca sua responsabilidade como líder de grupos de jovens em encontros religiosos, onde a organização e o comprometimento eram fundamentais. O entrevistado 03 reforça a importância dos momentos de mística e oração, que consolidam seu compromisso com a transformação social e a defesa dos mais vulneráveis.

4.5. PERCEPÇÃO DA VIVÊNCIA CÍVICA SENDO ESTIMULADA EM FIÉIS DE SUA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA

A seguir, exploram-se as percepções dos entrevistados de diferentes denominações religiosas sobre como a vivência cívica é estimulada em suas respectivas comunidades de fé. Nas denominações evangélicas, há um claro incentivo para que os fiéis assumam papéis de liderança política e social, com a Bíblia sendo usada como guia para justificar essa atuação. Nas outras tradições, como a Umbanda, o foco está na luta por direitos e justiça social, com uma ênfase na liderança e na resistência.

Na Igreja Católica, há uma divisão entre aqueles que ainda acreditam no poder transformador da comunidade religiosa e outros que lamentam o afastamento arquidiocesano das questões políticas. Em todas as tradições, porém, a religiosidade parece, de uma forma ou de outra, ser uma força propulsora para a vivência cívica e a atuação social.

A visão do entrevistado 11, espiritualista, sobre o estímulo à vivência cívica entre aqueles que possuem religião é marcada por um certo pessimismo. Ele menciona que “muitos são chamados à responsabilidade cívica, mas poucos são aqueles que realmente compreendem a distinção entre religião e espiritualidade. Para ele, a espiritualidade transcende a religião, e aqueles que não compreendem essa diferença acabam perpetuando divisões religiosas e de outras naturezas.

Ele utiliza o exemplo de líderes que, em vez de promoverem o diálogo e a inclusão, defendem suas próprias religiões como superiores, o que gera conflitos e fragmenta a sociedade. Assim, ele questiona até que ponto os “chamados para servir à política” - e que o compreendem, em seu interior - traduzem-se em ações verdadeiramente cívicas, já que muitos ficam presos ao dogmatismo religioso e não exercem na sociedade (como um todo) o “bem” que poderiam fazer, limitando-se ao entorno de suas próprias igrejas.

Já na Umbanda, o entrevistado 12 revela que a vivência cívica é amplamente estimulada através de práticas comunitárias e de liderança. O entrevistado vê um estímulo constante para que os fiéis ocupem espaços de liderança, lutem por seus direitos e se posicionem contra injustiças sociais, como o racismo religioso. A cultura de resistência e ação coletiva nesta religião fomenta o engajamento social, e o entrevistado reconhece que esses elementos estão fortemente presentes na comunidade. Assim, a religião se torna um canal direto para o desenvolvimento de uma consciência cívica e a atuação em prol da justiça social.

Entre os evangélicos, a perspectiva do entrevistado 05, da Assembleia de Deus, revela que as atividades promovidas pela igreja são um importante ponto de contato para a formação cívica dos fiéis. A interação constante com o público nas atividades da igreja permite o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de liderança. Ele destaca que essa experiência é crucial para o crescimento dos fiéis e pode ser um fator que facilita o envolvimento deles na política. O entrevistado vê claramente a conexão entre o serviço comunitário nas igrejas e o desenvolvimento de líderes que se tornam politicamente engajados mais à frente.

A conexão é semelhante com o entrevistado 07, igualmente da Assembleia de Deus, o qual ressalta que os ensinamentos da Bíblia incentivam os fiéis a buscarem posições de liderança e prestígio social, como cargos políticos e judiciais. Para ele, a Bíblia não apenas autoriza, mas estimula os evangélicos a assumirem papéis de destaque

na sociedade, desde vereadores até presidentes, conforme preconiza a teologia da prosperidade. Ele enfatiza que o conhecimento e a educação são fundamentais para essa jornada, afastando os fiéis do analfabetismo e promovendo a ascensão social e política.

O entrevistado 09, assembleiano, reconhece que a representação política dentro das igrejas tem um impacto significativo na vida pública. Ele menciona que lideranças religiosas, como Martin Luther King nos Estados Unidos, surgiram diretamente das igrejas e influenciaram positivamente a sociedade. Ele também reflete sobre o papel crescente das redes sociais, que criam comunidades e novas formas de participação política. Para ele, embora as igrejas incentivem a representatividade política, ainda há um caminho a percorrer em termos de amadurecimento político, especialmente quando os valores religiosos e os compromissos partidários entram em conflito.

O entrevistado 08, da Igreja Universal, reflete sobre como a perspectiva das igrejas em relação à política mudou ao longo dos anos. Quando ele era mais jovem, a política era vista como algo negativo e corrupto. No entanto, com o tempo, as religiões, incluindo as católicas, evangélicas e espíritas, passaram a reconhecer a importância de engajar os fiéis na vida pública. Ele destaca o papel progressivo das igrejas na formação de candidatos e na educação cívica dos fiéis, preparando-os para participar da vida pública e assumir posições de liderança. “A vida cívica, antes desprezada, é hoje vista como uma oportunidade para fazer o bem e promover a justiça”.

Desde a adolescência, o entrevistado 10, da Igreja Batista, percebeu que a vivência cívica era incentivada em sua denominação religiosa. Ele acredita que as atividades dentro da igreja, como os serviços comunitários e as missões sociais, preparam os fiéis para uma atuação positiva e criativa na sociedade. Para ele, a igreja oferece um espaço de formação que pode inspirar os membros a seguirem carreiras públicas ou políticas, sempre com o objetivo de servir e melhorar a sociedade.

O estímulo à vida cívica ativa pode ser menos otimista entre os católicos. O entrevistado 01, padre, aponta que as igrejas pentecostais e neopentecostais estimulam mais o envolvimento político e que a Igreja Católica tem se afastado desse papel. Ele menciona que as comunidades eclesiais de base, que antes incentivavam uma atuação mais ativa dos fiéis, recuaram, e agora a Igreja Católica tende a evitar discussões políticas, por medo de divisões internas. Ainda assim, ele reconhece que há necessidade de discutir política e que enfrentou resistências em sua própria comunidade por trazer essas questões à tona.

O entrevistado 02 menciona o grupo "Porta Fidei" - nome que faz menção a uma carta do Papa Bento XVI - como um exemplo de comunidade que promoveu o debate sobre fé e política, enquanto participava da juventude católica em sua cidade. Embora reconheça que poderia ter participado mais ativamente do grupo, enxerga a importância de tais iniciativas dentro da Igreja Católica, onde os encontros e discussões sobre temas civis eram incentivados. Ao mesmo tempo, relembra que o grupo era homogêneo de classe média alta e compartilhava de visões de mundo similares, o que gerava pouco engajamento de debates ou afastamento daqueles que discordassem do grupo em temas polêmicos, como o aborto.

O entrevistado 03 tem uma visão mais ampla sobre como a religiosidade pode moldar a consciência cívica. Ele acredita que a vivência comunitária e o senso de solidariedade, presentes na missa e em atividades como a organização de eventos caritativos, preparam naturalmente os fiéis para a participação na vida pública. Ele ressalta que muitas lideranças surgem desse contexto e acabam assumindo posições importantes, seja na política institucional ou em movimentos sociais. A vivência cívica, para ele, é uma consequência quase natural do compromisso com a comunidade religiosa. Enquanto padre, a sua jornada envolveu, inclusive, enfrentamento de autoridades locais em nome do bem-estar de sua comunidade e obtenção de melhorias.

O entrevistado 04 compartilha uma experiência de como a comunidade onde viveu organizou movimentos cívicos para lutar por direitos básicos, como acesso à água e educação. Para ele, a participação ativa da comunidade e o estímulo à luta por justiça social foram essenciais para empoderar os moradores. No entanto, lamenta que as comunidades eclesiais de base, que antes fomentavam essa participação, tenham perdido força, e que muitos padres estejam mais focados em questões materiais do que na atuação comunitária. Ele vê com tristeza o enfraquecimento dos movimentos populares e a redução dos espaços de debate, como as assembleias universitárias, que já foram mais protagonistas para a formação cívica.

4.6. SE CONSIDERA QUE A RELIGIÃO MELHOROU A CAPACIDADE DE DIÁLOGO ENTRE INDIVÍDUOS DE DIFERENTES CRENÇAS E CAPACIDADE DE LIDAR COM A CRÍTICA

O entrevistado 11 vê a crítica como um elemento intrínseco à sua “devoção à democracia”, a qual ele considera uma "espiritualidade do coletivo". Para ele, a

democracia é a chave para o respeito ao outro, permitindo o diálogo e a aceitação das diferenças sem aniquilar o que é diferente. Quando enfrenta críticas ou oposição, ele compara o processo “à busca da verdade”, usando a alegoria de “Jesus expulsando os vendilhões do templo”⁵ para justificar momentos de enfrentamento que ele acredita serem necessários.

A crítica, quando embasada, deve ser enfrentada com justiça e equilíbrio, e ele acredita que é importante agir para evitar que a situação chegue a um ponto de confronto inevitável. Ele também admite que, em alguns momentos, é necessário “descer a um nível mais duro” para confrontar a crítica, mas vê isso como uma medida temporária, um “remédio” para restabelecer a verdade.

A vivência espiritual e cultural ajudou o entrevistado 13 a desenvolver uma abertura para diferentes formas de expressão religiosa e de fé. Ele acredita que a crítica, quando feita com o intuito de desconstruir a fé de outra pessoa, gera conflitos e guerras entre povos. Para ele, o mais importante é defender a manifestação de fé de todos, seja candomblecistas, evangélicos, católicos ou espíritas, sem tentar destruir a crença alheia. Ele enfatiza que sua capacidade de lidar com a crítica está enraizada no entendimento de que a paz e o respeito à diversidade religiosa são fundamentais para uma convivência harmônica.

O entrevistado 14 explica que seu foco é “agradar a Deus”, e isso o ajuda a lidar com críticas, pois ele entende que, muitas vezes, isso não agrada a muitos, mas ele se mantém tranquilo, sabendo que está agindo de acordo com sua fé. Ele adota uma postura de não confrontação direta, acreditando que o diálogo e a reflexão são caminhos para que os seus pares e eleitores percebam suas próprias falhas e qualidades. Para ele, a crítica deve ser tratada com empatia, sem gerar ressentimentos, o que o permite seguir em sua vida política e pessoal sem carregar ódio ou rancor.

Entre os evangélicos, o entrevistado 05, da Assembleia de Deus, descreve a religião como um ensinamento que o ajuda a “apanhar e não reagir”. Ele relata a história de um amigo que, antes de encontrar a sua fé, era violento, mas que, “após sua conversão”,

⁵ Evangelho (Mateus 21:12-13, Nova Versão Internacional).

aprendeu a não reagir agressivamente a provocações. A religião, para ele, ensina paciência e o controle das emoções, especialmente em situações em que críticas ou agressões são feitas sem justificativa. Ele acredita que, ao absorver as críticas com calma e paciência, é possível promover a paz e ajudar aqueles que mais precisam, mesmo quando eles não reconhecem imediatamente a ajuda que lhes é oferecida.

O ensinamento cristão de "dar a outra face" é fundamental para o entrevistado 06 ao lidar com críticas e buscar dialogar. Ele relata que a religião o ensinou a absorver as críticas "sem revidar no mesmo nível", o que ele define como um "processo de cura espiritual". Embora ele admita que nem sempre é fácil, acredita que em 90% das vezes consegue controlar suas reações e promover a paz. Para ele, a paciência e a serenidade ao lidar com críticas são virtudes ensinadas pela religião.

O entrevistado 07 menciona que a Assembleia de Deus o afastou de uma vida de violência, ensinando-o a "dar menos murros" e a abandonar comportamentos agressivos. Ele enfatiza que a fé o ajuda a se manter vigilante para não fazer mal aos outros, e "a Bíblia ensina a importância de acolher os fracos". Teoricamente e, assim como os demais, a crítica é enfrentada com uma postura de paz e cuidado com o próximo, evitando a violência e promovendo o bem.

O entrevistado 08, da Igreja Universal, expressa que "a pior atitude que um cristão pode ter é discriminar ou julgar os outros". Ele acredita que a missão do cristão é ser "sal da terra" e "luz do mundo", convivendo com todos, independentemente de suas diferenças. Ele procura valorizar as ações dos outros, relevar seus defeitos e não se afastar daqueles com quem discorda. Ao lidar com críticas, ele procura praticar o ensinamento de dar a outra face, mostrando compaixão e compreensão.

Já entre a amostra de católicos, a crítica, segundo o entrevistado 01, "é uma ferramenta essencial para o crescimento pessoal e espiritual", o que revela uma diferença de perspectiva para os evangélicos anteriores. Ele menciona que o Evangelho ensina a "correção fraterna", que é uma forma de crítica construtiva. Para ele, quem critica ajuda, enquanto aqueles que bajulam atrapalham. Ele acredita que a crítica deve ser feita de maneira privada e direta, sem expor ou envergonhar a pessoa criticada. A crítica, quando bem-feita, é um ato de cuidado e ajuda mútua, permitindo que as pessoas cresçam e melhorem.

A crítica é vista pelo entrevistado 03 como "parte de um processo dialético", onde a autocrítica e o exame de consciência são fundamentais. Ele acredita que admitir erros e

reconhecer os próprios limites são passos essenciais no desenvolvimento pessoal. A crítica deve ser absorvida com discernimento, avaliando até que ponto ela tem sentido e o que pode ser feito para mudar. A capacidade de lidar com a crítica, para ele, está enraizada na tradição cristã de autoconstrução e busca de justiça social.

O entrevistado 04 destaca a importância de lidar com a crítica com ironia e sabedoria. Ele menciona o exemplo de um superior que, ao ser criticado de forma agressiva, respondeu com ironia e cortesia, desarmando o seu algoz - técnica que carrega consigo até hoje no parlamento. Para ele, a crítica deve ser recebida com serenidade e, quando apropriado, tratada com leveza, evitando confrontos desnecessários.

4.7. OUTROS AMBIENTES QUE INFLUENCIARAM AS TRAJETÓRIAS DOS ENTREVISTADOS RELIGIOSOS

A trajetória dos entrevistados mostra que, além da religião, outros ambientes desempenharam papéis importantes no desenvolvimento pessoal e profissional deles. Os principais ambientes mencionados foram da educação, política, família, trabalho e artes cênicas.

Para o entrevistado 11, espiritualista, a educação autodidata, a vivência política partidária e a convivência em um escritório jurídico foram ambientes marcantes. Apesar da religiosidade forte, ele descreve como aprendeu sozinho e lidou com fracassos políticos, o que o levou a buscar mais entendimento espiritual e se aproximar da Igreja Batista. O ambiente político, assim, interage com a esfera religiosa, moldando sua visão de mundo.

Para o entrevistado 12, da Umbanda, a vivência familiar, marcada pela diversidade religiosa, teve um papel importante no seu desenvolvimento. A sua trajetória foi influenciada não apenas por práticas religiosas, mas também por interações familiares e sociais que lhe permitiram dialogar com diferentes visões de mundo. Essas experiências familiares e comunitárias são ambientes cruciais em sua trajetória, refletindo a importância de uma visão moral conectada ao outro e à natureza.

Já o entrevistado 13, espiritualista descreve a escola e o teatro como ambientes cruciais para sua formação pessoal e comunicação. Ele atribui a uma professora na infância sua habilidade de falar em público, e ao teatro o desenvolvimento de suas habilidades artísticas e de expressão, que mais tarde facilitaram sua desenvoltura em

entrevistas, perante as câmeras. Esses ambientes, muito além da religião, também formaram seu entendimento de como interagir com o mundo.

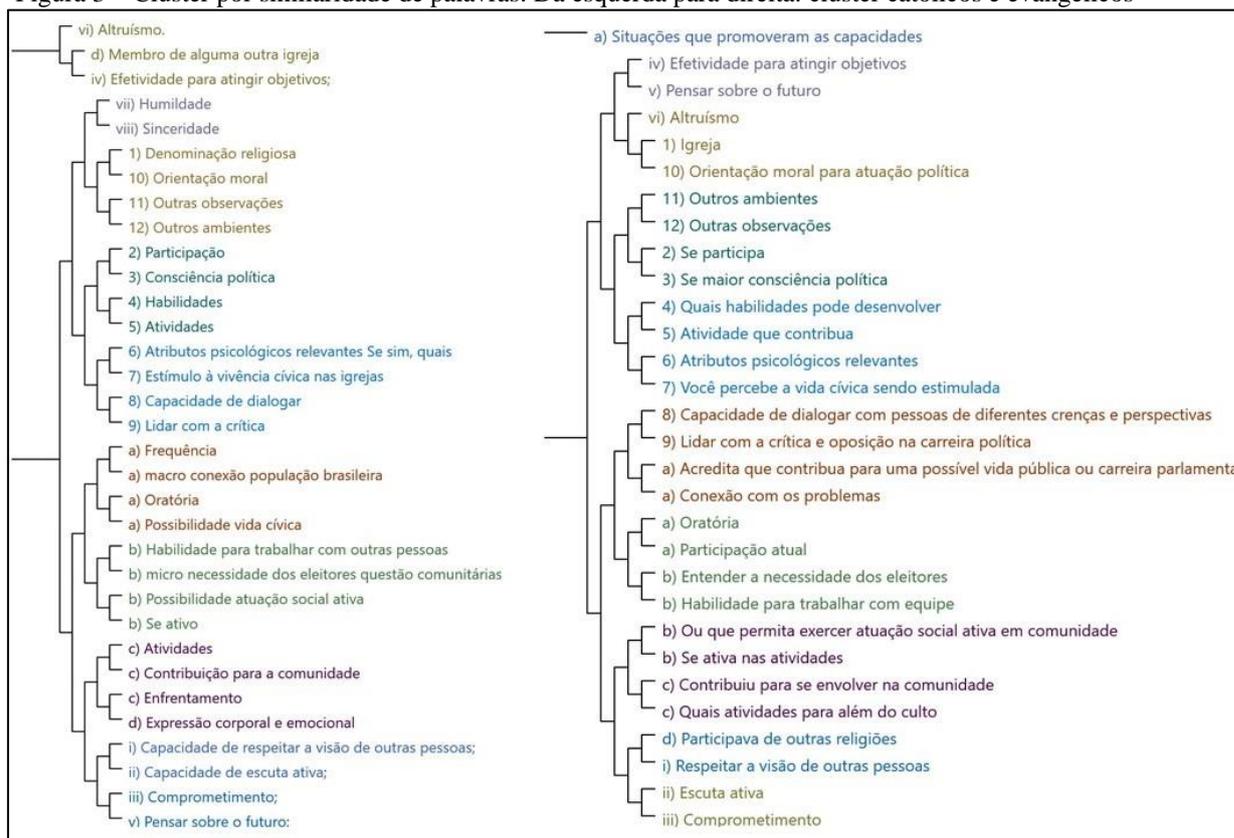
Por fim, o entrevistado 14, espiritualista, destaca que seu envolvimento com políticas públicas foi fortemente influenciado por seu histórico familiar e empresarial. Ele menciona o pai como um líder comunitário, e o ambiente de trabalho também foi fundamental para o desenvolvimento de uma visão de "gestão humanizada". Portanto, além da religião, sua trajetória foi marcada por ambientes políticos partidários e empresariais, que moldaram seu compromisso com a justiça social e igualdade de oportunidades, segundo ele.

4.8. CONTRASTES E SEMELHANÇAS COM AS TRAJETÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SEM RELIGIÃO

Os entrevistados com religião frequentemente mencionam uma forte conexão entre suas práticas religiosas e o desenvolvimento de suas habilidades e identidades políticas. A fé é, para muitos, uma plataforma para engajamento social e político. Alguns exemplos incluem:

1. Católicos: Como no caso dos entrevistados da Igreja Católica, a religião muitas vezes se entrelaça com a justiça social e o ativismo político, particularmente para aqueles que seguem a Teologia da Libertação. Esses indivíduos veem a política como uma extensão de seu compromisso espiritual com a igualdade social e o bem comum;
2. Evangélicos: Os entrevistados evangélicos frequentemente mencionam que suas igrejas não só são locais de adoração, mas também plataformas para a formação de liderança e engajamento comunitário. A rotina de falar em público nas igrejas, por exemplo, é vista como um treinamento valioso para a política;

Figura 3 – Cluster por similaridade de palavras. Da esquerda para direita: cluster católicos e evangélicos



Fonte: Elaboração própria (2024), através do software NVivo 14.

Na análise de cluster dos católicos (figura acima, à esquerda) e evangélicos (à direita), é possível observar a proximidade das perguntas, de acordo com a similaridade de codificação. Ou seja, os códigos, cujos conteúdo obtiveram mais proximidade, estão localizados geograficamente mais próximos e destacados com as mesmas cores. Na Igreja Católica, a inclusão de valores como "altruísmo", "humildade" e "sinceridade" sugere que a igreja católica enfatiza o desenvolvimento de virtudes pessoais como base para a vida social e espiritual. Esses valores formam o alicerce para o engajamento cívico.

Termos como "participação", "consciência política", "habilidades" e "atividades" indicam um incentivo para o envolvimento ativo dos católicos em suas comunidades. A igreja católica, nesse contexto, parece funcionar como uma instituição que promove tanto o engajamento direto quanto a conscientização sobre temas políticos e sociais, encorajando os membros a serem agentes ativos em suas esferas de influência.

A presença de categorias como "capacidade de dialogar", "lidar com a crítica" e "estímulo à vivência cívica nas igrejas" sugere que os católicos da amostra são encorajados a se envolver em diálogos construtivos e a se engajar em debates, inclusive

com pessoas de diferentes visões. A prática do diálogo é essencial para a convivência pacífica e para a integração de perspectivas diversas na sociedade, incluindo a prática do parlamento.

A referência à "macro conexão com a população brasileira" e à "micro necessidade dos eleitores e questões comunitárias" sugere que a igreja católica orienta seus membros a se preocuparem tanto com os problemas comunitários imediatos quanto com questões de abrangência maior. A categoria "possibilidade de vida cívica", próxima a "possibilidade de atuação social ativa" indica que os católicos percebem a possibilidade de desenvolver uma vida cívica mais participativa, possivelmente se envolvendo em atividades políticas ou em ações sociais mais intensas.

O cluster destaca a "habilidade para trabalhar com outras pessoas" e a "contribuição para a comunidade", indicando que o trabalho colaborativo e o apoio comunitário são centrais para a prática religiosa católica. A inclusão de capacidades como "respeitar a visão de outras pessoas", "escuta ativa" e "comprometimento" aponta para uma valorização do respeito e da compreensão interpessoal. A categoria "pensar sobre o futuro" sugere que há uma orientação para que os membros da igreja considerem o impacto de suas ações a longo prazo. Isso pode refletir uma visão de que as decisões tomadas hoje têm implicações futuras, tanto em nível pessoal quanto social.

Para os evangélicos, a estrutura do cluster sugere que a religião pode atuar como um espaço de fé, mas também como um ambiente de desenvolvimento de capacidades, como "efetividade para atingir objetivos", "pensar sobre o futuro" e "altruísmo". Esses elementos mostram que a igreja serve como uma base para fortalecer habilidades que são úteis tanto para a vida pessoal quanto para o engajamento cívico e político.

O cluster inclui referências à "orientação moral para atuação política" e à "maior consciência política". Isso sugere que a igreja evangélica pode atuar como um espaço onde os fiéis são encorajados a desenvolver uma percepção crítica sobre política e moralidade. A interseção entre a prática religiosa e o entendimento político parece ser um fator relevante na formação da identidade e das crenças dos indivíduos nesse grupo.

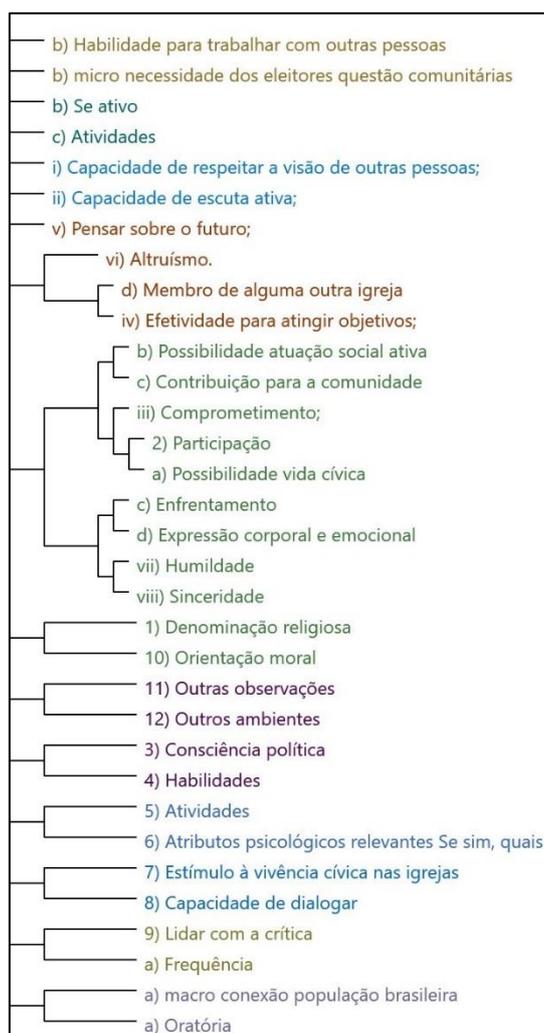
As subcategorias "vida cívica sendo estimulada" e "capacidade de dialogar com pessoas de diferentes crenças" apontam para um engajamento ativo dos evangélicos em atividades fora do ambiente religioso, de maneira colaborativa, o que também é sugerido em "trabalhar com equipe" e "atuar socialmente na comunidade". "Lidar com a crítica", a partir do conteúdo codificado, revela-se que existe uma preparação psicológica para

enfrentar desafios relacionados à opinião pública e à resistência que possam encontrar na vida política. Isso demonstra um nível de resiliência e de interesse em atuar em espaços públicos, possivelmente ligados a valores e crenças pessoais.

O cluster indica valores como "respeitar a visão de outras pessoas", "escuta ativa" e "comprometimento", o que evidencia um comprometimento com o respeito mútuo e o diálogo. Esses fatores são essenciais para fortalecer a coesão social e a compreensão entre grupos heterogêneos.

3. Espiritualistas e Umbandistas: Estes entrevistados têm uma abordagem mais flexível em relação à religião, com menos envolvimento formal em instituições religiosas. No entanto, sua espiritualidade ainda é vista como uma forma de engajamento comunitário e uma fonte de força e propósito em suas carreiras políticas.

Figura 4 – Cluster “outras religiões”, por similaridade de palavras



Fonte: Elaboração própria (2024), através do software NVivo 14.

A partir das categorias e subcategorias dispostas em cluster, é possível depreender alguns aspectos. Elementos como "habilidade para trabalhar com outras pessoas", "capacidade de dialogar" e "possibilidade de atuação social ativa" indicam que essas comunidades religiosas incentivam o desenvolvimento de habilidades de interação e colaboração, importantes para o engajamento em questões sociais. Essa disposição para colaborar sugere uma abordagem coletiva e proativa na resolução de problemas e na contribuição para a comunidade.

Valores como "humildade", "sinceridade" e "comprometimento" são destacados, os quais funcionam como uma base moral para a interação social e o engajamento comunitário, bem como a presença de categorias como "capacidade de respeitar a visão de outras pessoas" e "capacidade de escuta ativa", que indicam um incentivo ao diálogo respeitoso e à abertura para diferentes perspectivas.

Termos como "contribuição para a comunidade", "participação" e "possibilidade de vida cívica" sugerem que há um incentivo para que os membros dessas religiões se envolvam em atividades que beneficiem o bem comum e considerem a possibilidade de se engajar ativamente na vida cívica. Das entrevistas, esse comprometimento sugere uma preocupação com o bem-estar coletivo e a disposição para atuar em prol da sociedade.

A inclusão de "lidar com a crítica" e "enfrentamento" sugere resiliência e capacidade de lidar com obstáculos, por parte de integrantes de outras denominações. Esses são aspectos essenciais para aqueles que participam da vida pública ou atuam em ambientes democráticos de diversidade de pensamentos.

A categoria "pensar sobre o futuro" e "efetividade para atingir objetivos" sugere que essas religiões incentivam uma visão de longo prazo e o planejamento, tanto em nível pessoal quanto coletivo. Isso pode indicar uma orientação para a realização de metas que beneficiem não só o indivíduo, mas também a comunidade. As referências à "macro conexão com a população brasileira" e às "necessidades dos eleitores em questões comunitárias" indicam que os indivíduos de outras religiões se preocupam tanto com questões nacionais quanto com as necessidades locais e comunitárias. Esse equilíbrio entre o local e o global demonstra uma compreensão holística de demandas sociais.

A categoria "expressão corporal e emocional" aponta para uma valorização da expressão individual, que pode ser importante para o desenvolvimento pessoal e para o

mencionam o envolvimento em movimentos estudantis ou sindicatos como pontos de partida para suas carreiras políticas, sendo a luta contra desigualdades e injustiças sociais uma motivação central.

Termos como "pública", "políticas", "desigualdades" e "população" indicam uma preocupação com questões de justiça social, políticas públicas e desigualdade. Isso sugere que muitos desses indivíduos sem religião têm um senso de responsabilidade social e interesse em temas que afetam a sociedade como um todo, buscando reduzir as desigualdades através de políticas ou ações comunitárias, através de agendas favoráveis a este pleito em seus mandatos.

Palavras como "gestor", "patrão" e "empresa" sugerem que experiências no mercado de trabalho também são relevantes na formação desses indivíduos. A presença de papéis profissionais indica que o ambiente de trabalho é um espaço onde habilidades são desenvolvidas e onde aprendem sobre relações de poder e liderança.

A palavra "extensionista" aponta para o envolvimento com atividades de extensão, geralmente associadas à universidade. Isso sugere que esses indivíduos estão engajados em atividades que extrapolam a sala de aula, aplicando conhecimentos para beneficiar a comunidade e se engajar em atividades de impacto social.

A nuvem sintetiza que valorização do ambiente educacional, movimento estudantil, engajamento em movimentos sociais e temas de justiça social são caros àqueles sem religião. A educação, o trabalho coletivo, o respeito às diversidades e a conscientização política parecem ser pilares importantes na formação dos entrevistados, que se mostram orientados para ações sociais e mudanças coletivas.

As principais diferenças entre os grupos dos religiosos e dos não religiosos podem se constituir na fonte de engajamento e desenvolvimento de habilidades. Como fonte de engajamento, os entrevistados religiosos tendem a associar sua fé à motivação para o engajamento político, vendo o serviço público como uma extensão de suas crenças espirituais. Em contraste, os não religiosos baseiam suas motivações políticas em experiências pessoais ou em movimentos sociais.

Como desenvolvimento de habilidades, aqueles com religião frequentemente mencionam o desenvolvimento de liderança, oratória e organização comunitária através de suas igrejas ou denominações religiosas. Por outro lado, os sem religião tendem a desenvolver essas habilidades em contextos seculares, como universidades, sindicatos e movimentos sociais.

Ambos os grupos compartilham uma preocupação comum com questões sociais, como a desigualdade e a justiça social. A diferença está em como essas preocupações são moldadas: para os religiosos, muitas vezes através de uma lente espiritual, enquanto para os não religiosos, essas questões são abordadas por meio de princípios seculares ou experiências vividas. Os entrevistados com religião tendem a integrar suas crenças espirituais em sua vida política, enquanto os sem religião focam em uma trajetória baseada em movimentos sociais, acadêmicos e experiências profissionais, mas ambos (da presente amostra) indicam compartilhar o objetivo de transformação social.

Aqueles sem religião tendem a enxergar o engajamento cívico menos como um chamado espiritual e mais como uma responsabilidade social, revelando uma perspectiva mais secular sobre as suas trajetórias profissionais. Além disso, a noção de ética e os valores morais podem ser construídos muito mais sob uma perspectiva humanista, sem vínculos com ensinamentos específicos de uma teologia.

Sobre aspectos psicológicos, sem a influência de um sistema de crenças, os não religiosos tendem a lidar com a crítica de forma pragmática, vendo-a como um aspecto inevitável da vida pública e política. Eles podem não ter a mesma abordagem "espiritual" para a resiliência, mas desenvolvem habilidades de resposta à crítica treinados através de debates acadêmicos ou profissionais.

Na construção de redes, os indivíduos sem religião constroem-nas em torno de interesses sociais, políticos ou profissionais. Seus vínculos geralmente são menos baseados em uma comunidade específica e mais em alianças ideológicas ou ativismo. Essas diferenças apontam para diversas formas de se relacionar com a política e a sociedade civil. As experiências e crenças influenciam o estilo de liderança, a maneira de lidar com a crítica e a conexão com o eleitorado, revelando que tanto religiosos quanto não religiosos trazem valores e habilidades importantes para o engajamento público, embora por caminhos distintos.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, analisou-se a interseção entre religião e política no Brasil, com foco nas influências que as práticas religiosas têm na formação de habilidades cívicas e no desenvolvimento de carreiras políticas. As entrevistas com parlamentares revelaram que as tradições religiosas são ambientes essenciais para a aquisição de habilidades sociais e políticas, como liderança, empatia, comunicação e resiliência, fundamentais para a atuação no espaço público.

As instituições religiosas, especialmente as de origem cristã, como a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, se destacaram como espaços de socialização e de formação de valores éticos. Muitos dos entrevistados associaram sua trajetória política à influência de sua prática religiosa, destacando como os ensinamentos morais e espirituais moldaram suas escolhas e ações políticas. Observou-se também que as igrejas funcionam como "escolas da democracia", ao proporcionar aos indivíduos a oportunidade de se envolver em atividades comunitárias, adquirir habilidades de oratória e engajar-se em questões de justiça social.

Por outro lado, esta pesquisa também destacou a diversidade de trajetórias religiosas e a maneira como cada tradição molda de maneira distinta a experiência política de seus membros. Entrevistados que pertencem a religiões de matriz africana, como a Umbanda, e espiritualistas enfatizaram a importância da ancestralidade e da conexão com a natureza, valores que também orientam suas decisões políticas, especialmente em temas ligados à justiça social e à preservação ambiental.

Entretanto, é importante salientar que nem todos os parlamentares entrevistados demonstraram uma relação direta entre religião e política. Alguns entrevistados, embora se identifiquem com tradições religiosas, afirmaram que a religião exerce uma influência secundária ou simbólica em suas carreiras políticas. Essa diversidade de posicionamentos revela que, embora as instituições religiosas desempenhem um papel significativo na formação de habilidades cívicas, não se pode generalizar suas influências sobre a vida política de todos os indivíduos.

Além disso, a pesquisa destacou as limitações de categorizar as orientações morais dos parlamentares com base exclusivamente em sua prática religiosa. Em alguns casos, os entrevistados moldaram suas respostas de acordo com a presença do pesquisador, de modo a favorecerem suas próprias reputações e imagem positiva sobre si, o que sugere a necessidade de cautela ao interpretar as falas em entrevistas sobre temas sensíveis como religião e política. É preciso considerar que, em muitos contextos, as respostas podem

refletir uma tentativa de construir uma imagem pública favorável, em vez de expressar convicções genuínas.

Para a primeira hipótese da pesquisa, os resultados das entrevistas demonstram que, para a maioria dos entrevistados, a experiência religiosa teve um papel relevante no desenvolvimento de habilidades e engajamento cívico. Isso é evidenciado pela atuação de diversos parlamentares que relataram como suas denominações religiosas ajudaram na formação de liderança, oratória, trabalho em equipe, entre outras competências. Portanto, há evidências favoráveis à primeira hipótese de pesquisa, já que não é possível refutar que as atividades religiosas tenham um impacto significativo na vida cívica ativa dos participantes.

Para a segunda hipótese da pesquisa, os relatos apontam para diferenças significativas entre os entrevistados de diferentes denominações religiosas, tanto em termos de como as práticas religiosas são organizadas quanto na forma como elas contribuem para o desenvolvimento cívico. Por exemplo, os evangélicos destacam uma participação mais frequente e uma relação direta entre a fé e a atuação política, enquanto os católicos, especialmente os influenciados pela Teologia da Libertação, enfatizam a justiça social e o ativismo. Por outro lado, os praticantes de religiões de matriz africana e espiritualistas destacam a ancestralidade e a conexão comunitária. Isso sugere que a denominação religiosa específica realmente tem impacto sobre a variável dependente, permitindo que a segunda parte da hipótese não seja refutada.

A análise dos dados sugere uma confirmação das hipóteses, com os resultados indicando que tanto as atividades religiosas em geral quanto as denominações específicas impactam significativamente a vida cívica ativa dos parlamentares entrevistados. As práticas religiosas facilitam o desenvolvimento de habilidades como liderança, oratória e trabalho em equipe, que são essenciais para o engajamento cívico. Além disso, diferenças denominacionais específicas indicam que a estrutura e o conteúdo das práticas religiosas contribuem distintamente para esse desenvolvimento, o que foi tratado minuciosamente e com evidência empírica no capítulo 4, de apresentação dos dados.

A robustez empírica desta análise contribui para uma melhor compreensão do papel das religiões na sociedade brasileira, sugerindo que a religião não só proporciona um espaço para socialização política, mas também funciona como um meio de aquisição de capital social e habilidades cívicas. Esses achados são consistentes com a literatura existente e fortalecem o argumento de que as instituições religiosas desempenham um

papel fundamental na formação de cidadãos ativos e engajados, particularmente em comunidades de baixa acessibilidade a outros meios de socialização política.

Para assegurar a robustez da análise e mitigar potenciais vieses, a pesquisa seguiu uma metodologia estruturada, como sugere King et al. (1994), que aconselha a utilização de um número de observações suficiente para reduzir problemas de viés de inferência, apesar de limitações financeiras e de tempo. A amostra foi cuidadosamente delineada para evitar problemas de multicolinearidade e garantir que as variáveis independentes, como frequência em cultos e participação em atividades religiosas, fossem analisadas de maneira descritiva e não correlacionadas entre si.

A metodologia de análise utilizou entrevistas semiestruturadas, registradas e transcritas para análise posterior no software NVivo 14, o que facilitou a criação de categorias analíticas e códigos temáticos. Isso permitiu a geração de outputs visuais, como nuvens de palavras e análise de cluster, que ajudaram na identificação de tendências e padrões de influência religiosa na atuação parlamentar, corroborando, assim, a hipótese central do estudo: que as afiliações religiosas desempenham um papel significativo na formação política e na mobilização de apoio eleitoral.

A pesquisa identifica uma interação importante entre o apoio comunitário e o desenvolvimento de habilidades políticas, particularmente entre parlamentares que pertencem a denominações religiosas mais ativas em suas comunidades. Através da análise de conteúdo das entrevistas, foi possível perceber que a experiência religiosa cria uma base de pertencimento e autoestima, fator importante para o engajamento político. Este fator corrobora a hipótese de que a religião funciona não apenas como orientação espiritual, mas também como plataforma de mobilização social e política.

A análise empírica também destaca a complexidade das interações entre religião e política no contexto brasileiro, especialmente ao contrastar as abordagens populares de certas denominações religiosas com os discursos mais elitistas de alguns partidos políticos. Essa dicotomia revela como as igrejas, ao contrário de algumas abordagens partidárias, conseguem uma conexão mais direta e genuína com as necessidades da população, criando uma confiança que se traduz em apoio político consistente. Ao explorar essas interações, o estudo confirma a hipótese de que as instituições religiosas possuem uma capacidade singular de influenciar o comportamento político, especialmente em classes sociais mais vulneráveis.

Com relação à revisão de literatura, a seção destacou que as habilidades cívicas são multifacetadas, abrangendo desde a escuta ativa e o pensamento crítico até a colaboração e a comunicação efetiva. Estudos prévios, como os de Verba et al. (1993) e Djupe & Gilbert (2006), já haviam sugerido a relevância das instituições religiosas nesse processo, especialmente em comunidades onde o acesso a outros espaços de socialização política é limitado.

A relação entre a contribuição deste trabalho e a revisão de literatura se apoia na integração e ampliação do conhecimento existente sobre a aquisição de habilidades cívicas e o papel das denominações religiosas no engajamento cívico, especialmente em contextos como o Brasil e a América Latina, onde a literatura é limitada em comparação aos estudos americanos.

A presente pesquisa considera a atualização do marco inicial trazido por Verba et al. (1993), que identificou pela primeira vez o padrão entre engajamento cívico e participação religiosa. Isso ocorre a partir da atualização de modelos de participação cívica que transcendem o modelo SES (Status Econômico-Social), o que é particularmente relevante para explorar o impacto da religião em sociedades não norteamericanas.

No âmbito latino-americano, há uma escassez de pesquisas dedicadas ao tema de religião e participação cívica. Por isso, o trabalho contribui ampliando esse corpo de conhecimento ao analisar como diferentes denominações religiosas – inclusive afrorreligiosas e espiritualistas – moldam o comportamento cívico no Brasil. Trabalhos como o de Audette, Brockway e Cornejo (2020) são referência para testar hipóteses em cenários culturais e religiosos diversos, destacando que, na América Latina, habilidades cívicas oriundas de tradições católicas parecem ter um impacto distinto do observado nos contextos protestantes dos EUA.

No Brasil, os estudos de Ribeiro e Walter (2017) abordam a importância das matrizes religiosas africanas para o desenvolvimento cívico, o que contrasta com a ênfase das literaturas norte-americana e europeia em denominações cristãs convencionais. Esta pesquisa expande o entendimento sobre a complexidade religiosa brasileira e seu efeito no desenvolvimento de habilidades para a ação cívica, um aspecto que é pouco explorado na ciência política tradicional.

Ademais, o trabalho utiliza um design qualitativo com entrevistas a parlamentares brasileiros de diferentes afiliações religiosas, incluindo católicos, evangélicos, espíritas e

afrorreligiosos, bem como um grupo de controle sem ligação religiosa formal. Essa abordagem empírica é inédita e permite explorar como a participação religiosa influencia a ação cívica e política no parlamento brasileiro, contribuindo diretamente para a literatura ao preencher lacunas quanto aos impactos das religiões no engajamento cívico fora dos contextos eclesiais.

Até então, não havia pesquisas realizadas de maneira tão próxima a parlamentares e ao dia a dia da Câmara dos Deputados, acerca da temática proposta. Isso permitiu, inclusive para o pesquisador, observação etnográfica sobre o funcionamento desta Casa legislativa e da dinâmica para a busca de agendas para entrevistas.

Ao conectar teorias estabelecidas com as realidades e especificidades nacionais, o estudo propõe uma nova interpretação dos modelos de participação cívica aplicados ao contexto brasileiro. Este trabalho acrescenta, portanto, uma camada crítica à teoria ao incorporar a diversidade de práticas e influências religiosas, algo que outros modelos, como o de Djupe e Gilbert (2006), focados em igrejas episcopais e luteranas nos EUA, não capturam de maneira abrangente para o contexto latino-americano.

Dessa forma, a contribuição deste trabalho vai além da simples confirmação de teorias preexistentes, propondo um novo olhar sobre como a religião, especialmente em contextos brasileiros e latino-americanos, pode atuar como um catalisador de engajamento cívico complexo e multifacetado. Ao explorar a variedade de experiências religiosas brasileiras, o estudo fortalece o entendimento acadêmico sobre o papel da religião em contextos democráticos, enfatizando a relevância cultural e social das práticas religiosas no desenvolvimento de competências cívicas.

Os resultados obtidos nas entrevistas qualitativas com parlamentares confirmam que a participação religiosa oferece não apenas um espaço para o desenvolvimento dessas habilidades, mas também fomenta a criação de redes de capital social, fundamentais para a inclusão e o engajamento cívico. No entanto, como discutido na literatura, o impacto dessas habilidades pode variar conforme a denominação religiosa e o contexto socioeconômico em que os indivíduos estão inseridos. Enquanto algumas tradições religiosas incentivam uma participação cívica mais ativa, outras podem limitar o pensamento crítico e a autonomia política dos indivíduos.

Portanto, ao analisar o papel das religiões na formação de habilidades cívicas no Brasil, observa-se que as instituições religiosas funcionam como "escolas de cidadania", mas com variações significativas em termos de impacto cívico. Essas variações reforçam

a necessidade de aprofundar os estudos sobre a intersecção entre religião, política e sociedade no contexto brasileiro.

A pesquisa evidencia a complexidade da intersecção entre religião e política no Brasil. Ao passo que há críticas sobre o avanço da agenda religiosa sobre o Estado juridicamente laico, é inegável o valor do ambiente religioso para a formação de competências, as quais podem ser, inclusive, valorizadas no mundo do trabalho. Este impacto também varia conforme indivíduos e reforça a necessidade para um olhar cuidadoso de novas pesquisas que explorem mais profundamente o papel da religião em carreiras que utilizem capital político, levando em conta a diversidade de tradições religiosas e suas implicações para o funcionamento da democracia no país.

Expandir o escopo para incluir outras denominações além das analisadas na dissertação pode revelar novas formas de interação entre religião e política, assim como diferentes abordagens para o desenvolvimento de habilidades cívicas. Esse aprofundamento traria uma visão mais abrangente sobre o impacto religioso no engajamento, o qual pode servir tanto à filiação partidária, quanto a outras carreiras fora do universo político, como por exemplo, em diversas empresas e culturas corporativas distintas.

Em estudos futuros, há, ainda, margens de contribuição a metodologias mistas, que combinem análise qualitativa e quantitativa, sobretudo pensando na expansão do entendimento de como variáveis sociodemográficas, como renda, idade, raça e escolaridade interagem com a presença em denominações religiosas. Além disso, a inclusão de novos grupos religiosos é sempre uma alternativa, sobretudo em um futuro que ambiciona abranger maior multiplicidade de crenças na Câmara dos Deputados, a qual é amplamente marcada pela presença e atuação de católicos e evangélicos, o que não necessariamente representa o sincretismo religioso das bases populacionais brasileiras.

Outras possibilidades envolvem a comparação da dinâmica entre diferentes países, em contextos internacionais que podem envolver sociedades com diferentes níveis de liberdade religiosa e estruturas políticas. Por exemplo, aplicar esta mesma metodologia à Câmara dos Deputados estadunidense - país em que a temática de pesquisa foi inspirada. Ou, ainda, comparar a dinâmica entre diferentes regiões, dentro de um mesmo país.

Seria possível compreender como a formação de lideranças políticas é moldada nas comunidades religiosas, incluindo o papel de igrejas, associações religiosas e organizações sociais vinculadas à fé. Essa análise etnográfica, de um observador interno

a uma estrutura, ajudaria a entender o papel dos valores religiosos na motivação e preparação para o engajamento público e político. Neste caso, seria possível explorar como as redes de apoio e associações formadas em torno de comunidades religiosas impactam o engajamento cívico e político, com um recorte longitudinal, que considere vários períodos temporais.

Em síntese, resguardadas as inúmeras possibilidades de análises futuras, esta pesquisa contribui para o entendimento de como as instituições religiosas moldam não apenas a vida espiritual dos indivíduos, mas também sua capacidade de se envolver no espaço público e influenciar decisões políticas. Em um contexto em que a laicidade é frequentemente questionada, entender essa relação é crucial para o fortalecimento da democracia e para a promoção de uma política inclusiva e plural. A seguir, encontram-se algumas reflexões adicionais.

5.1. A RELIGIÃO COMO ESCOLA DE CIDADANIA

A pesquisa demonstrou que, ao frequentarem instituições religiosas, muitos parlamentares adquiriram habilidades cruciais para a vida pública. Nessas instituições, desenvolveram habilidades de comunicação, de articulação política e de organização comunitária. É nesse contexto que a religiosidade emerge como uma força promotora de habilidades cívicas, servindo tanto ao engajamento político quanto ao fortalecimento do senso de pertencimento comunitário.

No entanto, como apontado anteriormente e durante as entrevistas, é importante adotar uma visão crítica sobre como essas habilidades são promovidas e sobre os limites impostos por certas tradições. Por exemplo, a ênfase excessiva em dogmas religiosos pode restringir o pensamento crítico e a abertura ao diálogo, que são essenciais em uma democracia pluralista. O equilíbrio entre o desenvolvimento individual e a participação coletiva, bem como entre a reflexão crítica e o respeito às tradições, continua a ser um desafio central.

5.2. DIVERSIDADE DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

Um dos pontos mais relevantes trazidos à tona por esta pesquisa é a diversidade de trajetórias políticas e religiosas dos parlamentares. Desde aqueles que possuem uma forte conexão com sua tradição religiosa até os que se declaram "sem religião", observou-

se que a experiência religiosa, ou a falta dela, molda de maneiras diferentes a carreira política desses indivíduos.

Pessoas que transitaram por várias denominações e hoje se identificam como ecumênicas, por exemplo, mostraram pouca intersecção com a consciência política ativa, ao passo que outros entrevistados, como o 14, revelaram uma filosofia de vida profundamente espiritualista, que guia suas decisões e habilidades políticas. A multiplicidade dessas trajetórias reforça a importância de não generalizar os resultados, uma vez que a amostra não é representativa de toda a população religiosa ou política do Brasil.

5.3. A INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA POLÍTICA

Este trabalho também revelou a importância das instituições religiosas na criação de redes de apoio e na formação de líderes políticos. Muitos dos entrevistados destacaram que a religião não apenas os ajudou a desenvolver habilidades cívicas, mas também serviu como um meio de conexão com suas bases eleitorais. Nas palavras de alguns entrevistados, o "púlpito", seja ele religioso ou político, serve como um espaço de comunicação e articulação entre o líder e sua comunidade.

Em particular, observou-se a influência das igrejas evangélicas, que frequentemente se destacam por sua capacidade de mobilização e engajamento comunitário. Em contraste, outras tradições religiosas, como o catolicismo, mantêm uma postura mais reflexiva, acadêmica introspectiva, mas ainda desempenham um papel significativo na formação de habilidades políticas.

5.4. LIMITAÇÕES E REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Durante o processo de pesquisa, enfrentou-se o desafio de categorizar certas informações fornecidas pelos entrevistados. O fato de alguns parlamentares moldarem suas respostas de acordo com a presença do pesquisador revela a complexidade de se lidar com a subjetividade nas respostas dos participantes.

Outra dificuldade encontrada foi a categorização de respostas que podem ser negativas a eles próprios, enquanto políticos, como quando um parlamentar afirmou ter pouco contato com a população. Tais respostas não se enquadravam facilmente nas categorias previamente estabelecidas para análise, exigindo ajustes metodológicos durante o processo de codificação.

Além disso, as entrevistas revelaram uma confirmação de vieses, especialmente em relação à "formação política", identificada através da análise de nuvem de palavras, particularmente entre os parlamentares católicos. Esse tipo de resultado ressalta a importância de se conduzir entrevistas de maneira que permitam respostas mais assertivas e menos influenciadas pelo entrevistador.

5.5. O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO POLÍTICA

Outro aspecto significativo que emergiu da pesquisa foi a importância das comunidades religiosas na formação de um senso de pertencimento e autoestima para muitos parlamentares. A experiência de se sentir valorizado por uma comunidade religiosa parece ser uma força motivadora importante, especialmente para aqueles que enfrentaram adversidades econômicas ou sociais.

Muitos dos parlamentares entrevistados apontaram a igreja como um espaço de acolhimento e apoio, onde foram incentivados a desenvolver suas habilidades cívicas e políticas. Esse processo de acolhimento e pertencimento ajuda a explicar, em parte, o sucesso de setores religiosos na mobilização de apoio político, especialmente entre classes sociais mais vulneráveis.

Por outro lado, a pesquisa também identificou uma desconexão entre os discursos elitistas de alguns partidos políticos e a abordagem mais popular das igrejas. Enquanto determinados espectros políticos, por vezes, adotam um discurso mais elitista e distante da realidade popular, as igrejas conseguem se conectar de maneira genuína e, portanto, mais efetiva com as necessidades e expectativas de seus fiéis, criando uma relação de confiança que pode se traduzir em forte apoio político, respaldado em crenças em comum compartilhadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAUAN, Laura Vargas; ABRANTES, Carolina Vianna; STIPP, Marlucci Andrade Conceição; TROTTE, Liana Amorim Corrêa; PAES, Graciele Oroski; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo. USE OF THE IRAMUTEQ® SOFTWARE FOR QUANTITATIVE DATA ANALYSIS IN NURSING: a reflective essay. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 24, p. 1-5, fev. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais - Pró-reitora de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20200063>.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. In: HERMANNNS, Klaus (org.). **Participação Cidadã NOVOS CONCEITOS E METODOLOGIAS**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 15-60.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Projeções indicam que evangélicos serão maioria no Brasil nos próximos dez anos**: transição religiosa está entre as principais mudanças ocorridas no país nestes 200 anos de independência. Transição religiosa está entre as principais mudanças ocorridas no país nestes 200 anos de Independência. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/transicao-religiosa-evangelicos-serao-maioria-nos-proximos-dez-anos/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

AMMERMAN, Nancy T.. Lived Religion as an Emerging Field: an assessment of its contours and frontiers. **Nordic Journal Of Religion And Society**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 83-99, dez. 2016. Scandinavian University Press / Universitetsforlaget AS. <http://dx.doi.org/10.18261/issn.1890-7008-2016-02-01>.

ATA, Atakan. Fostering Students' Civic Skills: education for sustainable democracy. **Georgia Educational Researcher**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 74-91, 1 jan. 2019. Georgia Southern University. <http://dx.doi.org/10.20429/ger.2019.160107>.

AUDETTE, Andre P.; BROCKWAY, Mark; CORNEJO, Rodrigo Castro. Religious Engagement, Civic Skills, and Political Participation in Latin America. **Journal For The Scientific Study Of Religion**, Massachussets, v. 0, n. 0, p. 1-18, jan. 2020.

AUSSE. **Student Engagement Questionnaire**. Camberwell: Acer, 2013.

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. 15. ed. Boston: Cengage, 2021.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

BATTISTONI, Richard. Service Learning and Democratic Citizenship. **Theory Into Practice**, Columbus, v. 36, n. 3, p. 150-156, ago. 1997.

BÍBLIA, N. T. Deuteronômio. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora Nova Versão Internacional, 2023.

BÍBLIA, N. T. João. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora Nova Versão Internacional, 2023.

BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKE, Álvaro Antônio. Igreja, Estado e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 1-24, 22 dez. 2020. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e153>.

BLANSHARD, Paul. **American Freedom and Catholic Power**. Boston: Beacon Press, 1949.

BOYTE, Harry. 5. Citizen Education as a Craft, Not a Program. **Everyday Politics**, [S.L.], p. 77-94, 31 dez. 2004. University of Pennsylvania Press. <http://dx.doi.org/10.9783/9780812204216.77>.

BRADY, Henry; VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Beyond SES: A Resource Model of Political Participation. **The American Political Science Review**. Cambridge, Vol. 89, No. 2 (Jun., 1995), pp. 271-294, 1995.

BUNBONGKARN, Suchit. The Role of Civic Society in Democratic Consolidation in Asia. In: ASIA-PACIFIC CENTER FOR SECURITY STUDIES (ed.). **Growth & Governance in Asia**. Honolulu: Yoichiro Sato, 2004. p. 137-143
 BUSER, Thomas. The Effect of Income on Religiousness. **American Economic Journal**, v. 7, n. 3, p. 178-195, 2015.

CAMPBELL, David E.. **Measuring the Civic Participation of Adolescents**. Washington DC: The National Academies Of Sciences, Engineering, And Medicine, 2018.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Estado, igreja e educação no Brasil nas primeiras décadas da república: intelectuais, religiosos e missionários na reconquista da fé católica. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 1, p. 83-92, 2010.

Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Comissão Local de Enfrentamento à Covid-19 - IPOL. **Plano de Contingência do Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB) para Enfrentamento da Pandemia de Covid -19**. Brasília: -, 2021.

Comissão Local de Enfrentamento à Covid-19 - IREL. **Plano de Contingência para a Retomada das Atividades no Instituto de Relações Internacionais da UnB**. Brasília: -, 2021.

COSTA, Francisco; MARCANTONIO, Angelo; ROCHA, Rudi. Stop Suffering! Economic Downturns and Pentecostal Upsurge. **Journal Of The European Economic Association**, [S.L.], v. 0, n. 00, p. 1-36, 15 jun. 2022. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/jeea/jvac034>.

DAMASIO, Bruno Figueiredo. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 11, n. 2, p. 213-228, ago. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 mar. 2023.

Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI). **ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2021**. 2022. Disponível em: <https://anuario2021.netlify.app/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DOOLITTLE, Amy; FAUL, Anna C.. Civic Engagement Scale. **Sage Open**, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 215824401349554, 1 jul. 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/2158244013495542>.

DUARTE, Mariana Carmo. Sociedade civil e democracia: o grupo de visegrado em perspectiva comparada*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 120, p. 33-52, 1 dez. 2019. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.9488>.

DJUPE, Paul A.; GILBERT, Christopher. The Prophetic Pulpit: clergy, churches, and communities in american politics. **Perspectives On Politics**, [S.L.], v. 2, n. 02, p. 370-371, jun. 2004. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1537592704420970>.

DJUPE, Paul A.; GRANT, Tobin J.. Religious institutions and political participation in America. **Journal For The Scientific Study Of Religion**, Germantown, v. 02, n. 40, p. 303-314, dez. 2002.

DJUPE, Paul A.; GILBERT, Christopher P. The Resourceful Believer: Generating Civic Skills in Church. **The Journal of Politics**. Chicago, Vol. 68, No. 1, pp. 116–127, fev. 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. Perdizes: Cortez Editora, 2007.

DUTRA, R.; PESSÔA, K. Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

EHRlich, Thomas. **Civic Responsibility and Higher Education**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

EYLER, Janet; GYLES, Dwight E.. Where's the Learning in Service-Learning? **Michigan Journal Of Community Service Learning**. Ann Arbor, p. 142-143. set. 1999.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, n. 00, p. 124-142, jun. 1999.

FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia. Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo Empírico sobre o Papel da Confiança Interpessoal para a Resolução dos Dilemas da Ação Coletiva. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O Método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 3, n. 35, p. 105-112, jul. 2000.

FOX, Jonathan; SANDLER, Shmuel. Separation of Religion and State in the Twenty-First Century: Comparing the Middle East and Western Democracies. **Comparative Politics**, New York, v. 37, n. 03, p. 317-335, abr. 2005.

GALLEGO, Roberto de Almeida. **O Sagrado na Esfera Pública: Religião, Direito e Estado Laico**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Puc-Sp, São Paulo, 2010.

GAUNA, Becci Burchett; PAUL, Michelle. Civic Education Training Promotes Active Learning with Real-world Outcomes. **Space: Student Perspectives About Civic Engagement**, Chicago, v. 2, n. 1, p. 18-21, out. 2016.

GÓES, Fernanda Garcia Bezerra; SANTOS, Andressa Silva Torres dos; CAMPOS, Brenda Lucas; SILVA, Aline Cerqueira Santos Santana da; SILVA, Liliane Faria da; FRANÇA, Luiz Carlos Moraes. Utilização do software IRAMUTEQ em pesquisa de abordagem qualitativa: relato de experiência. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [S.L.], v. 11, p. 1-22, 19 ago. 2021. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179769264425>.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: ADENAUER, Fundação Konrad. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.

GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. Introdução. In: Fundação Konrad Adenauer. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 9-13.

GUTERMAN, Simeon L.. SEPARATION OF RELIGION AND STATE: The Historical Perspective. **Tradition: A Journal of Orthodox Jewish Thought**. Boston, v. 02, n. 02, p. 189-202, set. 1960.

HANSEN, Jaqueline Resmini; RIBEIRO, Ednaldo. OS CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: as relações entre motivações, capacidades e uso de internet. In: VIII COMPOLÍTICA, 8., 2019, Brasília. **OS CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: as relações entre motivações, capacidades e uso de internet**. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2019. p. 1-22.

HENRICH, Joseph. **The WEIRDest People in the World: How the West Became Psychologically Peculiar and Particularly Prosperous**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

HURTADO, Sylvia; ENGBERG, Mark E.; PONJUAN, Luis; LANDREMAN, Lisa. Students' Precollege Preparation for Participation in a Diverse Democracy. **Research In Higher Education**, [S.L.], v. 43, n. 2, p. 163-186, 2002. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/a:1014467607253>.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, Vol. 82 Issue 4, pp.1203-1230, 1988.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Sacred and Secular Religion and Politics Worldwide. **Cambridge University Press**, NY, 2004.

JACKMAN, Robert W.; MILLER, Ross A. Social Capital and Politics. **Annual Review of Political Science**, pp. 47-73, 1988.

JANOSKI, Thomas; ALFORD, Robert R.; HICKS, Alexander M.; SCHWARTZ, Mildred A.. **See this image Follow the Author Thomas Janoski Follow The Handbook of Political Sociology: states, civil societies, and globalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JOHNSON, Bonnie J. Creating Civic Bureaucrats. **International Public Management Journal**, Oxfordshire, v. 14, n. 2, p. 157-192, abr. 2011.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

KIRLIN, Mary. Understanding the Relationship between Civic Skills and Civic Participation: educating future public managers. **Journal Of Public Affairs Education**, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 305-314, out. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/15236803.2005.12001404>.

LLEWELLYN, Kristina R.; COOK, Sharon Anne; MOLINA, Alison. Civic learning: moving from the apolitical to the socially just. **Journal Of Curriculum Studies**, [S.L.], v. 42, n. 6, p. 791-812, nov. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00220271003587400>.

MARQUES, Charles. **Política, Religião e Fé e O Legado da Democracia no Protestantismo.** Disponível em: Política, religião e fé: o legado da democracia no protestantismo Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/politica-religiao-e-fe-o-legado-da-democracia-no-protestantismo/> Copyright © 2022, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.. Acesso em: 12 jun. 2022.

MCCLENDON, Gwyneth; RIEDL, Rachel Beatty. Religion as a Stimulant of Political Participation: Experimental Evidence from Nairobi, Kenya. **The Journal of Politics.** Chicago, Vol. 77, No. 4, pp. 1045-1057, out. 2015.

MCCLEARY, Rachel M.; BARRO, Robert J.. Religion and Economy. **The Journal Of Economic Perspectives.** Nashville, p. 49-72. abr. 2006.

MOELY, Barbara E.; MERCER, Sterett H.; ILUSTRE, Vincent; MIRON, Devi; MCFARLAND, Megan. Psychometric Properties and Correlates of the Civic Attitudes and Skills Questionnaire (CASQ):: a measure of students' attitudes related to service-learning. **Michigan Journal Of Community Service Learning.** Ann Arbor, p. 01-11. Maio 2002.

MORGAN, William; STREB, Matthew. Building Citizenship: how student voice in service-learning develops civic values. **Social Science Quarterly**, [S.L.], v. 82, n. 1, p. 154-169, mar. 2001. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/0038-4941.00014>.

MORSE, Suzanne W.. The Practice of Citizenship: learn by doing. **The Social Studies**, [S.L.], v. 84, n. 4, p. 164-167, ago. 1993. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00377996.1993.9958365>.

NATIONAL YOUTH LEADERSHIP COUNCIL (ed.). **Service-Learning**. Disponível em: <https://www.nylc.org/page/WhatisService-Learning>. Acesso em: 25 abr. 2023.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o Discurso de Moralização da Nação. **Scientia Plena**. Sergipe, v. 5, n. 3, p. 180-185, set. 2007.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA JUNIOR, José Alexandre da. Corra que o Survey Vem Aí: noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de La Investigación Social**, Argentina, v. 3, n. 6, p. 07-24, out. 2013.

PASHAK, Travis J.; LAUGHTER, Tim C. Measuring service-mindedness and its relationship with spirituality and life satisfaction. **College Student Journal: Project Innovation Austin**, Austin, v. 46, ed. 1, p. 1-11, 1 mar. 2012.

PATRICK, John J.. Defining, Delivering, and Defending a Common Education for Citizenship in a Democracy. In: SUMMIT ON CIVIC LEARNING IN TEACHER PREPARATION, -, 2003, Boston. **Defining, Delivering, and Defending a Common Education for Citizenship in a Democracy**. Boston: Opinion Papers, 2003. p. 2-32.

Pesquisa A Cara da Democracia. Belo Horizonte, 2018. INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

_____. Belo Horizonte, 2019. INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

_____. Belo Horizonte, 2020. INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

PETERS, B. Guy. Governance: ten thoughts about five propositions. **International Social Science Journal**, [S.L.], v. 68, n. 227-228, p. 5-14, mar. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/issj.12181>.

PEW RESEARCH CENTER. Religion in Latin America: widespread change in a historically catholic region. 2014. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2014/11/13/religion-in-latin-america/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie. Dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine**. Paris, v. 0, n. 6, p. 329-340, 1999.

Projeto de Opinião Pública da América Latina. Nashville: LAPOP, 2014. AMERICAS BAROMETER (LAPOP).

_____. Nashville: LAPOP, 2017. AMERICAS BAROMETER (LAPOP).

_____. Nashville: LAPOP, 2019. AMERICAS BAROMETER (LAPOP).

PUTNAM, R. D. 1997. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

PUTNAM, R. D. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Touchstone Books.

R Core Team (2023). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna. Disponível em: <<https://www.R-project.org>> (Aceso em 05 de maio de 2023).

REGINA, Cláudia. **Guerras Culturais: O Que São e Como Chegaram ao Brasil?** Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/guerras-culturais>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Religion in Latin America Dataset. Washington DC, 2014. PEW RESEARCH CENTER.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; WALTER, Alice Vila Nova Procopiuk. Religião e participação política: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 137-158, 2019.

SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA COMPANHIA DE JESUS AO ENSINO SUPERIOR. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 06., 2012, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Ufs, 2012. p. 01-15.

SANTOS, Lyndon de Araújo. A Ideia de Democracia e a Cultura Política no Protestantismo Brasileiro. **V Congresso Internacional de História**, São Paulo, v. 0, n. 0, p. 2398-2410, set. 2011.

SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney. **Unequal and Unrepresented**: political inequality and the people's voice in the new gilded age. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SCHULZ, Jonathan F.; BAHRAMI-RAD, Duman; BEAUCHAMP, Jonathan P.; HENRICH, Joseph. The Church, intensive kinship, and global psychological variation. **Science**, [S.L.], v. 366, n. 6466, p. 1-12, 8 nov. 2019. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.aau5141>.

SCHWADEL, Philip. Testing the Promise of the Churches: income inequality in the opportunity to learn civic skills in christian congregations. **Journal For The Scientific Study Of Religion**, [S.L.], v. 41, n. 3, p. 565-575, set. 2002. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-5906.00137>.

SCHWALLER, John Frederick. **The History of the Catholic Church in Latin America**. Nova Iorque: Nyu Press, 2011.

SKOCPOL, Theda; FIORINA, Morris P.. **Civic Engagement in American Democracy**. Washington Dc: Brookings Institution Press, 1999.

SMIDT, Corwin. Religion and Civic Engagement: A Comparative Analysis. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, New York, v. 565, n. 0, p. 176-192, set. 1999.

SMITH, Amy Erica. Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2019.

SMYLIE, James H.. The Roman Catholic Church, the State and Al Smith. **Church History**, Princeton, v. 03, n. 29, p. 321-343, set. 1960.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude católica: o novo discurso da teologia da libertação**. São Carlos: Edefscar, 2012.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; GONDIM, Sonia Maria Guedes; CARIAS, Iago Andrade; BATISTA, Jonatan Santana; MACHADO, Katlyane Colman Machado de. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 15, n. 02, p. 1-19, jun. 2020.

TERREL, Steven R. **Writing a Proposal for Your Dissertation: Guideline and Examples**. New York: The Guilford Press, 2023.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da Democracia na América**. São Paulo: Edipro, 2019.

TORNEY-PURTA, Judith. The School's Role in Developing Civic Engagement: a study of adolescents in twenty-eight countries. **Applied Developmental Science**, [S.L.], v. 6, n. 4, p. 203-212, 1 out. 2002. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1207/s1532480xads0604_7.

TUSALEM, Rollin F.. The Role of Protestantism in Democratic Consolidation Among Transitional States. **Comparative Political Studies**, [S.L.], v. 42, n. 7, p. 882-915, 30 jan. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0010414008330596>.

UOL. **Deus e política: como as Santas Casas entraram na saúde pública brasileira**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/17/deus-e-politica-como-as-santas-casas-entraram-na-saude-publica-brasileira.htm>. Acesso em: 17 set. 2022.

VEEH, Christopher A.; PLASSMEYER, Mark; NICOTERA, Nicole; BREWER, Sarah E.. A Combined Measure of Civic Engagement for Use Among Emerging Adults. **Journal Of The Society For Social Work And Research**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 13-34, 1 mar. 2019. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/701948>.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry; NIE, Norman H.. Race, Ethnicity and Political Resources: Participation in the United States. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 23, n. 04, p. 453-497, out. 1993.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY Henry E; NIE, Norman. American Citizen Participation Study. **National Opinion Research Center (NORC)**, 1990.

VON METTENHEIM, Kurt. A Ética Protestante e o Espírito da Democracia: Caminhos na Teoria Democrática de Weber a Hegel. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 0, n. 0, p. 1-54, out. 2012.

WALD, Kenneth D.; CALHOUN-BROWN, Allison. **RELIGION & POLITICS IN UNITED STATES**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

WOODBERRY, Robert D.. The Missionary Roots of Liberal Democracy. **American Political Science Review**, [S.L.], v. 106, n. 2, p. 244-274, maio 2012. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0003055412000093>.

YUEN, Celeste Y.M.; LEUNG, Kim Hung. The role of religion in civic engagement of young people from diverse cultures in Hong Kong. **British Journal Of Religious Education**, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 98-111, 25 abr. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01416200.2021.1918058>.

7. ANEXO I - PERGUNTAS PARA OS PARLAMENTARES ENTREVISTADOS (COM RELIGIÃO)

- 1) De uma pesquisa divulgada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), é de conhecimento público a religião dos parlamentares que compõem a 57ª legislatura. Desta base de dados estou realizando entrevista com parlamentares da religião (evangélica/católica/espírita/espiritualista indigenista/afroreligiosa) e gostaria de confirmar: qual a sua denominação religiosa especificamente?
- 2) Você considera participar ou ter participado consideravelmente no passado da denominação religiosa de que você faz/fez parte? Em seu estado de origem?
 - a) Qual a sua participação religiosa atualmente e quantos dias por semana ou por mês frequenta esta denominação?
 - b) Você se considera uma pessoa ativa nas atividades desta religião hoje em dia?
 - c) Quais atividades desempenha/desempenhava nela para além das atividades de culto? Qual a frequência você participa/participava e como era a sua atuação?
 - d) Você já foi membro de mais de uma denominação religiosa? Quais são elas?
- 3) Você acredita que sua religião lhe rendeu uma maior consciência política da realidade onde você vive, seja em âmbito nacional, como país, ou no âmbito microrregional, da comunidade de onde você veio ou onde vive atualmente?
 - a) A vivência religiosa lhe rende uma maior conexão com os problemas enfrentados pela população brasileira?
 - b) As práticas e crenças da sua religião ajudam você a entender as necessidades dos seus eleitores especificamente?
 - c) Você considera que serviços comunitários ou ações sociais promovidas pelas denominações religiosas contribuíram para que você se envolvesse em questões da sua comunidade e com os problemas sociais de onde você vive ou vivia?

- 4) Quais habilidades você considera que pode desenvolver na(s) denominação(ões) religiosa(s) da qual frequenta/frequentou?
- 5) Você poderia citar alguma atividade (caso haja) da sua denominação religiosa que considera que contribua para a capacidade de:
 - a) Oratória:
 - b) Habilidade para trabalhar com outras pessoas e, por exemplo, capacidade organização de reuniões:
- 6) Você considera que as denominações religiosas que frequentou/frequenta lhes permitiram desenvolver alguns atributos psicológicos relevantes? Se sim, quais?
 - a) Poderia citar alguns exemplos de situações ou atividades que promoveram as seguintes capacidades:
 - i) Capacidade de respeitar a visão de outras pessoas;
 - ii) Capacidade de escuta “ativa”;
 - iii) Comprometimento;
 - iv) Efetividade para atingir objetivos;
 - v) Pensar sobre o futuro;
 - vi) Altruísmo;
- 7) Como você percebe a vida/vivência cívica sendo estimulada em fiéis de sua denominação religiosa?
 - a) Você acredita que esta vivência cívica contribua para uma possível vida pública ou carreira parlamentar deles um dia?
 - b) Ou que lhe permita exercer algum tipo de atuação social ativa em suas comunidades de alguma maneira?
- 8) Você considera que a vivência ativa religiosa melhorou a sua capacidade de dialogar e colaborar com pessoas de diferentes crenças e perspectivas? Se sim, de que maneira?
- 9) Como sua religião o ajuda a lidar com a crítica e a oposição em sua carreira política?

Você acredita que a sua religião fornece orientação moral para sua atuação na política?

8. ANEXO II - PERGUNTAS PARA OS PARLAMENTARES ENTREVISTADOS (SEM RELIGIÃO)

1. Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua história de vida e o que levou o senhor(a) a seguir a carreira política. O senhor (senhora) poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória política e o que lhe motivou a concorrer a um mandato como deputado/senador?
2. Todos os políticos eleitos possuem determinadas competências e habilidades. Quais são as competências e habilidades que o senhor(a) julga serem as mais importantes para o exercício bem-sucedido do mandato como deputado/senador? (Por exemplo: falar em público, ouvir e compreender as demandas dos eleitores, negociar com aliados e com adversários, conduzir reuniões, liderar equipes, formular novos projetos de lei; compreender e interpretar o texto das leis já existentes e das propostas legislativas, etc.)
3. Tomando como exemplo a sua experiência pessoal, o senhor(a) considera que essas competências e habilidades lhe são naturais (nasceu com elas)? Elas foram adquiridas no convívio familiar? Ou será que elas foram adquiridas/desenvolvidas ao longo da vida através do seu envolvimento em algum tipo de organização (escolas/universidades, diretórios estudantis, clubes, associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, igrejas, partidos políticos, outras)?
4. Caso o senhor (a) julgue que essas competências foram adquiridas através da participação em alguma organização, quais delas foram as mais importantes? Conte um pouco da sua experiência nessas organizações e como elas contribuíram para o desenvolvimento das suas competências e habilidades.
5. O senhor(a) considera que o exercício das atividades de organização e liderança nas denominações religiosas possa ter um papel importante no desenvolvimento das competências/habilidades necessárias para o exercício do mandato como deputado/senador? No seu estado ou no seu partido, o senhor(a) consegue identificar políticos bem-sucedidos cujas habilidades e competências foram desenvolvidas através do exercício de diferentes atividades nas denominações religiosas?

6. Alguns pesquisadores acreditam que, num momento em que os partidos políticos e os sindicatos perderam muito da sua influência na sociedade brasileira, as igrejas evangélicas/pentecostais passaram a exercer um papel cada vez mais importante no recrutamento e na capacitação de indivíduos para o exercício da atividade política, o que não ocorre com a mesma intensidade nas demais denominações religiosas. O senhor(a) concorda com essa afirmativa? Caso concorde, quais seriam as possíveis consequências dessa crescente influência?

7. Numa democracia é desejável que todos os cidadãos tenham a oportunidade de desenvolver as competências, habilidades e conhecimentos necessários para o exercício de um mandato como deputado/senador. Na sua opinião, o que pode ser feito para fomentar o desenvolvimento dessas competências e habilidades? Que ações seriam necessárias para que isso ocorra?

9. ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO E DE AUTORIZAÇÃO DE SOM DE VOZ DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Aquisição de Habilidades Cívicas e As Religiões Brasileiras*”, de responsabilidade de *Luigi Mauri Bellei*, estudante de *mestrado* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *explicitar a possível relação existente entre adquirir as chamadas ‘habilidades cívicas’ com a participação de atividades religiosas e o posterior aproveitamento destas habilidades na trajetória política. E, para isto, gostaria de realizar entrevistas com parlamentares, os quais serão a amostra da pesquisa.* Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários e entrevistas ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas online ou presenciais, a depender da preferência do parlamentar.* É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: privacidade e confidencialidade dos dados. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: *absoluto anonimato e não divulgação dos nomes dos participantes.*

Espera-se com esta pesquisa avançar na agenda de pesquisa entre habilidades cívicas e a religiosidade brasileira, haja vista a pouca documentação presente na literatura nacional acerca deste tema. Desta maneira, cada participante será essencial para que avancemos com este importante tópico de pesquisa no país.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 99397 5445 ou pelo e-mail luigi.bellei@gmail.com.

O pesquisador garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Eu, *[nome do participante da pesquisa]*, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “Aquisição de Habilidades Cívicas e As Religiões Brasileiras”, sob responsabilidade de Luigi Mauri Bellei vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para a análise a ser realizada pelo pesquisador na dissertação de mestrado, **sem qualquer divulgação do nome e da imagem explicitamente na dissertação, sendo apenas identificado como o/a parlamentar “XXX”**. Portanto, a coleta de dados é necessária **apenas** para a análise do próprio pesquisador.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do pesquisador responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

10. ANEXO IV: ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

1. CATÓLICOS

1.1 ENTREVISTADO 01

O parlamentar padre entrevistado 01 explica que a sua entrada para a política não implicou no rompimento do seu sacerdócio na igreja católica. Ao ingressar na política partidária, houve pleno consentimento de seu então Arcebispo. Na verdade, em sua concepção, considera que a igreja não é um lugar físico apenas, mas sim algo que “pertença à individualidade”. Ele cita que estar na natureza, por exemplo, é estar perto da sua concepção de Deus.

Cita também que a política é uma maneira de continuar seu trabalho como sacerdote, o que é ainda mais claro quando ele menciona as atividades que desempenhava na igreja, assim que terminou seus estudos de seminarista: ingressou nas pastorais sociais, da saúde, carcerária, do batismo, da criança, do menor de idade, dos enfermos, etc. Todas com vistas à promoção humana.

Inclusive, na área da saúde, chegaram a trabalhar com fitoterapia e homeopatia, além de cuidarem de visitas a hospitais e a famílias de pacientes enfermos. Isto promoveu sua capacidade e vocação política de “cuidar do outro”, sobretudo do mais vulnerável. Havia também distribuições de cestas básicas, que ocorriam de maneira ecumênica e com apoio de espíritas e evangélicos - contribuindo também para a sua capacidade de respeitar crenças religiosas diferentes da sua.

Chegou a atuar junto a promotores e juízes para levar crianças a famílias mais estruturadas, temporariamente, para dar-lhes uma condição de abrigo. Conduzia presos recém libertos, que estavam na rua, às suas casas e famílias, cuidando de suas condições físicas e espirituais naquele momento. Para ele, o cuidado do outro vem, de fato, da igreja, em “não deixar pessoas na rua ou desamparadas”.

Eventuais críticas direcionadas ao seu trabalho ou à sua pessoa são amenizadas pelo Evangelho, que, segundo ele, contribui para uma “correção fraterna”. Esta correção é definida como uma conversa diretamente com a parte que semeou alguma discordância. Esta conversa não precisa ser realizada diretamente por ele, mas por um intermediário. Porém, acredita que as maiores contribuições para seu crescimento pessoal e profissional advêm de seus críticos, e não de apoiadores, os quais podem se tornar “bajuladores”.

Influencia a sua rotina religiosa a sua concepção de que “estar na igreja e em comunhão com Deus” não passa necessariamente pela presença física em um templo ou em atividades de oração. Ele se considera mais “maduro espiritualmente” hoje e, por ter

expandido a sua concepção de igreja, afastou-se de uma frequência católica assídua, mesmo sendo padre. “A igreja não deve ser ‘intramuro’ e a igreja do mofo - nós temos que superá-la.

A igreja é a ‘igreja-povo’”. Como mencionou, a política é uma maneira de “levar a Palavra ao mundo”. Para ele, todos vivemos com a política (ainda que não seja a partidária) e um sacerdote católico deve fazer política no sentido de políticas públicas da educação, da assistência social, da criança e do adolescente, do idoso, das mulheres e do cuidado com o meio ambiente. Disse que até mesmo a política partidária não deve ser excluída das discussões no âmbito da igreja (sem detalhar mais).

Neste sentido, é inevitável a conexão lógica com a política. O parlamentar destaca que a sua entrada nas pastorais permitiu “detectar a deficiência das políticas públicas e ajudar na formação política também dos leigos” (ou seja, aqueles que não são ordenados religiosos). Inclusive, sem, na época, ter pretensão de se candidatar em uma eleição, foi através das pastorais que trabalhou candidaturas de vereadoras. Segundo ele, em época anterior a seu mandato, e como padre, ajudou, junto a fiéis, na implementação de Conselhos Municipais: do Direito da Criança e Adolescente, da Saúde, do Sistema Social e do Desenvolvimento Sustentável. Para ele, essa era a conexão entre sociedade civil e política, o que permitia uma maior participação de todos, para além de nomes que eram conhecidos e repetidos na sua cidade natal. Nas palavras do padre: “sempre entendi que devia fazer política em todo lugar. Respirar política, debater política”. Para ele, se isso não fosse feito, “outros fariam por nós”.

Entretanto, o entrevistado 01 destaca que essa participação política, no âmbito da igreja, depende também da liderança que está à frente dela. Apesar da sua concepção de que a “existência é essencialmente política”, ele reconhece que mudanças de arcebispos influenciaram as possibilidades de atuação na comunidade, de acordo com maior ou menor aceitação, por parte destas lideranças, dos trabalhos desenvolvidos pelos padres. Ou seja, os padres estão sujeitos a autoridades eclesiásticas, seguindo a estrutura organizacional das instituições que estão inseridos. Ele diz que seu atual arcebispo é pouco compreensível com relação à política. Além disso, ele menciona que, em Brasília, costumava celebrar missas uma vez por semana, em um espaço em que congregavam políticos de diferentes espectros ideológicos.

O padre se mostra descontente quando lembra que os mesmos políticos que eram fiéis na celebração das missas atuavam para derrubada de seus projetos no parlamento,

sobretudo em uma de suas frentes de atuação: a segurança alimentar. Então, ele define que esses políticos, participantes de suas missas, incidiam para a aprovação de projetos relacionados a alimentos ultraprocessados e o uso de agrotóxicos em plantações. O entrevistado 01 definiu este tipo de conduta como “acender uma vela para Deus, e outra para o diabo”, já que entende que as suas pautas de atuação no parlamento são pró igreja e levam em consideração a coletividade.

Neste contexto, é a favor da luta por moradias a todos, da segurança alimentar - sem o uso de alimentos ultraprocessados - da agricultura familiar e contra o uso disseminado de agrotóxicos. Essas são algumas de suas pautas. Como a postura de seus colegas que iam às suas missas lhe desagradou, ao irem contra a sua cosmovisão sobre os temas supracitados, disse que pouco a pouco se afastou desta atuação eclesiástica das celebrações uma vez por semana em Brasília. Para ele, também contribui para esta decisão de “arquiastamento”, o cenário político considerado polarizado e de disseminação de ódio.

Ele conclui que política e igreja se encontram, na medida que para ambas existe uma espécie de missão de mudança da realidade, em pautas ligadas aos direitos humanos - termo que ele mesmo utiliza. Seja como padre, ou como político, define seu dever como:

“[...] envolvimento social, entender o que é o problema da pobreza e da falta de teto. Os problemas sociais são uma carência, uma ausência de política. Então a gente é impulsionado a transformar essa realidade.”

Quanto às suas habilidades adquiridas na igreja católica, define como principal herança o não-constrangimento em falar em público, a não-vergonha da exibição. Além disso, a postura de participar ativamente, já que desde a igreja havia um conselho econômico para participar, Assembleias Gerais, Assembleia de Pastoral e Assembleia Arquidiocesana. Dentro dessas assembleias, havia espaços destinados aos leigos. Contextualiza que as decisões nesses espaços eram fruto de um processo coletivo e que o próprio Código de Direito Canônico veda decisões autoritárias por parte dos párocos.

Considera que esta maneira de participar foi trazida para o mandato. O fato de, como pároco, administrar uma paróquia, lhe conferiu competências também organizacionais para o mandato. Ele, como líder do seu gabinete (assim como líder de sua igreja) está submetido a reuniões periódicas com sua equipe para deliberações. Hoje, em seu gabinete, existe a “Assembleia do Mandato”, que define os eixos de atuação do

mandato e é deliberativa. Existe também um movimento dele e do gabinete junto à sociedade, em ouvir e escutar as pessoas.

Para ele, a dinâmica das assembleias também permitia o respeito à visão de outras pessoas, porque, ainda que ele discordasse do que foi votado, era necessário executar o desejo da maioria. Ademais, enquanto seminarista, tinha aulas de oratória e treinamentos, o que, segundo ele, contribuiu para a sua concepção de “não ter vergonha da exposição e de falar para mais pessoas”. Já como padre, a prática da liturgia serviu essencialmente a esta função também. Em relação ao estímulo de uma vida cívica ativa na igreja católica, acredita que houve um recuo nos últimos anos, sobretudo na vertente das comunidades eclesiais de base, ligada à esquerda ideológica e às demandas do campo, ao passo que as igrejas neopentecostais evangélicas tiveram fortes avanços nesta direção.

Porém, pontua que a linha carismática, dentro da igreja católica, é compreendida como neopentecostal e, essa sim, é bastante atuante nas comunidades e proporciona inúmeras vivências cívicas ativas a seus fiéis. Para ele, isto resulta no avanço da direita ideológica, ou da extrema direita, que é ligada ao neopentecostalismo e elegendo seus candidatos. A sua crença, como padre, é que a política deve ser debatida e discutida. Já as recomendações eclesiais que tem recebido ao longo do tempo é para o não debate político no âmbito da igreja, em virtude de fomentar um possível afastamento entre fiéis na instituição. Para entrevistado 01, esta característica do não-debate leva à perda de espaço político tanto da esquerda ideológica, quanto de católicos ligados a esta vertente.

A ele, suas convicções morais são baseadas no evangelho: cuidado com os mais pobres, escuta ativa e respeito ao outro. Destaca o que define como uma “mística da formação”, pois, colegas que receberam as mesmas aulas e influências teóricas, teológicas e filosóficas, foram para um caminho que considera conservador, enquanto ele, define-se como progressista. Faz uma alusão à própria figura de Jesus Cristo, que respeitou o outro e dialogava com prostitutas e leprosos - esses, à época, considerados “impuros/imundos” e que, portanto, deveriam estar fora das adjacências da cidade.

É isso que o parlamentar busca levar para a política: o diálogo com todos e, a exemplo do evangelho, ser “sal da Terra, luz do mundo”. A mesma passagem bíblica foi utilizada por um pastor evangélico durante as entrevistas realizadas, o qual utilizou os mesmos termos para explicar ao pesquisador que “o bom cristão deve estar no mundo”. “Não ser luz das suas ideias, da sua casa e dos seus amigos, mas luz do mundo”.

A mesma ideia foi ainda compartilhada por um segundo pastor, deputado, enquanto fazia alusão à política ser o maior instrumento “de condução da caridade e de prática do evangelho”. Essa ideia compartilhada por alguns parlamentares entrevistados alude à capacidade de dialogar com o diferente e a uma orientação moral na política.

Durante a entrevista, a imagem de Jesus Cristo foi também utilizada ao incentivo a uma habilidade sua perseguir ideias que acredita, debate e eventuais enfrentamentos de crenças - mesmo que este enfrentamento ocorra com alguém “hierarquicamente superior”. Para isto, utilizou a cena de Cristo em embate aos “doutores da lei” de sua época. Ideias convictas, debate e enfrentamento de ideias são elementos essenciais à política partidária e parlamentar; observáveis em qualquer debate, seja no Plenário ou nas comissões da Câmara.

Está disposto a permanecer no terreno do enfrentamento, se necessário, e realizar mudanças na lei, a partir de discussões, debates e apresentações de ideias. Esta é uma posição em defesa de minorias mais fracas que as “grandes forças de poder”. Segundo ele:

“Jesus Cristo condenou os fariseus hipócritas. Ele enfrentava os sumos sacerdotes da época. Foi contra os doutores da lei daquela época, que não permitiam trabalhar aos sábados, por exemplo. Não podia curar no sábado, não podia fazer um bem no sábado, não podia matar fome. Essa barreira que a gente superou com o evangelho. Nesse sentido, eu sou muito grato à formação que eu recebi na igreja.”

1.2 ENTREVISTADO 02

O parlamentar entrevistado 02, um dos mais jovens do Congresso Nacional, inicia a entrevista mencionando a herança católica familiar. De tradicional família de políticos católicos em seu estado, desde criança frequentava as missas e celebrações comemorativas relativas ao calendário cristão católico. Desde essa época, era comum sua presença em celebrações especiais em que seu pai, um político, estava presente. Seu pai também realizava celebrações de ação de graças e levava os filhos para missas de aniversário e de sétimo dia. Em sua cidade, estudou em tradicional escola católica, fundada por sacerdotisas oriundas da Bélgica. Na escola, tinha aulas de religião, as quais lhe proporcionaram respeito a diferentes visões de mundo e opiniões, já que eram abordadas diferentes vertentes religiosas.

A sua participação atual em cultos e missas é rara e vinculada às festividades locais (e.g. missa do padroeiro e procissão do padroeiro) em que também comparece como mandatário. Na verdade, é a própria rotina política que o obriga a participar mais de algumas solenidades, como a posse de novo bispo da igreja, quando esteve presente. Durante boa parte da sua adolescência e juventude, frequentava missas entre duas e três vezes ao mês. Participou de movimentos vinculados à Igreja Católica, dentro da própria escola e fora dela. Participava de encontro de jovens da escola, além dos grupos Vivente e Porta Fidei (“porta da fé”, ou nome de carta apostólica do Papa Bento XVI). Esses grupos não eram vinculados a pastorais, porém tinham vínculos com paróquias, o que condicionava os participantes a frequentar missas do local.

Nesse período, ele destaca que a sua atuação consistia em uma participação ativa nos encontros, a partir de convites que o grupo fazia, pois, à época, o parlamentar não era formalmente ligado ao Porta Fidei ou ao Viventes. Descreve o Porta Fidei como conservador, com bandeiras políticas atuantes contrárias ao aborto, por exemplo. Neste caso, o agora parlamentar participava dos encontros, mas não de reuniões do grupo, por considerar que divergia da cosmovisão dos demais. Neste sentido, a vivência religiosa melhorava sua capacidade de dialogar e colaborar com pessoas de diferentes crenças e perspectivas, já que ele se considera progressista e os participantes eram seus amigos e discordavam em opiniões.

O seu ponto forte era participar dos encontros, sobretudo em atividades relacionadas a apresentações de teatro, no grupo supracitado, além do Viventes e demais encontros de jovens. Define Viventes como progressista e idealista de um “Jesus Cristo revolucionário”. Ou seja, nesta época o jovem já transitava em ambientes ideologicamente divergentes e, além de ter exercitado a capacidade de tolerância com ideias diferentes das suas, acredita que pode desenvolver uma boa comunicação e capacidade de expressão na convivência com o grupo e no teatro, que o ajudou no desenvolvimento de relacionamento interpessoal e a ter coragem de falar para grandes plateias. Foi, por várias vezes, coordenador do grupo de teatro, aprimorando sua capacidade de organização e de liderança.

Além da vivência teatral, os encontros proporcionavam a ele participação em palestras, adoração, momentos de oração e missas ao final do encontro. Para os voluntários (que eram os próprios alunos) que trabalhavam na organização dos eventos, havia momentos de integração e partilha, proporcionando companheirismo, capacidade

de respeito ao outro, escuta ativa, comprometimento, altruísmo e direcionamento para a efetividade de atingir os objetivos do trabalho para que o encontro ocorresse.

Também, os servidores trocavam as tarefas, realizando não apenas uma única atividade de trabalho. Isso favorece a capacidade de compreensão, respeito e experimentação da função do outro, de tal forma que não houvesse permanência de funções ou de hierarquias. Os voluntários que faziam o evento acontecer vivenciavam o dever do trabalho e o sentimento de servir aos demais que estavam presentes. O entrevistado 02 contou que, na maioria das vezes, esteve na função de trabalhador para que os encontros ocorressem.

Em uma época em que ainda não trabalhava e não tinha demais compromissos fora do ambiente escolar, garantir que um grupo de 100 a 150 jovens executasse suas atividades dentro do teatro e dos encontros de jovens proporcionou parte de seu desenvolvimento social, o que seria aproveitado anos mais tarde na política partidária e na gestão de seu gabinete na Câmara dos Deputados. Porém, em relação ao exercício do altruísmo, não considera que foi o teatro dos encontros de jovens a melhor ferramenta para tal.

Assim como na política, define o teatro como um palco em que o “eu” e o “ego” estão em jogo e em visibilidade e, em algumas vezes, descreve o risco de incorrer em iniciativas que serviam não para a execução de um trabalho, mas para “parecer bom e respeitável aos olhos dos outros”. Por isso, definiu a importância de trabalhos manuais e de “bastidores” na cozinha dos refeitórios, onde os encontros eram realizados, além dos serviços gerais. Define que atividades como essas foram fundamentais para adquirir humildade em seus ofícios ao longo da vida. Utilizou a seguinte expressão:

“A visão de ‘servir’, ou de serviço do ponto de vista da igreja, é a humildade no sentido de esconder minha própria face e mostrar a de Cristo (a Verdade)”.

Ou seja, o “servir” seria o contrário da performance teatral. De toda maneira, relata ser difícil compreender até onde vai sua capacidade de altruísmo e até onde é satisfação pessoal pela visibilidade e status dentro de um grupo. Isto ocorre, pois, segundo ele, há uma “beleza em ser quem lidera os encontros, as equipes e aparece nas palestras”. A despeito de haver paralelos entre o que exercia àquela época como voluntário, entre seus 16 a 21 anos, e a política, não havia um plano claro naquele momento de participar ativamente da política - o que ocorreu apenas anos mais tarde.

Nos encontros havia exercício de valores que o acompanhariam em sua trajetória, que se “cristalizaram com o tempo” (“valores atemporais”), discussões morais e éticas, mas não um pensamento concreto sobre o seu futuro. Não foi central para a decisão dele como político. Foi candidato, finalmente, com 27 anos, quando já não frequentava essas atividades.

Os grupos proporcionaram vivências diferentes: o grupo conservador era mais teórico e se dedicava mais à formação litúrgica e à oração, enquanto o grupo progressista era mais atuante em obras sociais. Esse contraste ilustra práticas distintas que os grupos religiosos podem proporcionar. Da sua vivência com o grupo progressista, houve maior conexão com a realidade da comunidade, todas as vezes que realizavam ações de dia das crianças, entrega de sopas a moradores de rua e doações em geral. Porém, houve pouco contato com seu eleitorado pela participação religiosa.

As pessoas que frequentavam a sua igreja eram majoritariamente de classe média alta, com características pouco plurais e as ações sociais eram escassas. A homogeneidade dos grupos dificultava, inclusive, o diálogo com opiniões divergentes. Considera que a atividade parlamentar o levou muito mais em contato com a realidade local do que a igreja e que até mesmo a política o levou mais à igreja, o que revela uma relação endógena entre a política e a frequência em atividades religiosas.

Encerra com uma contribuição significativa acerca de um comportamento a que políticos recorrem em algumas situações, referindo-se à Bíblia e à história dos Santos Mártires: a tese da perseguição. Jesus Cristo foi preso e morto. Na idade antiga, aqueles que eram cristãos eram torturados e queimados. Alguns Santos Mártires da igreja católica foram presos e mortos. O entrevistado 02, quando perguntado acerca da ajuda da filosofia da igreja para lidar com a crítica, recorreu à seguinte frase: “se perseguido não é, bom cristão não é”.

Ou seja, na política, referia-se às inúmeras cenas em que congressistas, ao serem criticados, recorrem à máxima popular de que “os bons são perseguidos”. Esta ideia, bastante recorrente e explorada no marketing político, não raro leva parlamentares a agirem como se enfrentassem um “inimigo em comum”, um “mal” a ser combatido. A figura do oponente, sobretudo quando “maltrata” o interlocutor adversário político, em ações ou em palavras, pode favorecer em alguma medida o agredido, sob o ponto de vista de uma lógica cristã, como a supracitada.

Embates gerados a partir dessa dinâmica eventualmente podem ser positivos para a imagem pública de uma das partes envolvidas maltratada, perante a sociedade brasileira. O problema disso é que essas cenas podem ser artificialmente encenadas e repetidas compulsoriamente pela suposta vítima no palco político, assim como em um teatro - seja ele consciente ou inconsciente.

1.3 ENTREVISTADO 03

O entrevistado 03 frequentava, na sua infância e juventude, as missas todos os domingos do mês. Essa recorrência não é mais presente em sua vida, a qual se divide em esporádicas participações na igreja católica e no terreiro de Umbanda, onde já frequentou com sua esposa e filha. Porém, o anel de tucum no dedo anelar esquerdo revela uma trajetória que foi marcada pela presença da Igreja Católica em sua adolescência e juventude, quando participava ativamente de grupos de jovens de sua igreja e da pastoral da juventude. Integrou a coordenação de Diocesana da Pastoral da Juventude e a coordenação regional da Pastoral da Juventude (CRPJ) do seu estado. Nessa fase, além das missas, havia a recorrência dos encontros semanais do grupo de jovens e de 10 a 15 reuniões anuais das coordenações que integrava.

Nas coordenações, realizou uma série de atividades, como congressos, seminários e romarias. Participou ativamente da organização e da mobilização de público, em todo o seu estado, da Romaria da Juventude em 1992, a qual tinha o título Juventude Eco dos Pobres, por ocorrer no mesmo ano da Eco 92. Na decisão do próprio local em que foi realizado o evento, os coordenadores procuraram chamar a atenção para uma contínua dimensão social do debate ecológico. Dois anos depois, coordenou a organização de uma romaria de juventudes, cujo tema era a cultura de uma cidade do interior de seu estado natal. Já representou, em nível nacional, em congresso, um segmento de sua igreja ao qual era engajado, além de ter feito cursos na igreja sobre espiritualidade, fé, política e sexualidade.

Além das habilidades administrativas desenvolvidas nas coordenações, houve seu primeiro contato com temas abordados, anos mais tarde, em seu mandato, como juventude, cultura e meio-ambiente. Há também o caráter informativo e educacional das formações que são realizadas, as quais contribuíram para a sua conexão e conhecimento da realidade vivida pela população. Era possível que publicações escritas fossem realizadas pelos participantes dos encontros. Assim como entrevistado 02, este momento

fez parte de sua formação, construção de valores, habilidades e de informação, sem sequer cogitar a possibilidade de concorrer ao pleito eleitoral.

Apesar da ausência de intenção política da época, hoje em dia, encontra eleitores que o reconhecem da época de quando atuava nas pastorais. Foi recorrente nas entrevistas que a participação na juventude e idades iniciais não estava relacionada à intenção do futuro parlamentar em participar da política, o que elimina, em parte, o viés de endogeneidade de participar da religião para ser ativo politicamente.

Do ponto de vista de consciência política, estabelece que a participação religiosa lhe rendeu “um mínimo de consciência para o entendimento das razões da pobreza, da opressão, da necessidade de construir uma sociedade melhor e a conexão e contradições entre igreja, mundo e reino”. Diante da sua não intenção à época de se candidatar, considera que a consolidação de seus valores nas pastorais o fez (e faz) atuar para “a possibilidade de construir o reino de Deus na Terra, a partir da vivência humana”, baseada em seu trabalho, representação e participação ativa em prol de sua comunidade.

Para obter os seus objetivos, o entrevistado 03 define um método que chamou de “ver, julgar e agir” - ao qual recorre com frequência até o fim da entrevista. Ele aprendeu esta metodologia na pastoral da juventude, estando diretamente ligada ao conceito de “trazer o Reino para a Terra”, o qual foi ilustrado também por parlamentares evangélicos e espiritualistas ao longo das entrevistas. O entrevistado 03 define “ver, julgar e agir” nas seguintes palavras:

“Entender e estar atento à realidade que está diante de você, avaliar essa realidade, a partir dos marcos religiosos ou teóricos que você sustenta, e produzir uma ação sobre essa realidade para transformá-la”.

Essa maneira de operar foi trazida para o seu mandato, segundo ele. Junto dela, estão as suas habilidades do diálogo, da leitura, reflexão, da capacidade de argumentação da importância e métodos do trabalho coletivo. Quanto à sua oratória, foi em um carro de som da igreja que pode realizar, pela primeira vez, discurso para um maior número de pessoas. Estar habituado aos cursos de formação, debates e leitura bíblica ou textos de algum autor foi fundamental para o momento de exposição a uma plateia. Define que essa preparação pode repercutir positivamente na sua atuação parlamentar, até hoje.

A capacidade de comprometimento vinha junto com as atividades, pois, antes de cada uma delas, havia o que ele chamou de momento de “mística”, ou seja: cantos, orações, músicas, símbolos e dinâmicas que eram apresentados para a geração de

pertencimento e sentimento a um grupo. Diante da mística, o não cumprimento da atividade proposta representaria desagradar aos colegas do grupo (com os quais construiu vínculos e interação), o que, por sua vez, “desagradaria a Deus”, de maneira simbólica. Isto resulta em disciplina e capacidade de execução de tarefas.

A vivência religiosa o fez “entender o mundo como injusto, pelo tanto que pode e deve ser mudado”. Ao mesmo tempo, sentia-se ser ativo na sua história e na da própria igreja, pois “as religiões de matriz cristã têm um processo histórico muito importante, de que há um processo feito pelos seres humanos como sujeitos da sua própria história”.

“Isso tudo, essa compreensão da história do povo de Deus, da história dos mártires, da história da luta do povo brasileiro, foi muito importante para a conexão minha psicológica e de uma atuação de comprometimento, de compromisso de vida. Eu uso o anel de tucum até hoje e fiz do anel de tucum a minha aliança de casamento, com a minha companheira. Então, eu tenho que ter compromisso ao fazer a opção pelos pobres, o compromisso com a transformação da realidade, isso tudo é muito firmado em símbolos, místicas, músicas, cantos, orações, processos que são muito fortes na minha vida dentro da igreja (sempre foram), e que desse ponto de vista, eu sinto muita falta.”

A influência da igreja sobre as suas escolhas foi tamanha que a sua decisão de se tornar professor de história tinha a ver com as vivências nos ambientes das pastorais e coordenações. Revela que, com a igreja, veio o desejo de mudança da realidade sua e da coletividade, o que seria melhor explorado como professor. Através do “ver, julgar e agir”, compreendia o “agir” como sinônimo de engajamento, traduzido no seu trabalho em sala de aula.

O seu processo de “descoberta do mundo, como ele é”, levou-o à carreira de professor, mas também de sindicalista, militante e filiado a um partido político. A filiação mesmo ocorrera enquanto estava na igreja, perante uma campanha pró-vida do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que fundou uma rede de mobilização para ajudar brasileiros que estavam abaixo da linha da pobreza.

O entrevistado 03 não se projetava tornar-se deputado, candidato a governador ou a prefeito, mas a igreja o iniciou à vida de preocupações sociais e foi levando-o em direção à toda uma dimensão da sua vida de engajamento que possui, hoje em dia, como deputado federal e ativista dos direitos sociais.

A capacidade que possui de dialogar com opiniões diferentes da sua é advinda da vivência na igreja católica e, para justificar, ilustrou o cenário atual político de ascensão

da direita religiosa ao poder. Apesar de ele ser progressista, de esquerda, define que consegue dialogar com a direita religiosa por compreender a maneira como pensam. Essa compreensão que é advinda do seu trabalho progressista na igreja católica. Chamou de capacidade de construir pontes com este público e intervir, quando necessário, o que guarda relação com os métodos que aprendeu e com o conteúdo prático que adquiriu. O seu processo político junto à Pastoral da Juventude é definido por ele como de não embate e não sectário, mas sim de busca de justiça, conforme propõe a Teologia da Libertação, sem ser fundamentalista. Para o entrevistado 03:

“Existe a perspectiva de que a salvação, portanto, a transformação social, não é um único caminho, uma única verdade, mas fruto de várias nuances, de várias ideias. Isso tudo que eu acredito foi construído lá [na igreja/pastoral da juventude]. Eu pratico hoje isso”.

A metodologia do “ver, julgar e agir” também lhe ajuda a lidar com a crítica, na medida que recorre à observação, para compreender se a crítica procede, e à ação, caso compreenda que deva agir. Revela ser desafiadora a aceitação da crítica e recorre à teologia católica para o perdão do outro e o autoperdão. Menciona também que recorre a uma lógica dialética para a perspectiva de auto-construção e entendimento de seus limites para lidar com as críticas.

Acerca da possibilidade do surgimento de lideranças comunitárias, sua maior referência de atuação é a sua própria mãe, que, assim como outras lideranças locais, militava em defesa da fé, em grupos de sua comunidade que ele descreve como “portadores de consciência social”. No caso de sua mãe, ela era uma liderança que organizava eventos em torno da figura de Nossa Senhora de Schoenstatt, a qual era presente em muitas casas do bairro onde morava.

Sua mãe tornou-se uma liderança nessa dimensão religiosa e na pastoral da criança, com o combate à desnutrição e ao entendimento da fome no bairro. Ele descreve a mãe como conservadora, tal qual muitas figuras do seu ambiente religioso, o que para ele não é uma contradição para a defesa da fé. Na questão da fome, a sua mãe a compreendia como um pecado - assim como a pobreza, a miséria e a injustiça social - e, portanto, algo a ser combatido. Esse reconhecimento traz uma contribuição positiva à sociedade. “O trabalho que a minha mãe realizava era emancipatório, pois Deus não quer a fome” - finaliza.

1.4 ENTREVISTADO 04

Um dos parlamentares que, por ser parte do quadro de funcionários da igreja católica, sentiu-se à vontade para iniciar a sua fala com uma análise histórica acerca da participação do clero na política, sem antes mesmo que o pesquisador realizasse qualquer pergunta.

Segundo ele, na primeira Constituição brasileira, era comum que sacerdotes, e até bispos, participassem do processo político (por serem considerados elite àquela época), além de donos de escravos e de propriedades, em um período em que o povo era excluído da política institucional. Inúmeros padres foram candidatos e se elegeram até mesmo como governadores. Para o entrevistado 04, eles serviam à elite quando eleitos, o que provocou uma reação no direito canônico para desincentivar a candidatura de sacerdotes. Historicamente, “a política era a de quem tinha poder” - herança que o entrevistado 04 acredita deixar resquícios em seu estado de origem.

Houve uma mudança de perspectivas para ele a partir da teologia da libertação, quando a igreja começou a perceber realidades de injustiça e que somente ações articuladas e organizadas poderiam mudar esse cenário. Neste momento, diversos outros sacerdotes passaram a ingressar na política, seja com autorização expressa, por alguma autoridade eclesiástica, ou não. No caso de querer participar da política parlamentar e não ter autorização, há a perda do vínculo de trabalho com a igreja. Esse não foi o caso do entrevistado 04, que não perdeu a função de sacerdote desde que passou a exercer outras funções profissionais.

Ou seja, nunca deixou de estar autorizado a celebrar missas, por exemplo, ou a se reportar a seus superiores na igreja, enquanto padre. Sob a ótica da teologia da libertação, afirmou que os padres que estão deputados federais, zelam pelo seguinte:

“[...] dignidade, trabalho, saúde e causas populares, do combate à corrupção, combate à fome, à miséria, à violência do combate a essa estrutura que efetivamente não dá a condição para que a população possa progredir, prosperar e se desenvolver. E a gente está vendo que a grande maioria dos que estão aqui, estão para defender seus interesses, e não os interesses do povo”,

Ele enxerga o seu ofício de político como uma maneira de estar de acordo com o que rege o catolicismo, pois esta é uma maneira de ser proativamente engajado em uma causa digna e respeitada:

“[...] entrará no reino do céu não aquele que pede, suplica, ‘senhor, senhor’, mas aquele que faz a vontade do pai e a vontade do pai é que seus filhos sejam bem tratados, tenham trabalho, tenham dignidade...”

Define que se vive: “em um país com um alto percentual de miseráveis, onde uma parcela da população não tem onde morar e se torna moradora de rua. Um país em que, efetivamente, não proporciona uma estrutura de mercado de trabalho a todos”. Em 1994, na primeira vez que foi candidato, para convencer o bispo da época em autorizá-lo a participar do pleito, utilizou o argumento de que “está na Bíblia. Jesus próprio diz que temos que anunciar a Boa Nova. Como iremos anunciar a boa nova no mundo?”.

Então, o bispo lhe respondeu que a política é um lugar de corrupção, e, como tréplica, o argumento de que esse seria o ambiente ideal para anunciar a Boa Nova cristã, já que, como na Bíblia, devemos ser “sal da terra, luz do mundo”. Nada mais “mundo” do que a política institucional. Sua proposta seria fazer política sem se corromper ou vender suas ideias e crenças. O bispo aceitou e decidiram realizar a experiência. Anos mais tarde, este superior, ao ver o trabalho de entrevistado 04 e sua luta pela vida plena do povo, afirmou que: “se há vocação para a política; tem que tentar!”.

Para ele, a teologia da libertação foi um instrumento para reivindicar pautas coletivas em um mundo onde, “efetivamente, os grandes dominam”. Utiliza o exemplo da região nordeste brasileira, em que se percebe o exercício de poder de elites familiares, que há gerações estão na política partidária e detêm redes de comunicação na região. O entrevistado 04 se contrapunha a esta prática, ao fazer uma “política da simplicidade” - como quando fez campanha local, nos municípios, através de seu fusca e de conversa com os moradores. Disse que o fato de ser professor universitário à época, em 1970, tornou-o mais conhecido em seu estado. Estar em uma universidade pública conectava-o às lutas e aos problemas locais.

Foi diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Depois, chefe do departamento de filosofia e coordenador do bacharelado de filosofia. Foi também chefe de gabinete de um reitor, o qual era progressista. Ou seja, houve um importante desenvolvimento de sua parte, seja na oratória (como professor), na capacidade de trabalhar em equipes e delegar tarefas (como coordenador de curso e chefe de departamento), ou no desenvolvimento de *networking* político, na reitoria, que favoreceu seu percurso político-partidário.

Além disso, tornou-se melhor conhecido, de seu possível eleitorado, como uma figura pública que dava aulas. Assim como a sua imagem como padre, que celebrava missas, também o tornou mais conhecido de sua comunidade. Claramente, não apenas a instituição igreja desenvolveu seu potencial político, em termos de habilidades.

Houve uma convergência entre esses ambientes, pois, durante a vivência como professor universitário e gestor público, iniciou um trabalho de formação em sua comunidade, para criação de organismos. Por exemplo: organismo dos trabalhadores que trabalhavam em fábrica; de agricultores; de trabalhadores da construção civil; e de mulheres que trabalhavam fora de casa, com atividades domésticas. Houve também um enfrentamento por parte dele e de alguns moradores com um “coronel” de uma determinada região, que se denominava proprietário de terras, mas que na verdade não era.

O enfrentamento a esta que era considerada uma autoridade local, temida pelos moradores, foi marcante na vivência política, que antecedeu a candidatura do padre. Criou-se uma instituição, a partir dessa iniciativa e o padre foi confrontado com o seguinte comentário: “o senhor nos orienta para que a gente possa eleger candidatos que tenham essa vinculação [com a comunidade], então porque você não se lança candidato?”

Teve apoio de setores ligados à universidade, à igreja católica, daqueles vinculados à Teologia da Libertação, a movimentos sociais e movimentos sindicais, que àquela época, tinham uma grande força. Foi eleito, reeleito, e acredita que “o povo quer fazer com que nós possamos ter uma sociedade justa, uma sociedade que, efetivamente, respeite aquele que é o patrão do político - o eleitor, quem deve cobrar, acompanhar e investigar quem votou.” Chegou a realizar cursos de formação política junto à sua comunidade, para “abrir as mentes e corações do povo” e nunca se esqueceu do morador de nome Sebastião Crispim, cuja postura considerava louvável.

O cidadão chegava atrasado no curso noturno, pois justificativa que estava assistindo à Voz do Brasil na rádio, o que foi elogiado pelo entrevistado 04 durante a entrevista, como um resultado do curso de formação política que realizavam, para a dimensão política da fé. Os cursos eram ligados à teologia da libertação e chegaram a existir escolas de formação política. O entrevistado 04 trazia no mesmo espaço de fala a formação bíblica, que fornecia à comunidade, e a formação política.

Ou seja, havia um espaço político institucionalizado dentro da igreja. Além disso, os fiéis tinham oportunidade de participar de conferências e conduzir algumas atividades,

de maneira horizontal, dentro das escolas de formação permanente, quando adotavam uma postura ativa e participativa. Para eles, era possível até mesmo possível pregar dentro do espaço de celebrações.

Havia possibilidade de ativismo religioso para os jovens que participavam do “Encontro de Jovens com Cristo” (EJC). “A palavra vai se construindo e o medo que as pessoas tinham foram perdendo, ou seja, começaram a cobrar de autoridades”, define. Em uma situação de ausência de água, organizaram-se e foram até o governador, o qual, permanecendo inerte, foi alvo de passeatas contrárias a ele. Até que houve o resultado almejado pelos manifestantes em relação à demanda.

Situação semelhante ocorreu para demandar a construção de uma nova escola e de passagem de nova linha de transporte público. De acordo com o parlamentar, em todos os bairros havia demandas e os cursos de formação religiosa e política ajudaram os frequentantes a se posicionarem.

Foram quase 15 anos de atividades intensas com a sua comunidade. Neste período, (e até hoje) havia a sua presença em festas locais, com músicas que a EJC trazia, e jogos esportivos organizados pela mesma instituição. O parlamentar atribui o seu sucesso de estar no quinto mandato, na Câmara Federal dos Deputados, após dois, na Câmara Estadual, como fruto de uma coerência que pode ser observada pelo eleitor que o fiscaliza e que, à sua maneira, participa do mandato, seja no envio de críticas e sugestões, seja em conversa direta com o parlamentar e os assessores.

Nas palavras do padre, houve um “empoderamento” daquelas pessoas, em seus processos de formação, os quais contavam com vivências práticas e influências teóricas de alguns autores, como Leonardo Boff, ligado à teologia da libertação, e outros de origem europeia.

Pontua-se que, na entrevista, havia dificuldade de compreensão do sentido lógico de algumas frases do entrevistado, as quais muitas vezes permaneciam em aberto. É possível que essa dinâmica decorra da idade avançada do parlamentar, que, por outro lado, com muito esforço e atenção, pode enriquecer os dados primários coletados com muitos detalhes de vivências ao longo da sua trajetória profissional. Seja como padre, político ou professor universitário - carreira que exerceu até antes de entrar na política.

Em referência ao seu estado de origem, lembrou que alguns padres chegavam a ser hostis com fiéis que, no momento da confissão, mencionassem o voto em um candidato que pudesse ir contra às crenças consideradas corretas pela igreja. Lembrou

também de um arcebispo que fez campanha contrária a um candidato que não representava os valores da igreja católica.

Entretanto, ele cita um momento de virada na igreja católica, que foi o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII. A partir desse momento, houve mudanças com relação ao pensamento da igreja quanto aos seus servidores atuarem ativamente “no mundo”, em atividades como a política. O entrevistado 02 reitera sua ideia anterior de que o cristão espalhe a “boa nova” nos locais considerados mais difíceis para esta tarefa. Seria essa a missão tanto de um padre, quanto de um político, segundo ele, para se expandir a dignidade da vida humana, a mais lugares. Ou seja, a sua colocação em uma espaço da missão da política e da religião, como parlamentar e como padre, revela a tentativa de institucionalizar valores na política, nesse caso, do cristianismo.

A igreja, com a missão de “difundir a boa nova”, é a que ele acredita e a qual retrocedeu com o papado de João Paulo II, quando “esteve como ‘fossa’, ou seja, sem nem mesmo enfrentar os problemas que acontecem dentro dela própria”. Enquanto padre, as vantagens que ele observa sobre demais candidatos é a sua capacidade de exercer a boa oratória para os fiéis e de ser compreensível, no momento da homilia e quando mais houver pregação. Este desenvolvimento ocorre desde o seminário, quando recebiam a tonsura, e depois, com o subdiaconato, diaconato, e, enfim, o presbiterato.

O evangelho é a sua base principal de justificação para as suas habilidades consideradas relevantes para ele: “Jesus diz que agradeça ao Pai que escondeu estas coisas dos grandes e poderosos e revelou-as aos pequenos, aos pobres. Daí minha capacidade de escutar as pessoas. Sempre fui mais de escutar do que falar”. Revela que não realizava a confissão auricular junto aos fiéis, mas sim a confissão comunitária, que proporcionava “não um enfrentamento à ideia do pecado, mas a busca da Graça de Deus”.

Na coletividade vivenciada pelos fiéis, as comunidades eclesiais de base foram fundamentais. Há um envolvimento explícito na fala do sacerdote do espaço político na religião (talvez o mais explícito de todos os entrevistados), quando menciona que “quem queria ser cristão de verdade, precisava entrar na luta do movimento sindical, para que as comunidades pudessem trabalhar”. Havia um processo de ação, compromisso e engajamento bastante presentes, já que analisavam candidato por candidato no período eleitoral. Essa certamente foi uma das passagens mais simbólicas das entrevistas da simbiose de ambientes políticos e religiosos.

Ele criticou explicitamente o público evangélico, que é numeroso e articulado no parlamento, em torno de inúmeras pautas. Criticou o poder econômico e político de candidatos oriundos de igrejas evangélicas, os quais, em alguns casos, são donos ou sócios de empresas de comunicação, na rádio e na televisão. Define que é extremamente eficiente evangelizar através dos meios de comunicação. Isso projeta candidatos com mais facilidade, segundo ele. Em vista do exposto anteriormente, a sua crítica a este setor revela um certo incômodo com a perda de espaço da igreja católica, outrora dominante no parlamento.

Ele infere que os evangélicos presentes no parlamento possuem uma preocupação excessiva com bens materiais e prosperidade financeira, contrapondo os ideais de missão da teologia da libertação, em difundir no mundo a “boa nova de Cristo”. Diante da ascensão evangélica, ainda houve o quase desaparecimento das comunidades eclesiais de base e retrocessos da força de assembleias estudantis universitárias, como ele define.

Disse ter sofrido perseguição por um dos bispos, pois o entrevistado 04 defendia o uso de preservativos como uma questão de saúde pública; a não obrigatoriedade do celibato, bem como os direitos de minorias sexuais e de gênero. Apesar disso, definiu que nunca se submeteu a pensamentos que não fossem seus, somente para concordar com uma autoridade.

Já outro bispo lhe servia de inspiração, diante de sua sabedoria. O bispo trazia alguns pilares para o “bem viver”. O primeiro deles era a consciência de que os problemas existem e sempre surgem, entretanto, é necessária presença da alegria e da não dominação da tristeza. A sua fé estaria baseada neste princípio. O segundo seria a presença da ironia, como ferramenta para evitar desgastes. Em dialogar com indivíduos mal-intencionados, a ironia serve como uma “máscara social útil” para “despistar” a maledicência alheia e que, quando bem utilizada, faz com que o outro creia que são verdadeiras as afirmativas irônicas. Este bispo, certa vez, quando xingado em um encontro com um casal, exclamou: “bom dia, irmãozinhos!”, com bom humor, em um esforço cristão de “dar a outra face”.

O entrevistado 04 diz que aprendeu ferramentas psicológicas importantes com este bispo, as quais traz consigo até hoje, para o mandato. Quase no mesmo sentido da ironia, diz que é importante dar razão a quem ofende para que o diálogo possa ser estabelecido. O terceiro pilar que o bispo comentava com entrevistado 04 era a presença de uma mística. Não seria necessário ter religião, mas seria importante que as pessoas acreditassem em algo e na possibilidade de que a mística ocorra. Nesta direção está

também a “missão da luta, do compromisso de não se vender e de não se trocar”. A quarta base é a da ousadia e esperança:

“Tem que ousar que essa esperança se torne realidade.”

2 EVANGÉLICOS

2.1 ENTREVISTADO 05

O deputado entrevistado 05 pertence, hoje, à Assembleia de Deus, tendo passagem por outras siglas, como a Universal. A tendência de histórico de participação em mais de uma sigla foi recorrente nas entrevistas com os evangélicos e, no caso do presente entrevistado, ele era católico antes do batismo nas igrejas evangélicas.

Houve certa hostilidade nas respostas e no tratamento com o pesquisador por parte do entrevistado. Foram feitas várias perguntas por ele durante a abordagem de convite para participar da entrevista, quando questionou o histórico religioso do pesquisador e as razões que motivaram a realizar esta pesquisa. Durante a entrevista, utilizou um cronômetro e se negaria a falar mais, uma vez cumprido o tempo estabelecido. Trouxe respostas curtas e diretas na entrevista e não era possível saber se informações sobre a frequência nas atividades de culto de fato procediam.

Ele inicia a entrevista definindo que a religião não desempenhou um papel relevante para a sua formação, a menos durante sua juventude. Mas, ao longo da entrevista, revelou atividades que lhe pareceram relevantes à vida parlamentar. Para além das atividades de culto, participa de seminários, seminários de líder e atividades no âmbito da sua comunidade. Pelo fato de ser médico, está habituado com o contato com o público e a sua frequência de atividades religiosas é maior hoje do que no passado. Também realiza atendimento médico voluntário no âmbito das atividades da igreja. Já chegou a participar de muitos atendimentos médicos na comunidade e em presídios. Detalha:

“São muitas palestras anti-drogas, motivacionais, anti-depressão, anti-suicídio e atendimento médicos de um modo geral. Ocorrem em comunidades ribeirinhas, na sede das igrejas, na periferia, em comunidades de um modo geral e dentro dos presídios.”

Ele confirma que a vivência na igreja lhe tornou mais próximo dos problemas da sua comunidade, ajudando a enxergar os problemas da população brasileira com mais compaixão e empatia. Define que frequenta determinados espaços graças à sua igreja (é o caso dos presídios) e que o seu eleitorado é formado por fiéis, mas também por um público que está fora do ambiente religioso. Em termos de habilidades, acredita que a

igreja lhe forneceu capacidade de falar em público e de liderar, além da capacidade de escuta ao próximo, de altruísmo e de empatia na tentativa de entender o problema do outro e buscar resolvê-lo.

Como inúmeros outros entrevistados, descreve que a própria cosmovisão cristã teórica fornecida através dos ensinamentos da Bíblia nos cultos contribui, em grande medida, para os valores que são exercitados na prática. Então, comprometimento e efetividade para atingir objetivos são intrínsecos a uma teologia da prosperidade que é incentivada dentro da Igreja Universal que frequenta, a qual incentiva “determinação e o máximo de empenho e dedicação no trabalho e nos estudos”.

O contato com o público, para entrevistado 05, foi importante para o seu crescimento político e diz observar que este contato parte de algumas lideranças locais pode ser crucial para seus desenvolvimentos profissionais, no fomento de habilidades, como no melhor entendimento de problemas alheios, que não pertencem à sua realidade de vida. Apesar da sua religião unir em um único grupo afinidades similares, os trabalhos que são realizados permitem o contato com realidades muito diversas (e adversas).

É o caso de dependentes químicos, que não fazem parte do círculo de convívio do parlamentar, mas que estão incluídos nos trabalhos voluntários realizados pela Igreja Universal. Há também casais que realizam conversas com profissionais do sexo, o que é importante para o exercício do diálogo. Quando indivíduos desses grupos contemplados buscam a igreja e fazem verdadeiras mudanças em suas rotinas, suas vidas são modificadas, assim como a rede de contatos próxima a este indivíduo.

Isso ocorre, por exemplo, com viciados em bebidas alcoólicas, os quais são capazes de deixar uma rotina viciosa em vista da transformação de conversão realizada a partir do trabalho de escuta e conversa de voluntários das igrejas. Os voluntários envolvem o seu público alvo em uma comunidade religiosa fornecedora de pertencimento e de estímulo à percepção do amor próprio. Outros entrevistados evangélicos também afirmaram o protagonismo de funções sociais dentro das suas agendas religiosas.

Para dentro do Congresso Nacional, a igreja lhe ensinou a “apanhar e não reagir”, ou a ser mais paciente e menos agressivo ou reativo. Narrou a história de um amigo pessoal, que foi usuário de drogas, traficante e assassino. Certa vez, estava em uma parada de ônibus para evangelizar, até que um cidadão se levantou e o agrediu fisicamente. Como

resposta, tudo que ele fez foi “abaixar a cabeça, respirar fundo e ir embora”. Em alguns anos atrás, “certamente mataria o cidadão”.

Para o entrevistado 05, esses são exemplos transformadores da igreja. A partir da vivência religiosa, para a política parlamentar, da mesma maneira, de escutar calado a crítica, sem reagir. É o que ocorre quando ouve que “todos são ladrões na política”, ou similares. Os paralelos que traça entre valores aprendidos e aplicados na religião e no parlamento são muito presentes:

“Na igreja você atende gente diversa. Você atende de homicida a usuário de drogas agressivas. Você vai atender jovens usuários de drogas na periferia, por exemplo, e o cara te agride. Não querem conversar contigo, bravos, jogam pedra... Então você tem que estar sempre muito maleável, muito humilde, para tentar ir convencendo, para se aproximar daquela pessoa e ajudar. Muitas pessoas nem entendem que precisam de ajuda e não conseguem nem pedir ajuda. Mas conseguimos enxergar que ele precisa de ajuda, seja comida, seja uma roupa, seja uma palavra, seja um conforto, seja uma orientação. Você vai para ajudar através da igreja e age.”

Da igreja, veio sua orientação moral para a política: contra o aborto, contra o uso de drogas e contra a corrupção. A concepção de que a vida espiritual é superior à material o blinda de eventuais problemas de desvio ético que são trazidos pelo legislativo. Diante do que definiu como “ofertas mundanas”, a concepção de transitoriedade da vida material e de “permanência da vida em Deus” lhe confere uma postura ética e “resguardada”. É inevitável o trânsito de valores da Igreja Universal à política e é esta, inclusive, uma maneira de responder à igreja e trabalhar intensamente nos princípios religiosos.

A abertura da sua “visão de mundo” pelo prisma evangélico contribuiu para uma melhor compreensão política da realidade. A concepção vigente no passado de que política e religião não se misturariam ainda é presente, mas está diminuindo, para o entrevistado 05. Falou que o Conselho Nacional de Saúde estava, naquele momento, “em defesa do aborto” e que apenas uma luta política seria capaz de defender os valores de interesse da igreja no país. Todas as religiões cristãs são contrárias e os parlamentares eleitos, pertencentes a elas, têm o “dever de lutar pela defesa de seus interesses”.

2.2 ENTREVISTADO 06

Já a visão do entrevistado 06 é menos política sobre o papel da religião. A despeito de estar no quarto mandato consecutivo como deputado e ser pastor atuante, considera

que o laço que o une à população brasileira é exclusivamente o da fé. A religião lhe proporcionou uma conexão com a população brasileira a partir deste vínculo, o qual tenta representar no parlamento, como evangélico, da Assembleia de Deus. Desconsidera que a religião forneça “insights sobre este mundo material da Terra”, já que ela é muito mais metafísica. Ao mesmo tempo, mais adiante na entrevista, revela:

“A população brasileira é composta de pessoas que têm sua fé. 88% da população é cristã. 30% dessa população cristã são de evangélicos. Evangélicos têm o seu direito de cidadania, eles votam. Então a igreja está imbuída de seres que são cidadãos que precisam exercer o seu direito de cidadania.”

Ou seja, o discurso de que “a religião não faz parte deste mundo”, por “estar responsável pelas questões da alma” - superiores, portanto, ao corpo/matéria - encontra pouca base prática de sustentação, uma vez que o ativismo evangélico em torno de pautas no legislativo e no executivo não mais se esconde na ideia de que “crente não participa de política”. O próprio entrevistado expressa que tem a obrigação de representar seu eleitorado, o qual está dentro da igreja.

Atualmente, é mais ativo nas atividades da sua igreja do que antes, com rotinas quase diárias como pastor. Prega de quinta-feira a domingo, na tentativa de conciliar todas as rotinas de pastor com de deputado federal. Considerando a sua projeção nacional como pastor, seria impossível dissociar a influência da sua crença pessoal sobre seu âmbito de atuação no parlamento - o que fica evidente com todas as pautas que atua, com temas caros à sua igreja.

Ainda no ambiente da igreja, disse que “viaja o mundo” como palestrante, conferencista, escritor, cantor e professor, o que, segundo ele, rendeu-lhe grande capacidade de oratória, pensamento rápido, sensibilidade para lidar com o público e com o sofrimento alheio. A pregação é elemento central para sua oratória. Em sua biografia, define-se como um pastor (estado permanente), o qual está apenas de passagem pela política:

“Eu faço o trabalho de um pregador itinerante, eu sou um evangelista, viajei o mundo todo, quase 100 países do mundo e o Brasil mais de 4 mil municípios. Eu sou um evangelizador.”

Seu trabalho é o descrito acima e não exerce atividades comunitárias, ainda que conheça indivíduos próximos a ele que o fazem. A atividade mais próxima a este caráter, e que foi útil à prática do mandato, foi o gabinete pastoral, que se refere à orientação

espiritual, aconselhamento e apoio emocional dentro da sua comunidade religiosa. Ele ouvia as preocupações das pessoas, oferecia conselhos espirituais e práticos, e fornecia conforto em momentos de crise ou dificuldade. Ele conta que nesta vivência lida com a vulnerabilidade humana, o que lhe conferiu a virtude da paciência para vida pública e do comprometimento que é estabelecido com as pessoas que se confessam para ele (o que é semelhante com um padre, ele fala).

Nesse sentido, a filosofia cristã já seria a métrica necessária e ele cita passagens bíblicas: “Amar o próximo como a si mesmo”, “se alguém te pedir uma túnica, dê duas”, “se quiser andar uma milha, caminhe duas”. Na sequência conclui que, em virtude disso, “o crente é um ser perseverante” e que “em todos os ambientes que ele (entrevistado 06) chega, com raríssimas exceções, consegue promover a paz”.

“Sem sombra de dúvida, como há muitos anos, as lideranças comunitárias e políticas têm surgido dentro da igreja, movimento que deve permanecer”. Quando questionado se a religião lhe ajuda a lidar com o diálogo com pessoas diferentes dentro do Congresso - mesmo sendo públicos e conhecidos os debates calorosos - é preciso em apenas se limitar a dizer que “a religião o curou, absorvendo, ouvindo e não revidando no mesmo nível”.

2.3 ENTREVISTADO 07

A entrevista foi antecedida de uma cena pouco usual. O pesquisador se encontrava pontualmente no gabinete do entrevistado 07 no anexo IV da Câmara dos Deputados, mas a entrevista demorou quase uma hora para acontecer. Ocorria, naquele instante, uma espécie de culto no gabinete, com muito louvor e com “a presença do espírito santo”, como o próprio entrevistado 07 narrou durante a entrevista. Havia a presença de alguns fiéis, além das assessoras.

Uma delas (além do próprio pastor parlamentar) tinha o “dom de falar em línguas”. O pastor definiu, em entrevista, como “uma visita de Deus naquele ambiente”, o que diz ser muito comum para o público crente pentecostal. Do momento do início da entrevista, ainda havia uma certa desconexão do pastor com a realidade prática e precisei consultar a sua assessora se poderia continuar com as perguntas, pois ele utilizava uma voz diferente da que usualmente possui.

Aos poucos, com o início da entrevista, o entrevistado 07, que além de parlamentar, é técnico em enfermagem, policial militar e pastor, narrou a sua longa

trajetória em igrejas. Inicialmente, na igreja Batista. Disse que “nasceu para a fé nesta igreja, quando aceitou Jesus ainda na adolescência”. “Desviou do evangelho entre 16 e 17 anos” e retornou às atividades na igreja próximo aos 30 anos de idade, na Assembleia de Deus. Está há 30 anos na igreja, e há 17 como pastor. A intersecção do seu trabalho de pastor com questões sociais é bastante grande, pois pastoreia em uma fundação de recuperação de dependentes químicos do seu estado, onde é dirigente. Ele realiza cultos pela manhã e medita de manhã e de noite, todos os dias, a não ser quando está na Câmara dos Deputados - onde também diz não se privar de realizar cultos, louvores e pregações pelos corredores.

Nessa fundação, há cerca de 1.350 pessoas internadas, entre homens (maioria) e mulheres (120), de todo o seu estado e de alguns outros do Brasil. O público alvo são pessoas que buscam sair do vício de drogas e do tráfico. Lá também está localizada a casa do entrevistado 07, onde vive com sua esposa, filhos e netos, e onde também pastoreia para os internos. Também acolhem meninos de 12 a 14 anos, que chegam no local ameaçados de morte pelo tráfico de drogas, pelas facções, e meninas de 12 a 13 anos, grávidas, ou com crianças recém nascidas.

O trabalho que fazem está muito relacionado a famílias, vitimadas por muitas situações diversas. Trabalham com cadeirantes, idosos e mulheres violentadas, o que faz seu trabalho transcender o combate ao alcoolismo. Dizem tratar de depressões, stress e tentativas de suicídio.

Entretanto, desconsidera que a religião o tenha levado à política. Pelo contrário, o seu conhecimento da política diz o levar à religião, como uma espécie de refúgio, já que virtudes considera enxergar apenas no evangelho. Essa virtude religiosa é que se esforça para trazer à política. Diz-se “vigiar e orar” para não cair em tentação na política e se “contaminar”. Ainda que a comunicação seja a principal ferramenta dentro da prática religiosa e do exercício da política, o entrevistado 07 condena o exercício político dentro dos templos religiosos, sendo a igreja o lugar para “ouvir e falar com Deus, e adorar o Pai, o Filho e o Espírito Santo”:

“Deus não se relaciona com o mundano. Quando a política entra na igreja, o Espírito Santo sai pela janela”.

Por isso, faz campanhas políticas em todos os lugares, que não sejam a igreja, incluindo, “prostíbulos, terreiros de candomblé e população gay e lésbica” - grupos com quem se auto-intitula “bem-relacionado”. Quando perguntado sobre as habilidades,

considera que aprendeu a falar em público na igreja, durante a pregação do evangelho, através da prática e da observação. A observação ocorre quando “homens e mulheres se levantam para falar”. Há momentos, com base nas leituras bíblicas realizadas, em que os fiéis se sentem preparados para intervir, com suas falas, e desenvolverem em público pontos que têm a contribuir. Eventualmente, tornam-se pastoras ou pastores. Ou seja, é intrínseca à semelhança de encontrar um “espaço de fala”, em uma dinâmica que também se revela na política. Ao contrário da introspecção, a política é um lugar de posicionamento, de expressão e de fala.

Antes de estar na igreja, narra que estar em comunidade já era uma característica sua. Como policial militar, preferia lidar diretamente com pessoas e no envolvimento de seus problemas, na tentativa de resolvê-los. Diz ter aprendido muito e se desenvolvido na igreja, até antes de ela se tornar “palco político”. A partir do momento que há maior envolvimento eleitoral dentro das igrejas, decepcionou-se e afastou-se. Considera haver uma “contaminação” da política no ambiente religioso, tornando-o “palanque eleitoral”, nessa que era para ser apenas uma “casa de oração” e de “fala e escuta com Deus”. Condena a “pregação do nome de homens e mulheres”, quando deveriam apenas pregar o nome de Jesus Cristo.

“O projeto político é na rua, fora da igreja. Os fiéis não podem ser obrigados, nem chamados a aprovar projeto nenhum político, ou então ficar marginalizados porque não aceitam o projeto tal de igreja. Está livre conforme a Constituição para votar em quem quiser.”

Atribui seu desenvolvimento de respeito a visões de mundo divergentes da sua e de capacidade de escuta exclusivamente à Bíblia, e não a atividades específicas. Nesse momento da entrevista, o pastor passou a utilizar repetidamente a palavra “Bíblia” como resposta às perguntas sobre seu desenvolvimento cívico e o pesquisador buscou mudar a condução da entrevista para compreender quais funções o entrevistado ⁰⁷ desempenhava dentro da Assembleia de Deus e do seu histórico de outras denominações religiosas.

No centro de recuperação de dependentes químicos que dirige, vinculado à Assembleia de Deus, tem, pela manhã, pessoas em seu gabinete para relatarem seus problemas pessoais e, à noite, dorme por volta de 1h a 3h da manhã, com os entendimentos individuais e com a sua esposa na ala feminina da comunidade terapêutica, realizando as mesmas funções com as mulheres. É um trabalho de escuta e de ensinamento do evangelho com pessoas que ele considera que “romperam laços

familiares e foram para a marginalidade”. É um trabalho de psicologia para ele, já que o exercício é de escuta para entender o que está havendo e as razões para tristezas e tentativas de violência ao outro ou à automutilação. Para complementar o seu trabalho, há uma equipe de quase 30 psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, professores de educação física, fisioterapeutas, nutricionistas e demais profissionais da área da saúde.

Entende que a possibilidade de liderança é constantemente estimulada na sua vivência na Assembleia de Deus, e que “todo evangélico pode ser ‘chamado’ para ser juiz de direito, desembargador, ministro do Supremo Tribunal, médico ou general”. “Os fiéis começam a defender causas e a Bíblia diz que nós somos chamados para ser cabeça, não cauda⁶”. Além disso, “deve haver o esforço dos estudos, a percorrer os anéis de formatura e as graduações. Não é possível permanecer analfabeto”. Define que “a fé serve para ter cuidado se tiver em pé em não cair também e não fazer mal ao outro”. Para lidar com a crítica, diz que adota uma postura menos ativa:

“A gente deixa de dar muito murro na cara de gente. Deixa muito de correr atrás de pistola e dar tiro na cara de gente. Deixa muito de apunhalar uma peixeira e atravessar na costela de gente. Por causa da religião e dos ensinamentos de Jesus, para ter a paz com todos. Então Jesus manda que a gente siga a paz e que acolha os fracos.”

Encerram a entrevista apresentando um vídeo institucional da fundação que dirige. São 30 anos de fundação, a qual contém escolas, educadores físicos, fisioterapeutas, noticiaristas, teóricos, advogados, jornalistas, músicos, jornalistas, “obreiros missionários” e o administrativo.

A fundação não tem fins lucrativos e conta com a ajuda do poder público para manter o trabalho com os dependentes químicos. O deputado contribui, além da administração, para a reabilitação dos frequentantes e suas formações profissionais e espirituais, a partir da pregação que realiza e de aconselhamentos individuais. A fundação também conta com uma área específica destinada a funcionários públicos policiais em reabilitação química.

⁶ Evangelho (Deuteronômio 28:13, Nova Versão Internacional)

2.4 ENTREVISTADO 08

O entrevistado 08 iniciou sua trajetória religiosa na igreja metodista. Depois, seus pais se converteram e foram para a igreja Nova Vida. Em seguida, saíram da igreja Nova Vida e fundaram a Igreja Universal do Reino de Deus, na qual ele foi pastor missionário em África durante quase dez anos, em países como Malawi, Zâmbia, Quênia, Uganda, Madagascar, Suazilândia, Namíbia e Botsuana. Teve participação ativa em todas as igrejas ao longo de sua vida. Inclusive, atualmente. Frequenta os cultos aos domingos, realiza cultos em casa, oração e leitura diária da Bíblia.

Enquanto missionário na África do Sul, realizava pregação, cultos de manhã e se dedicava a um centro de ajuda que atendia as pessoas de baixa renda. Davam a elas banho, cuidados e encaminhamentos médicos, além de realizarem distribuição de alimento para grandes restaurantes, em rotinas diárias. A população atendida fazia as refeições junto à igreja.

Refere-se a esse trabalho com “encantamento” e assemelha ao que ocorre no Brasil, com distribuição de cestas básicas em comunidades carentes, assistência psicológica e jurídica. Há psicólogos e advogados nas igrejas brasileiras que realizam atendimento ao público. Ressaltou a grande quantidade de atividades em todo o Brasil, que conta com mais de 8 mil unidades da Igreja Universal, segundo ele, atendendo “demandas espirituais e sociais”.

Na região nordeste brasileira, participa de um projeto chamado Fazenda Nova Canaã, onde 700 crianças estudam. Possui uma área de 100 hectares irrigados, onde se produz alimentos para consumo das crianças. Há também um centro de treinamento no local, o qual já formou jogadores de base do Flamengo, Cruzeiro e Internacional. Porém, pessoalmente, já não mais realiza atividades comunitárias de visitas ao hospital ou presídios, ainda que já tenha o feito como rotina em um passado recente. Hoje, enquanto deputado federal, está ocupado a semana toda e mora em Brasília.

Acredita que a Igreja Universal lhe conferiu uma maior consciência política, já que “todos que já ouviram os dramas humanos farão um melhor trabalho no legislativo”. Antes de ser deputado federal, já foi senador por dois mandatos e classifica seus projetos de lei que tramitam com “forte viés social, graças ao trabalho desempenhado na Igreja Universal”.

Afirma que há “uma tendência do mandato para a geração do emprego, de renda e assistência social”. Houve uma conexão com a população brasileira, pois “desde os 6

anos, quando frequentava a igreja, descobriu o valor da preocupação de repartir o pão, ajudar as pessoas e incentivá-las, pois cada uma tem um talento”:

“É como na natureza, o passarinho canta; o tubarão corta os mares; o lixeiro das águas come tudo; e as abelhas produzem mel. Cada um tem a sua missão e assim estão sendo os seres humanos, cada um tem um talento, cada um tem alguma coisa linda que precisa ter apoio para poder desenvolver.”

Concluí que gerou uma maior conexão com o seu eleitorado, que, quando vota no seu mandato, o faz por conhecer a sua história. Há uma parcela do seu eleitorado vinculado aos resultados que o entrevistado 08 obtém em trabalhos junto a sua comunidade e há um efeito positivo sobre a sua imagem política. Como representa a Igreja Universal, as eleitoras e eleitores vinculados a ela difundem e incentivam entre si o voto no entrevistado 08. Para ele, o líder evangélico tem a obrigação de representar a população mais carente, onde a legislação e políticas públicas que lhes beneficiem devem chegar.

Considera que a igreja fomenta a sabedoria genuína de compreensão de que “no mundo todos fazemos parte do sucesso e também das tragédias”:

“Esse espírito comunitário está no coração de todos aqueles que frequentam a igreja, que olham uns para os outros com uma visão, eu diria, não de julgamento, não de condenação, mas no sentido de dizer: estamos juntos. A oração do Pai Nosso é bem dita: Perdoa os nossos pecados. Os pecados são nossos. Mesmo quando existe violência, corrupção na política, ou crimes na rua, de alguma forma, nós que somos uma sociedade, fracassamos, falhamos, em comunidade.”

Se falhamos, ele considera que o pecado é coletivo e as penas precisam ter uma razão não de vingança, mas de reeducação e de exemplo à sociedade. Para ele, todo o objetivo do homem religioso, do cristão que entra na política, é a “obstinada intenção de construir uma sociedade mais solidária, mais justa, com menos desigualdade e com mais oportunidades, emprego e renda”.

A sua capacidade de oratória foi desenvolvida desde a infância na igreja. Era acostumado à exposição, em “levantar-se e proferir uma palavra da Bíblia, lendo-a, interpretando-a e falando para quem se dispusesse a ouvir aquela lição” - o que ele considera prover uma grande capacidade de oratória e um “talento de comunicação”, no despertar e na manutenção do interesse daquela plateia, avaliando, ao mesmo tempo, quais são os seus objetivos.

Já a capacidade de lidar com pessoas atribui à sua formação como engenheiro civil, utilizando a seguinte imagem: o engenheiro civil organiza uma obra “da fundação ao telhado” - o que, simbolicamente, ele considera que realizou no seu mandato, de campanhas, às eleições e a edificação contínua de agendas políticas e de bom relacionamento com interlocutores, de diferentes setores.

No quesito de organização de eventos, cada culto/cada missa é uma possibilidade de aprimoramento da capacidade, para ele:

“Existe a apresentação inicial, as canções, a pregação da palavra, o espaço para que as pessoas orem, deem as mãos, e oportunidade para que cada uma delas que tenha algo a falar possa vir à frente. Fazemos tudo isso de maneira que flua naturalmente, sem que se tornarem enfadonhas ou tomem muito tempo. Acredito que a experiência no culto das igrejas, somado também, no meu caso, à experiência como engenheiro nas mais de 100 obras que participei, ajuda muito no mandato”.

Quanto aos atributos psicológicos, a Igreja Universal lhe ensina:

“Não ter mágoas e não guardar ressentimentos. Procurar olhar as pessoas com bons olhos, não olhar para os seus defeitos, mas para as qualidades. Procurar ver em que ponto poderemos fazer um acordo e encontrar a solução pacífica para as controvérsias. Tudo isso são ensinamentos bíblicos profundamente relevantes e aplicáveis à construção da vida pública.”

A sua capacidade de respeitar a visão de outras pessoas foi incentivada nas ações de evangelização, em que muitos já reagiram de maneira negativa e recusaram suas tentativas de evangelizar. Desde crianças, quando realiza evangelização nas ruas, nos bairros, nos presídios e nos hospitais, já ouviu muitas críticas. Várias pessoas rejeitam abordagens de grupos religiosos, por falta de tempo, por acharem inadequado ou por não acreditarem em Deus, e expõem suas opiniões.

Por exemplo, disse ser comum escutar - ou perceber - a opinião pública de que são “falsos, interesseiros ou fingidos”. Mesmo na dor da crítica injusta, aprende a ouvir críticas como essas e apenas aceitá-las, sem revidar. Procura conciliar a escuta de críticas como essas com a condução “aos seus corações” do que a Bíblia prega: “paz, amor e família”.

A escuta ativa é primordial para ele, pois explica que as falas dos pastores e suas buscas de respostas e soluções na Bíblia, são fruto não apenas de tentativas de resolver problemas pessoais, mas da escuta de problemas alheios, os quais podem possuir grande

dimensão de ampliar o entendimento da complexidade humana. Então, o entrevistado 08 explica que muitas falas são estruturadas a partir daí: a escuta ativa.

“Pode ter certeza de que na igreja tudo que o pastor fala, tudo que ele procura na Bíblia, uma solução, são os problemas que ele ouve da pessoa que está frequentando e dos familiares dela. As mensagens que são pregadas no púlpito têm, no fundo, a intenção de levar um consolo, um ânimo, uma fé para que a pessoa supere suas dificuldades, seja pessoal, seja familiar. É isso que é uma escuta ativa, é ouvir os problemas das pessoas, suas lutas, seus desafios e procurar na Bíblia exemplos ou palavras que possam trazer uma nova visão dos fatos, reanimá-la, e claro, Deus abençoa, Deus toca, ela sente a presença de Deus, e se é, que se levanta e vai em frente.”

Ainda acerca da sua compreensão da complexidade humana, retoma a memória de quando era bastante jovem ainda, entre 14 e 15 anos, e visitava hospitais aos sábados, quando se dirigia de ônibus para o local. Marcava-lhe a vista da praia com os banhistas, em contraste com seus visitantes, no destino final. Narra que o encontro com as pessoas no leito lhe trazia uma “experiência incrível”, justamente pelo contraste com as cenas anteriores da praia, em areias “lotadas de um sábado de sol”, acrescentando a ele, ainda menino, “profundidade sobre a experiência humana”.

A instituição de saúde que frequentava era o Hospital Evangélico, e continha uma enfermaria do câncer, onde o entrevistado 08 frequentava. Narra sua experiência subjetiva, depois de passar os olhos por uma criança enferma nas visitas: “ali eu vi a vida como ela era”.

Ele traça um paralelo significativo entre ser pastor e ser político: “a gente vem para a vida pública ou vai para o altar como pastor não é para aquele povo que está na praia, mas é para aquele povo que está no presídio, no hospital, sofrendo, angustiado”. O paralelo é significativo não só do ponto de vista cristão, mas do conteúdo que é objeto de estudo da presente dissertação: foi posto o comparativo entre “vir para a vida pública, seja como político, seja como líder religioso”.

Ou seja, há uma semelhança entre ambas as figuras sobre atuação na realidade, pois ambas agiriam para aqueles mais necessitados (conforme o cristianismo), para quem “são direcionados os esforços, as atitudes e pensamentos”. Para ele, “essas experiências que todo jovem tem nas igrejas, trazem habilidades específicas, que são inesquecíveis”.

Atualmente, percebe uma mudança no padrão de envolvimento político das igrejas, o que pode resultar em maior engajamento, segundo ele. Isso porque, em sua

juventude, “ouviam-se nas igrejas que a política era do diabo. Se orava e amava a pátria, mas se dizia que a política não prestava”. Classificou esse comportamento, à época, como estratégico, em articulação com a mídia, para alienar a população e fazer com que houvesse uma dominação por parte daqueles que já estivessem no poder, privilegiando seus interesses.

“Mais recentemente, as igrejas católicas, evangélicas, espíritas verificaram a importância de falar sobre esse civismo que é participar da vida pública, escolher seus candidatos ou se candidatar, formar partidos, verificar o que está sendo votado no Senado ou na Câmara, o que está sendo discutido nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, verificar como é que estão sendo gastos os recursos públicos, entender sobre as propostas, enfim, a importância que cada brasileiro tem na nação que somos. A atividade cívica das igrejas tem ocorrido, vamos dizer assim, de maneira relevante e progressiva.”

Acredita que são muitos os candidatos que estão na vida pública hoje eleitos pelas igrejas, advindos de comunidades, de cultos e de igrejas, escolhidos pelos seus eleitores que visualizam neles (ou nelas) virtudes e “os(as) fazem mensageiros(as) das suas propostas para o Brasil”. Tem certeza que, dentro das igrejas, estão sendo nutridas mais lideranças políticas hoje em dia, especialmente “jovens que olham para a vida pública, não com desprezo, mas com caminho, como uma oportunidade de quem deseja fazer o bem e ser melhor do que o outro”.

Ele se refere a esta tendência não apenas na Igreja Universal em que frequenta, mas em todas as igrejas evangélicas, as quais também foram capazes de exportar lideranças para o parlamento, em concorrência com a igreja católica, que monopolizava esse espaço com padres. Além disso, fez referência a líderes comunitários que têm origem em instituições religiosas, como os conselheiros tutelares, “próximos a espíritas, católicos ou evangélicos”.

Quando perguntado se a Igreja Universal contribuiu com a sua capacidade de dialogar com todos, ele afirma que, no caso dele, sim:

“A pior coisa de um cristão é discriminar, é ter preconceito, é se afastar. O que Cristo ensinou é que nós somos sal da terra, luz do mundo. Não é a luz da minha casa. É a luz do mundo. Não é a luz das minhas ideias. É a luz do mundo. Conviver com outros, ouvi-los, valorizar suas ações, olhar suas qualidades, relevar seus defeitos (que todos temos), não julgar, não discriminar, é, eu acredito, a principal atividade dos cristãos na

política. O que divergimos e votamos contra, também precisa ser respeitado pela nossa oposição, mas sem ofensas, sem indignidades, sem violência.”

Como o entrevistado 06, o recado foi o mesmo acerca da contribuição da igreja com a crítica que recebe: “Sempre dando a outra face, andando a outra milha, e se me tirar a túnica, dá também as vestes⁷”. Por fim, acredita que a Igreja Universal fornece uma orientação moral para a política, em colocando-se no lugar do outro:

“[Ser cristão na política] É não cometer injustiças, é não ser malicioso, é não usar as pessoas. Essa é a moral cristã verdadeira. É de sermos todos irmãos e como se diz na oração do Pai Nosso, o Pai é Nosso. O Pai não é meu, o Pai não é só do católico, só do evangélico, só dos... O Pai é Nosso. Sabe, se o homem mais rico do mundo, o homem mais culto, a mulher mais linda, mais talentosa, se ela chupar uma manga, eu digo a você, a sensação vai ser a mesma para desgraçado que tá no presídio, condenado, talvez pelo crime mais hediondo. Um passarinho, se cantar num lugar mais desenvolvido, ele não vai cantar diferente do que ele canta na favela. O sol nasce pra todos, Deus ama todos”;

“Se a gente olhar a natureza, não tem um grão de areia igual ao outro, não tem uma flor igual à outra, não tem uma árvore, não tem um pássaro, não tem um ser humano, não tem uma estrela, são trilhões. Deus fez um por um. Então, para mostrar àqueles que têm olhos para ver, ouvidos para ouvir, o infinito amor que ele tem por nós no detalhe. No detalhe. Isso não combina com discriminação, com ódio, com violência. Isso não é Deus”;

Utiliza uma ideia bíblica para ilustrar “que o tempo que vivemos é o do novo testamento” e que, portanto, os valores do cristão na política devem estar ajustados a ele:

“É importante notar que a Bíblia tem duas fases. A do velho testamento, o reino de Israel, tem como herói Davi, que apedrejava a cabeça do Golias, cortava e virava rei. Mas os filisteus não se arrependeram, os filisteus não se converteram. Jesus vem anunciar o reino de Deus, ele só fala esse assunto, são 70 vezes, parábolas, o Pai Nosso, tudo se refere a um novo tempo, chamado reino de Deus ou reino dos céus. O herói desse tempo é Estevão, que morre com uma pedrada, mas ora pelos seus algozes e o principal dele,

⁷Evangelho (Mateus 5:40 , Nova Versão Internacional)

chamado Saulos, converte-se e vira Paulo. Hoje é o nome do maior estado do Brasil e a maior cidade da América Latina. Ele foi um assassino que se converteu, e mais tarde ele vai escrever: não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem. Você não vence o mal sendo mais mau, você vence o mal com o bem.

Você não vence o mal de ser apedrejado, apedrejam os outros. Estevão mudou o mundo com seu gesto. É isso o novo tempo que nós vivemos. Nós não vivemos no tempo de Davi, nós vivemos no tempo de Estevão”.

E compara com as vivências que já teve em sua trajetória religiosa-profissional, incluindo quando esteve dez anos na África:

“Acho que esse princípio cristão do novo tempo é tão importante para o mundo, para todo canto. Como na minha experiência em África também, vi que é fundamental para as pessoas terem famílias, terem paz, construírem boas amizades e desenvolverem o talento que Deus deu a elas. Como tudo que se vê na natureza tem um sentido, tem um aroma, tem um sabor. É assim que eu creio. Aprendi isso quando eu era criança. Hoje eu tenho 65 anos de idade e por onde andei vivi isso”.

2.5 ENTREVISTADO 09

O entrevistado 09 faz parte da Assembleia de Deus e vem de uma família de pastores dessa igreja. Fazia parte também da juventude da igreja e as conversas iniciais com a Assembleia de Deus sobre o seu engajamento político mostraram dois problemas, segundo ele: o primeiro é que já havia muitos candidatos da igreja (precisou: “mais de 30”) e, segundo, uma rejeição por não ser bem visto, naquele momento, trazer política à igreja. Havia essa rejeição, mesmo sendo ele neto do pastor da igreja (o que o tornou o candidato mais conhecido). Revela, até hoje, evitar tratar de política na sua igreja, reservando o tema apenas para ambientes específicos, como palestras em que seja permitido abordar a temática com os fiéis.

Por vir de uma família de pastores, considera quase “natural” a habilidade de comunicação (tida como a mais importante para ele para o sucesso político) e bom relacionamento interpessoal, que foi proporcionado tanto pelos vínculos da igreja, quanto pela família, cuja “casa estava sempre cheia e proporcionava comunicação e o relacionamento com todos”. Enfatiza que, na carreira pública, é essencial gostar do bom relacionamento interpessoal. A ausência do sentimento de timidez ou vergonha para falar

e se posicionar em público, bem como o sentimento de liberdade de expressão, diz ter inicialmente desenvolvido no ambiente da família e da igreja.

A boa qualidade das conversas que estabelece, para manter-se bem informado, também. A principal influência exercida pela igreja, na sua trajetória, diz respeito aos valores e orientação moral que possui para o exercício do seu mandato. Classifica como “natural” essa influência e cita o exemplo da atual primeira-dama do Brasil, Rosângela Janja, cuja religião de origem africana passa a ter mais influência na agenda do governo, desde a posse em 2023, segundo ele.

Define também o espaço da religião como de “resistência”, pois “algumas imposições da legislação não podem ser aplicadas no ambiente dos religiosos”. Viria daí, o “desejo de muitos evangélicos estarem na política”, como ele define. Disse também “não ser possível a igreja desenvolver habilidades em alguém”, mas que “o desenvolvimento ocorre a partir do interesse e postura ativa do participante em buscar seus objetivos”. Para ele, é comum que haja o aperfeiçoamento de determinada pessoa em uma área específica (exemplo: comunicação) e este potencial seja aproveitado para as igrejas e, transversalmente, outros ambientes, como a sala de aula. No seu caso, relembra o nervosismo e inabilidade de oratória na primeira vez que esteve com um microfone na igreja e “ficou parado, olhando tudo, sem dizer nada”, mas que, com a prática e repetição política, houve significativa melhoria.

Em retrospectiva histórica, comenta o papel de Martin Luther King, pastor estadunidense, na política daquele país, e que, caso sua vida não tivesse sido abreviada, seria pretense candidato à presidência dos Estados Unidos. No caso do Brasil, cita Lula (PT) e Bolsonaro (PL): “ambos tiveram essa percepção do sucesso da ligação com a religião em suas campanhas”. Para o Lula (PT), descreve que houve uma frequência sua em várias igrejas, o que “se comprova através de vários vídeos registrados, quando ele pedia apoio a mais de uma entidade religiosa, já que estava disputando as eleições majoritárias”.

“A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez uma campanha aberta a ele”. Porém, de maneira alguma considera que essa participação religiosa na política substitua um partido político, pois considera que, “apesar do desejo de representativa política da religião, as igrejas ainda precisam amadurecer sua prática eleitoral”.

Ele não despreza a relevância de outros ambientes profissionais pelo qual passou e que foram fundamentais para seu aprimoramento. Por exemplo, persistência e

capacidade de estudar e pesquisar - que são necessárias ao candidato e ao parlamentar eleito - são advindos de sua formação acadêmica e da própria carreira política.

Ressaltou que essa capacidade é importante para seus conhecimentos de “regimento interno, lei orgânica e constituição”. Destacou também sua capacidade de “fiscalização dos poderes”, o que certamente veio através dos mandatos que já ocupou, segundo ele. Até mesmo o esporte que pratica entrou no seu hall de ambientes para aquisição de competências, quando cita o equilíbrio psicológico que pode desenvolver com a atividade.

Isto é, ao longo da entrevista, ele aborda a necessidade de participação em diferentes ambientes institucionais e mesmo afirma o papel positivo da coletividade para sua eleição. Outrossim, relata que as redes sociais são consideradas uma comunidade de engajamento necessária para o sucesso das eleições hoje em dia e foram imprescindíveis a ele. Além disso, mobilizar um grupo de estudantes do curso de arquitetura foi necessário para a sua candidatura. Previamente à sua candidatura, ele realizou conversas com esse grupo de estudantes, que lhe eram pessoas próximas, para divulgação, alinhamento da campanha e pedido de colaboração. Antes de ser candidato político, uma história específica lhe marcou para a entrada na política.

Em 2012, estava saindo da Faculdade de Arquitetura e foi participar de uma audiência pública na sua cidade que tratava sobre o Plano Diretor. Como estudante que finalizava a faculdade de arquitetura, quis contribuir com o plano diretor. O secretário na época do planejamento e desenvolvimento urbano lhe perguntou quem era e porque queria participar daquela audiência. Segundo o entrevistado 09, o secretário se irritou com um palpite que foi feito pelo hoje parlamentar em defesa das matas ciliares e contrário ao desmatamento de margem fluvial. O Secretário propunha o desmatamento à margem do rio e, irritado com o entrevistado 09, pediu que saísse da reunião já que não era representante de nenhuma classe ou instituição. Essa história narrada marcou a entrada do hoje parlamentar na política, que, desde aquele dia decidiu traçar uma trajetória para ser mais influente no meio público.

Havia, para ele, não um sentimento de vingança, mas de desapontamento pela sua “baixa estatura de influência e voz” e que seria através da política que trabalharia com “plano diretor, lei de uso de ocupação do solo e mobilidade urbana” - as quais seriam frentes de trabalho significativas nos anos seguintes. Em 2013, envolve-se em seu estado com o “Movimento Vem pra Rua” e em 2015, em meio a um contexto que classificou

como “de frustração política”, começa um programa de rádio falando sobre política, quando teve a oportunidade de receber o então deputado Bolsonaro (PP/RJ). Ele narra que não havia interesse nesse momento em planejar uma campanha eleitoral, mas que o convite do então deputado do Partido Progressistas (PP) lhe cativou a seguir este caminho.

Pela primeira vez, candidata-se em 2016 e ganha a eleição para vereador. Durante o mandato, através da fiscalização à prefeitura, disse “descobrir um escândalo de corrupção”. Ele atribui a isso o fato de ter tido o seu mandato cassado à época. Perdeu por 1% nas eleições para a prefeitura, mas elegeu-se deputado federal, como um dos mais votados em seu estado de origem.

Considera que a sua capacidade mais importante para o exercício bem sucedido de seu mandato seja, na verdade, uma crença. No seu caso, define-a: “a utopia de querer fazer uma cidade totalmente diferente do que ela é”. Depois, elenca a “percepção da realidade, ao descobrir que no legislativo o mais importante é a fiscalização do que apenas legislar, principalmente na esfera municipal”. E a fiscalização considera ter sido uma qualidade importante sua para projeção política, de vereador a deputado federal. Encerrou com a definição de que deve haver “vontade envolvida para a execução de um trabalho”:

“Estar na política é questão de vontade, combinada com vocação. Não há desafios quando se trabalha com gosto e prazer. Estar na Câmara dos Deputados ou estudar política não é um problema para mim, mas sim a realização de um desejo.”

2.6 ENTREVISTADO 10

O entrevistado 10 tem como denominação religiosa especificamente a protestante de recorte ou de tradição batista. Sempre foi pertencente a essa e não serviu a outras denominações. Atualmente, é pastor na Igreja Batista do Caminho implementada por ele mesmo há 14 anos atrás. Desenvolve as seguintes atividades no culto e na organização, na estrutura da Igreja Batista do Caminho: é pastor e fundador dessa igreja e participou por longo tempo da equipe do conselho de liderança (de onde se desligou para concorrer ao mandato). Isso não impede, porém, que esteja dominicalmente na igreja participando das celebrações e pregando na função de pastor pregador em atividades dominicais.

Portanto, considera-se uma pessoa ativa e colaborativa nas atividades da igreja hoje em dia. “Sempre foi um pastor pregador e sempre serviu à sua tradição religiosa, na pregação, no ensino, na liderança, na construção e no pastoreio de comunidades. Por

muito tempo, foi um pregador itinerante do Evangelho, servindo outras igrejas da sua denominação”.

A sua resposta é positiva quanto a acreditar que a sua religião lhe rendeu maior consciência política. Desde o envolvimento na primeira igreja batista que frequentou, com a comunidade onde ela estava localizada, até todo o engajamento e militância da igreja onde foi pastor, a sua religião sempre “representou um suporte teológico e espiritual à sua participação na vida pública”.

A sua vivência religiosa, portanto, rendeu-lhe uma maior conexão com os problemas enfrentados pela população brasileira - “certamente”, segundo ele. As práticas e crenças da sua religião lhe ajudaram a entender as necessidades e a realidade imediata dos eleitores. Considera que os serviços comunitários e as ações sociais promovidas pelas igrejas de onde participou contribuíram para que se envolvesse nas questões da comunidade, da cidade e da sociedade brasileira de maneira mais ampla.

No que tange às habilidades que considera ter sido desenvolvidas a partir da sua presença na tradição religiosa, considera, entre outras, a capacidade de ler, de compreender, de analisar, não apenas os textos da sua tradição, mas “os desafios e as demandas da sociedade”. Considera ter desenvolvido a sua capacidade cognitiva, analítica e crítica no interior da sua tradição religiosa, onde também “aprendeu a pensar estruturalmente, a falar publicamente, a organizar comunidade, a liderar comunidade e a escutar as mais diferentes demandas que se apresentavam e se apresentam à sua tradição, à sua igreja”.

O que considera que melhorou a sua capacidade de oratória, por exemplo, foi a atividade da pregação do evangelho, semanalmente na sua comunidade. Quanto à habilidade para trabalhar com outras pessoas, destaca a atividade da presidência de comunidades, da organização de comunidades e a implementação da congregação onde é pastor atualmente.

Quanto aos atributos psicológicos relevantes desenvolvidos no interior da sua tradição, classificou, em primeiro lugar, “a paciência aos processos coletivos” e, em segundo lugar, a “empatia/solidariedade para com o próximo e as suas necessidades”. Em terceiro lugar, o “autoconhecimento e a consciência dos meus limites existenciais”. Por fim, a “alegria, a celebração, a afirmatividade afetiva diante da diversidade, da pluralidade das vidas”.

Considera também ter desenvolvido “resiliência diante dos desafios organizacionais e políticos”. Através de valores aprimorados em “processos coletivos”:

“Aprendi a coragem de assumir ao mesmo tempo a minha singularidade e a minha precariedade, admitindo uma visão equilibrada, potente e crítica ao mesmo tempo da minha própria vida.”

Ele cita alguns exemplos de situações ou atividades que promoveram as capacidades mencionadas acima. Quanto à capacidade de respeitar a visão das outras pessoas, cita o exercício da leitura comunitária da Bíblia, quando a audiência, formada por pessoas com histórias distintas entre si, tinham a oportunidade de interpretar de plurais maneiras os textos.

Quanto à capacidade de escuta ativa, uma das suas atividades era escutar pessoas no gabinete pastoral, consultório pastoral e a atividade do aconselhamento. Nesse espaço, desenvolve-se essencialmente a capacidade de escutar as pessoas de maneira ativa. O comprometimento social veio das ações de solidariedade e das ações missionárias praticadas pelas igrejas nas suas comunidades. A efetividade de atingir objetivos procede das atividades de liderança, o que precisou desenvolver ao longo do seu ministério.

Essa mesma atividade de liderança também lhe conduziu a um “pensamento mais propositivo, criativo e transformativo a respeito do futuro”. Quanto ao altruísmo, destaca a experiência da convivência cotidiana com uma comunidade de frequentantes muito diversos entre si: “Isso estimula o altruísmo e a construção de alternativas de serviço na comunidade social na qual a igreja está inserida”. Percebia (e percebe ainda hoje) a vida e a vivência cívica sendo estimuladas em fiéis da sua denominação religiosa, portanto, desde a sua adolescência.

Acredita que a vivência cívica contribuiu para uma possível carreira pública ou política dos participantes das comunidades religiosas. O entrevistado 10 crê que “potenciais líderes são formados nessa comunidade para exercer uma atuação social positiva, criativa, na sociedade”.

E considera que a vida ativa religiosa melhorou a sua capacidade de dialogar e colaborar com pessoas de diferentes crenças e perspectivas. Especialmente, ao conhecer as tradições do cristianismo que estão associadas ao ecumenismo, a tradição da libertação latino-americana, que “estão associadas à afirmação da diversidade racial e da diversidade de gênero e sexualidade”. Esse seu desenvolvimento ocorreu à medida que se aprofundou

nas tradições do cristianismo, que “sejam socialmente responsáveis e associadas às lutas por justiça social”.

Quanto a como a sua religião lhe ajudou a lidar com a crítica e oposição em sua carreira pública, acredita que:

“A partir da observação da vida, da obra e da memória de Jesus, estabeleci um critério generoso sobre aquilo que faço no tempo presente e sobre aquilo que gostaria de fazer futuramente. E essa memória, essa história, essa vida, essa espiritualidade me ajudam a lidar subjetivamente com as críticas e as oposições, fornecendo, ao mesmo tempo, uma orientação moral e ética para a atuação política. A minha espiritualidade é fonte para manutenção do equilíbrio emocional e subjetivo e ela também é critério para orientar minha ação e as posições no mundo.”

3. OUTRAS RELIGIÕES

3.1 ENTREVISTADO 11

O entrevistado 11 revela, no início da entrevista, que se “apresenta evangélico para o mundo”, mas que “a religião é uma mera maneira de expressar a espiritualidade” e considera que “a Verdade está nele” (“Deus está nele”), independente da vertente religiosa que possua.

Considera que “a ciência também é uma expressão de espiritualidade” e que “enxerga isso sobretudo na linha humanista da psicologia, na psicanálise”. Ao longo da entrevista, apresentou detalhes de uma infância e adolescência assíduas na igreja católica, quando frequentava todos os dias e cogitou ser padre. Ele e a “Legião de Maria” estavam diariamente presentes na igreja, até que completasse 16 anos.

Mas, não deixou de lado uma influência espírita, a qual era bastante presente em seu estado de origem e círculo familiar, uma vez que sua avó era próxima do conhecido líder espírita brasileiro, Chico Xavier, e foi fundadora do primeiro centro espírita da cidade natal do entrevistado 11. Frequentou o espiritismo por 10 anos (inclusive “mesas mediúnicas”) e essa vivência lhe permitiu entender que “há uma única Verdade manifesta de diferentes maneiras”.

Chamou a atenção para “crises de fé” ao longo da vida, mas que serviram para fortalecê-la, na medida que buscava pesquisar várias vertentes diferentes, como o budismo e o islamismo. Destaca que “sempre teve papel de relevância nas denominações religiosas por onde passava” e traz menções paralelas entre teologia e filosofia socrática

e platônica em suas falas. Diz-se “impressionado com a semelhança entre Platão e a Bíblia, quando o filósofo afirma que ‘o mundo real é uma cópia imperfeita do mundo das ideias’”:

“Deus falou que criou o homem à sua imagem e semelhança. O homem não é perfeito justamente porque é uma cópia de uma ideia. Existe ainda a lógica de que tudo que acontece aqui na Terra aconteceu anteriormente, e de maneira perfeita, no Reino dos Céus, que nada mais é que o mundo das ideias de Platão. Os evangelhos falam muito disso e de ‘trazer o Reino à Terra’. Isso tudo, quem já falou foi Jesus.”

A crença e experimentação em múltiplas vertentes fizeram do entrevistado 11 um “espiritualista em seu interior” - como mesmo define. Porém, na necessidade de se classificar para a sociedade, diz preferir se dizer cristão evangélico e “utilizar a Bíblia e as alegorias contidas nela para expressar Cristo: que é a Verdade, o presente e o agora”.

Optou pela vertente evangélica para se “expressar no mundo real”, ainda que concebesse que “a Verdade encarnou em Cristo (que é único), em Platão, em Sócrates e nas mais diversas vertentes religiosas e manifestações materiais da espiritualidade”. Portanto, para ele, é possível se chegar a Deus por diferentes caminhos: seja por Jesus Cristo, por Buda, pela filosofia ou pela ciência, “sem que haja contradições”. Inclusive, para os ateus, ele crê que “manifestam a espiritualidade através da matéria”. Define “espiritualidade como a capacidade de transcender” e que devem haver inúmeras possibilidades para este fim.

Criticou, logo no início da entrevista, o que considera a tentativa de vertentes políticas tentarem “sequestrar Deus para si ou uma religião para si, ou, ainda no limite, de sequestrar a espiritualidade para si”. Por isso, considera tão importante se declarar cristão evangélico, a fim de mostrar à sociedade brasileira que a fé evangélica não se limita a uma única vertente política.

A sua busca pela igreja evangélica ocorreu de maneira mais evidente em 2016, quando perdeu a eleição municipal à prefeitura de sua cidade (em 2º lugar). Definiu a sua “necessidade mais intensa e evidente em transcender” como “despido do ego humano e da falsa imagem do homem forte que tudo pode”, já que foi “esse que o levou a concorrer às eleições e a perder”. Eram esporádicas, até então, suas idas à igreja evangélica, a qual passou a ser um “refúgio” após a sua derrota.

Converte-se à igreja evangélica. Apesar da conversão, o seu batismo não havia ocorrido e disse estar feliz pelo agendamento desse evento previsto para três dias depois

que a entrevista acadêmica fora realizada. Considera o batismo uma “conversão interna que já deve ocorrer antes da cerimônia em si”, “um simbolismo irrevogável” e uma “renúncia absoluta ao mundo e ao ego, o que traz responsabilidades”. Mesmo assim, com a sua vinda à Brasília para a legislatura seguinte à derrota das eleições municipais, já como deputado federal, “disse se afastar do templo físico e considera buscar a Palavra de diferentes maneiras, sendo Cristo seu verdadeiro eu interior”.

Quando questionado se a decisão de conversão na Igreja Batista da Lagoinha foi pensada para aproximação política com o bolsonarismo e a influente família evangélica Valadão, o entrevistado 11 nega e narra a história que o levou até essa denominação religiosa, através de uma terceira figura, que não tinha relação política alguma com o local. Apenas de fé. Sua busca por essa igreja específica se resume em uma “necessidade sentida” e a vivência possibilitou sua “compreensão ampliada” de que “para se estar em Cristo não necessariamente precisa estar em um templo físico”. Disse também já ter frequentado a Igreja Sal Terra, próxima à sua cidade de origem.

Quanto às habilidades adquiridas no âmbito das religiões, o entrevistado 11 ressalta aspectos psicológicos, como quando define que “Cristo é o agora” e que “a expressão da espiritualidade que encontrou na psicologia o ajudou a viver o momento presente e dedicar-se a ele (como na entrevista realizada, ele diz), mas sem esquecer-se do passo seguinte que dará”. A igreja também aprimorou sua capacidade de ser autodidata no aprendizado - característica que diz ter desde a infância e adolescência na escola.

Diz ter lido a Bíblia sozinho, com apenas algum apoio da igreja. A filosofia das religiões também trouxe respostas à sua trajetória política e pessoal, pois, vindo de uma família muito humilde financeiramente, de baixa escolaridade, não possuía vínculos sociais relevantes ou familiares e amigos na política que lhe permitissem a sua ascensão federal. Descreveu a estrutura física precária de sua casa no interior e o fato de ter sido cobrador de ônibus durante toda sua graduação. Então, define-se detentor de uma “centelha divina” que o trouxe ao parlamento, em vista de uma trajetória que é “ilógica”, segundo ele.

Conecta isso com um gosto da infância de colecionar “santinhos” eleitorais (que lhe rendeu uma pilha até o teto de um cômodo de sua casa), assistir assiduamente à propaganda eleitoral e dizer, quando criança, aos sete anos, que “queria ser prefeito”. Visualizava-se na propaganda eleitoral e em estar com a sua fotografia nos muros da cidade um dia. Durante a sua graduação, em época de período eleitoral, sua mãe gravava

em fita cassete todos os debates para que o filho pudesse - a seu pedido - em algum momento, assistir.

E seria a imagem política e pessoal do atual Presidente Lula “a expressão de arquétipo e superego que o guiaria ao seu próprio exercício político, através da superação das adversidades e o propósito de diminuir as desigualdades sociais, melhorando a vida das pessoas mais carentes”. As falas e a trajetória do Presidente da República lhe transmitiam “fé e esperança, a despeito de divergências de opinião”.

Para ele, isso ocorre não por falas diretas do Presidente sobre Deus ou religião, mas pelo fato de “viver em Deus e transmitir a confiança em palavras, sem segregar o público mencionando uma determinada fé específica”. Entretanto, quando questionado diretamente sobre as habilidades que pode desenvolver nas denominações religiosas, nega qualquer desenvolvimento e afirma o contrário: que a sua presença era que permitia o desenvolvimento de atividade, pois considera sempre ter tido “alguma liderança” dentro dessas instituições.

Na igreja católica, apenas participava das missas. No centro espírita, participava, principalmente, de sessões mediúnicas e de “obras de caridade”. E, já na igreja evangélica, participava (e ainda participa), de “obras de caridade”, encontros, células e com frequência contínua em cultos. Assim, “se houve contribuição desses ambientes, ela foi muito secundária, servindo muito mais para que ‘doasse’ a sua capacidade de liderança do que ‘recebesse’ alguma instrução”.

Ou seja, a despeito da sua negativa à pergunta, há também a definição de um lugar que possibilitou o desenvolvimento de um “exercício de liderança”. Não se considera tímido ou inibido no passado e que “frequentar a denominação religiosa desenvolveu-o cognitivamente”, mas que, no caso do centro espírita, ter sido palestrante contribuiu com a sua oratória.

Quanto à conexão com a comunidade, seus problemas e o eleitorado, o viés de contribuição religioso foi “muito relativo à espiritualidade”, segundo ele:

“A igreja me deu a noção (que depois se transformou em convicção) de que fazer política era algo a mais do que só ter um salário, ser honesto e apresentar algo para a sociedade. Tinha algo além, tinha que ter algo imbuído, um propósito, uma verdade, um transcendental, algo espiritual. Não poderia ser só a matéria, aquela construção do homem. Tinha que ter algo além. Ela me ajudou a ter essa percepção.”

Possui uma perspectiva pessimista quanto à prática da vivência cívica nas igrejas e a formação de lideranças, pois “muitos são chamados e levantados nas igrejas no propósito de servir à política e poucos são escolhidos na compreensão de que ‘a religião contém espiritualidade, mas a espiritualidade não necessariamente contém a religião. Ou seja, a espiritualidade é maior, ela transcende’”:

“Quando não há essa noção, há a concepção de que a minha religião é maior que a espiritualidade e, portanto, na política eu irei combater a sua religião e as suas crenças.”

Afirmou que “a espiritualidade foi absolutamente essencial para dialogar com pessoas diferentes em sua vida, porque antes da espiritualidade ocupar um lugar de presença central na sua vida (e não apenas de coadjuvante), havia uma confusão com o debate de ideias”. O entrevistado 11 entendia que ao discordarem de suas ideias, estariam discordando dele próprio, pois acreditava que ele era a redução de suas ideias, o que lhe causava uma reação violenta.

Afirmava que era difícil dialogar nessa época, pois um ataque às suas ideias representaria um ataque a ele próprio. Classificou isso como uma “confusão psíquica” que foi resolvida através do amadurecimento de sua noção e vivência de espiritualidade, nas religiões que frequentou. Entendeu que o “seu eu” não era uma redução das suas ideias, sendo ele uma pessoa com várias dimensões além dessa e que estaria tudo bem se o atacassem pessoalmente.

A partir dessa mudança, narrou que passou a ouvir e a entender quem pensa diferente e que, portanto, considera a democracia divina - já que permite a existência de diferentes maneiras de pensar. Definiu-se “devoto da democracia”, que para ele é a “espiritualidade do coletivo”. Portanto, sagrada.

É ela quem lhe permite respeitar quem pensa diferente. A sua “devoção pela democracia” é um dos pilares do seu mandato, segundo ele, ao lado do “compromisso com os mais pobres” e “respeito pelas instituições”. Ao mesmo tempo, fez a pergunta para ele mesmo de porque utiliza métodos de debate, que aparentemente não são louváveis, em vista da conhecida agressividade de suas falas. Para isso, utilizou uma alegoria bíblica, para se referir que o “seu enfrentamento na política e no debate não carnal, mas sim espiritual, para combater a ‘ausência do bem (ou a maldade)’”.

A alegoria utilizada foi uma passagem bíblica, na qual “Cristo expulsa os vendilhões do templo do Pai⁸ e causa um momento de ruptura”, utilizando, por exemplo, objetos disponíveis no recinto para uma aparente agressão física (considerada atípica e isolada) contra os cambistas que se instalaram no templo. Essa metáfora serviu para o entrevistado 11 justificar a necessidade de uma postura de “enfrentamento espiritual” mais enfática em debates, caso um ambiente de dificuldades exija essa conduta. O entrevistado 11 adota essa postura, se necessário, “em nome de Deus e da busca pela justiça”. Porém, alerta que essa postura deve ser “remediada e não definitiva, para algumas situações não se instalem”. É como o “Pai que corrige e intervém quando necessário”.

3.2 ENTREVISTADO 12

O entrevistado 12 é umbandista e teve várias experiências religiosas e espirituais possibilitadas através da sua família. Seu pai chegou a ser seminarista da igreja católica e ordenado diácono, até conhecer sua atual esposa, mãe da parlamentar entrevistada. Hoje, ele é reverendo da igreja anglicana, enquanto sua mãe é espírita kardecista, “após ter passado por várias experiências religiosas”. O entrevistado 12 também transitou por diferentes práticas religiosas, até se estabelecer como umbandista e expressar, inclusive através de suas vestimentas, sua opção religiosa. Como deputada, frequenta uma vez por mês as atividades, enquanto que, anterior ao mandato, a sua presença era de uma vez por semana ou a cada 15 dias.

“A lógica da filosofia africana, que é a relação de si com o outro, com a natureza, com o divino, com o sagrado, é bem diferente das dimensões cristãs. Às vezes a gente pensa do ponto de vista filosófico, antropológico, as religiões que estão ainda pautadas na eurocentricidade, tem uma outra cosmovisão da relação do racional com o sensível, do que a gente chama de fé com a logos. Nas religiões africanas, isso não acontece de forma separada, as coisas estão conectadas. O sensível alimenta o racional. O logos alimenta a fé, a espiritualidade, e elas estão conectadas. A matéria é onde o sagrado também se manifesta. O sensível é algo que é muito considerado, não é descaracterizado. E a relação

⁸ Evangelho (João 2:13-22, Nova Versão Internacional)

profunda e intensa com os elementos que nos cercam.

Relação com a natureza, relação com a planta. O sagrado que está presente também na natureza, por meio das ervas, da água, do fogo e de todos os elementos. Então, é uma relação diferente da que estamos acostumados no cristianismo.”

As atividades que participa são as mais diversas na Umbanda: ir ao terreiro, varrer o terreiro e ajudar na festa de Cosme e Damião, com o preparo da comida, ensacar pipoca e distribuir ao público. Ela destaca a horizontalidade das atividades, caracterizadas por ela como “coletivizadas”, “distribuídas”, e “em que cada uma tem um ensinamento, seja paciência, humildade, sabedoria e discernimento”. Destaca atividades voltadas à saúde física dos frequentadores, com práticas que são “integrais e integrativas”:

“Em especial nos territórios afro-periféricos, queria destacar a experiência do pai de santo que eu gosto de frequentar, que é o Pai-Ricardo, que montou um centro comunitário de saúde tradicional. O foco dele é atender, inclusive, mulheres que são vítimas de violência doméstica, ou que são gestantes/puérperas. As nossas raizeiras, benzedoiras, têm práticas ancestrais de saúde, que também são utilizadas para banho de assento, para chás, para remédios, para ajudar a curar uma infecção, a tratar uma disfunção hormonal etc.”

A sua religião prega que o ontem, o hoje e o amanhã estão conectados, e que “os seres que já viveram, os viventes (tempo presente) e os que viverão são todos integrantes de uma mesma jornada e caminhada, caracterizando o que se chama de ancestralidade”. Esse saber é aplicado pela parlamentar na vivência da Câmara dos Deputados, “pois as lutas duras travadas não começam e nem terminam aqui”. Considera-se parte de uma luta ancestral, por direitos para o povo negro, para a juventude, para a classe trabalhadora e para as mulheres marginalizadas e pobres”. Caracteriza essa luta como de “muitos séculos”, onde a sua tarefa consiste em dar continuidade a ela e “passar o cajado” para os que virão à frente - como preconiza a Umbanda.

Questionada se a vivência e consciência adquirida na Umbanda possibilitaram conexão com o seu eleitorado, ela afirma que, através da Umbanda, teve a chance de entender, com mais profundidade, “as demandas de seu povo e entender o que está se passando, o que as pessoas precisam e, inclusive, pensar soluções”. O trabalho coletivo é o que destaca que mais desenvolveu na sua denominação religiosa, sendo essa capacidade “o que pauta o seu mandato na construção de estratégias ancestrais”. Citou Nilma Lino Gomes, ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos

Humanos, “uma mulher também de axé”, segundo o entrevistado 12, que certa vez mencionou:

“A ginga da capoeira, ou seja, dar um passo para trás para depois vir com um golpe no peito na frente. Então essa ginga da capoeira, de você saber quanto recuar para depois avançar, é o que me aluda aqui na prática parlamentar.”

Ainda no tangente da coletividade, ressalta o caráter matriarcal importante das religiões africanas, onde as “mulheres podem liderar e serem protagonistas”. Segundo ela, nessa religião, “a última palavra é da mulher”. Além disso, ela ressalta o papel de “mediador de conflitos” do terreiro, onde muitas brigas entre casais ou entre vizinhos, por exemplo, são terminadas. Antes mesmo de qualquer aconselhamento espiritual, existe um papel de escuta de e tentativa de resolução de conflitos ou apontamento de soluções para aqueles que buscam a autoridade religiosa. Um ponto de destaque trazido pelo entrevistado 12 é que a “autoridade” religiosa a que se refere “não é imposta, mas sim conquistada, podendo ser ela um sacerdote ou sacerdotisa”. As consultas com eles não são espirituais nesse sentido, mas de prática de encontrar soluções para problemas trazidos pela comunidade.

Assim como outros parlamentares de matriz cultural cristã, o entrevistado 12 afirma que a religião lhe proporcionou compreensão de uma “dimensão missionária” que ela cumpre na política, e que transcende a vivência meramente material. Há, segundo ela, “o cumprimento de um papel” na função de trabalho que realiza. No caso dela, realiza consultas periódicas com a autoridade espiritual da Umbanda para resolução de problemas ou dúvidas que são trazidos por ela. Há, para ela, um “fortalecimento psicológico para transitar na Casa Legislativa, ao entender que não está só e jamais estará”.

Para o aprimoramento da sua capacidade de relacionamento interpessoal, fala na Umbanda, na prática da escuta da roda e do xirê (ritual para evocação dos orixás), onde o diálogo se torna protagonista, como uma “dialética” - diz ela. Isso ocorre todas as vezes que “sentam no chão do terreiro para gente decidir ou para aprender lições”, o que a ensina em um processo coletivo, o qual guarda semelhanças com a política. Além disso, a vivência religiosa lhe proporciona equilíbrio emocional, sobretudo “em um momento de ponto de tensão entre a direita e a esquerda”. Afirma sofrer com a violência na política e que frequentar a Umbanda é fundamental para sua saúde mental. Define que, anteriormente à polarização, ela percebia a política como um ambiente favorável ao

diálogo, e que, hoje, é local de contínuas disputas, “sem definição de vencedores ou de direções favoráveis”.

Vê na umbanda um local de emergência de lideranças:

“Sem dúvida nenhuma, acho que a gente está sendo a cada momento estimulado também a liderar, ocupar espaços, lutar por direitos, reivindicar, não se conformar com a violência, com o racismo religioso. Vejo isso presente.”

A vivência familiar foi a que lhe possibilitou diálogo com pessoas e ideias diferentes, já que na sua casa havia protestantes, católicos, evangélicos e espíritas. Porém, nas religiões de matriz africana, o diálogo interreligioso é também praticado. A Umbanda lhe proporciona orientação moral na política, pois, segundo entrevistado 12, o “orixá ensina que não se responda nada no calor do momentos e de saber que as consequências dos atos não são só no campo político ou material, mas se desdobram no campo espiritual”. Essa característica da religião lhe dá prudência nas palavras e nas suas escolhas.

3.3 ENTREVISTADO 13

A entrevista inicia com a narrativa da parlamentar sobre a sua própria história, por iniciativa dela, o que foi bastante enriquecedor para a compreensão dos locais institucionais por onde ela transitava. Ambientes esses de interesse da pesquisa para compreensão do espaço institucional das igrejas em sua trajetória de vida. Ao longo da sua narração sobre si, a igreja entra de maneira bastante presente.

Por ser de origem indígena, do norte do país, ela mesma ressalta sua boa comunicação e articulação das palavras (observável na entrevista e nas suas falas em plenário), resultado do treinamento de oratória junto a uma professora em sua escola primária e a uma experiência, ainda na adolescência, de trabalho como repórter mirim e locutora na rádio difusora local - onde formou seu gosto pela comunicação.

Esse elemento da comunicação importa para ela, pois ela destaca que muitas(os) indígenas têm dificuldade em falar português e em conjugar verbos, pelo choque de diferenças com a sua língua local. Portanto, no quesito de “aprender a falar”, disse que não foi a religião que a ensinou, mas sim a escola e a experiência de repórter mirim na rádio local.

Ainda na escola, conta ficar “fascinada pela bandeira brasileira e pela educação cívica (típica do período militar)”. Ainda na adolescência, foi sozinha para o Rio de

Janeiro, onde acabou como moradora de rua e “dormia debaixo de uma marquise”. Disse ter sido o mito do “indígena herói brasileiro”, que lhe foi ensinado na escola, uma espécie de superego que a guiou para não se envolver com aquilo que considerava errado. Afinal, como indígena, ela precisaria honrar o que lhe foi ensinado no mito do herói/heroína. Enquanto moradora de rua, conheceu poetas e escritores no estado do Rio de Janeiro a incentivaram a estudar arte. Vendia livros para sobreviver e estudou artes cênicas na Universidade. Quando se formou, deu aulas na Rede Globo, onde foi preparadora de elenco. Fazia estudos sobre possíveis personagens, analisava-os e ajudava nas suas criações. Em 2000, fez novela, e continuava atuando como professora, preparadora de elenco, produtora de texto e também como atriz. Além disso, trabalhou por dois anos na companhia de teatro do Pedro Bial.

Ou seja, existe uma longa trajetória de vida que pode, ao final das contas, capacitá-la, em termos de habilidades adquiridas, para uma vida política e para o seu mandato. Além disso, formou-se tenente no Exército Brasileiro, onde exerceu carreira. Como estudiosa do comportamento humano (função necessária para a criação de personagens), disse ter sido “convencida a estudar teologia e olhar para este universo da religião”. Começou seus estudos no ano de 1994, na Igreja Vida Nova. Estudou também na Assembleia de Deus.

Como “vivente de rua”, partiu para as suas observações de campo para compreender fenômenos religiosos e, quando sorteada em seminário para apresentação dos adventistas do sétimo dia, deparou-se com uma ideia que a acompanharia em sua trajetória de vida: para eles, o corpo é sagrado e “um santuário de Deus”, o que explica o cuidado com tudo que ingerem de comida (por exemplo), já que “não é possível introduzir nada no corpo que prejudique este santuário”. Essa crença explica a abstinência de alguns para o açúcar e o álcool, por exemplo.

Conforme estudava e se apropriava de valores e crenças relativas ao universo religioso, a sua própria expressão no mundo se alterou, o que era visível, segundo ela, em códigos sociais simbólicos, como nas próprias roupas. Diz quebrar uma ideia de ideal indígena por viver códigos que não pertencem à sua comunidade de origem, o que, para ela, “choca a alguns pela sua não correspondência a um imaginário de uma sociedade”. O que define como uma formação de excelência e boa capacidade de comunicação, diz também romper com o ideal do que se esperaria de um indígena, o que é “assustador para

alguns”. “É como se tivesse aderido a uma instituição branca, da sociedade europeia, e aí religiosa também, protestante”.

O entrevistado 13 fez longas observações teológicas sobre diferentes denominações cristãs, ressaltando a relevância simbólica da Jesus Cristo para todas elas. Na sua busca para entender porque diferentes manifestações religiosas previram o nascimento de Jesus Cristo, ela narra compreender que havia a previsão para “o nascimento de uma estrela” (estrela de Belém), que coincidiria com o nascimento de Cristo, conforme apregoa o cristianismo. “Mas como eles entenderam isso? Como isso foi revelado? Porque eles observavam a constelação” - diz ela.

Isto a levou aos estudos da astrologia, segundo ela, e “os funcionários do gabinete são contratados uma vez feito o mapa astral de cada um deles, para compreensão de suas personalidades e reação a momentos adversos”. Nesse sentido, ela explicou que a astrologia estuda a “manifestação emocional do ser-humano” e a ajuda na condução do mandato. Disse também estudar a numerologia associada a cada servidor do seu gabinete, a fim de ter previsibilidade sobre seus comportamentos. Afirma que suas crenças e religiosidade influenciam muito na tomada de decisão - não somente dela, mas constituem, de maneira mais ampla, uma cultura (sobre a qual ela resolveu estudar).

Ela explica que o seu interesse por religião decorre do fato de ser indígena e estudar as religiões cristãs, principalmente, seriam uma maneira de compreensão de uma cultura que não lhe pertencia. A astrologia e a numerologia estão no mesmo sentido de “guiar-se pela sociedade não-indígena”. Como profissional que estudou personagens para ensiná-los aos atores e atrizes da TV Globo, suas imersões nas igrejas eram sobretudo culturais e para compreensão da “persona” que poderia ser desenhada, a partir de cada uma dessas experiências. Hoje, ela é comumente confundida como uma “mulher evangélica” e diz receber convites de pastores, como Silas Malafaia, para realização de cultos (mesmo não sendo evangélicas).

A sua caracterização enquanto evangélica diz tê-la salvado inclusive de um assalto, enquanto subia uma comunidade no Rio de Janeiro (para “resgate” de crianças em situação de vulnerabilidade), e, diante da ameaça do crime, passou-se por pastora que “curava aquele assaltante de todo o mal”:

“E eu disse, aleluia, glória a Deus. Foi Deus que te mandou aqui. Ô glória! Porque Deus queria que tu soubesses que no momento que tu me tocasses que Ele queria falar contigo, que Ele te ama, que Ele quer mudar a tua vida.”

Graças à sua oratória e atuação, saiu não apenas com a bolsa que carregava, mas também com a arma de quem tentou assaltá-la. O sucesso da atuação e do diálogo com o público evangélico (dentro e fora do parlamento) é definido por ela como resultado de “estar na frequência energética de uma pessoa evangélica”, o que é decorrente de muita observação social, compreensão e análise da experiência cultural e manifestação religiosa.

A própria reação ao assaltante diz ter sido por observação social de que “muitas mães dos traficantes eram evangélicas, e, por que não, a dele também”? No mandato, disse acolher os evangélicos e cobrá-los que sigam um posicionamento segundo a palavra que creem. Com várias influências de crenças, e passagens entre igrejas evangélicas e a religião Wicca, entrevistado 13 define-se como espiritualista.

Entretanto, as suas semelhanças também estão na defesa de pautas políticas no parlamento que são de interesse da bancada evangélica, incluindo a pauta de costumes. Durante a entrevista, definiu-se como conservadora e defensora de pautas relacionadas à “defesa e preservação da família”, em que “suas próprias ideias estariam alinhadas com o que diz a Bíblia”. Disse “ser inútil que a mulher queira competir com um homem ou que queiram ‘feminilizar’ a figura masculina, pois a manifestação biológica antecede a social”.

Ao mesmo tempo, o entrevistado 13 afirmou ter uma relação próxima da deputada que pertence à Umbanda (que também pertence à esquerda política) e, “sempre que a vê lhe dá um grande abraço, o que causa estranheza às pessoas que acreditavam que a deputada era evangélica e que poderia ser avessa às religiões africanas”. Enfatiza que a “religiosidade a treinou, mas não uma igreja específica”. O seu encontro com as religiões é muito mais atribuído ao momento de “desafiar-se e entender o comportamento humano”.

Quanto ao desenvolvimento de competências psicológicas, não atribui a denominação religiosa alguma, mas à sua própria história, de ter se mudado do norte do país ao Rio de Janeiro, e ter vivido como moradora de rua. À sua trajetória, e ao posterior sucesso de carreira, atribui independência, o saber “lidar com a solidão, o abandono e a possibilidade de transitoriedade”. Disse ter sido muitas as perdas ao longo da vida, que a fizeram, hoje em dia, “não mais esperar por algo ou criar expectativas pelo futuro, além de ter capacidade de estar pronta para se reinventar”. Ou seja, ela esclarece que “não

possui expectativas sobre a situação que tem hoje (enquanto deputada)”, o que serve à sua estabilidade emocional durante o mandato.

“Domina quem te domina”: foi o que recomendou adicionalmente para o sucesso. Ou seja, recomenda estudar para dominar a “ciência e a tecnologia”, a fim de “não ser dominado por elas”. O mesmo se aplicaria para o caso de uma cultura: caso não se compreenda o *modus operandi* de uma expressão cultural; ela era dominá-la(o). Por isso, recomenda a observação e análise cultural. No caso de estudar as religiões, frequentava de maneira assídua os cultos, junto aos seus filhos, também explicando a eles os preceitos da denominação, compreendendo, assim, a cultura evangélica. Atualmente, não há uma frequência sua em relação a nenhuma denominação específica, mas a vivência cultural das muitas que frequentou ao longo da vida.

Disse ter-se desenvolvido nas apresentações de trabalhos do seu curso de teologia, porém foi expulsa dele. Isto porque defendeu a tese de que a manifestação de fé da Testemunha Jeová e do Candomblé “serviam plenamente a Deus, e, inclusive, seguiam ritos específicos da Bíblia”. No caso do Candomblé, ela se refere às oferendas que realizam nos cultos (seja de animais ou de alimentos), o que, segundo ela, cumpre com o que também está na Bíblia, no livro de Números e Levíticos.

“Eu percebi (e vi), e não abro mão disso hoje, de que Deus; Ele é cultural. Deus é a expressão cultural de cada povo”

Por ser uma ideia contrária à escola evangélica específica que frequentava, foi expulsa. Caracteriza que a igreja ajudou a estimular a manifestação da sua “bondade e caridade”, quando se aproximou da população em situação de rua para distribuição de refeições e acompanhamentos em consultas médicas, sendo “esse um próprio resgate em relação à sua história, já que se encontrava em situação de rua na primeira vez que se mudou ao Rio de Janeiro”.

Para o cumprimento de objetivos, considera que a fé, em si, é fundamental, para “crer naquilo que você não pode ver, mas que você tem certeza que vai obter e conquistar.” Considera que existem lideranças sendo formadas dentro das instituições religiosas, as quais, eventualmente, podem trabalhar com política partidária ou serem líderes comunitárias. Já a sua capacidade de dialogar com pessoas de diferentes vertentes culturais ver estar atrelada às experiências que teve ao longo da sua trajetória, na qual as igrejas também estiveram presentes. “Por ser indígena, não tem um olhar arcaico ou

repressor sobre a manifestação de outras alteridades no mundo” e a sua curiosidade cultural a levou a um melhor relacionamento com o diferente:

“Hoje eu sou uma pessoa que vai defender a manifestação de fé do candomblecista, do praticante do ifá, do umbandista, assim como do evangélico, do católico e do espírita, porque eu os entendo.”

Dessa maneira, considera “sagrada inviolabilidade da fé alheia” e explica que o seu eleitorado pertence a múltiplas denominações religiosas: de umbandistas e espíritas a evangélicos, os quais têm uma característica em comum, que é o conservadorismo político. Todas as suas experiências religiosas, desde participação em reuniões a leituras e diferentes rituais (da religião Wicca às igrejas evangélicas) contribuíram para a sua formação conservadora, por exemplo, nos ensinamentos de “proteger o corpo feminino para que possa gerar uma nova vida” - o que considera uma manifestação divina inviolável. Para ela, “o amor tem a ver com o cuidado e é isto que mantém a espécie humana viva”.

3.4 ENTREVISTADO 14

Nesta entrevista, fica claro o quanto a declaração pública de um parlamentar acerca de sua religião pode estar longe de representar a prática religiosa ou espiritual do entrevistado. No caso, o parlamentar entrevistado 14. se dizia católico, porém recorria a várias teorias espiritualistas ao longo da entrevista (“lei do retorno: tudo que vai volta; o cuidado moral com as palavras escolhidas, as quais podem impactar o bem-estar na vida”) e mesmo mencionou sua estadia na Índia para retiro espiritual com um guia hindu. O parlamentar mesclava conhecimentos que se pareciam com auto-ajuda à filosofia tradicional indiana.

O que lhe motivou a seguir uma carreira política foi o inconformismo com a realidade brasileira e por imaginar que poderia contribuir em maior escala com a sociedade. Sabia que políticos com bons propósitos, exercendo várias instâncias dos mandatos eletivos, da vereança à presidência, através de políticas públicas, podiam impactar a vida das pessoas. Moveu-se por políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade, justiça social e inconformismo com a falta de oportunidades a todos. Procura estar “atento, informado e assertivo, sendo o mais útil possível para um mandato voltado a resultados e não à polarização ideológica”.

Somado a isso, sempre gostou da política partidária, por ter tido vários familiares políticos. Porém, considera o mandato fruto de circunstâncias, pois nunca o havia planejado e preferia trabalhar na política “de bastidores”. Tornou-se suplente a deputado federal, em 2018, e gostou da experiência enquanto deputado, por um período. Disse ter “trabalhado por dois anos incansavelmente”, a fim de alcançar a titularidade enquanto deputado federal, percorrendo todos os municípios de Santa Catarina. Elege-se em 2022, com o apoio de diferentes setores, tendo sido fundamental o papel do empresariado do estado para tanto, além de amigos, familiares, e o próprio partido político.

Houve uma influência familiar na sua escolha pela carreira política, pois seu pai era um líder comunitário, em um município pequeno, onde torna-se vereador e ajuda nas campanhas de alguns outros para a vereança e a prefeitura. Disse com o pai ter aprendido a “política da boa vizinhança e do cuidado com as pessoas, de ajudar quem mais precisa”. Isso ocorria em um universo de 2 a 3 mil habitantes (população do município), onde seu pai exercia um papel de liderança política, sendo, originalmente, um agricultor. Depois, teve irmãos eleitos deputado estadual, federal, irmãos prefeitos, cunhados prefeitos e primos prefeitos. Para ele, a política sempre lhe foi familiar.

Como empresário, também considera fazer política. Já foi garçom (onde disse ter aprendido a “arte de servir”) e empreende desde os 20 anos de idade. Atualmente, possui mais de 100 mil funcionários em todas as empresas e procura prezar por uma “gestão humanizada”, com interesse genuíno pelo funcionário. Essa prática foi trazida para o seu mandato, ao colocar o “eleitor no centro do processo”, quem seria o mais beneficiado pelas suas propostas. Diz olhar o eleitor com intensidade, interesse e empatia. Em conversas que não estejam boas, busca sustentar sua atenção e a crença de que o interlocutor tem algo a lhe ensinar, até que, “de repente, saem pérolas daquelas conversas”.

Acredita ser fundamental que um político pratique o que fala e destaca essa característica como uma competência sua e exercício diário. Considera que “compromissos ditos têm consequências reais” e a prática da verdade contribui para a redução de seu estresse na Câmara dos Deputados, além de contribuir para a empatia, credibilidade e confiança, segundo ele. Tenta ter humildade e estar aberto para aprender, informar-se e, principalmente, ouvir seus interlocutores. Entretanto, não deixa de posicionar-se a manifestar sua opinião, “com muito conforto”, ainda que isso possa desagradar parte da audiência.

Uma de suas metas de vida não é a política em si, mas o “viver bem” e a longevidade. Procura ter uma vida sã e a espiritualidade e fé são elementos centrais para isso. Considera que a vida tenha lhe sido generosa e pede para que “Deus lhe utilize como um instrumento para levar a sua palavra, paz e esperança”. Essa esfera de sua vida privada ajuda na tomada de decisão, em momentos de dúvida, e entrevistado 14. se sente tranquilo, pois “suas decisões agradam a Deus”, no sentido de se aproximarem da justiça social, na sua concepção. Não acredita que é necessária uma frequência assídua em uma igreja específica para “ter atitudes que agradem a Deus”, já que isso depende muito mais de uma auto-avaliação e conversas reflexivas com uma divindade que acredite.

No caso dele, não há uma influência clara do papel da instituição religiosa para a aquisição de competências cívicas, já que se limita a uma crença privada e muito pouco institucional. Outros ambientes exerceram maior influência sobre sua carreira política, como o familiar e o empresarial, onde constituiu carreira. Citando o atual Papa Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, ele crê que “a política é a forma mais elevada da caridade”, através de meios mais poderosos para as políticas públicas chegarem a quem mais precisa delas. Além disso, destacou sua capacidade de esforço para o trabalho e a posição contrária ao “fazer só o que ama, mas sim fazer todo o trabalho que precisa ser feito, em uma política que sirva, ajude e cuide do outro”.

4 SEM RELIGIÃO

4.1 ENTREVISTADO 15

Na vida do entrevistado 15 e de sua família, a política sempre esteve presente. Seu bisavô foi governador de seu estado natal e o pai, deputado federal por seis mandatos. Seu pai foi um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR)⁹, ao lado do hoje governador de Goiás e outros nomes de grande estatura política. Foram o pai e o bisavô as principais inspirações para a trajetória política do hoje deputado federal, que é herdeiro do capital político da família.

⁹ Entidade do patronato rural, com a finalidade de defesa da propriedade privada e contrário a movimentos populares do campo, que defendam a reforma agrária.

Para se capacitar de maneira adequada à trajetória política, a família o incentivou a estudar. É graduado em comunicação social, com ênfase em publicidade, e mestre em ciência política, por universidade espanhola, além de pós graduado pela Georgetown University (EUA), em administração pública e governança. Seu início político foi a partir de sua formação e já possui dois mandatos como deputado estadual e se encontra no segundo como deputado federal.

A política demanda algumas habilidades e as dele considera:

“Tratar bem a todos, ouvir a população, principalmente as pessoas das nossas cidades, para as quais trabalhamos diuturnamente para levar recursos. Também é necessário falar bem, expor os problemas, ser claro na hora de transmitir sua posição. Político tem que ter posição. Não adianta ficar pulando de galho em galho. Por fim, entendo que saber articular, estar disposto a sentar e negociar com todos é fundamental para tentar resolver os verdadeiros problemas que afligem nossa população, e não ficar apenas fazendo discurso ‘para sua bolha’”.

Algumas habilidades aprendeu ao acompanhar seu pai e outros grandes políticos que conviveram com ele, no Congresso Nacional. Definiu o convívio neste ambiente político como “um grande aprendizado”, tendo conhecido parlamentares que hoje são seus colegas, o que o ajuda na carreira. Além disso, ter visto tantos discursos, de alguma forma, ajudou-o na maneira de se comportar em Plenário.

Traz conhecimentos da sua área de formação, como necessárias à política. Entende que o político precisa se preparar, por exemplo, com um *media training* para lidar com a imprensa. Por outro lado, entende que a vocação é necessária para a política, com “espírito público”, capacidade de “se doar” em busca de soluções para os eleitores, “tranquilidade para saber a hora de dar uma resposta ou de silenciar”, abertura para negociar e “não abrir mão dos seus princípios”. Na Espanha e nos Estados Unidos, também acompanhou e participou de campanhas políticas.

É um “parlamentar do agro”, e algumas instituições lhe são importantes para “moldar e lapidar seus discursos e principais pleitos”: ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu), FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná), FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná). Todas as instituições mencionadas lhe forneceram informação, conhecimento, abriram portas e o ajudam na carreira.

Não comunga em nenhuma fé, mas cita o papel que considera relevante da bancada evangélica (da qual, inclusive, faz parte), com muitos políticos que pautam seu discurso e têm como principais bandeiras a causa religiosa. Considera semelhante a religião com a atividade política, já que se trabalha, de alguma forma, para oferecer um “conforto espiritual e de bem-estar para as pessoas”. Além disso, tanto para um líder religioso, quanto para um político, é preciso ter a coragem de encarar uma grande quantidade de pessoas e “transmitir paz a elas com suas palavras”. “Não é à toa que bispos, pastores e padres ocupam cadeiras, hoje, no Congresso Nacional” - define ele.

Considera que “houve um movimento muito forte, nas últimas duas décadas, de aumento da participação de pastores, padres, bispos e outros integrantes de religiões católicas e evangélicas na política”, o que, para ele, é “algo natural”, já que lideranças religiosas “compreendem as dores das pessoas” e reúnem as necessidades de uma comunidade, como representantes populares. Um exemplo trazido foi o do padre, que no passado era uma instituição com bastante influência em pequenos municípios. Hoje, a igreja católica perde espaço para novas denominações, em espaços de poder. Além disso, ele lembrou que o Brasil é um país onde, majoritariamente, as pessoas têm religião e professam a sua fé, por isso “não lhe é estranho a entrada destes grupos para a política”.

Um primeiro passo para a maior entrada de brasileiros na política é o que classifica como “um trabalho em mão dupla”: por um lado, as pessoas precisam se interessar por política, e não apenas por um “Fla x Flu” da eleição, por brigas ou por conflitos da política. Para ele, “participar é estar ciente do que o vereador que você elegeu tem feito e isso vale para seu deputado estadual, federal, prefeito, governador, senador e Presidente”.

“Quais projetos seus representantes estão defendendo, eles lutam por quais bandeiras, pesquisar, inclusive antes mesmo de dar o seu voto. E acompanhar, fiscalizar a atuação. Eu mesmo, ao declarar um voto em minhas redes sociais, recebo elogios e críticas, a depender do que seja a matéria. É um sinal para entender para onde pende meu eleitorado. Conversar com as pessoas pessoalmente, no interior, também ajuda nesse sentido”.

Por outro lado, entende que quando as pessoas se interessam, é preciso que procurem os partidos, e que estes estejam prontos para recebê-las. “Há demais partidos no Brasil, mas existem alguns onde é possível encontrar (através de procura e pesquisa), com mais clareza, pontos de convergência com crenças pessoais”. Se não um partido, frentes parlamentares, como a da agropecuária. Entende que deva haver um aumento de

interesse pela “política profissional”, voltada para resultados em municípios, e menos focada na polarização.

Então, para que haja convergência entre vocação política e instituições disponíveis, buscar o conhecimento, pesquisar os partidos, e estes precisam estar prontos para inserir os interessados na política. “Em primeiro lugar, é preciso ter espírito público, estar disposto a se doar para tentar fazer as coisas funcionarem e melhorar a vida das pessoas”.

4.2 ENTREVISTADO 16

O entrevistado 16 é advogado há mais de 25 anos e engajou-se politicamente com o intuito de melhorar a vida da população do seu estado. Acredita ser a política parlamentar a maneira mais eficiente para impactar politicamente a sociedade.

Considera ser a formação acadêmica, voltada à área jurídica, à ciência política, ou à qualquer outra que contribua para o entendimento do sistema legislativo, as formações ideais para a aquisição de competências necessárias à profissão, além de conhecimento técnico. Por exemplo, cita que a sua formação em direito foi necessária para relatar projetos de lei, a partir de técnicas legislativas, legalidade e constitucionalidade na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), onde é membro titular.

Entre suas habilidades, destaca a paciência e o “dom da oratória”, que lhe ajuda a dialogar diariamente, tanto com a população externa à Câmara dos Deputados (seus eleitores), quanto internamente, com lideranças políticas de vários espectros ideológicos e de várias formações. Há um diálogo seu com integrantes do parlamento diferentes entre si.

Acredita que “todos nascem com dons”, mas que há um aperfeiçoamento e aquisição de novos ao longo dos anos. Porém, quando questionado se seu mandato foi fruto de uma articulação coletiva, disse que nunca foi ativo em segmentos coletivos e que sua articulação foi sempre diretamente com a população que representa. Classifica sua vitória na eleição como fruto de engajamento nas redes sociais, além do trabalho voluntário de um grupo pequeno de amigos de esporte que pratica. Algumas das pautas que mais trabalhou na campanha foram a melhoria da iluminação pública da capital do seu estado, fechamento de buracos nas pias, reforma no sistema de coleta de resíduos e construção de creches.

Para ele, carisma é algo inato e, como advogado que é, quando questionado sobre o que é possível fazer para aumento de candidaturas, vê a saída pela legislação. Disse que “todo cidadão acima de 18 anos pode se candidatar, caso queira, a menos que haja algum impeditivo criminal ou administrativo contra aquele cidadão”. Para que mais pessoas participem, ele acredita em uma possibilidade de melhoria da legislação. Além disso, enxerga a necessidade de criação de uma lei para que todos que queiram concorrer tenham, no mínimo, determinada qualificação acadêmica, como ensino superior completo em ciência política e direito (para o legislativo) ou administração (para o executivo).

Repudia a mistura da religião e com a política, não é religioso e entende que não há participação de segmentos como esse em seu mandato, ainda que reconheça políticos bem sucedidos de seu estado, a partir de um forte apoio evangélico. Em nenhum momento enxerga grupos pentecostais como predominantes no parlamento. Entretanto, possui a crença de que “é possível que haja uma interferência de Deus para favorecer o ingresso daqueles que decidiram entrar para a política”, em uma espécie de “escolhidos” - não apenas pelo povo, mas por alguma divindade também. Esta crença é compartilhada não apenas por ele, mas por muitos segmentos religiosos e populares.

Não projeta, “em hipótese alguma”, que denominações religiosas venham a suprimir a necessidade da existência de partidos políticos, ainda que seja “pública e notória a decadência de coletivos como sindicatos e a ascensão da presença das igrejas no parlamento”. Vê os partidos como importantes à democracia. Ao mesmo tempo, considera que a imagem pessoal de cada candidato seja mais importante para o eleitor do que a filiação partidária e é contrário às candidaturas avulsas. Para ele, a “agremiação político-partidária fornece um norte para o mandato”.

Formalmente, o entrevistado 16 ingressou na política institucional, em 2014. Foi candidato ao Senado Federal, pelo seu estado natal, e não logrou êxito nas eleições. Depois, foi candidato a vereador, em 2016, quando foi o candidato mais votado do seu estado, segundo ele. Após a vitória, exerceu seu mandato por dois anos, quando se candidatou a deputado estadual, em uma eleição bem sucedida. Em seguida, sem êxito, concorreu à prefeitura da capital de seu estado. Desde 2023, é deputado federal.

3.4.3 ENTREVISTADO 17

O entrevistado 17 iniciou sua vida política na Universidade de Brasília, em 1976 e considera o mandato uma consequência disso. Inicialmente, lutava contra a ditadura e

organizou a greve de 1977, quando acabou expulsa em uma ação ditatorial da universidade. Depois, retornou aos estudos, por ter sido anistiada formalmente.

Como funcionária da Caixa Econômica, participou do movimento dos trabalhadores do setor (em uma época em que a instituição não tinha direito à sindicalização), foi eleita presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do seu estado e eleita deputada estadual e, em seguida, federal. Considera que a sua trajetória até a eleição como parlamentar da Câmara dos Deputados tenha sido “algo mais ou menos natural”, nunca tendo a eleição “como um objetivo-fim em si”, mas um processo para que continuasse com a representação de sua classe trabalhista e de outras. Ou seja, não começou a atuar politicamente com vistas a uma eleição, mas por acreditar nas pautas pelas quais lutava.

A respeito da coletividade, coloca-se em posição contrária ao parlamentar anterior, já que articula-se coletivamente desde o movimento universitário estudantil. Recorda-se de ter recebido um panfleto na universidade, no primeiro dia de sua matrícula, na graduação de psicologia, e de ter tido um *insight*, na época (há 50 anos) de que a mudança social viria pela luta coletiva. Por ter migrado, recorda-se que, em seu estado natal, observava “muita miséria e desigualdades”, o que a inquietava e a provocava, guiando-a para lutas coletivas, como instrumento para mudança da realidade. Desacredita a possibilidade de felicidade em um país em que a pobreza persiste.

Para o bom exercício do mandato, considera como o mais importante colocar-se na condição de representar a população. E lutar por uma pauta não em função de ter um novo mandato ou em função de angariar votos, mas em considerar que o mandato parlamentar é um instrumento de construção de uma sociedade mais justa. Não considera o mandato um fim em si mesmo, mas um instrumento para reivindicações populares. É que pode ser esse, amanhã pode ser outro e já foram outros.

Quanto às habilidades, a boa oratória e eloquência são fundamentais para a defesa de ideias e para o trabalho de elevação da dignidade humana, “tornando a realidade extremamente mais segura”, e de “organização da própria população”, a fim de que conquistem autonomia, sejam protagonistas de suas próprias histórias e, por fim, que sejam mais felizes. Também elenca como importante a apresentação de novas proposições, no legislativo.

Desconsidera que as habilidades sejam inatas e oferece uma perspectiva “materialista”, no sentido de que as habilidades são fornecidas por instituições,

aprendizado e oportunidades derivadas de momentos históricos, ou condições do seu tempo. A aprendizagem lhe é contínua para aprimoramento de sua boa comunicação e para a sua liderança política. Portanto, acredita que os talentos são todos construídos ao longo da vida.

Apesar de não ter religião, a parlamentar trata de alguma influência católica em sua vida, o que se verifica na lembrança de sua mãe, que por ser muito religiosa, tinha a caridade como orientação moral, o que serviu como inspiração ao entrevistado 17, no “fazer com amor e movimentar-se contra desigualdades”. Durante a infância e início da adolescência, ia às missas semanalmente. Ou seja, apesar de não se considerar pertencente a nenhuma religião, há uma influência indireta dos valores da Igreja Católica em sua atuação política. A Igreja Católica influenciou na sua “inquietação”. Além disso, menciona inúmeros parlamentares que ingressaram na política com o apoio das comunidades eclesiais de base, onde se formaram.

A perspectiva de sua mãe para o acolhimento social e inúmeros trabalhos junto à igreja (arrecadação de alimentos, por exemplo) estava na mesma direção do que o seu pai - engenheiro agrônomo - defendia, sobre redução de desigualdades e, sobretudo, preocupação com a questão da fome no país e respeito por camponeses, com quem trabalhava diretamente. Seu pai era crente em uma igreja que pregasse, fraternidade, justiça e igualdade. Portanto, tanto a igreja, quanto sua família, influenciaram na formação de seus posicionamentos. O caso ilustra a dificuldade que é encontrar parlamentares sem influência religiosa no Brasil. Mesmo sem pertencer a denominações religiosas e possuir uma postura “cética” quanto à religião, há uma clara influência moral sobre sua atuação.

Até mesmo cita a sua visão de Cristo, que o exemplo de seus pais e sua frequência às missas nos anos iniciais de vida lhe rendeu: generoso e acolhedor. No seu caso, o “entrar em paz consigo mesma” ocorreu fora da igreja e nos movimentos sociais - sem religião - e de defesa de movimentos de grupos minorizados para a “transformação da sociedade e construção de um mundo mais justo”, com mais oportunidades a todos. Segundo ela, as assembleias coletivas dialogaram com uma inquietação pela mudança, que “carregava dentro de si todos os dias”.

4.4 ENTREVISTADO 18

O entrevistado 18 nasceu no Ceará e, assim como muitas famílias (a exemplo do participante entrevistado 17), emigrou. Foi estudante de escola pública, graduado e pós-graduado em universidade pública, tendo sido professor também na rede pública e, paralelamente, em faculdades e cursinho preparatórios de vestibular e concursos - o que lhe rendeu grande popularidade entre estudantes. Apesar de “sempre atuante enquanto cidadão e atento aos parlamentares em quem depositava seu voto”, nunca havia cogitado se candidatar, tendo sido convencido por alunos e colegas professores, a partir de uma mobilização de um centro acadêmico. Foi eleito duas vezes deputado estadual e iniciou seu primeiro mandato como deputado federal em 2023.

Acerca de suas competências e habilidades, destaca seu desenvolvimento como professor, que o faz desenvolver boa oratória e retórica, além de capacidade de boa interpretação “jurídica, política e social”, com a sua formação universitária em geografia. Destaca também seu gosto pelo processo de aprendizagem, com necessidade de aprender e dominar aquilo que não sabe, já que, “não saber lhe gera estresse”. Neste sentido, destaca como fragilidade o entendimento na área orçamentária.

Tem consequente atuação próxima à comunidade, por ser oriundo da periferia e, por isso, trabalhar em prol desta população. Define que a sua própria história social de “periférico”, que permitiu compreensão prática sobre desigualdades sociais, o fez entender o papel crucial das políticas públicas e o faz trabalhar “em prol da população desfavorecida”. O mesmo acontece com o fato de ter sido aluno oriundo da escola pública, além de professor, sendo um conhecedor desta realidade e atuando em prol dos pleitos do setor na política.

“Nasceu vocacionado para ser professor” e, enquanto parlamentar, ainda se vê neste mesmo lugar, uma vez que continua tendo que explicar ideias e convencer a sociedade e parlamentares sobre as suas, como “justas, corretas e válidas”. Sua maior habilidade é a capacidade de dialogar e de convencer. Para além do espaço da sala de aula, como gestor de escolas e de outras instituições particulares, ganhou capacidade de planejamento e administrativa, que hoje lhe são importantes para planejar e para administrar o mandato. “Um mandato é uma empresa, acima de tudo, e se você não tiver capacidade de gerir essa empresa, a chance de fracassar é grande”.

Como na entrevista anterior, com entrevistado 16, chama a atenção as candidaturas “solo”. Apesar de suas falas pró-coletividade, ressalta que nunca participou de sindicatos e outras agremiações coletivas (a menos de grêmio estudantil, enquanto

ainda estava no ensino médio, com 16 anos de idade) e que, na verdade, “sempre foi ‘voosolo’”.

Disse que quem negar a participação da igreja na política, desconhece a história e que “igreja e política caminham juntas durante toda a eternidade”:

“Não a igreja instituição propriamente dita, mas o jogo de fé, a questão da fé e de acreditar em um Deus antropologicamente. E mais precisamente as igrejas como instituições físicas, como instituições que se organizam, para tentar capitanear determinados grupos ou para tentar levar a palavra e a fé adiante”. Naturalmente estamos num período em que a igreja evangélica, os protestantes, principalmente os neopentecostais, entenderam que, para a igreja deles se proliferar, eles têm que ter poder, e o poder político. É uma espécie de nova versão da ética protestante e o espírito do capitalismo ali de Max Weber, é uma nova versão de uma reforma protestante. Eles estão numa nova realidade e muito bem organizados, com perdas de espaços políticos e sociais da Igreja Católica para igrejas protestantes pentecostais”.

Cita como exemplo os inúmeros deputados e senadores eleitos “pela capacidade de convencimento de seus fiéis, que de ‘fiel religioso, tornou-se fiel partidário’”. Cita, inclusive, colegas de profissão profundamente ligados às igrejas, e que são seus amigos de longa data, revelando uma boa capacidade de diálogo pacífico e não polarizado, diante de crenças e ideologias diferentes da sua.

Com relação a perda de espaço partidária, define que isso ocorre mediante um cenário de corrupção e descrença política e que as “igrejas têm ocupado este lugar com muita intensidade e competência”. É contrário a esta tendência, mas destaca que as denominações religiosas o fazem bem.

Isso se conecta à participação política e maior engajamento, que aumentará, segundo ele, caso ações sejam promovidas com a atenção dos maiores interessados em descobrir potenciais candidatos com capilaridade eleitoral: os partidos políticos:

“Os partidos políticos precisam se reestruturar, se reorganizar para que eles deixem de ser de gaveta e passem a ser efetivamente orgânicos, recuperando, aliás, as comunidades de base e as lideranças comunitárias verdadeiras, formando e capacitando novas mulheres para o campo político. Como é obrigatório estar filiado a um partido para pleitear um cargo eleitoral, esse ponta pé precisa ser dado por eles. Fora isso, políticas de afirmação de minorias são importantes e já têm sido feitas pelos tribunais eleitorais e pelo próprio parlamento, à medida que reservou um percentual do recurso para ser investido

em candidaturas femininas e negras, por exemplo. Políticas públicas como essas precisam ser expandidas”.

4.5 ENTREVISTADO 19

O entrevistado 19 narra que sua trajetória política começou na universidade, mas não no movimento estudantil e sim no movimento de representação dos alunos de baixa renda. Entrou na universidade no ano 2000, quando define que a universidade era muito elitizada e havia poucos estudantes de baixa renda, sendo toda a organização da Universidade Federal, a UNB, voltada para a maioria dos estudantes, que eram estudantes de classe A e B”.

“Então, havia questões muito práticas a serem resolvidas, por exemplo, alimentação e alojamento estudantil, manutenção dos banheiros, manutenção predial, iluminação do *campus*, a introdução do uso do computador e dos trabalhos digitados nas disciplinas e o início do uso da internet, para fazer trabalhos em grupo. Esses assuntos eram negligenciados porque havia uma maioria de estudantes que não dependia dessas questões. Sobretudo, a assistência estudantil ainda era muito precária, porque a universidade tinha um público que não necessitava dessa assistência”.

Fundou, junto a outros alunos, um movimento chamado Associação dos Alunos de Baixa Renda e, além dessa luta, por infraestrutura e assistência estudantil, esse movimento decidiu que era necessário aumentar a quantidade de estudantes carentes, oriundos das periferias na universidade. Começaram a fazer cursinhos comunitários sociais (sendo que um deles se tornaria o maior de Brasília durante muito tempo), o qual nasceu em uma tenda de circo, em uma igreja evangélica da Asa Norte, a igreja do Nazareno Central, com autorização do pastor local. Esse cursinho logo se tornou uma empresa privada, mas com um viés social muito forte, porque tinha um estatuto que impedia que as mensalidades ultrapassassem um terço do salário mínimo (o que poderia ser pago pelo trabalhador).

Esses cursinhos sociais cresceram bastante e começaram a mudar a composição do perfil socioeconômico da Universidade de Brasília. O próprio entrevistado começou a se tornar “um dos professores mais conhecidos do *campus*” (segundo a definição do reitor da época), ainda que ministrasse aulas somente no cursinho, e não na Universidade. Conta que o ingresso na política foi a partir desses cursinhos, já que eles se tornaram um movimento social em si. A partir deles, passou a ser ativista não apenas pela educação,

mas para a defesa de outras pautas, como cota racial, social e de escola pública, o que não estava institucionalizado na época e se tornou parte de seu “universo ideológico”. Ressalta que, à época, o diálogo entre a esquerda e a direita era mais fácil, com menor polarização e diálogos entre “liberais e comunistas”.

Segundo ele, a defesa de que as classes baixas deveriam estar na universidade era generalizada e se despertava curiosidade no público trazer o tema de levar alunos de escola pública à universidade. Narra com felicidade este período que foi o cenário de sua entrada à vida pública, tendo ingressado em seu partido um ano antes de sua eleição. Retrata que a entrada ao partido foi uma decisão coletiva.

Em relação às competências, em um primeiro ponto diz que todo político “tem que ter energia”. “Preguiça é impossível para um político”, em vista de abdicação do tempo de lazer e com a família. “Você é um político em tempo integral, sem descanso ou férias; seja você um político bom ou ruim, honesto ou desonesto”. Durante a profissão, “não existe desligar o celular”.

Um segundo ponto para o sucesso de um político, para ele, é a “capacidade de engajar, de liderar, de ‘arrastar’ e de mobilizar, atraindo pessoas para uma causa/um rumo”. Porém, fala que é “uma habilidade em transformação neste momento”, por conta de novas formas de comunicação nas redes sociais. Em terceiro lugar, descreve que o político bem sucedido tem uma “noção de espaço político”. Ou seja, de que existe uma noção do seu próprio espaço, portador de uma determinada ideologia, e o espaço de outro, que possua outra ideologia, distinta da sua, e essas opiniões divergentes precisam existir conjuntamente, de maneira legítima. Se o outro não reconhece o divergente, deixa de ser legítimo. Igualmente se não reconhecer as regras do sistema político democrático. Além disso, acrescenta a capacidade de resolução de conflitos e capacidade de geração de acordos, com diferentes interlocutores.

Entretanto, novamente ressalta o papel das redes sociais, que podem estar levando a mudanças de habilidades até então bem estabelecidas para um bom exercício de carreiras políticas. Por exemplo, acredita que o sucesso de alguns políticos hoje deriva de não abrir mão de posicionamentos (duros e maniqueístas) e não negociarem. “As soluções da democracia nunca serão boas, mas ‘mais ou menos’ boas para todo mundo, por serem possíveis dentro de um acordo”. Atualmente, sente falta de políticos “de grande porte”, como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, que “gerassem acordos e conseguissem conversar com a oposição”. “Hoje, talvez, não teriam tanto sucesso” - conclui.

Considera haver algo de inato na capacidade de liderança, como o otimismo, o carisma e personalidades extrovertidas, que não necessariamente se desenvolvem em instituições. Ao mesmo tempo, tem dúvidas se isso leva à política, já que este também é um ambiente de “pessoas muito pouco cordiais” e ser de seu conhecimento personalidades tímidas que conquistaram muito poder. Ainda assim, pode definir que, para políticos de primeira geração, que não herdem capital familiar para este meio, o carisma deve ser sim um ponto chave a se considerar.

Ressalta também ter aprendido competências e se desenvolvido com uma forte vivência familiar. Por ser oriundo de uma família bastante humilde financeiramente e pentecostal, disse que lhe foi marcante a ele e à sua irmã uma “profecia” proferida pelas suas avós paterna e materna. Entre muitos netos, o entrevistado 19 e sua irmã, do momento de seus nascimentos, receberam uma fala de “predestinação” de que “falariam para nações” e de que “suas descendências seriam poderosas na Terra”.

O entrevistado 19 tenta interpretar o que seria esta fala: “talvez, do alto da simplicidade das nossas avós, ‘falar para nações’ seja proferir um discurso na tribuna. Ele comenta que busca comentar pouco sobre este episódio (inclusive “negando com veemência esta fala em um universo mágico”, acessado por uma linguagem bíblica das avós), em vista do acirramento com primos e irmãos caçulas, já que ele, de fato, tornou-se deputado e sua irmã Presidente de banco na União Europeia.

Disse também que esta que se tornou uma “lenda familiar” gerou “sobrecarga de cobranças” sobre eles e que seus sucessos acabaram vinculados à história. Para ele, inclusive, não foi uma escolha consciente entrar para a política, mas uma “janela aberta para onde os ventos o levaram”, sendo o mandato, inclusive, “sacrificante do ponto de vista pessoal e demandante emocionalmente”.

Ingressou jovem na política, tornando-se deputado estadual suplente com 24 anos, secretário adjunto, de estado, deputado estadual e, finalmente, deputado federal. Considera ser uma realidade “total e evidente” a ocupação das igrejas de um espaço de coletividade na política, o qual, antes, poderia ser monopólio de partidos, sendo “determinantes na forma de pensar do país, no comportamento das pessoas e na orientação do voto. Exemplifica que as igrejas evangélicas, ao se posicionarem à direita e a favor de Jair Bolsonaro, favorecem o engajamento e sua eleição à Presidência da República, em 2018. Ao mesmo tempo, o movimento social se “academizou” e “se tornou arrogante e muito distante da linguagem de um público leigo”.

Acredita ser a igreja evangélica, nos próximos momentos, a “principal mobilizadora e engajadora política”, em um momento em que “a igreja católica está perdendo espaço rapidamente”. Disse que “a própria formação dos padres e as regras clericais tornam os padres muito distantes da realidade da população”. Enquanto missas eram rezadas em latim, não havia entendimento da população, mas havia um “encantamento pelo sagrado, pelo mistério, pela mística da liturgia, a qual tinha um quê de incompreensível e de encantamento”.

A decisão acertada de rezar missas em português não trouxe, porém, um diálogo com as necessidades mais profundas da população, segundo ele. Ressalta também a característica da burocracia excessiva e da intelectualização do catolicismo. Acredita que a igreja evangélica esteja mais adaptada à “realidade líquida” vivida atualmente. Por outro lado, como estrategista político, não acredito que seja viável um caminho de “aceitação” da frente evangélico, mas sim de disputar espaços, dentro de um grupo tão heterogêneo que podem se constituir as igrejas evangélicas.

Sobre a necessidade de engajamento na política, diferente dos demais entrevistados, é o único que diverge e diz que a política brasileira já é “bastante renovada”, e figura entre os países com maiores índices de renovação do parlamento. Segundo ele, o “Congresso Norte-Americano se renova em 6% a cada eleição, o inglês a 4,00% e o Congresso Brasileiro se renova em uma média de 45% a cada eleição”. Explica que “o Brasil traz muita gente para a política, mas essas pessoas entram, saem” e que deveria haver uma necessidade prévia de entendimento sobre o que é democracia. Conclui que o Brasil renova demais e com má qualidade, sendo “imaturamente” e com composições que se renovam completamente a cada quatro anos, o que gera instabilidade.

“Já há mecanismos para atrair novas pessoas para a política e a esquerda se constitui com dificuldades de oxigenação, por conta de lideranças antigas não abrirem espaço para novas”. Além disso, considera haver incompreensão deste campo político acerca da realidade prática. Para ele, é o caso do atual executivo tentar impor direitos trabalhistas a profissionais entregadores de aplicativos móveis, sem compreender a realidade prática deles e que são, em sua maioria, ideologicamente opostos à situação de esquerda. Avalia que as instituições de formação de políticos, com política pública baseada em evidência, estejam falindo e que muitos deputados eleitos vão ao Congresso Nacional para “levar as guerras que estão ocorrendo na sociedade”, quando, na verdade, a função adequada seria a de “sublimá-las” no parlamento.

“A função do político é substituir a espada pela palavra; o campo de batalha, pela tribuna”: Com esse lema, considera que os movimentos de capacitação política estejam falindo, em vista do acirramento proporcionado e (almejado) nas redes sociais, com políticos e influenciadores que “falam o que pensam”. Desta maneira, para ele, a falta de antiguidade de políticos profissionais garante pouca altivez de acúmulo de conhecimento para debates que são importantes. Cita o caso do projeto de lei (PL) das *fake news*, sem a presença de parlamentares suficientemente sêniores para sustentar o debate.

“Na época do império havia um Congresso Nacional muito tradicional, muito seguro de si e de altíssima qualidade, porém de relações familiares”. É paradoxal que os discursos fossem de “altíssima qualidade”, porém com pouca representação popular - conclui.